



Maria Vitória Campos Mamede Maia

**"Rios sem Discurso":**  
reflexões sobre a agressividade da  
infância na contemporaneidade

TESE DE DOUTORADO

DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA  
Programa de Pós-Graduação em Psicologia  
Clínica

Rio de Janeiro  
Janeiro de 2005



**Maria Vitória Campos Mamede Maia**

**"Rios sem Discurso":  
reflexões sobre a agressividade da infância na contemporaneidade**

**Tese de Doutorado**

Tese apresentada como requisito parcial para  
obtenção do título de Doutor pelo Programa de Pós-  
Graduação em Psicologia da PUC-Rio.

Orientador: Junia de Vilhena

Rio de Janeiro, janeiro de 2005



**Maria Vitória Campos Mamede Maia**

**"Rios sem Discurso":  
reflexões sobre a agressividade da infância na contemporaneidade**

Tese apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Doutor pelo Programa de Pós-Graduação em Psicologia da PUC-Rio. Aprovada pela Comissão Examinadora abaixo assinada.

**Prof<sup>a</sup> Junia de Vilhena**

Orientador  
Departamento de Psicologia - PUC-Rio

**Prof<sup>a</sup> Ana Cleide Guedes Moreira**

Departamento de Psicologia Social e Escolar - UFPA

**Prof<sup>a</sup> Cristiana Facchinetti**

Departamento de Psicologia - Fiocruz

**Prof<sup>a</sup> Maria Helena Rodrigues Zamora**

Departamento de Psicologia - PUC-Rio

**Prof. Octavio Souza**

Departamento de Psicologia - PUC-Rio

**Prof. Paulo Fernando Carneiro de Andrade**

Coordenador Setorial do Centro de  
Teologia e Ciências Humanas - PUC-Rio

Rio de Janeiro, 27 de janeiro de 2005

Todos os direitos reservados. É proibida a reprodução total ou parcial do trabalho sem autorização da universidade, da autora e do orientador.

### **Maria Vitória Campos Mamede Maia**

Graduou-se em Letras na PUC-Rio em 1982. Obteve o título de Mestre em Literatura pela PUC-Rio em 1986. Graduou-se em Psicologia em 1996 pelo Centro Universitário de Brasília - UNICEUB.

#### Ficha Catalográfica

Maia, Maria Vitória Campos Mamede

“Rios sem discurso”: reflexões sobre a agressividade da infância na contemporaneidade / Maria Vitória Campos Mamede Maia; orientadora: Junia de Vilhena. – Rio de Janeiro: PUC-Rio, Departamento de Psicologia, 2005.

220 f. : il. ; 30 cm

Tese (doutorado) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Psicologia.

Inclui referências bibliográficas

1. Psicologia – Teses. 2. Agressividade. 3. Tendência anti-social. 4. Infância. 5. Winnicott, Donald Woods. 6. Contemporaneidade. 6. Declínio das funções parentais. I. Vilhena, Junia de. II. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Departamento de Psicologia. III. Título.

CDD: 150

A meus três grandes amores, que são eternos porque jamais me deixam só, dando-me tempo de criação e vida; abrindo mão de mim quando gostariam de ter-me sempre ao lado deles; possibilitando-me ter chegado até o fim deste caminho:  
Fernando, Cristiana e Isabela.

Aos meus pais pelo que fui sendo ao longo de tantos caminhos trilhados a partir deles e com eles.

À minha avó, marca presente mesmo na ausência, sempre.

## Agradecimentos

Escrever uma tese é algo não exequível enquanto um caminho solitário. Ela é sempre fruto de muitas mãos. A todas que a mim foram estendidas o meu muito obrigada. Porém alguns nomes devem ser explicitados pela marca que deixaram e pela força que representaram.

À amiga e orientadora Prof. Junia de Vilhena, minha admiração, amizade e carinho. Para além dos muros da academia e do papel de orientadora, soube ela ser, antes de tudo, humana e presente em muitos momentos difíceis pelos quais passei ao longo desta tese.

Ao Fernando, pelas horas dedicadas a mim e pelo carinho, atenção, cuidado e presença necessários para que esta tese chegasse ao seu final, neste formato e desta forma.

A meus pais, Antonio Mamede Neves e Maria Aparecida Mamede Neves, pelo cuidado e carinho, pela leitura detalhada dos capítulos da tese e pelas inúmeras contribuições que fizeram ao longo da escrita da mesma.

A minha grande amiga Aline, por tudo: pelo carinho, amparo, partilha, cuidado, presença e conselhos. Obrigada seria pouco pelo que você fez por mim em vários momentos difíceis neste meu percurso.

Ao meu amigo Pedro, pelo carinho, presença, cuidado, amparo. Sem sua ajuda esta tese não teria sido terminada.

Às amigas Isadora, Bia e Nadja pelo apoio e presença, pela leitura das diversas versões que cada capítulo desta tese teve.

À amiga e mestra primeira, Sandra Baccara, que me apresentou Winnicott e com quem aprendi a amar essas crianças anti-sociais.

À amiga Ana Vitória, pela dedicação em encontrar todos os livros que foram surgindo como necessários de serem lidos ao longo da tese.

Ao Prof. Otávio Souza, pela amizade, ensino e pesquisa que muito me ajudou na escrita desta tese. Aprender com ele foi ter um “playground interno” semanal por três anos inteiros.

À Prof. Maria Inês Bittencourt, pela oportunidade de poder partilhar comigo seu conhecimento nas supervisões dos meus casos clínicos.

À Prof. Ruth Goldemberg, pela leitura atenta de todos os capítulos da tese e pelos conselhos e afeto a mim dedicados.

À Prof. Ana Vilette, pela leitura dos capítulos relativos à teoria winnicottiana.

À Prof. Anamaria Ribeiro Coutinho, minha ex-orientadora, minha homenagem. Foi por suas mãos que entrei nesse doutoramento. Infelizmente quis, talvez, a vida ou Deus, que ela me deixasse antes de meu trabalho estar sequer iniciado totalmente. À mestra o meu reconhecimento.

Ao André, pela disponibilidade e amizade a mim dedicadas.

A Marise, Verinha e Marcelina pela disponibilidade e presença.

A Jalmecci, pelo carinho.

Aos meus clientes do CIAP, da PUC-Rio, pelo que me ensinaram para muito além da teoria que estudava.

Ao CNPq pelo apoio concedido.

## Resumo

Maia, Maria Vitória Campos Mamede. **"Rios sem Discurso": reflexões sobre a agressividade da infância na contemporaneidade.** Rio de Janeiro, 2004. 237p. Tese de Doutorado - Departamento de Psicologia, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

A presente tese tem como tema a agressividade da criança na contemporaneidade. Em um primeiro momento estudou-se como Winnicott conceitua e entende a agressividade. A partir deste aporte teórico, estudou-se o que Winnicott denomina de tendência anti-social e quais desdobramentos esse conceito traria para o entendimento da agressividade da criança na contemporaneidade. Em um terceiro momento, articulando o olhar winnicottiano e o cenário contemporâneo, estudou-se quais os aspectos contextuais que atualmente acarretam o aumento de comportamentos anti-sociais. A falência dos papéis parentais e o eclipse da infância são os aspectos apontados por esta tese. Postula-se que os comportamentos anti-sociais são estratégias de sobrevivência dessas crianças em um mundo com regras e limites fluidos. Defende-se que os atos anti-sociais são expressão da falência do pacto social, sendo estes, principalmente, uma tentativa de comunicação em um cenário de incomunicabilidade.

## Palavras-chave

1. agressividade; 2. tendência anti-social; 3. infância; 4. Winnicott; 5. contemporaneidade; 6. declínio das funções parentais

## Abstract

Maia, Maria Vitória Campos Mamede. **“Rivers without speech”: some reflection on child aggressiveness in contemporary society.** Rio de Janeiro, 2004. 237p. Tese de Doutorado - Departamento de Psicologia, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

The present thesis examines child aggressiveness in contemporary society. Starting with Winnicott's conceptualization of aggression, it investigates a specific concept, the anti-social tendencies, and how it can be useful in our understanding about the children aggressiveness. This thesis investigates also some contextual aspects of contemporary society responsible for today's increase in antisocial behavior. Decline of parental roles and childhood eclipse are signed as some of these aspects. It is assumed that children's anti-social behaviors constitute survival strategies in a world with moving boundaries and unstable rules. The thesis argues that anti-social acts manifest a failure of the social pact, which in turn results in a failure of the primordial Oedipal pact. It also argues that antisocial acts are a communication in an incommunicable world.

## Keywords

1. Aggressiveness; 2. antisocial tendency; 3. childhood; 4. Winnicott; 5. contemporary society; 6. decline of parental roles.

## Sumário

1. Introdução	14
2. “Do nascimento à criação”: a complexidade do viver humano.	27
2.1. Sobre o que versa a vida: “Estar vivo é tudo”	27
2.2. Agressividade: a polissemia necessária de um termo	33
2.3. “Pode alguém comer seu próprio bolo e continuar a possuí-lo?” primeiras reflexões sobre o termo agressividade em Winnicott	37
3. A agressividade que cria e a agressividade que comunica um apelo ao mundo	49
3.1. A agressividade que cria ao descobrir o mundo.	51
3.1.1 O encontro que gera a confiança no mundo: o gesto espontâneo e a criatividade primária como lastro.	53
3.1.2 Olhares e espelhos - o humano se constituindo	56
3.1.3 “Disciplina é liberdade”: confiança, previsibilidade e limite.	60
3.1.4 “Uma criança sabe melhor do que ninguém como é ridículo ser sensato o tempo todo”	71
3.1.5 Da necessidade de termos um “playground” interno.	73
3.1.6 Considerações sobre a importância de um “ursinho de pelúcia”	78
3.2. A agressividade que cria uma comunicação ao destruir o mundo.	82
3.2.1 No descompasso do tempo de espera: a agressividade como reação.	83
3.2.2 Quando agredir é comunicar: a “explosão” que significa esperança.	86
4. O comportamento anti-social infantil: outro paradoxo de difícil aceitação	96
4.1. Não há espaço para brincadeiras: a tendência anti-social como psicopatologia da transicionalidade	97
4.1.1 A importância do brincar: porque a vida é árdua e difícil para qualquer pessoa desde o início.	99
4.1.2 Por que as crianças brincam?: como mesclar a vida cotidiana de magia.	103
4.1.3 “Brincar? Qual é a graça de brincar?”: o eclipse da criatividade na tendência anti-social.	107

4.2. “Eu te perco; estou triste”: o olhar do desamparo no perder de vista o objeto.	114
4.3. “Um capeta em forma de guri”: quando agredir é tentar unir pedaços de vida.	120
4.3.1 “Polícia, quem precisa de polícia?”: o fracasso do pacto social.	147
4.3.2 Menor não é criança: a quem chamamos de anti-sociais.	152
4.4. “Partir-se sem quebrar”: a capacidade resiliente da criança anti-social	157
4.5. Verdades, mentiras e verossimilhança: Pinóquio como personagem da vida.	164
4.5.1 Pinóquio: “humanizando marionetes” – uma aventura em busca de ser.	165
5. “Quando achávamos que sabíamos todas as respostas, mudaram-se as perguntas”: as funções parentais e a infância em eclipse	174
5.1. Delineando um contexto histórico para contemporaneidade.	175
5.2. A infância não é um lugar para a criança.	179
5.2.1 A infância inventada: o construir de um paraíso.	180
5.2.2 O desinventar da infância: a família e a criança não são mais as mesmas?	182
5.3. Quando agredir é fazer-se ouvir na incomunicabilidade do mundo contemporâneo.	187
6. Conclusão “Lutar, quando é fácil ceder”.	199
“Rios sem discurso”: Esperança só por um fio	205
7. Referências Bibliográficas	211

## Lista de Figuras

Figura 1 - Drawing Hands, M. C. Escher, 1948	13
Figura 2 – Autógrafo de Neil Armstrong, In: Ziraldo (2002)	20
Figura 3 – Montagem Caixa de lápis de cor	20
Figura 4 – Bond of Union, M. C. Escher, 1956	26
Figura 5 – (s/ título), Leonardo Neirman, (s/d)	48
Figura 6 – (s/ título), Iberê Camargo, (s/d)	48
Figura 7 – (s/ título), Iberê Camargo, (s/d)	95
Figura 8 – Libreto Madame Butterfly – Teatro Municipal do Rio de Janeiro	95
Figura 9 – A Suplicante, Camille Claudel, 1899	120
Figura 10 – Foto do Jornal “O Globo”, de 11.07.2004	134
Figura 11 – Pinóquio, Odilon Moraes, In: Collodi (2002)	171
Figura 12 – Medo, Iberê Camargo, 1985	173
Figura 13 – Colombe, P. R. Picasso, 1962	198
Figura 14 – Guernica, P. R. Picasso, 1937	200
Figura 15 – No vento e na Terra I, Iberê Camargo, 1991	202

*Aprendo com abelhas do que com aeroplanos.  
É um olhar para baixo que eu nasci tendo.  
É um olhar para o ser menor, para o insignificante que eu me  
criei tendo.  
O ser que na sociedade é chutado como uma barata – cresce  
de importância para o meu olho.  
Ainda não entendi por que herdei esse olhar para baixo.  
Sempre imagino que venha de ancestralidades machucadas.  
Fui criado no mato e aprendi a gostar das coisinhas do chão  
Antes que das coisas celestiais.  
Pessoas pertencidas de abandono me comovem;  
Tanto quanto as soberbas coisas ínfimas.  
(Manoel de Barros, 2002, p. 27)*

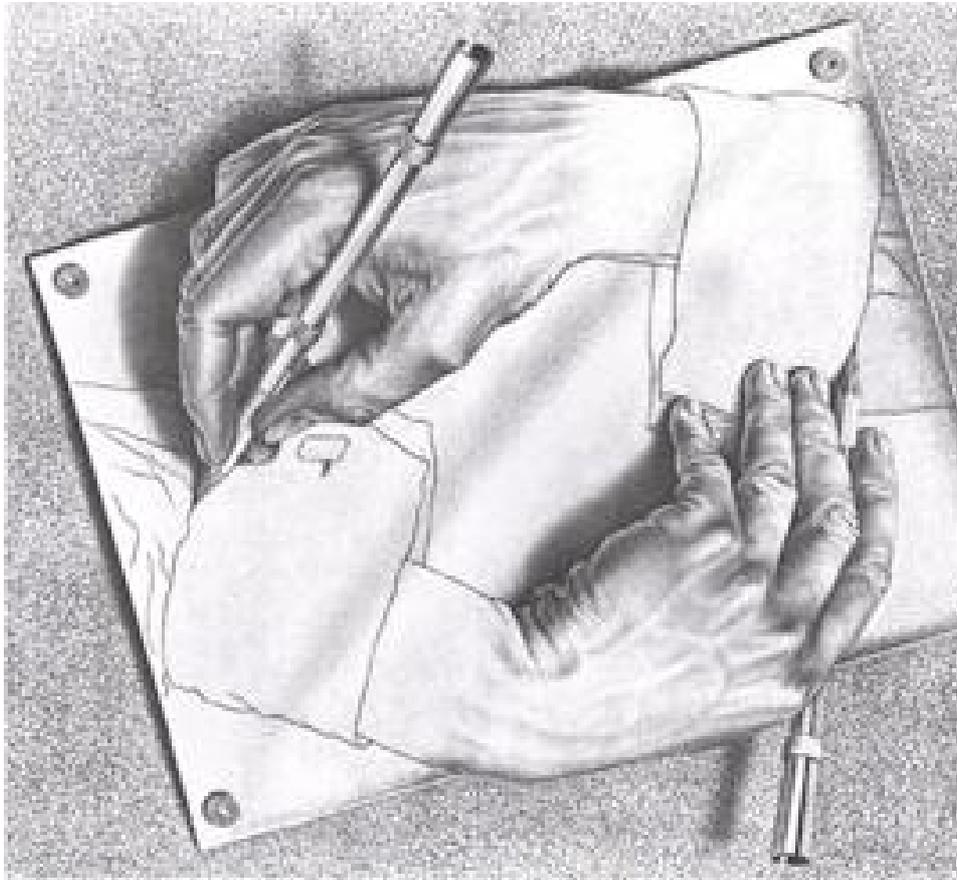


Figura 1

Catar feijão se limita com escrever:  
jogam-se os grãos na água do alguidar  
e as palavras na da folha de papel;  
e depois, joga-se fora o que boiar.  
Certo, toda palavra boiará no papel,  
água congelada, por chumbo seu verbo:  
pois para catar esse feijão, soprar nele,  
e jogar fora o leve e oco, palha e eco.

Ora, nesse catar feijão entra um risco:  
o de que entre os grãos pesados entre  
um grão qualquer, pedra ou indigesto,  
um grão imastigável, de quebrar dente.  
Certo não, quando ao catar palavras:  
a pedra dá à frase seu grão mais vivo:  
obstrui a leitura fluvial, flutual,  
açula a atenção, isca-a com o risco.

(João Cabral de Melo Neto, 1997, p.16)

## 1. Introdução

Por que escrevemos? Indo além: por que escrever uma tese?

Clarice Lispector (1999a) nos explica: “Escrever é procurar entender, é procurar reproduzir o irreproduzível, é sentir até o último fim o sentimento que permaneceria apenas vago e sufocador”. Escrever é colocar no papel angústias, reflexões, dores, paixões que tentam ter forma para que, na forma, algo se contenha, algo se constitua como um tecido, como uma trama de histórias, de teorias, de sentimentos. Escrevemos no intuito de entendermos a vida e, assim, acreditamos, tal qual Clarice, que escrevemos “como que para salvar a vida de alguém, provavelmente a minha”.

Ao optarmos por um tema, por um caminho, por uma teoria, estamos correndo riscos que o ato de escrever possui, imanente, nas suas entrelinhas: o risco de expormo-nos, ao colocarmos, em palavras, pensamentos e vivências. Não há como escrever sem estarmos entranhados nas entrelinhas e nas linhas do texto que compomos. Por isso, salvamo-nos ao escrever. Salvamos aquilo que permaneceria somente vago e sufocador em nós, dando luz ao que antes não havia. Ao tentarmos reproduzir o irreproduzível, fazemos um exercício de análise e um exercício de paciência. O fiar e desfiar de uma frase, de um parágrafo, de um capítulo é um trabalho penoso e solitário, mas, no fundo, totalmente marcado por polifonias.

Escrever uma tese é dar, a quem a ler, a consciência de que escrevemos teoria, mas, que por trás desta teoria há, e sempre haverá o ser humano, com suas dores e esperanças. Essa reflexão e essa malha teórica que tecemos e registramos, através da palavra escrita, sustenta-nos por um tempo e nos dá, igualmente por um tempo limitado, condições de ajudar àquele que precisa. Não existe teoria sem prática. Não existe escrita sem um porquê de se estar escrevendo. E o porquê é o ser humano que somos e o ser humano que acolhemos. Por isso, salvamo-nos ao escrever sobre quem nos suscita um caminho solitário de busca de respostas, a uma voz que nos demanda, de diversas formas, um pedido de socorro.

O tema desta tese, a agressividade da infância na contemporaneidade, surgiu a partir de um grito de socorro. A um grito solitário, advindo da prática clínica, juntaram-se outras vozes, outras constatações da necessidade de parar para se refletir sobre o que a nós chegava, cada dia mais fortemente, como uma incongruência de discurso: as crianças não são mais as mesmas, elas agriem, elas batem, elas matam... Por quê?

Falar da agressividade da infância, de crianças cada vez menores que assustam, incomodam, é falar de algo estranhamente próximo a nós, cada vez mais próximo e violento, mas também colocado como muito distante de nossas vidas. “Meu filho não é assim”; “Os amigos são que fazem essas coisas”. “Ah, esse tipo de adolescente...”.

Optar por estudar a agressividade da infância é também nos situarmos num lugar estranhamente posicionado. Ao lidarmos com um tema visto como bizarro, *hard* ou caritativo, no sentido de dar voz e imagem/corpo aos sem corpo ou voz, somos colocados em um patamar de um *entre*: entre o acadêmico e o social, entre a denúncia e a teoria. Apostando no *entre* enquanto articulação de poder entender, escutar e refletir sobre a agressividade que incomoda a quase todos, esta tese se inicia com dois contos: um de Ziraldo e outro de Calvino. Neles, encontramos imagens poéticas, palavras que formam imagens que nos mostram qual é o lugar da criança que agriem, qual é o lugar da trama social nessa questão da agressividade da infância na contemporaneidade.

Retomemos o curso dessa reflexão inicial com “Flicts”, de Ziraldo (2002). Não podemos falar sobre as crianças que não têm lugar sem tê-las imagetivamente representadas, e, em Flicts, história e personagem se encontram e as representam. *Flicts* é uma cor inexistente, sem lugar. Diz-nos o escritor: “Todo mundo tem cor/ quase tudo tem seu tom/ mas não existe no mundo nada que seja *Flicts* – nem a sua solidão”. (p.12) Essa constatação é real para as crianças e jovens que agriem. Eles são pessoas que ninguém quer porque incomodam. Não há muito espaço para elas em casa ou na escola. A rua os acolhe por um tempo, mas um dia eles acabam na delegacia. Entram e saem dela... São crianças e jovens *Flicts*: “Na escola, a caixa de lápis cheia de lápis de cor (...) não tem lugar para Flicts”. (p.14) Na nossa sociedade há pouco espaço para acolher delinqüentes, crianças que roubam, quebram, gritam, fazem confusão. A eles, a sociedade, tão arrumada quanto uma

caixa de lápis, diz: “por favor, não vai querer quebrar a ordem natural das coisas”. “Não quebre uma tradição!” (p.20)

As questões que esta tese reflete, ao longo de seu percurso, são: Que tradição a zelar é essa? Que lugar há para essas crianças e esses jovens? Quem são esses jovens? Por que eles usam o comportamento anti-social como marca de significação de si mesmo? Por que a sociedade que os desapossa, no sentido de não dar a eles, independentemente de qualquer classe social ou cor, saídas, opções, cuidados, é a mesma que os pune, expulsando-os, negando-lhes um lugar de pertencimento?

“Nada no mundo é *Flicts* ou pelo menos quer ser”, diz Ziraldo. (2002, p.30) Dura constatação.

Só que esses jovens *Flicts*, um dia, cansam e param de procurar. Somem, perdem a esperança. Somem porque morrem; somem porque, ao desaparecerem, não há quem dê por falta deles. Se eles são “objetos-espelho”<sup>1</sup> que denunciam o que a sociedade faz com eles, o melhor é que eles parem de incomodar.

Choca-nos a Chacina da Candelária, mas, depois de tanto tempo, o choque passa, dilui-se em outros choques que banalizam a imagem e a brutalidade cometida.

Choca-nos o número de queixas de falta de limite, de roubos, de arruaças por parte de crianças e jovens, tanto moradores de favelas, como do asfalto, como dos condomínios fechados. Neste caso, não há fronteiras sociais: todos são *Flicts*. Variam as táticas diferentes de denúncia, os gritos de socorro, mas todos são igualmente incomodativos. Não obstante, habituamo-nos a eles. Convivemos com eles. “É o jeito”, dizem. Assim, desaparece a necessidade de entendermos quem são essas crianças...

Porém, esta tese insiste na pergunta: Quem são essas crianças denominadas de anti-sociais? Insiste, igualmente, em outras perguntas decorrentes dessa primeira: por que, hoje, a expressão das emoções, particularmente a agressividade, toma a via da atuação em lugar de outras formas como a expressão pela linguagem? Quem se dispõe a ouvi-las? E, finalmente, o que é ser pai e mãe nessa sociedade contemporânea? Que mundo esses pais podem apresentar a seus filhos?

---

<sup>1</sup> Termo cunhado por Takeuti (2002).

Chamamos à cena desta tese, agora, *um lugar*. Calvino (2003), em “Cidades e as trocas 4”, tematiza a importância das relações sociais na questão da constituição de um lugar de pertencimento. Façamos de Ercília, uma cidade que possui a capacidade de sumir e manter somente visível as relações que seus moradores estabeleceram entre si por um período. Reproduziremos todo o conto – a imagem não deve ser fragmentada nesse momento, ainda:

“Em Ercília, para estabelecer as ligações que orientam a vida da cidade, os habitantes estendem fios por entre as arestas das casas, brancos ou pretos ou cinza ou pretos-e-brancos, de acordo com a relação de parentesco, troca, autoridade, representação. Quando os fios são tantos que não se pode mais atravessar, os habitantes vão embora: as casas são desmontadas, restam apenas os fios e os sustentáculos dos fios.

Do costado do morro, acampados com os móveis de casa, os prófugos de Ercília olham para o enredo de fios estendidos e os postes que se elevam na planície. Aquela continua a ser a cidade de Ercília, e eles não são nada.

Reconstruam Ercília em outro lugar. Tecem com os fios uma figura semelhante, mas gostariam que fosse mais complicada e ao mesmo tempo mais regular do que a outra. Depois abandonam e transferem-se juntamente com as casas para ainda mais longe.

Desse modo, viajando-se no território de Ercília, depara-se com as ruínas de cidades abandonadas, sem as muralhas que não duram, sem os ossos dos mortos que rolam com o vento: teias de aranhas de relações intrincadas à procura de uma forma”. (p.72)

Ercília, imagetivamente, demonstra o que discutiremos a longo da tese: quais relações sociais são necessárias para poder o ser humano se constituir enquanto um ser que vive numa *polis* e, ao olhar para si, possa dizer “eu sou”? Winnicott enfatiza, na sua obra, a importância das instâncias sociais como provedoras de limite e afeto às crianças desde os primórdios de suas vidas. Imagina a vida do ser humano como um espaço envolto de cuidados. Afirma que a vida relacional começa no momento em que o feto, empurrando seu pé na barriga da mãe, encontra um limite e esse limite é significado por ela. Mais tarde, estenderá esse gesto espontâneo ao olhar materno e à relação de mutualidade que ali se estabelece. Mais tarde ainda, estenderá esse gesto à troca entre mãe e bebê no que diz respeito à criação de um mundo compartilhado, tecido a dois, mesmo que percebido como sendo tecido somente pelo bebê. Para além desse pequeno mundo familiar, há o portão da casa, há o portão do quintal, há a rua, há a escola, o bairro, a cidade, o país. Os círculos concêntricos vão ampliando o universo da

criança e vão, ao mesmo tempo, dando a ela tempo e ritmo, confiança e fidedignidade no mundo e em si mesmo: surge a crença em si, no espaço que a circunda e a responsabilidade pelo outro.

Os fios que em Ercília se tecem são exatamente esse tear mãe-bebê, díade primeira, que depois passa a ser mãe-e-bebê, e depois mãe-com-bebê, e depois, muito mais tarde, mãe-sem-bebê e bebê-sem-mãe, mesmo que cada um deles possua dentro de si o seu bebê e a sua mãe. Esses fios, como bem nos caracteriza Calvino, podem ser de uma só cor, misturados, parte de uma cor, parte de outra. Como em Ercília, os fios jamais são sempre de uma só cor, e o mesclar ou o diferenciar de cores demonstram exatamente o grau de parentesco e de autoridade. Esses níveis de relacionamento são vistos por Winnicott como vitais. A autoridade deve ser exercida por direito e não por imposição. Ela advém de uma moralidade inata do bebê e, se este já a desenvolveu, esta, sendo-lhe imposta, significará uma ofensa. Toda imposição de regras, quando as temos internamente em nós desenvolvida, é algo aviltante.

Olhando-se os campos de Ercília vêem-se fios que permanecem para além das muralhas que não duram, para além do pó dos ossos dos mortos. Apesar de qualquer problema, Ercília existe pelos vínculos que foram criados, gestados e registrados para além das casas e dos próprios moradores. Nos fios-teia de Ercília do passado há um presente que tenta reproduzir o passado das relações, mas, de alguma forma, diferente: “tecem os fios com uma figura semelhante, mas gostariam que fosse mais complicada e ao mesmo tempo mais regular do que a outra”. Há ruptura, porque há a tradição que se mantém na memória daqueles que re-constroem Ercília. Aquela continua a ser a cidade de Ercília, e seus moradores “não são nada”: os relacionamentos entre as pessoas são mais fortes do que casas, muros e as próprias pessoas porque são eles que determinam os engendramentos subjetivantes de cada um.

Como seria Ercília se as teias, fios, sustentáculos não resistissem ao tempo, não ficassem como marca ou como registro? Como seriam esses habitantes, a re-construírem sempre Ercília, sem poder olhar para trás e ver os fios registrados; sem poder olhar para trás e ler os enredos de fios estendidos? Talvez esses moradores de Ercília não mais se identificassem com Ercília e a cidade outro nome teria, e esses habitantes não mais se relacionariam como antes, se é que se

mudariam para mais longe porque não teriam um registro em si para poder levar consigo como sendo uma área de pertencimento.

Perguntamos: há, hoje em dia, alguma cidade grande que possa olhar para sua cartografia e relembrar-se, achar-se nas ruas que foram pavimentadas, nos monumentos que não mais há? Ecoando as antigas perguntas feitas, se os sustentáculos de Ercília não se mantêm, se os fios não perduram, qual sociedade poderiam os habitantes de Ercília mostrar aos seus filhos, aos filhos de seus filhos? Que sociedade podemos, hoje, no Brasil, no Rio de Janeiro, mostrar aos nossos filhos e talvez a nós mesmos? Há histórias verdadeiras a serem contadas? Diante do que tivemos e não temos mais, como agir, ou como re-agir mais uma vez, tentando, no território de *nossa* Ercília, olhar para trás e reaver um passado que não mais está lá para ser contato ou ser visto? Percebemos que possuímos teias de aranha, de relações intrincadas, à procura de uma forma. O percurso que esta tese teceu para poder falar sobre o tema escolhido - a agressividade da infância na contemporaneidade - possui um movimento e procurou ter uma forma, quase uma forma de contar histórias como a que até o momento fiamos.

Partindo de lugares e olhares, de fios multicoloridos, e mantendo um suporte, a teoria de Winnicott, tentamos dar conta do tema agressividade, depois dos diversos entendimentos da agressividade a partir desse “poste-teoria” winnicottiano. Em movimentos articulados, estudamos o que acontece quando os “postes que se elevam na planície” se partem, se fraturam e os fios não mais podem ser tecidos de igual forma, ou também igualmente se partem. Entramos no enredo da tendência anti-social e no que acarreta essa forma de arrumar os fios da vida de uma forma não muito esperada: essas crianças amarram os fios não nos postes de sempre, e não mantêm a cor sugerida ou convencionalizada como sendo a melhor ou a ideal. Tentando entender por que motivo os postes não mais sugerem confiança para serem utilizados como sustentadores dos fios relacionais, geramos outro movimento, complementar aos outros dois anteriormente feitos, e fomos estudar a falência dos papéis parentais e a desistintucionalização do espaço social. Diríamos: a desistintucionalização dos postes de nossa Ercília. Em um movimento final, olhando para esta planície “erciliana”, fazemos uma reflexão sobre onde nossa Ercília se encontra, por que motivo assim se encontra, e quem são os jovens *Flicts* que nela habitam, ou dela fogem, ou a ela aterrorizam.

Winnicott se dedicou, entre muitas coisas, a estudar essas crianças anti-sociais. Ele postula que os comportamentos anti-sociais acontecem até nos bons lares e que tudo aquilo que leva um adolescente ou um adulto a um julgamento ou a uma prisão, teve início numa perda de algo que essas pessoas registram como sendo algo que antes possuíam e que lhes foi retirado. A esse processo de desapossamento, Winnicott denominará de-privação, e marcará a diferença entre essa situação e a de privação, ou seja, uma situação na qual a criança nunca teve nada, e por isso não perde coisa alguma mais tarde, diferente daquela que estamos chamando de crianças *Flicts*.

“Flicts” é um lápis de cor e sabe disso. Possuiria um lugar igual aos outros lápis, ou seja, na caixa de lápis de cor. Assim como deveria ter um lugar na sociedade, no sistema de trabalho, mas não o encontra, mesmo que tenha certeza do que é: um lápis de cor. Alguém um dia lhe dirá o seu lugar e dará a ele a certeza de que ele tinha o direito de possuir, de deter um espaço na caixa de lápis de cor: os astronautas, quando reconhecem que a Lua é *Flicts*.

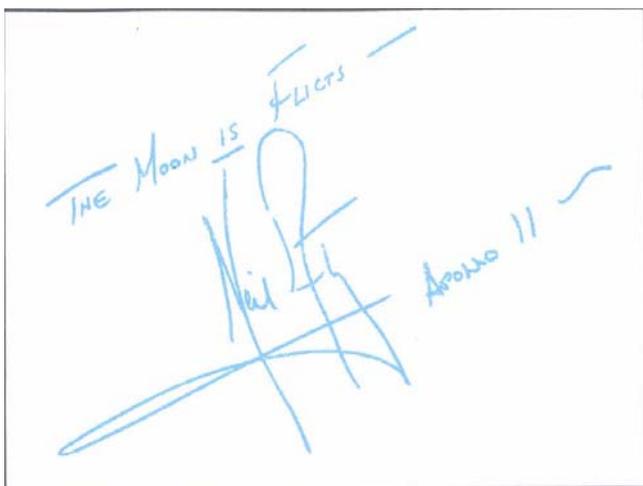


Figura 2

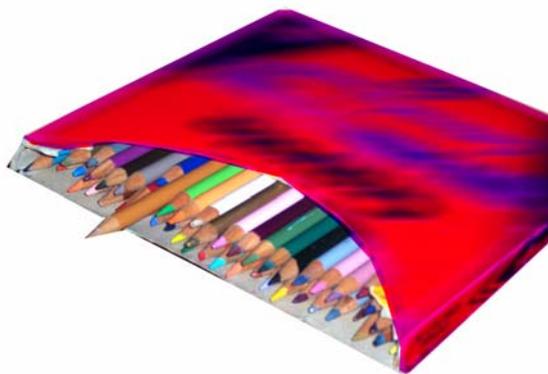


Figura 3

Igual a Flicts, as crianças anti-sociais sabem que possuíam e que possuem um lugar no colo da mãe e nos ombros do pai. Elas brigam por tê-lo de volta. Daí o fato de Winnicott dizer que elas foram desapossadas daquilo que tinham certeza possuírem. Elas sabem a quem reivindicar a perda. Elas sabem que não foram elas que causaram a dor que sentem. Neste fato também reside a idéia de esperança subjacente na tendência anti-social: a esperança de fazer com que alguém do meio

que circunda essa criança venha a dar-lhe de volta o que ela sente como perdido: atenção.

Essa esperança é um paradoxo implícito no conceito de tendência anti-social. Aquele que incomoda, destrói e rouba é igualmente aquele que espera um reconhecimento, apesar de seus atos incomodativos. Enquanto acreditar que pode “re-a-ver”, ou seja, ver de novo o que não é visto por todos, aquilo sentido como dele retirado, essa criança incomodará, perguntará pelo seu lugar, cobrará por ele. Seus movimentos, inicialmente, serão pouco perceptíveis: chorará muito, emudecerá, fará xixi na cama. Depois irá ampliando esse incômodo para além dos braços maternos ou dos ombros paternos, para além da porta de casa. Incomodará a escola, a rua. Se ninguém parar para ouvir ou significar esse incômodo, as barras de uma prisão, talvez, já sejam algo desejado como limite para o gesto centrípeta desta criança. Como na caixa de Pandora, depois de todos os males resta, no fundo, um par de olhos verdes. Winnicott acredita no encontro desses olhos verdes apesar de toda a destruição causada por essas crianças. Paradoxos para serem aceitos.

Se não há verdade ao homem e sim veracidades, ou seja, se ao homem cabe construir sua realidade, cada homem a verá de uma forma diferente, mantendo-se constante alguns requisitos que irmanam esses homens em uma cultura e em um código de comunicação, o primeiro movimento de fios desta tese foi entender o que seria um paradoxo. Os fios que esta tese estendeu por entre os postes de sua Ercília iniciam exatamente com a questão do paradoxo da vida. Assim, o primeiro capítulo após a introdução trabalha a questão do paradoxo da condição humana em alguns aspectos relativos ao viver e ao criar, assim como inicia uma reflexão sobre a importância da agressividade para o ser humano.

Quando já fiamos o suficiente para entendermos por que Winnicott pensa e escreve em paradoxos, gerando conceitos deslizantes, detemo-nos em outros fios. Digamos que dessa vez bicolores: saímos do que seria agressividade enquanto um termo da língua para o que seria agressividade no ser humano e como Winnicott a concebe. Inicia-se aqui o segundo capítulo. Nele, igualmente trabalhamos com paradoxos. A agressividade que gera um gesto espontâneo, que leva o bebê a acreditar que criou seu mundo ou o próprio mundo porque ele está envolto em um círculo de confiança, previsibilidade e limite, é a mesma agressividade que, ao destruir o que encontra pela frente, gera uma comunicação e um apelo.

A agressividade que cria tem como lastro o gesto espontâneo e a criatividade primária. Este lastro é construído a partir de um encontro que gera a confiança no mundo. Este lastro se constrói quando duas linhas de vida se encontram e se sobrepõem: a linha de vida chamada “mãe” e a linha de vida chamada “bebê”. O espaço de ilusão se constitui e, a partir do olhar, do ser visto e do criar emerge o si mesmo, o EU. Num compasso ritmado, mãe e bebê constroem um mundo só deles. Mais tarde partilham esse mundo com outros mundos, gerando uma área de descanso e um espaço de manobra necessários para que a vida emerja com dignidade. Nessa área de manobra começa a surgir algo que pode ser partilhado: um “ursinho de pelúcia”, brinquedos que povoam o nosso playground interno.

A agressividade que desvia de seu caminho esperado, através de atalhos e trilhas, assim o faz porque há um descompasso no tempo e no ritmo dos cuidados maternos para com a criança. Na explosão de raiva, de agressividade, reside um apelo de socorro e uma esperança de que essa explosão comunique algo para além do incômodo que causa. Mais fios tecidos. De bicolores, por representarem dois caminhos possíveis para a agressividade, geram um terceiro fio ou um novelo de fios de uma só cor, mesclada pelas duas anteriores: cinza, ou poderíamos dizer *Flicts*? Esse novo novelo-cor inicia o terceiro capítulo desta tese.

O paradoxo da agressividade no ser humano nos leva, na teoria winnicottiana, não somente à descoberta do objeto e à criação de um espaço transicional no qual toda a criatividade do ser humano começa a ser gestada e mais tarde toda ela poderá aí estar localizada. Esse paradoxo também gera, como vimos, o descaminho da tendência anti-social, paradoxal por tentar ser uma comunicação que acaba gerando um descompasso. Nesses fios não há espaço para brincadeiras, para deslizares de fios multicoloridos. Quase todos eles estão tingidos de uma só cor.

Para que possamos entender por que essas crianças anti-sociais não brincam ou brincam sempre de forma estereotipada, evitando lugares desconhecidos como cores e tintas, primeiro puxamos alguns fios coloridos. Visitamos a área transicional onde o brincar é gestado e nos perguntamos: por que as crianças brincam? Qual a importância do brincar? Assim como no paradoxo, que possui em si dois lados antagônicos, mas que ao estarem em um mesmo patamar deixam de ser antagônicos para serem uma outra coisa que não uma antítese, ao nos

perguntarmos sobre o brincar, estamos trilhando um caminho que pode se desdobrar em uma outra pergunta, que se torna principal no que diz respeito ao tema da tendência anti-social: qual é a graça de brincar? Para que brincar?

Entre o brincar e o não brincar há um espaço que vai se estreitando, que é a área transicional, que é o espaço que habitamos quando podemos “esquecer” a realidade da vida. Essas crianças tiveram a realidade da vida muito rápido a elas expressada, mostrada, confrontada. Não houve tempo de brincar de criar o mundo... Ele já foi dado como pronto. Não houve tempo de construir uma torre com blocos, derrubá-la e poder reconstruí-la tendo alguém para reassegurar a beleza dessa re-construção. Quando a criança olhou para o lado não havia ninguém olhando para ela, a não ser o vazio. Havia uma dispersão de atenções, mas nenhuma era a ela direcionada. O desamparo, a dor, o eclipse da criatividade na tendência anti-social é analisada a partir da área que se estreita nessas crianças: o espaço cultural.

Pinóquio é o menino estudado por esta tese. Optamos por olhar para a literatura e fazermos dela um espaço não somente de ludicidade e encantamento, mas também um espaço de verossimilhança. Como indicamos em nossa reflexão, desde o início desses caminhos de capítulos, não há verdade para a condição humana, há veracidades. Optamos por uma veracidade na qual pode caber todo e qualquer menino ou menina, sem ser necessariamente um menino específico ou uma menina específica. Da arte nasce a realidade, mesmo que temporária do viver humano.

Porém, ao esticarmos fios na nossa cidade de Ercília, a Ercília desta tese, chegamos a um quinto rolo de fios. Não mais da mesma cor cinza ou *Flicts*, mas também igualmente misturado em cores que não poderíamos dizer qual cor possuem esses fios. Ele expõe o que o capítulo anterior já mostrara: onde estão os postes que deveriam sustentar os fios esticados pelos moradores de Ercília? Por que esses postes não mais aceitam os fios cinza, ou os bicolores? Por que, às vezes, notamos que alguns deles até aceitam os fios, mas vergam com a tensão, racham com a pressão?

No quarto capítulo fazemos de uma frase escrita em um muro de Quito nossa idéia norteadora: “Quando achávamos que sabíamos todas as respostas, mudaram-se as perguntas”. A partir dela nos indagamos: Como podem os pais exercer sua função paterna em um mundo mutante, em uma realidade vista como

líquida por muitos teóricos da contemporaneidade? Neste momento paramos para tentar entender o que levaria as crianças a apelarem para a agressividade sem limites e o uso do gesto e do ato para cobrir hiatos que existem hoje com maior ênfase entre pergunta e resposta.

Achávamos que sabíamos tudo, ou parte desse tudo. Não sabemos. O que fazemos agora? Como se fazer ouvir na incomunicabilidade do mundo contemporâneo? A resposta que procuramos dar a essa pergunta, mesmo que de forma temporária, seria a de que os atos anti-sociais são um tipo de resposta a essa fluidez de bordas, de molduras, de referenciais. Diante do adulescimento dos pais e da adultescimento das crianças o que resta aos jovens que procuram um padrão identificatório para transgredir e construir o seu próprio? E o que resta à criança que busca um padrão para poder se espelhar e mostrar ao meio social e ao meio familiar que esses padrões estão faltando e gerando um quase “abismo” entre a procura e o que se encontra disponível para suprir essa procura com respostas?

Fechando os fios que estendemos ao longo desse percurso de capítulos e de reflexões, em nossa conclusão, apontamos algumas constatações advindas dos fios expostos, re-compostos, alinhados e re-alinhados. A cada capítulo tentamos aprofundar o tema da agressividade da infância e tentar entendê-la como uma forma de discurso, mesmo que uma forma de apelo para uma linguagem na qual o simbólico perde espaço e o ato ganha peso e presença. Ato simbólico fadado ao fracasso, posto que de difícil entendimento por parte de nossa sociedade contemporânea. O gesto não acolhido se expande, alardeia-se o barulho e o medo. Paralisados, tememos por nosso futuro. Igualmente paralisadas, essas crianças não vêem futuro.

Olhando para a planície de nossa Ercília, não vemos os fios com tanta nitidez, mas apostamos na existência desses fios, mesmo que de outra cor, mesmo que de outro estopo, mesmo que diferente em tessitura. “Lutar quando é fácil ceder”, parecem pensar essas crianças que nos assustam. Elas lutam. Ceder talvez fosse mais fácil, ceder aos fios do boneco Pinóquio e voltar a ser marionete do destino. Ceder ao reformatório. Ceder ao próprio medo de ter medo quase de si próprio. Mas esta tese, que mistura teoria e outras verdades, aposta na luta, muitas vezes inglória, de tentar fazer de crianças Flicts ou de crianças sem discurso aceito socialmente, crianças com a opção de poder ter um discurso para falar de si

mesma, crianças com o direito de ter um lugar na caixa de lápis da sua vida e na sociedade.

O momento contemporâneo faz dessa aposta, um risco. Risco no papel em forma de tese, risco do grito na imagem do jornal, risco da pintura que expõe uma denúncia. Risco pelo simples fato de se falar do que não gostaríamos de ouvir ou ver como sendo algo a nós pertencente ou por nós causado.

Acabamos essa introdução como a iniciamos: com um gesto poético-imagético-criativo. Deixamos a voz de João Cabral de Melo Neto, apresentando a nós quem são essas crianças que a partir daqui estudaremos com mais vagar, lentamente, numa bricolagem não única nem exata, mas possível e certamente necessária para o entendimento do momento no qual estamos vivendo.

Quando um rio corta, corta-se de vez  
o discurso-rio de água que ele fazia;  
cortado, a água se quebra em pedaços,  
em poços de água, em água parálitica.  
Em situação de poço, a água equivale  
a uma palavra em situação dicionária:  
isolada, estanque no poço dela mesma,  
e porque assim estanque, estancada;  
e mais: porque assim estancada, muda,  
e muda porque com nenhuma comunica,  
porque cortou-se a sintaxe desse rio,  
o fio de água por que ele discorria.

O curso de um rio, seu discurso-rio,  
chega raramente a se reatar de vez;  
um rio precisa de muito fio de água  
para refazer o fio antigo que o fez.  
Salvo a grandiloquência de uma cheia  
lhe impondo interina outra linguagem,  
um rio precisa de muita água em fios  
para que todos os poços se enfrasem:  
se reatando, de um para outro poço,  
em frases curtas, então frase e frase,  
até a sentença-rio do discurso único  
em que se tem voz a seca ele combate.

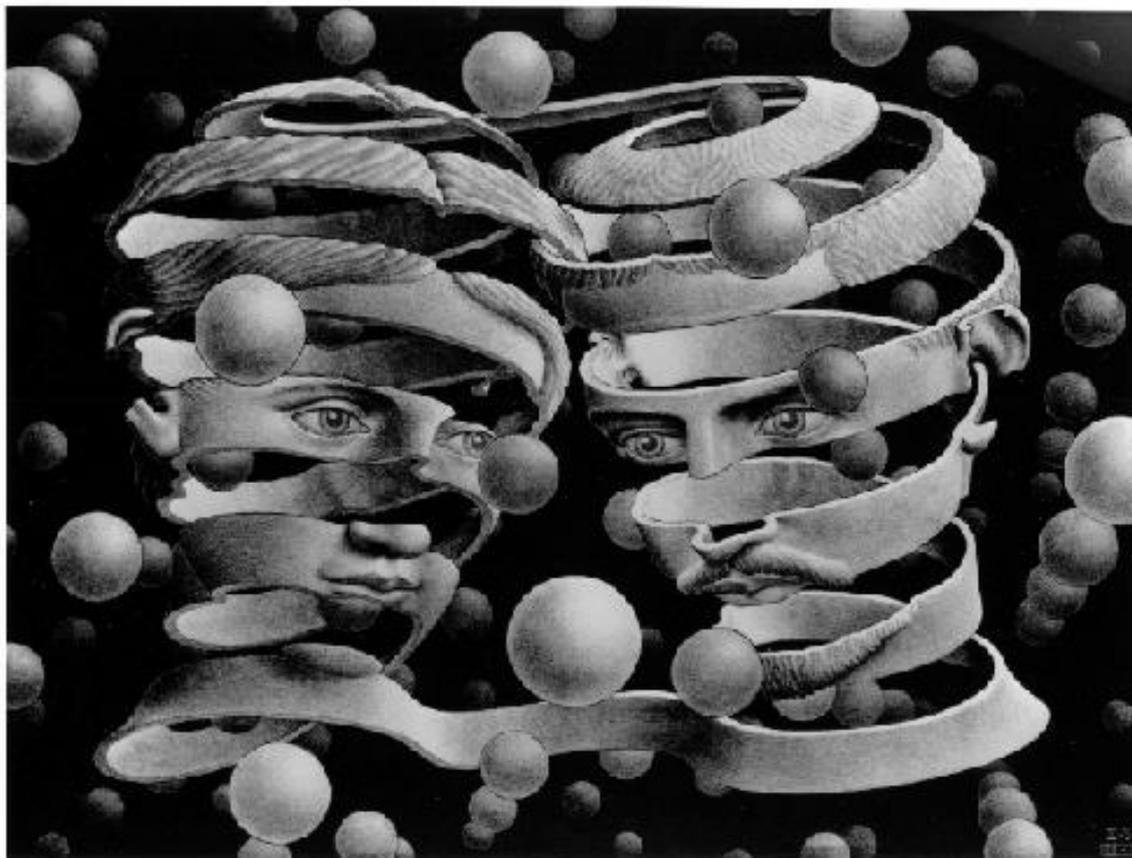


Figura 4

O mais difícil: redescobrir sempre o que já se sabe  
(Canetti, 1945)

## 2. “Do nascimento à criação”: a complexidade do viver humano.

### 2.1.

#### Sobre o que versa a vida: “Estar vivo é tudo”<sup>2</sup>

Desde que o mundo é mundo o homem busca entender o que seja a vida criando discursos e narrativas em várias áreas do conhecimento, tentando buscar os componentes que a integram. A pergunta que fazemos frente ao universo é: quem sou eu? Da Filosofia à poesia, da Matemática à Psicologia e à Psicanálise, diversos saberes tentaram responder essa indagação humana. Várias respostas existiram, caíram em desuso, criaram-se outras respostas. Paradigmas surgem. Por algum tempo dão conta de responder ao homem quem ele é e qual o papel dele no mundo onde vive. Mas, como o tempo não pára e a vontade de conhecer o universo é algo intrínseco ao homem, esses mesmos paradigmas instigam-no a ir mais longe, a questionar-se e assim questionar o seu próprio saber e o que está vigente enquanto lei e explicação para ele.

Diante desse ciclo de instabilidade do saber sobre si e sobre o universo, diante das angústias frente ao novo e frente à curiosidade de querer ir além do que já se sabe, percebemos que a verdade para o ser humano é, no fundo, algo relativo, revestido de totalidade enquanto durar a certeza desse homem frente ao seu conhecimento. Como nos diz Khan (1957): “A verdade conosco, seres humanos, só funciona através da metáfora do paradoxo. A precisão matemática é a medida das máquinas, mas não um índice da veracidade humana”. (p.17)

Se a vida é um paradoxo, perguntamo-nos: O que é um paradoxo?

Etimologicamente paradoxo significa contrário à opinião (doxa), isto é, contrário à opinião recebida e comum. O paradoxo maravilha porque, propondo-se a como se diz que é, parece assombroso na medida em que se diferencia do senso comum ou do “bom senso” que é o que afirma um sentido determinável em todas as coisas. *O paradoxo, ao contrário, vai contra o senso comum, e afirma a existência de dois sentidos ao mesmo tempo.* (Mora, 1982, p.179, grifo nosso)

---

<sup>2</sup> Winnicott, 1963a, p.174.

A teoria winnicottiana lida o tempo todo com o equilíbrio instável da condição humana. Ao longo de sua obra, embora Winnicott nos fale de duas condições opostas de bebês, tece-nos uma malha complexa que liga esses opostos, jamais os contrapondo totalmente. Como ele próprio nos diz em muitos de seus artigos: se tudo corre bem.... mas se tudo corre mal.... Dessa forma, ele cria uma faixa que desliza entre o esperado e o inesperado, ressaltando que muitas vezes o inesperado se equilibra no esperado. É a forma de lidar com os acontecimentos que faz com que a vida continue a acontecer.

A condição humana para Winnicott é paradoxal no sentido de termos em nós um núcleo incomunicável. Se o indivíduo humano é, por um lado, isolado e incognoscível, só pode personalizar-se e conhecer-se através do outro. Privilegiando a vitalidade e a experiência desde o início, Winnicott construirá uma teoria deslizante, sem pontos fixos necessariamente. O outro é vitalmente importante. Não há um bebê e sim uma díade mãe-bebê. Não há um meio ambiente separado do bebê. O que há é um meio maternal que cuida e que sustenta de forma a não torná-lo precocemente perceptível para o bebê. Assim, a descoberta do mundo acontece em pequenas doses, permitindo ao bebê a ilusão de havê-lo criado. O gesto criador reside exatamente nesse paradoxo: é entre a percepção e a apercepção<sup>3</sup> que o bebê torna-se criador e criatura deste mundo. Mais tarde, mesmo sabendo-se não mais criador do mundo e sim criatura neste mundo, o ato criador passa a ser algo intrínseco ao indivíduo.

Clancier e Kalmanovitch (1987) fazem um estudo detalhado dos paradoxos winnicottianos: teorizações sobre o estar vivo e o viver, sobre o viver e o criar. Assim, quando se fala do humano ou da vida humana, se fala de paradoxos para não serem resolvidos na maioria das vezes.

Nelson Coelho (2004, In: Barone, 2004), no prefácio do livro “Realidade e luto: um estudo da transicionalidade”, afirma que Winnicott formula paradoxos que “desorganizam as formulações canônicas sobre a natureza da realidade, sobre a natureza da experiência humana da realidade ou mesmo sobre a natureza das formas de conhecimento humano da realidade”. (p.15) Concordamos com esse olhar do autor já que é exatamente através da criação desses paradoxos que Winnicott consegue gerar uma matriz complexa de olhar o mundo e o ser humano.

Winnicott valoriza e constrói conceitualmente um espaço do *entre* “como uma dimensão fundamental para a compreensão dos fenômenos característicos da existência humana”, (Coelho, 2004, In: Barone, 2004, p.16) instaurando uma nova dimensão da realidade: nem somente a realidade externa ou a realidade interna, mas, e principalmente, uma realidade partilhada e transicional. Nesse espaço em transição caberá toda a criatividade humana, desde a primeira criação do bebê até todas as expressões artísticas possíveis de serem inventadas pelo homem ao longo de sua vida, ou seja, sua cultura.

Cecília Meireles (1993), em seu *Poema Mínimo*, traça-nos uma imagem desse equilíbrio instável, mas necessário para que o viver se constitua, para que a crença em si mesmo e no mundo se estabeleça, para que um ser humano tenha um lugar seguro dentro de seu próprio mistério: a vida a ser vivida e criada por ele.

Diz-nos a poetisa:

No mistério do Sem-Fim,  
Equilibra-se um planeta.

E no planeta, um jardim,  
E, no jardim, um canteiro;

No canteiro, uma violeta,  
e, sobre ela, o dia inteiro.

Entre o planeta e o Sem-Fim,  
A asa de uma borboleta. (p.202-203)

Se formos analisar as metáforas cecilianas, poderíamos entender o “Mistério do Sem-Fim” como o mistério humano, da vida ela mesma, a ser descoberta e criada através de um gesto criador. A linha da vida que está se formando parte desse mistério do Sem-Fim, sobre o qual se equilibra o mundo real, fora da onipotência infantil - o planeta -; que contém o equilíbrio do jardim; que contém o equilíbrio do canteiro; que contém dentro dele uma violeta, sustentando sobre ela o dia inteiro. Mas se virmos a violeta como sendo o indivíduo a ter sua linha de vida (*going on being*) construída e sustentada pelo ritmo e pela duração de um dia inteiro, veremos que no equilíbrio instável do criar o mundo e a vida há a asa de uma borboleta. Ousaríamos, aqui, dar a essa metáfora o significado de “mãe”.

---

<sup>3</sup> Os termos *apercepção* e *percepção* são termos importantes dentro do arcabouço teórico winnicottiano, e serão trabalhados em sua complexidade ao longo do capítulo 3 desta tese.

Pois entre o real do planeta e o surpreendente e inusitado do Sem-Fim, há sempre uma mãe a sustentar no tempo e no espaço seu filho. Primeiro, não deixando o inusitado acontecer e, mais tarde, deixando que ele aconteça para que, por fim, esse ser possa sustentar um dia inteiro e não fenecer.

O olhar que optamos por ter ao longo desta tese é exatamente esse, aquele que equilibra o Mistério do Sem fim e o Planeta, na fragilidade e densidade finíssima da asa de uma borboleta. Como nos afirma Rodmann (1999), em “O gesto espontâneo”:

o verdadeiro *Self* pode ser sentido mas nunca resumido ou verbalizado ou conquistado por uma formulação. *Não importa quão inteligente nossa linguagem seja, nós não capturamos o coração vivo da pessoa. (...) Nós somente podemos apreender parte da pessoa, se tivermos sorte, nunca o todo. E isto também é verdadeiro a respeito de nós mesmos, já que não podemos conhecer a nós mesmos completamente. Há sempre uma vasta reserva do desconhecido e isto, talvez, seja o que faz a vida interessante, mesmo que às vezes frustrante.* (p.63/64, grifo nosso)

Refletamos sobre as frases grifadas: *Não importa quão inteligente nossa linguagem seja, nós não capturamos o coração vivo da pessoa.(...) Há sempre uma vasta reserva do desconhecido e isto, talvez, seja o que faz a vida interessante, mesmo que às vezes frustrante.*

Rodmann marca, nessa descrição do humano, a existência de um hiato entre a palavra e aquilo que a palavra nomeia e referencia. Entre a palavra e a coisa há um espaço preenchido e modulado pelo afeto, amálgama necessário para que as palavras tenham sentido e possam estar relacionadas às coisas. É esse afeto que colore as palavras do léxico: sem ele, estas são somente palavras cristalizadas, palavras-coisa, esvaziadas de sentido. Não há aprendizado da língua se não houver, junto com ele, um sentido afetivo dando a este aprendizado um porquê, uma intenção que remete ao desejo de se estar aprendendo uma palavra. Junto com esse afeto vem o movimento, vem a surpresa e o acontecimento que é aprender o nome das coisas e de ver-se inserido em um outro mundo para além do seu mundo familiar e particular.

A linguagem verbal, quando adquirida, dá ao ser humano a possibilidade de poder se expressar de muitas outras formas que, anteriormente, somente poderia se dar através do gesto, da mímica. O movimento inicial, que é significado pelos pais e por eles traduzidos em palavras, em certo momento, transforma o acontecimento “vida” em algo mais pessoal, mas, ao mesmo tempo, mais

complexo. A pessoa que era necessária para falar pela criança, dizer por ela o que ela sentia e pensava, foi, progressivamente, inserindo-a no mundo, ensinando-a, através do amor e da constância de sua presença e da paciência em repetir-lhe os sons e junções de sons que formam palavras, a falar por ela mesma. Do diálogo mudo, no sentido de ser pré-verbal - posto que sem palavras -, surge o diálogo mediado por elas: o espanto da vida acontecendo passa a ter voz partilhada entre as pessoas.

A vida é um espanto, é um acontecimento, é movimento, é som e imagem. Sem movimento não se capta a vida, e a língua é movimento, fenômeno transicional por excelência.

Prigogine (2003) fala-nos da noção de acontecimento e diz-nos que um acontecimento “implica a idéia de que uma situação pode ou não ocorrer, que ela é sempre uma contingência”. (p.23) O que pode ser previsto e explicado, como o exemplo que este autor nos dá sobre a posição da lua, não é mais um acontecimento. Quando a explicação deu à lua uma posição e uma explicação fixas, esta deixou de ser um acontecimento que necessitava de uma mitologia para explicá-la em seus aparecimentos. Perdeu-se o movimento. Passamos a imaginar conhecer Marte, Vênus e Plutão. Assim, ainda segundo o autor, e com ele concordamos, “o acontecimento só pode ser situado numa perspectiva de temporalidade. Ele introduz um elemento de incerteza na previsão do futuro, demonstrando, desse modo, o caráter não determinista da história humana”. (p.22)

Filósofa Winnicott (1970) sobre o que seja a vida:

A vida é uma pirâmide invertida e o ponto sobre o qual ela repousa é um paradoxo. O paradoxo exige aceitação como tal e não precisa ser resolvido. Isto é loucura permitida, uma loucura que existe dentro do arcabouço de sanidade. Qualquer outra loucura é uma amolação, uma enfermidade. (p.220)

Em sua reflexão, Winnicott nos fala da vida como um acontecimento paradoxal. Por isso, o viver tem por imagem uma pirâmide invertida, inquietamente sustentada pelo seu vértice, tendo de sustentar uma base maior do que este o tempo todo. Assim, viver torna-se um acontecimento. Não é previsível, não há regras certas ou exatas para isso. Tudo se equilibra minimamente, como no poema de Cecília Meireles.

Como nos afirma Ciurana (2003), a realidade é algo construído e não refletido passivamente: a vida é um acontecimento, sempre. Para esse autor, “a

metáfora do espelho é simplesmente falsa”. (p.56) Porém, se utilizarmos da metáfora winnicottiana de espelho, esta seria verdadeira, porque o espelho, neste caso, é um espelho VIVO.

O olhar materno, ao instaurar a subjetividade do bebê, é sim uma construção, porém uma construção alicerçada no amor e no desejo materno pelo filho. É uma construção também no sentido de que o bebê “concomitantemente pode olhar e criar, tanto o que vê, quanto a sua capacidade para olhar” a partir de uma “disposição primária que o lança em direção ao mundo”. (Barone, 2004, p.84) O que torna essa experiência de espelhamento um acontecimento paradoxal é o fato de não caber ser perguntado o que a mãe vê quando olha seu bebê e o que o bebê vê quando olha sua mãe. O que eles vivem é uma experiência que gera uma ação no bebê, ação esta vista por Barone (2004, p.84) como uma “disposição primária no bebê que o lança em direção ao mundo”; disposição esta presente no potencial de desenvolvimento do bebê. Esse encontro “permite o bebê olhar e criar, tanto o que vê, quanto a sua capacidade para olhar”. Acontece, nesse encontro de olhares, a experiência rudimentar da ilusão.

O conceito de “experiência de ilusão” constitui um outro aspecto paradoxal da teoria winnicottiana. Dela depende a criação do espaço transicional e todo o desenvolvimento da alteridade na criança. Para Winnicott, a experiência de ilusão é representada pelo encontro sobreposto de duas linhas de vida: a da mãe e a do bebê. Por uma sincronicidade - somente permitida pelo adoecimento sadio da mãe nos primeiros meses de vida do bebê - esta mãe, na sua preocupação materna primária, oferece o seio de tal forma, que o bebê acredita tê-lo “criado”. As duas linhas se sobrepõem, porém não se confundem, não se entrelaçam. Trata-se de uma sobreposição que gera toda uma criação de vida ao dar ao bebê suporte para poder alucinar, no sentido que o ambiente fornece os elementos para que essa alucinação seja sentida como criativa e real. Somente através da repetição dessa experiência haverá a possibilidade de a realidade poder ser apreendida pelo bebê enquanto tal.

Assim, dessa maneira, se tudo corre bem temos um curso do rio-vida e esse curso gera um discurso cristalino. Se tudo corre não muito bem, temos o entrefrasear desse discurso, no qual o verbo se dissipa e surgem poços. No entanto, às vezes, a comunicação ainda é possível. Se tudo corre mal, então o discurso se desfaz e nada se fala entre os poços-vida. Dissociam-se partes, a vida

se estanca e a “loucura permitida dentro do arcabouço de sanidade” se esvai e surge a “outra loucura” que é “uma amolação, uma enfermidade”, exatamente porque perdeu o seu equilíbrio instável: o vértice não mais sustenta em si a base. Esta caiu no chão. O viver passa a não ser tudo e ser sim uma amolação e uma enfermidade.

## 2.2.

### **Agressividade: a polissemia necessária de um termo**

Como foi visto através de alguns paradoxos winnicotianos, nenhum termo revela um ato denotativo, puramente conceitual. Ou seja, qualquer conceito na obra de Winnicott está sempre em um entrelinhas, jamais definido de forma engessada. A cada artigo seu, ao longo de sua vida, Winnicott ia reformulando seus conceitos, ampliando-os. Para ele, o ser humano é um ser em marcha e assim acabavam sendo o seu olhar e os seus conceitos.

Para que possamos entender como Winnicott irá definir agressividade em sua teoria, assim como para entendermos de forma mais ampla o significado do que seja agressividade da infância, devemos, inicialmente, traçar um histórico quase que etimológico da palavra agressividade. Posteriormente, em um segundo tempo, apresentaremos como Winnicott utiliza essa palavra para além de sua definição usual e lingüística. Assim, estaremos localizando de qual patamar estaremos falando e com quais significados estamos entendendo o termo “agressividade”. Iremos primeiramente analisar esta palavra em sua situação denotativa, para irmos, progressivamente, bricolando a ela os significados que Winnicott deu a esse termo, inovando o seu sentido dentro do arcabouço da psicanálise.

Esse caminho evita o que Winnicott (1968d) já assinalava como o embotamento do sentido e do emprego que uma palavra sofre ao ser usada ao longo do tempo. Assim, de tempos em tempos, “precisamos tomar cada uma delas e examiná-las, e determinar, na medida em que formos capazes disso, não apenas como a palavra veio a existir através da poesia da etimologia, mas também as maneiras pelas quais a estamos utilizando agora”. (p.181)

Bezerra Junior (2001) complementa o olhar de Winnicott, acrescentando à questão do embotamento frente ao uso de um termo, a consequência que o não entendimento específico deste acarreta em um debate de natureza teórica: a existência de monólogos cruzados, “nos quais os argumentos são lançados sem nunca serem analisados comparativamente. O barulho dos debates muitas vezes esconde um simples desencontro conceitual”. (p.19) De igual forma, Vilhena (1998) enfatiza que, ao se estudar uma questão, devemos “quando falamos, marcar muito claramente de que lugar o fazemos e com quais teorias estamos dialogando” e, “neste sentido, alguns pressupostos precisam ser previamente explicitados”. (p.66)

Acreditamos que muito do que não se entende sobre esse tema advém, exatamente, do desconhecimento da etimologia da palavra “agressividade”, conduzindo a uma resistência em se perceber o fenômeno agressivo como um algo inerente à vida e ao viver.

O termo agressividade possui em si mesmo, enquanto conceito, uma polissemia própria, necessária de ser investigada. Perguntamo-nos nesse momento: o que é agressividade? Quais seriam as origens da agressividade no ser humano? Para se responder a essas indagações, partimos dos sentidos que o substantivo agressividade possui na língua portuguesa e também do sentido latino da mesma. Depois caminharemos em busca das raízes da agressividade no ser humano.

Indo-se da palavra dicionarizada ao conceito e do social/cultural para o singular/subjetivo, construiremos um caminho necessário para que compreendamos porque, hoje em dia, agressividade é sinônimo de destruição e violência para a maioria das pessoas, mesmo que estes termos sejam entendidos como possuidores de uma gradação por quase todos os usuários da língua portuguesa. Será que essa percepção sempre foi assim?

O verbete *agressividade*, segundo Aurélio Buarque de Holanda (1979), tem como denotação: “disposição para agredir; qualidade de agressivo; dinamismo, atividade, energia, força”. (p.52) Esta palavra tem como origem a palavra latina *aggrederere* (agredir), que significa “ir contra alguém, atacar, agredir, daí sondar, procurar, atrair, abordar, empreender, caminhar em direção a, dirigir-se a, ir em direção a, ir ter com, acercar-se de, aproximar-se”. (p.52)

Se pararmos para analisar os significados que nos foram apresentados, perceberemos que a palavra agressividade possui, em si, uma complexidade inerente já de início: o ato de agredir, e a questão da força e energia para fazer efetuar-se o ato, não subtende, necessariamente, o significado usualmente atribuído à palavra agressividade; qual seja, destruição ou ato de violência.

Desde a origem, agressividade estaria mais ligada à questão do movimento; ou seja, de “ir ao encontro de”, “aproximar-se”, “ir contra a alguém em busca de contato”. Logo, agredir não é sinônimo de destruir ou de violência necessariamente, aliás, nem isso.

Se formos procurar os significados da palavra *destruição*, que adviria do verbo *destruir*, encontraríamos: “demolir, arruinar, aniquilar (o que estava construído); fazer desaparecer, dar cabo de, extinguir; assolar, arrasas, devastar, destroçar; matar, exterminar; desarranjar, desorganizar, transtornar, desfazer; ter efeito negativo; reduzir a nada”. (p.466) Se formos mais longe, e associarmos *agressividade* e *violência*, iremos perceber como o conceito agressividade foi desviado de seu sentido, estando aqui totalmente fora de sua origem etimológica. *Violência* tem como origem a palavra latina *violentia*, e possui como significado os seguintes sentidos: “rigor (do inverno), caráter violento, arrebatamento, veemência, ferocidade, aspecto feroz”. (p.1463) Esses significados, assim como os de destruição, não se articulam em nada, necessariamente, com agressividade.

Na sua origem, agressividade não era vista como violência, nem como destruição. Se, hoje em dia, associamos a ela tais palavras com frequência, é porque algo aconteceu para que assim o fizéssemos, e este algo determina como acrescentamos ou destituímos as palavras de suas significações originais pelo uso ou pelo não uso de determinados significados. Estamos diante da polissemia dos termos ou diante da complexidade da linguagem ao buscar significar os gestos e atos humanos.

Entendemos que olhar para qualquer categoria é como olhar para um caleidoscópio, que, ao ser girado, constrói outra forma a partir dos mesmos vidros quebrados; constrói outros desenhos, a partir dos mesmos elementos. Hoje em dia não há mais um ser único e universal, muito menos conceitos ou categorias estruturados igualmente. Dessa forma, “o fim de milênio pede novos olhares. Olhares múltiplos para romper com a hegemonia epistêmica dos grandes saberes,

das grandes narrativas oficiais e do sujeito racional que, com seu olhar iluminista, pretende iluminar tudo”. (Pellanda e Pellanda, 1996, p.13)

A mesma polissemia que a palavra *agressividade* comporta em si em nível lingüístico, ela adquire enquanto ato ou impulso em outra área de saber com a qual iremos trabalhar prioritariamente: a psicanálise. Se partirmos do pressuposto de que a agressividade é um fenômeno complexo, ela deve ser vista sob um olhar multidimensional. Assim sendo, se formos pesquisar a questão da agressividade neste campo teórico, encontraremos muitas abordagens e muitas facetas, pois não há ali uma univocidade.

Zimmerman (2001) marca essa polissemia a partir da diferença que ele estabelece entre os termos *agressividade* e *agressão*, em seu dicionário de termos psicanalíticos. Conforme ele mesmo explicita, normalmente um termo é tomado pelo outro, ou são confundidos entre si mesmos pelas pessoas, pacientes e psicanalistas. A agressividade estaria ligada a “um movimento para frente, indicando uma ambição sadia de metas possíveis de alcançar”; enquanto agressão “estaria mais diretamente ligada à pulsão sádico-destrutiva”. (p.23)

More e Fure (1992), no verbete *agressão*, complementam Zimmerman enfatizando o movimento da agressividade como “uma demanda justa por direitos”, (p.6) ou seja, seria um movimento de pedido, e de pedido justificado por direitos perdidos, não de destrutividade ou violência. Poderíamos dizer que a agressividade opera quando há reconhecimento pelo sujeito do objeto a quem endereça sua reivindicação agressiva, senão o que estaria operando seria o ato violento.

Ao contrário da agressividade - na qual a palavra pode encontrar-se potencialmente aprisionada, mas podendo legitimar-se como discurso pelo outro -, o ato violento, como aponta Souza (s/d), “traz em sua estrutura algo de arbitrário e mesmo que possamos deduzir alguma mensagem, algum sentido em seus movimentos, é importante destacar que se trata, desde o início de um ‘diálogo’ rompido, de um diálogo fracassado”, (p.5) posto não reconhecido pelo outro enquanto significante para ele. Assim, o ato agressivo para ser entendido como um ato violento ou destrutivo, depende do contexto em que este ato estiver inserido e, principalmente, do olhar de quem vê e de quem o recebe, ao significá-lo enquanto tal. Costa (1986) especifica este caráter marcante da violência como sendo o desejo de causar mal, humilhar, fazer sofrer o outro, a partir de um desejo

*deliberado* de agressão. Não há, portanto, para este autor, pertinência em se falar da existência de uma violência instintiva, porque falar de violência é falar necessariamente de uma *intenção* de destruir.

Considerando as diferenças que os termos agressividade, agressão e violência apresentam, percebemos que, também na psicanálise, a agressividade nem sempre é vista como um aspecto somente destrutivo do ser humano. Da mesma forma que achamos necessário traçar o percurso semântico do termo agressividade desde a sua origem latina, acreditamos ser interessante buscar as raízes deste conceito no âmbito da teoria psicanalítica, priorizando o pensamento de Winnicott, autor escolhido como norteador teórico desta tese.

### 2.3.

#### **“Pode alguém comer seu próprio bolo e continuar a possuí-lo?” primeiras reflexões sobre o termo agressividade em Winnicott**

A agressividade é vista pelas pessoas, em sua forma atuada, como algo estranho ao ser humano, sempre nos causando espanto quando percebida. Pelos exemplos vistos na mídia sobre atuações de crianças e adolescentes, notamos o quanto ela nos soa estranhamente próxima e particularmente familiar às nossas vidas. Iniciaremos nossa argumentação mostrando como a agressividade é um tema difícil de ser trabalhado desde os primórdios da Psicanálise, o que fica evidenciado em várias passagens de artigos de Freud. Acreditamos ser interessante relembrar algumas delas, posto que estas se coadunam com a mesma dificuldade percebida posteriormente por Winnicott (1984) em seu livro “Privação e delinquência”. Nele, o autor se dedica à questão desta vertente da agressividade que seria atuada na sociedade através dos atos por ele denominados de anti-sociais: “de todas as tendências humanas, a agressividade, em especial, é escondida, disfarçada, desviada, atribuída a agentes externos e, quando se manifesta, é sempre tarefa difícil identificar suas origens”. (Winnicott, 1939-64, p.89)

Freud (1930) deixa entrever essa dificuldade em “O mal estar na civilização”, ao ressaltar o quanto as pessoas demonstram atitudes de rejeição frente à idéia da existência da agressividade enquanto uma força inata ou constituinte do ser humano. Para ele, esta rejeição estaria relacionada ao

pensamento ingênuo (“criancinhas não gostam”) do senso comum de que os homens não possuiriam ou não gostariam de ouvir falar “da inata inclinação humana para a ‘ruindade’, a agressividade e a destrutividade, e também para a crueldade”. (p.124) Antes, neste mesmo artigo, Freud reafirma a dificuldade de se estudar este tema sem levantar objeções sobre ele, e nos indaga:

Por que necessitamos de tempo tão longo para nos decidirmos a reconhecer um instinto<sup>4</sup> agressivo? Por que hesitamos em utilizarmos, em benefício de nossa teoria, de fatos que eram óbvios e familiares a todos? Teríamos encontrado provavelmente pouca resistência, se quiséssemos atribuir a animais um instinto com uma tal finalidade. (p.106)

Ora, a dificuldade residiria na idéia sacrílega de se pensar a constituição humana como portadora de um instinto agressivo, já que tal fato contradiria “muitíssimas suposições religiosas e convenções sociais”. Indo além, Freud afirma que a História e a própria experiência humana não falariam nesse sentido, mas antes, justificariam “a conclusão de que a crença na ‘bondade’ da natureza humana é uma dessas perniciosas ilusões com as quais a humanidade espera seja sua vida embelezada e facilitada, enquanto, na realidade, só causam prejuízos”. (p.106) Em 1927, no trabalho “O futuro de uma ilusão”, Freud já enfatizava o aspecto de que toda civilização se constrói sobre a coerção e a renúncia ao instinto, marcando como estão presentes, em todos os homens, as “tendências destrutivas e, portanto, anti-sociais e anticulturais, e que, num grande número de pessoas, essas tendências, são suficientemente fortes para determinar o comportamento delas na sociedade humana”. (p.17) No entanto, Freud não deixa de marcar igualmente que o homem sempre nasce com dois instintos primordiais, o amor e o ódio. Em “Carta de Freud”, no trabalho “Por que a guerra?”, Freud (1933) responde a Einstein exatamente sobre essa questão. Diz-nos, e aqui é interessante transcrevermos uma extensa parte, que:

não devemos ser demasiado apressados em introduzir juízos éticos de bem e de mal. *Nenhum desses dois instintos é menos essencial do que o outro; os fenômenos da vida surgem da ação confluyente ou mutuamente contrária de ambos.* Ora, é como se um instinto de um tipo dificilmente pudesse operar isolado; está sempre acompanhado — ou, como dizemos, amalgamado — por determinada quantidade do outro lado, que modifica o seu objetivo, ou, em determinados casos, possibilita

---

<sup>4</sup> Optou-se por manter nas citações dos artigos de Freud a palavra *instinto* ao invés de *pulsão*, para ter-se fidedignidade quanto às mesmas, já que estas foram retiradas da tradução feita na versão da Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud, Imago Editora.

a consecução desse objetivo. (...) Se o senhor quiser acompanhar-me um pouco mais, verá que as ações humanas estão sujeitas a uma outra complicação de natureza diferente. *Muito raramente uma ação é obra de um impulso instintual único (que deve estar composto de Eros e destrutividade). A fim de tornar possível uma ação, há que haver, via de regra, uma combinação desses motivos compostos.* (p.203, grifo nosso)

Acreditamos que essas idéias continuam atuais no que diz respeito ao tema agressividade, já que poucas pessoas admitem serem cruéis em atos e em pensamentos. Temos, frente a isso, todo um trabalho civilizador que nos leva a tolhermos e ocultarmos essa vertente. Este é, para Freud (1930), o preço alto que pagamos em nome da civilização, até porque não há como eximir a agressividade do ser humano. Quando ela não aparece de uma forma explícita, aparece de forma implícita e se volta para o próprio homem que a negou. Assim, “realmente parece necessário que destruamos algumas coisas ou pessoas, a fim de não nos destruirmos a nós mesmos, a fim de nos protegermos contra o impulso da autodestruição”. (p.108) Para Freud (1930) “é sempre possível unir um considerável número de pessoas no amor, enquanto sobraem outras pessoas para receberem as manifestações de sua agressividade”. (p.119)

Retornando ao trabalho já acima citado, “Por que a guerra?”, Freud (1933) nos adverte que “é, pois um princípio geral que os conflitos de interesses entre os homens são resolvidos pelo uso da violência. É isto que se passa em todo o reino animal, do qual o homem não tem motivo por que se excluir”. (p.198) Não tendo como se excluir do mundo animal, o homem não erradica o mal, porque a classificação de bom e mau, para impulsos instintuais de natureza elementar, não é algo concernente: a classificação de impulsos bons ou maus advém da relação destes “com as necessidades e as exigências da comunidade humana”. (Freud, 1915, p.290) Assim, o autor enfatiza a importância do contexto para que um ato seja considerado bom ou mau e também esclarece que não existe um ser humano totalmente bom ou mau, pois, “via de regra este é bom em relação à determinada coisa e mau em relação à outra, ou bom em certas circunstâncias externas e em outras indiscutivelmente mau”. (Freud, 1915, p.291)

Costa (2000), em seu artigo “*Playdoier* pelos irmãos”, constrói uma imagem para o entendimento do que seja a agressividade na teoria winnicottiana. O autor ficcionaliza, através da metáfora freudiana do dique holandês, a Holanda winnicottiana, criando uma Holanda que teria como imagem um moinho de água

ou vento, “que aproveita a força da natureza para a realização de trabalhos úteis” (p.18) e não a imagem de dique ou de contenção. Assim, Winnicott faz da agressividade um motor a favor da vida e não contra a mesma.

Dentro do que já delineamos como as diversas facetas do termo agressividade, percebemos que Winnicott desenvolve sua teoria a partir da idéia de a agressividade ser um movimento que conduz ao encontro com o ambiente, uma força realizadora de “trabalhos úteis”, não precisando necessariamente ser contida e sim acolhida, significada. Partindo da idéia de Costa de um moinho de vento ou de água, podemos nos utilizar da definição de Abram (2000) sobre o termo agressividade na obra de Winnicott, por esta conseguir resumir tal conceito em seus aspectos mais relevantes. Vejamos:

A agressividade no indivíduo, de acordo com Winnicott, tem seu início em seu próprio interior e é sinônimo de atividade e motilidade. No princípio de sua obra Winnicott refere-se a “agressão primária”, estabelecendo que a agressividade instintiva é originalmente parte do apetite. *A agressão modifica suas características à medida que o bebê cresce. Essa mudança depende completamente do tipo de ambiente com que o bebê se depara.* Com uma maternagem suficientemente boa e um ambiente facilitador, a agressão na criança que se desenvolve transforma-se em algo integrado. Se o ambiente não for bom o bastante, a forma encontrada pela agressão para manifestar-se é pintada em cores anti-sociais, ou seja, surge a destrutividade. (p.4, grifo nosso)

Portanto, para Winnicott, há o ato agressivo disjuntivo, disruptivo, mas também há o ato agressivo criativo que foge, em parte, da destrutividade vigente até aquele momento no cenário psicanalítico. Desse modo, a agressividade quando acolhida ou, como nos fala Prochet (2004), quando encontra uma consistência além de um limite, vai ganhando significação e gerando um movimento particular e único daquele bebê em relação ao seu meio ambiente. Encontrar consistência e não somente resistência significa encontrar o outro e não se fundir com ele, podendo este ser humano, assim, se dimensionar ou se re-dimensionar pela segunda, terceira, quarta vez... Desta forma, começa o estabelecimento do rudimento de um ciclo benigno na relação de mutualidade mãe-bebê<sup>5</sup>. Como já

---

<sup>5</sup> Os termos ciclo benigno e mutualidade serão definidos no capítulo 3, porém poderíamos conceituar ciclo benigno como um ciclo instaurado no tempo e na relação mãe/bebê que estabelece a possibilidade de o bebê atacar e reparar sua própria mãe desse ataque em fantasia. A relação de mutualidade pode ser conceituada como sendo a relação que é estabelecida entre a mãe e seu bebê através de uma sintonia fina entre as necessidades do bebê e o atendimento das mesmas no instante exato em que essas necessidades se impõem ao bebê, não dando a este a possibilidade de ele perceber que essas necessidades existem em si mesmas.

vimos anteriormente, o experienciar é o ponto vital de se estar vivo e de se perceber a vida. Este experienciar necessita de estar envolto por um outro, por um meio ambiente que sustente e que dê ao bebê um sentido de confiança e segurança em um tempo quase que inquebrantável.

Enfatizamos a importância de a agressividade primária ser acolhida e abraçada, no sentido do enlace dos braços maternos ao gesto espontâneo do bebê. Esse gesto traduz um movimento gerado através de uma relação entre corpos vivos, porque caso esse movimento encontre resistência somente e não consistência, este bebê terá que dar conta de algo para além do momento que ele vive e assim “os atos ocupam os hiatos nas comunicações interrompidas entre o bebê e sua mãe”. (Prochet, 2004, p.13) Desta forma, podemos entender o que nos diz Abram sobre a agressividade na teoria winnicottiana: *a agressão modifica suas características à medida que o bebê cresce. Essa mudança depende completamente do tipo de ambiente com que o bebê se depara. Se o ambiente for suficientemente bom, há um caminho para essa agressividade primária; mas se ele for um ambiente não suficientemente bom, ou excessivamente mau, outros caminhos surgirão para essa agressividade, essa motilidade. Os “outros caminhos” já estão apontados por Abram: se o ambiente não for bom o bastante, a forma encontrada pela agressão para manifestar-se é pintada em cores anti-sociais, ou seja, surge a destrutividade.*

Agressividade é, portanto, parte da “força vital” que advém da “vitalidade dos tecidos e dos primeiros indícios de erotismo muscular” e se converte em potencial agressivo ou agressividade, dependendo do tipo de oposição que o meio possa vir a oferecer: acolhimento ou intrusão. Winnicott verá este ato dirigido para fora como um gesto impulsivo e espontâneo. Esse ato se funde facilmente às experiências eróticas que aguardam o recém-nascido e, assim sendo, “é esta impulsividade, e agressividade que dela deriva que levam o bebê a necessitar de um objeto externo, e não apenas um objeto que o satisfaça”. (Winnicott, 1950-55, p.304) Caso não haja o acolhimento deste gesto, surgirá o que Winnicott denominará de comportamento anti-social e a agressividade passa a ser destrutiva e não criativa.

Percebemos, então, que a agressividade pode ser vista como um movimento possibilitador de um ato criativo vir a existir, ou de uma tentativa de comunicação a ser enunciada àquele que cuida da criança, devido à falha no atendimento das

necessidades dessa criança em níveis mais precoces, denunciando-a. A tendência anti-social caracteriza este movimento que a criança faz, através de distúrbios de conduta, em direção ao ambiente, para que este volte a olhar e a cuidar dela como antes fazia. Subtende-se que a criança teve um cuidado inicial bom, mas por algum motivo o perdeu. Aqui teríamos uma comunicação e não uma destruição a partir do ato agressivo. Teríamos uma positividade no comportamento agressivo da criança<sup>6</sup>.

Como Freud já evidenciava, cabe ao contexto a referência do que venha a ser bom ou mau na vida de uma pessoa. O mesmo ocorre com a agressividade: ou ela será positivada no sentido de gerar um movimento criativo, ou ela será positivada pelo seu negativo, gerando um movimento reativo, mas que ainda denota algo de positivo dirigido a esse mesmo contexto, qual seja, uma comunicação, mesmo que incongruente.

Uma importante pergunta e uma importante constatação nos são feitas por Winnicott, no que diz respeito aos destinos da agressividade por parte do bebê ou por parte de qualquer ser humano que está se constituindo ou mantendo sua linha de vida constante:

O ponto crucial de meu argumento é que a primeira pulsão é, ela própria, uma só coisa, algo que chamo de destruição, mas poderia ter chamado de pulsão combinada amor-conflito. Esta unidade é primária. É isto o que surge no bebê pelo processo maturacional natural. O destino desta unidade de pulsão não pode ser enunciado sem referência ao meio ambiente. *A pulsão é potencialmente “destrutiva”, mas ser ela destrutiva ou não depende de como é o objeto; o objeto sobrevive, isto é, mantém o seu caráter ou reage?* (...) (Winnicott, 1969a, p.190, grifo nosso)

A constatação é: a agressividade pode ou não ser destrutiva e isso depende de como se coloca o objeto. Neste momento, abre-se a pergunta - “*O objeto sobrevive, mantendo seu caráter, ou reage?*”. Esta questão encontra-se no cerne de todo o entendimento de Winnicott em relação à agressividade potencial do bebê, depois da criança e mais tarde do adulto. A partir dela começaremos a definir de forma mais clara o que seja agressividade para esse autor e a aprofundaremos no capítulo 3. Winnicott terá, portanto, como vital e básico, a

---

<sup>6</sup> Toda essa questão da tendência anti-social será detalhadamente estudada no capítulo 4 desta tese.

estrutura relacional do bebê com sua mãe e com o ambiente que o acolhe, bem ou mal, desde o nascimento.

Safra (2004) trabalha a questão da importância do ambiente e a positividade de um “gesto-ruptura” de uma forma muito interessante no decorrer de seu livro *Pó-ética na clínica contemporânea*. O autor relaciona o “gesto-ruptura”, entendido como comunicação, e a necessidade da existência de um Outro que acolha esse gesto com a questão da criatividade. Somente se pode ser criativo na presença de um outro que signifique este ato de criação. Assim, “o criativo não é feito para o outro, mas na expectativa de comunicar-se e de ser reconhecido com e pelo Outro”.<sup>7</sup> (p.74)

Concordamos com Safra quando ele insiste que “a possibilidade de convivência com os outros depende da hospitalidade de alguém e que esse é o acesso para a vida em comunidade”. (p.72) Continuando seu raciocínio, postula, e mais uma vez concordamos com seu pensamento, que “nascer é acontecer para o amor de alguém, morrer é deixar de ser amado, em outras palavras, de ser significativo para alguém”. (p.72) A importância da ênfase na criatividade enquanto uma comunicação e um reconhecimento pelo outro através do gesto enunciado, faz com que o paradoxo da tendência anti-social se imponha. Ela é um descaminho dos rumos da agressividade primária, mas é também uma tentativa de haver um reconhecimento e uma comunicação com um outro que antes assim agia e não mais o faz.

Em seus estudos sobre os elementos que compõem um ato de comunicação, Jakobson (1969) dirá que, para que haja uma comunicação há a necessidade de um emissor, um receptor e uma mensagem. Na tendência anti-social há a existência de todos esses três elementos básicos para que possamos identificar um ato de fala, mesmo que seja uma fala sem palavras. Não obstante, trata-se de uma fala em gestos, em gritos, em lágrimas, em ofensas, uma fala em sentido centrípeto, já que constrói, a partir da mensagem, uma dispersão e uma disjunção do sentido dessa mensagem. Na maioria das vezes essa mensagem não é entendida pelo receptor porque está codificada em um código diferente; ou seja, poderíamos dizer que há toda uma estrutura para que aconteça uma comunicação, mas o que

---

<sup>7</sup> Safra (2004) assim conceitua o “Outro”: “O Outro implica, ao mesmo tempo, o contemporâneo, os ascendentes, os descendentes, a coisa, a Natureza, o mistério. Aspectos fundamentais na constituição da morada humana”. (p.43)

ocorre, na maioria das vezes, é uma função fática da linguagem: há o emissor, há o receptor, mas com a existência de dois códigos diferentes não se consegue haver o entendimento do texto/gesto emitido. O canal da comunicação ainda permanece aberto, mas não há realmente um diálogo e, sim, monólogos cruzados que podem, potencialmente, se transformar em um diálogo real, caso um código acabe sendo entendido por um dos componentes da díade emissor-receptor. Nessa potencialidade de poder haver a comunicação é que está, no olhar de Winnicott, a esperança do comportamento anti-social e a positividade do gesto anti-social e agressivo-destrutivo da criança para com a sociedade.

Poderíamos correlacionar a díade emissor-receptor jakobsoniana, e todas as possibilidades de discurso que elas podem gerar a partir de um código, com a díade mãe-bebê postulada por Winnicott. Quando entre a mãe e o bebê há uma sintonia fina, emerge uma comunicação silenciosa possibilitada pela relação de mutualidade da experiência do viver tanto da mãe quanto do bebê. Winnicott nos fala que a comunicação inicia-se muito antes das palavras poderem ser pronunciadas. Se há essa congruência de sintonia, esse adoecimento sadio materno que coloca a mãe em contato simbiótico com seu bebê no início de sua vida, haverá desde sempre a possibilidade de muitos discursos serem falados e construídos aquém e com as palavras. Porém, se essa relação de mutualidade se interrompe ou se perde, o que surge como possibilidade de comunicação é o preenchimento do vazio que se instaura entre mãe e bebê pelo ato, pelo gesto incongruente posto que não validado ou acolhido por um dos parceiros dessa díade. Em um dos lados perdeu-se o afeto que significaria o gesto, a fala, a palavra. Frente ao desafetamento de uma relação, o que surge é a mudez ou o excesso, ambos buscando uma comunicação perdida que anteriormente havia. Caso o reconhecimento não aconteça e a comunicação fracasse totalmente, o suicídio é visto por Winnicott como a única saída possível para que este ser humano possa manter seu *self* verdadeiro<sup>8</sup> vivo. Outro paradoxo. Deve ser aceito enquanto tal.

---

<sup>8</sup> Winnicott (1960a) conceitua o verdadeiro self a partir da proposição do conceito de falso self. Para Winnicott este seria como “uma posição teórica a partir da qual surge o gesto espontâneo e as idéias pessoais. O gesto espontâneo é o verdadeiro self em ação. Apenas o verdadeiro self pode ser criativo, e apenas ele pode sentir-se real”. (p.135)

Assim, Winnicott não nega peremptoriamente que o impulso para a morte não possa se constituir. Somente enfatiza que, se este aparece no indivíduo, é o resultado ou a resposta possível frente à intensidade das intrusões sofridas, sem que ele tenha tido condições psíquicas para lidar com elas. Essa intrusão adviria da quebra no escudo protetor de uma maternagem suficientemente boa; adviria da quebra dessa assistência e do espelhamento engendrados pelos cuidados humanos que o sujeito precisa receber, para que um dia possa dizer “eu sou”. Aqui, poderíamos afirmar que o bebê teria experienciando uma figura materna suficientemente má, ou uma mãe deletéria, tantanlizante, como Winnicott a denomina.

Belmont (2004) enfatiza a figura dessa mãe deletéria ao montar uma imagem forte para o não acolhimento de um gesto por parte do ambiente maternante: “o esboço do humano dentro do bebê precisa das mãos e do verbo e do olhar humanos para se tornar realidade. Começa na lágrima do bebê – quando não percebida - a estrada que pode levar ao self *em* diáspora”. (p.437) A lágrima não percebida é o gesto não acolhido pela mãe. Como nos fala o próprio autor:

A preposição *em*, aqui, tem o sentido de indicar transitoriedade, um estado temporário e reversível, análogo ao da diáspora, que pode terminar com a recolocação do povo. *Denota esperança*. Esta expressão é aplicada aos casos nos quais as falhas do meio ambiente tenham sido tão intensas, extensas e duradouras, que as várias expressões do *self* ficam expulsas do sentimento do ser humano, causando uma dolorosa diáspora de si mesmo. (p.441)

Este conceito, cunhado por Belmont, dá conta exatamente do que Winnicott descreve como sendo o limite desta agressividade não acolhida, aquela que apela para limites mais amplos de contenção e significação, ainda assim mantendo a esperança de ser percebido.<sup>9</sup> Um *self* em diáspora é um *self* em dispersão, abrindo-se em um movimento que Boff (1998) denominaria de diabólico<sup>10</sup>. O *self* em diáspora de si mesmo responderia à pergunta: o objeto sobrevive ou reage? Ele reage ou *quase* não sobrevive. Esse *self* em diáspora continua tentando ser visto e ser ouvido por meio de uma comunicação que denominaríamos também de comunicação em diáspora.

---

<sup>9</sup> Esses aspectos serão discutidos de forma mais detalhada nos capítulos 3 e 4 desta tese, nos quais tanto o conceito de agressividade quanto o de tendência anti-social estarão sendo articulados.

<sup>10</sup> Esse conceito de diabólico será definido e estudado articulado à questão da tendência anti-social no capítulo 4 desta tese.

Mamede-Neves (1977), refletindo sobre a importância da comunicação na obra freudiana da metapsicologia da Sublimação nos mostra que, analisando as obras “A afasia” (1891) e “O Projeto” (1895), para Freud, aquilo que poderia ser considerado apenas uma descarga reflexa, o grito ou choro do bebê, na verdade vai se converter, durante o curso do desenvolvimento humano, na importantíssima função da comunicação – a linguagem. Na verdade, Freud vai um pouco além, segundo a autora: estes gestos são essenciais e imprescindíveis desde os primeiros momentos da vida do ser, já que, sem eles, não haveria a sobrevivência do mesmo, “visto que o organismo humano é, a princípio, incapaz de levar a termo, sozinho, a ação específica que lhe garanta a vida”. (p.66) A fim de garantir essa ação específica, o bebê desperta a atenção dos adultos que dele cuidam “através do choro ou do grito, que vão funcionar como sinais para o mundo exterior e que adquirem a importante função da comunicação deste ser imaturo com seus semelhantes”. (p.67)

Acreditamos que o grito e o choro, para além da imaturidade do bebê em uma fase de seu desenvolvimento, voltam a ser significativos como forma de comunicação quando a palavra perde sua função mediadora, sua função simbólica, assumindo o gesto e o ato esse lugar. Quando estamos diante de uma criança que, podendo se expressar de forma convencional, utiliza para tanto uma linguagem pré-verbal, estamos diante de uma criança despossada de sua capacidade simbólica e também diante de uma criança em estado de desamparo. O grito, o choro, o roubo e a destruição aparecem como linguagem inter-relacional, mesmo que não entendida pelos que convivem com essa criança porque dela esperam uma linguagem verbal e não gestual, posto ser ela já “grande” e poder, dessa forma, assim se expressar.

Retornando à pergunta formulada, quando iniciamos nossa reflexão sobre a questão da agressividade na teoria winnicottiana, percebemos o quanto esta instiga a nossa reflexão sobre o tema da positividade da agressividade e igualmente sobre a positividade dos descaminhos dessa mesma agressividade quando Winnicott (1960b) nos pergunta: “Pode alguém comer seu próprio bolo e continuar a possuí-lo?” (p.70) Uma das respostas que poderíamos dar a essa pergunta, que mais tarde será mais uma vez enunciada, seria que *sim*. Desde que a criança possa ver no seu movimento agressivo dirigido ao mundo externo, um gesto criativo que incorpore este mundo e o internalize; desde que seja capaz de sair da relação de objeto para

o uso do objeto; ou seja, desde que possa se separar de uma figura materna vista por ela como criação sua, um objeto subjetivo, feixe de projeções somente, e perceber tanto o outro como o ambiente como algo criado conjuntamente pela mãe e por ela, através do surgimento do objeto transicional.

Desse modo, se o objeto maternante sobreviver às investidas da criança em nível de agressividade, raiva, ódio e amor extremos, este ganhará existência por direito próprio. Virará objeto externo objetivamente percebido, terá sido incorporado em seu mundo interno e poderá ser relegado ao limbo, levando a criança a um processo sem fim de criação do mundo e de afastamento invisível desta mãe/meio protetor inicial. Porém, como Winnicott (1970, p.222) mesmo afirma, “suponho que, até certo ponto, sempre resta a tarefa de o indivíduo tornar-se cada vez mais independente, ainda que mantendo o buraco para ele rastejar de volta” a essa mãe internalizada que lhe dá a certeza de que haverá bolos a serem comidos sempre, e que resistirão a seus ataques de voracidade. A vida aqui se torna sempre digna de ser vivida.

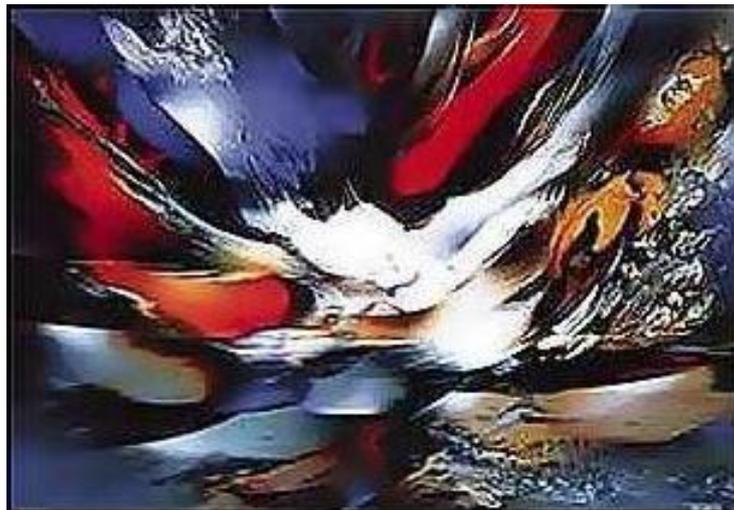


Figura 5

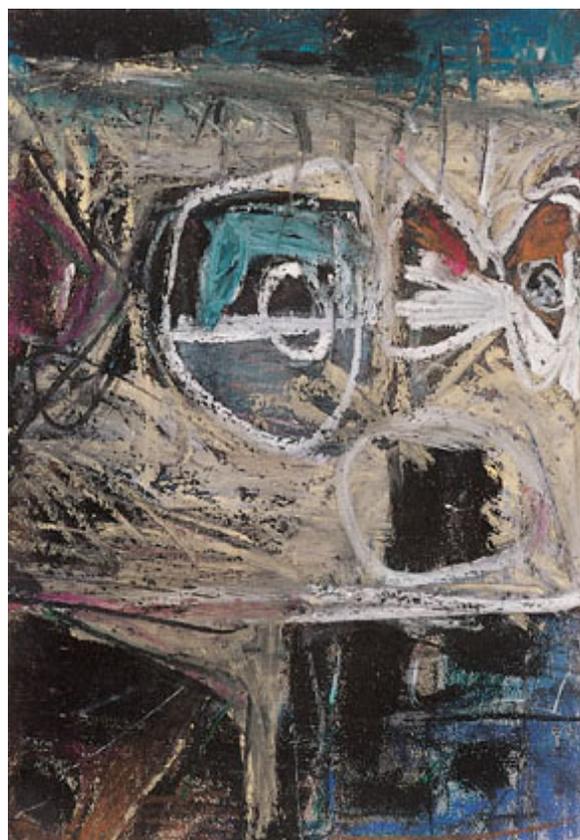


Figura 6

Bom é corromper o silêncio das palavras.  
(Manoel de Barros, 2002, p. 13)

### 3. A agressividade que cria e a agressividade que comunica um apelo ao mundo

A palavra agressividade, na teoria winnicottiana, suscita um entendimento do significado dessa palavra que escapa a seu uso “normal”, posto corriqueiro. Conforme vimos ao longo do capítulo 2, para Winnicott, agressividade é fundamentalmente sinônimo de motilidade, de força vital do feto/bebê em seu primeiro encontro com o ambiente. É através do impulso agressivo que este encontra o mundo externo, sendo do jogo constante do encontrar e do desencontrar, que este meio começa a surgir para este bebê, e que este bebê começa a surgir para este meio. Dessa forma, a agressividade do bebê lhe permite as trocas com o mundo/meio, e a oposição que ele encontra numa relação é, para ele, a troca em si. Essa troca, advinda da apercepção<sup>11</sup> da oposição, instaura um sentido de realidade.

Assim, em Winnicott, colocar como ponto de partida a idéia de força que pode ser observada e vivenciada é falar a partir do lugar de uma dimensão da experiência e do vivendo, e não a partir de uma pré-concepção, de uma construção metapsicológica. O que marca a diferença seria como o meio ambiente acolhe esta força e como esta força é acolhida; o que difere realmente é o encontro de um meio que irá ou não facilitar um potencial que o bebê já tem.

Winnicott (1939-64), ao estudar as raízes da agressividade, irá trabalhar este viés de forma interessante. Para mostrar o quanto este comportamento agressivo faz parte da vida humana e é algo que deve ser encarado a princípio como normal, ele nos descreve como uma criança novinha consegue exaurir seus pais: “No começo, ela os esgota sem saber, depois espera que eles gostem que ela os esgote, finalmente, esgota-os de cansaço, quando está furiosa com eles”. (p.91)

Ainda mais à frente, no mesmo artigo sobre as raízes da agressividade, Winnicott enfatiza o quanto é importante para a criança se encolerizar sem sentir

---

<sup>11</sup> O termo apercepção será explicado ao longo deste capítulo, assim como será reafirmado nos demais capítulos que compõem esta tese.

culpa por isso, ou sentir remorso. Para ele, a agressividade primária, aquela que advém como parte do apetite ou de alguma outra forma de amor instintivo, é vital para que haja a fusão do *self* desta criança e do objeto maternante. A agressividade primária estaria amalgamando afetividade e agressividade, fundindo e desfundindo a sexualidade que ela vivencia pela boca, a partir do ato de mamar. O bebê precisa poder odiar ou retaliar sem medo, para poder, mais tarde, reparar o dano que acha ter cometido. É assim que o bebê cria sua mãe e acredita que a recria – na fantasia –, cada vez que pensa que a destruiu. É esta constância de reaparecimento da mãe para o bebê que dará à agressividade um cunho de criação e positividade e não de patologia ou pura destruição. Vê-se aqui a importância do lar ou da mãe como suporte a essa passagem do controle mágico e do fantasmático para a percepção da realidade objetiva da agressão:

Ao acompanhar a criança, com sensibilidade, através dessa fase vital do início do desenvolvimento, a mãe estará dando tempo ao filho para adquirir todas as formas de lidar com o choque de reconhecer a existência de um mundo situado fora do seu controle mágico. *Dando-se tempo para os processos de maturação, a criança se tornará capaz de ser destrutiva e de odiar, agredir e gritar, em vez de aniquilar magicamente o mundo. Dessa maneira a agressão concreta é uma realização positiva.* Em comparação com a destruição mágica, as idéias e o comportamento agressivos adquirem valor positivo e o ódio converte-se num sinal de civilização, quando se tem em mente todo o processo do desenvolvimento emocional do indivíduo, especialmente em suas primeiras fases. (Winnicott, 1939-64, p.102, grifo nosso)

Em outro artigo, “Aspectos da delinquência juvenil”, Winnicott (1982b) se posiciona ainda mais enfaticamente quanto à importância do lar na constituição do sujeito:

Uma criança normal, se tem confiança no pai e na mãe, provoca constantes sobressaltos. No decorrer do tempo, procura exercer o seu poder de desunião, de destruição, tenta amedrontar, cansar, desperdiçar, seduzir e apropriar-se das coisas. *Tudo o que leva as pessoas aos tribunais (ou aos hospícios, tanto importa para o caso) tem o seu equivalente normal na infância, na relação entre a criança e o seu próprio lar.* Se o lar pode suportar com êxito tudo o que a criança fizer para desuni-lo, ela acaba por acalmar-se através de brincadeiras. (p.256-257, grifo nosso)

Interessante relacionar esta idéia de Winnicott com a de um autor mais contemporâneo. Ridley (2000), observando animais vistos em sociedade e seres humanos adultos e não bebês, percebe ser a família a parte social do homem que ficaria de fora do egoísmo do mesmo. Na família não se precisaria reconhecer ou

retribuir ao outro as atitudes vistas como generosas; está implícito que esta suporta o indivíduo e ele a defenderá em detrimento do grupo maior: “O único grupo de animais que tem precedência sobre o indivíduo é a família”. “Na natureza, todo ajuntamento que não seja a família é manada egoísta”. (p.201)

Aplicando esta observação aos seres humanos, a partir de programas de computador ou de jogos como o dilema do prisioneiro ou olho-por-olho, Ridley (2000) continua a demonstrar que a consciência da dívida social somente ocorre entre os indivíduos não aparentados porque para aqueles aparentados não haveria a necessidade de reconhecimento desta dívida:

Diz uma teoria, olho-por-olho é um mecanismo para obrigar os indivíduos não aparentados a cooperar. Os filhotes confiam na caridade da mãe e não precisam conquistá-la com atos de bondade. *Irmãos e irmãs não sentem a necessidade de retribuir cada ato generoso. Mas indivíduos sem vínculo de parentesco têm aguda consciência das dívidas sociais.* (p.76, grifo nosso)

Desta forma, Ridley (2000) reafirma Winnicott já que este enfatizava, muito tempo antes, que a família deve ser capaz de suportar a agressividade do indivíduo. Talvez, por isso, seja esta o espaço continente do bebê, ou lugar de referência e suporte ao adolescente que transgride o código social. Para Winnicott (1968c) “há na família uma grande área de débito não-reconhecido, que não é débito algum. Ninguém deve coisa alguma, mas ninguém atinge a maturidade estável quando adulto se alguém não tivesse encarregado dele ou dela nas etapas iniciais”. (p.114)

### 3.1.

#### **A agressividade que cria ao descobrir o mundo.**

A idéia de que a agressividade, como um movimento de ir ao encontro de algo ou alguém, é uma capacidade de criação que o bebê possui e que, acolhido por um meio suficientemente bom, torna este meio e o bebê reais é uma idéia central na teoria winnicottiana. Vemos surgir, a partir do impulso agressivo, um ato de subjetivação, um ato de ilusão. O mundo/meio está lá no exato momento em que o bebê pensa o estar criando. Assim, o mundo se apresentará ao bebê como um ato de criação seu, e, portanto, ele se sentirá capaz de continuar criando, de outras maneiras, este mundo para nele continuar vivendo. Esse aspecto muda o

enfoque teórico do que seja agressividade, porque esta passa a ser a origem do outro e da percepção do ambiente, logo um processo de criatividade e não de destrutividade. É nessa idéia de impulso ou força que nos “empurra” ao movimento, que nos faz descobrir o mundo, que reside a força e a originalidade da teoria de Winnicott.

Vimos que, em termos winnicottianos, para o bebê, seu movimento agressivo cria o mundo e ele assim o faz a partir da apercepção subjetiva deste mundo. Aqui se coloca uma diferenciação importante de ser enunciada entre apercepção e percepção. Segundo Winnicott, a apercepção está ligada ao estágio da dependência absoluta, na qual o bebê, onipotentemente, cria seu mundo e lida com objetos subjetivamente concebidos; já a percepção estaria ligada ao estágio da dependência relativa, na qual o bebê já é capaz de perceber-se como diferenciado do objeto, se constituindo como um eu separado de um não-eu, percebido como ser total.

Um diálogo “mudo”, pré-verbal, possível de existir entre um bebê e sua mãe, quando este dirige a ela seu gesto espontâneo, transmutado em movimento, quando acolhido por ela, seria, nas metáforas de Clarice Lispector (1999a, p.445):

AO QUE LEVA O AMOR

- (Eu te amo)
- (É isso então o que sou?)
- (Você é o amor que eu tenho por você)
- (Sinto que vou me reconhecer... estou quase me vendo... Falta tão pouco)
- (Eu te amo)
- (Ah, agora sim. Estou me vendo. Esta sou eu, então. Que retrato de corpo inteiro.)

A agressividade primária instaura um ciclo de apercepções, percepções e ludicidade, levando o bebê a se perceber como um, e o meio como outro, mas somente na exata medida em que houver o reassentimento constante da mãe para os gestos do bebê (Você é o amor que eu tenho por você): o eterno repetir - imperceptível aos olhos dos outros - do “eu te amo” materno, e do “é isso que eu sou” do bebê. A apercepção (sinto que vou me reconhecer... falta tão pouco...) vai, gradualmente, se transformando em percepção (Ah, agora sim. Estou me vendo) e o bebê, pelo olhar materno, se constitui como um ser inteiro (Esta sou eu, então. Que retrato de corpo inteiro.) Como Winnicott mesmo nos diz, muita coisa começa e acontece antes da primeira mamada e a partir do primeiro movimento

espontâneo do bebê. Vamos trilhar os passos vagorosamente. Não é sempre que se entende agressividade como criação!

### **3.1.1 O encontro que gera a confiança no mundo: o gesto espontâneo e a criatividade primária como lastro.**

“E o melhor de tudo: descobriu o céu,  
e descobriu o azul e aceitou ser pássaro,  
frágil demais, talvez, para tamanho vento,  
mas pássaro bastante para recriar  
o vento, nas próprias asas, a própria mostardeira”  
(Josmar Braga Marta)

Começemos com um momento de criação poética. Criar o mundo, ao descobri-lo a partir de um gesto espontâneo, é ousar ir além do equilíbrio ou da dependência total e absoluta de estar no mundo, de ser no mundo. O bebê precisa acreditar primeiro estar vivo, depois saber viver num mundo que ele criou para si, para depois descobrir o mundo que estava lá, desde o início, mas que ele pode acreditar, onipotentemente, que o criara.

Constituir-se como um ser total é, em algum momento, ou em vários momentos, ter seu equilíbrio perdido, para restaurá-lo e reconstruí-lo em um novo patamar ou constituição. “Vir-a-ser” é poder viver os desequilíbrios sem notar que eles ocorrem, porque há alguém, lá fora, que cuida para que isso não seja percebido antes do tempo. No tempo certo, o desequilíbrio poderá ser percebido e vivido sem riscos para a integridade do bebê enquanto ser total. O equilíbrio estável existe para o bebê quando este não tem a menor noção do que seja desequilíbrio, e isso somente é possível no estágio da dependência absoluta, no qual o bebê e a mãe são uma única coisa ou pessoa, mesmo que, de fora, vejamos sempre mãe e bebê, separadamente.

Crescer, para Winnicott e sua teorização sobre o humano, é antes de tudo sempre estar a recuperar equilíbrios perdidos, é sair da dependência absoluta e rumar para a independência, um patamar talvez jamais atingido totalmente por ninguém.

Quando o bebê se percebe como capaz de criar, de reparar e de amar, ele cresce e caminha rumo à independência, mas se ele assim o faz é porque aprendeu a confiar no meio/mãe e sabe que pode voltar outra vez à mãe se isso for necessário. O meio acolheu o gesto espontâneo do bebê, gesto espontâneo posto

que “reflexo incontido”, significando-o, dando existência a ele, esperando a hora certa para que o bebê percebesse que o gesto era seu e dele adviria os demais gestos e a descoberta do mundo diferente dele. O bebê descobre o prazer de estar vivo e de viver criativamente. Ao aprender “o prazer de voar sozinho”, porque o experienciou “voando”, este bebê estará rumando para a independência, terá se constituído como um ser total e poderá recriar a mãe nas suas próprias “asas”.

Interessante ressaltarmos que todo esse processo de descoberta e criação do mundo e da constituição de um si-mesmo acontece na fase que Winnicott denomina de dependência absoluta. O bebê cria, não a partir de um vazio, ou seja, apenas com seus próprios recursos, e sim a partir dos cuidados que o envolve (*holding e handling*). “A criatividade é finita e, para permanecer viva, precisa ser exercida”. (Dias, 2003, p.169); e para ser exercida, deve haver uma sintonia quase que exata, “mágica”, entre mãe e bebê.

Diz-nos Winnicott (1990) que cada ser humano cria o mundo de novo e começa o seu trabalho no mínimo tão cedo quanto o momento do seu nascimento e da primeira mamada teórica<sup>12</sup>. Neste criar, a partir do gesto espontâneo lançado ao mundo e por este acolhido, começa o surgir de um si mesmo e uma linha de vida, um “going on being”, a continuidade do ser, que não deve jamais ser interrompida sem que haja algo de grave como consequência. Cabe à mãe proteger este ser que emerge, dando-lhe a certeza absoluta que a criação deste mundo, que ele vivencia vagarosamente, é dele, bebê, e somente dele. A partir dessa criatividade primária, haverá o surgimento da confiança em si mesmo e da capacidade de se sentir autor de sua própria vida. Mesmo que mais tarde a criança ou o adulto já saibam que nada criam efetivamente em relação ao mundo externo, dentro deles haverá a certeza da possibilidade de, no mínimo, se criar um espaço em que possam se refugiar desse mundo “lá de fora” e descansar.

O gesto espontâneo é a contribuição que o bebê tem a fazer. Este parte da necessidade pessoal, derivada do estar vivo do bebê e, neste momento, diz Winnicott (1987), o bebê está pronto para ser criativo. Seu gesto anuncia ao meio, “estou precisando de” ..., “estou buscando”... e, nesse exato instante, a mãe está

---

<sup>12</sup> Winnicott postula que a primeira mamada teórica é também a primeira mamada real, mas que seria ela que traria consigo os primórdios da relação objetal por parte do bebê. A primeira mamada teórica não tem, segundo Winnicott (1990, p.135) alucinação; as outras primeiras mamadas acabam por constituir material para que o bebê possa gerar a ilusão.

ali e se coloca à disposição do bebê, dando-lhe o que ele ansiava encontrar e aquilo que ele precisava. Assim, ele tem a experiência de criar aquilo que encontra, uma ilusão, mantida pelo sustentar materno no tempo e no espaço. Esta ilusão é vital, pois “toda criança precisa tornar-se capaz de criar o mundo (a técnica adaptativa da mãe faz com que isto seja sentido como um fato); caso contrário, o mundo não terá significado”. (p.116)

Dar ao bebê a possibilidade de ser o criador do mundo não é um fazer materno específico, está ligado ao modo como esta mãe apresenta os pedaços pequenos do mundo ao seu bebê, amostras estas que ele, na sua onipotência, é capaz de significar. “No que se refere à constituição da capacidade para relações objetivas, o bebê depende por inteiro do modo como se lhe apresenta cada fragmento do mundo”. (Dias, 2003, p.180) Esta talvez seja a função materna mais difícil de ser exercida.

Os objetos criados pelo bebê, na fase de dependência absoluta, são subjetivos e a principal característica é a de eles trazerem em si mesmo um senso de confiabilidade posto que “eles não surpreendem o bebê, não causam sobressaltos, isto é, não são extemporâneos no sentido de imprevisíveis” (Dias, 2003, p.214) exatamente por estarem ainda envoltos por uma onipotência característica desta fase. O bebê não se surpreende com os objetos subjetivos porque estes estão sob o seu domínio, não há ainda a presença do outro em seu mundo interno. A confiança no outro somente se desenvolverá quando o bebê puder vivenciar o ciclo de retaliar e reparar e assim poder assumir a culpa de seus atos. A confiança somente surge quando o outro aparece enquanto tal no mundo do bebê, quando este outro, por ter sustentado no tempo e no espaço o bebê, deu a ele o senso ou um sentimento de confiança no mundo. Mas isso somente acontece em um outro tempo, antes este bebê precisa viver a onipotência de criar e sonhar seu mundo e dele ser dono absoluto. No mundo subjetivo do bebê há uma mágica que marca o distanciamento ainda existente das exigências do mundo objetivo: este ainda não fez sua inscrição na vida do bebê devido ao escudo protetor que a mãe constrói e representa ao bebê.

Winnicott (1968c) enfatiza que atos de confiabilidade humana estabelecem uma comunicação muito antes que o discurso signifique algo – o modo como a mãe olha quando se dirige à criança, o tom e o som da voz, tudo isto é comunicado muito antes que se compreenda o discurso. (p.115) Essa comunicação

silenciosa, que provê ao bebê a identidade primária, é marcada por Winnicott como sendo inicialmente estabelecida e sustentada pelo olhar materno sobre seu bebê e a satisfação que ali está contida. Na especularidade, o ser humano emerge, significado.

### 3.1.2 Olhares e espelhos - o humano se constituindo<sup>13</sup>

O Olho é uma espécie de globo,  
é um pequeno planeta  
com pinturas do lado de fora.(...)

Mas por dentro há outras pinturas,  
que não se vêem:  
umas são imagens do mundo,  
outras são inventadas.

O Olho é um teatro por dentro.

E às vezes, sejam atores, sejam cenas,  
e às vezes, sejam imagens, sejam ausências,  
formam, no Olho, lágrimas.  
(*Mapa de Anatomia: O Olho*, Cecília Meireles,  
2003, p.1388)

Dois poemas winnicottianos podem nos levar a entender o quanto a perda do olhar significador materno pode acarretar em tentativas desse bebê em buscar, por si mesmo, aquilo que lhe veio a faltar, já que antes ele já havia experimentado um olhar que lhe dizia: eu sou assim...

Diz o bebê para sua mãe:

Encontro você;  
você sobrevive ao que lhe faço à medida que  
a reconheço como um não-eu;  
Uso você;  
Esqueço-me de você;  
Você, no entanto, se lembra de mim;  
*Estou sempre me esquecendo de você;*  
*Perco você;*  
*Estou triste.*  
(Winnicott, 1968a, p.92, grifo nosso)

Quando olho, sou visto; logo existo.  
Posso agora me permitir olhar e ver.  
Olho agora criativamente e sofre a minha apercepção e também percebo,

<sup>13</sup> Parte desse subitem está contido no artigo publicado por Maia, Maria Vitória, na Revista Brasileira de Psicanálise, número 1, ano 2004, sob o título “A comunicação silenciosa: reflexões sobre a linguagem pré-verbal em Winnicott”. p 83-93.

*Na verdade, protejo-me de não ver o que ali não está para ser visto (a menos que esteja cansado).*

(Winnicott, 1975g, p.157, grifo nosso)

Esses poemas destacam os pontos principais para Winnicott sobre a questão da comunicação entre o bebê e sua mãe. No primeiro, coloca-se a questão da comunicação criativa, o encontro com o objeto, o objeto subjetivamente concebido, o objeto objetivamente percebido e suas patologias. No segundo, a questão da experiência de mutualidade mãe-bebê, a questão do *holding*, da comunicação silenciosa e do olhar como espelho. Iremos privilegiar, aqui, a significação da comunicação silenciosa e a importância da função especular materna.

Antes de a linguagem ser verbal e nomear o mundo que a cerca, há uma outra linguagem: a linguagem silenciosa – a comunicação não-verbal. Para Winnicott, a comunicação silenciosa é uma comunicação inconsciente. A habilidade de comunicar-se não está fundada, inicialmente, na aquisição da linguagem, mas sim em uma interação pré-verbal, estabelecida por intermédio da mutualidade<sup>14</sup>. Conseqüentemente, a habilidade do bebê de brincar e simbolizar precede o período em que passa a fazer uso de palavras. Cria-se, aqui, uma técnica primitiva de intercomunicação, que somente se torna ruidosa, segundo Winnicott, se esta intercomunicação falha em algum aspecto e se instaura a falta de confiabilidade. Logo, a comunicação silenciosa se constitui a partir do *holding* materno em relação ao bebê, e coloca em cena, principalmente, a questão da confiabilidade do bebê no ambiente que o circunda. Essa confiança advém da proteção necessária ao bebê, por parte da mãe, em sua preocupação materna primária, em relação aos *impingments* que o meio, externo a essa díade, possa cometer.

A partir dessa experiência de mutualidade e do processo de comunicação que o bebê estabelece com sua mãe, Winnicott faz referência a dois "tipos" de bebês:

Há os bebês que puderam experimentar um ambiente confiável e assim acolhem a comunicação silenciosa proveniente do *holding* de sua mãe. Aqui há a

---

<sup>14</sup> Mutualidade é o termo utilizado por Winnicott para caracterizar o relacionamento mãe-bebê em seus primórdios, quando não existe um bebê sem sua mãe, ou seja, só existe a díade mãe-bebê.

clivagem necessária entre querer ou não se comunicar. Esses bebês possuem o direito de escolher entre uma comunicação e a outra.

Há os bebês que tiveram mães que não deram a eles um *holding* necessário, e assim receberam uma comunicação traumática, um pesado choque. Este choque é descrito, por Winnicott, como sendo um estado confusional e um estado de agonia de aniquilamento. Aqui, o bebê não possui a capacidade de escolha entre se comunicar ou não se comunicar, ou possui esta opção diminuída pelo *impingment* sofrido.

Segundo Abram (2000), o “fundamental em Winnicott no que diz respeito à comunicação é que cada indivíduo constitui-se como isolado e, em consequência disso, o direito a não se comunicar deve ser respeitado”. (p.72) Temos aqui um dos paradoxos winnicottianos: “É um júbilo estar escondido e não ser encontrado, a desgraça”. (Winnicott, 1963, In: Abram, 2000, p.73)

Winnicott (1975g) prioriza como função materna primária a função especular e nos pergunta: “O que o bebê vê ao olhar o rosto da mãe?” E nos responde: “Sugiro que, normalmente, o que o bebê vê é a si próprio. A mãe olha para o bebê e aquilo que ela parece relaciona-se com aquilo que ela vê”. Ele também enfatiza que “a fim de olhar criativamente e ver o mundo, o indivíduo, antes de tudo, deve ter internalizado a experiência de ter sido olhado”. Para Winnicott, “o precursor do espelho é o rosto da mãe”. (p.153-155)

Assim, para poder especular sobre si e sobre o mundo, a pessoa deve primeiro ter sido olhada com interesse por alguém e esse alguém deve ter olhado para essa pessoa com sua alma, para poder permitir ao outro a possibilidade de perceber em si mesmo a alma que nele habita. O humano é o precursor do humano, os olhos maternos permitem que a criança possa gostar de se olhar ao espelho e de descobrir-se ao espelho, primeiro achando que há um outro lá, talvez atrás do espelho – virando a porta para ver se encontra, lá, o outro visto; depois se achando efetivamente na imagem que vê refletida porque esta imagem é exatamente a imagem que ela, antes, via nos olhos de sua mãe.

Nesse ponto perguntamos: O que é um espelho? Quem nos responde é Clarice Lispector (1999b), em seu conto “Os espelhos”:

Não existe a palavra espelho - só espelhos, pois um único é uma infinidade de espelhos. (...) Esse vazio cristalizado que tem dentro de si espaço para se ir para

sempre em frente sem parar: pois espelho é o espaço mais fundo que existe (...).  
(p.12)

Continua Clarice:

Quem olha um espelho conseguindo ao mesmo tempo isenção de si mesmo, quem consegue vê-lo sem se ver, quem entende que a sua profundidade é ele ser vazio, quem caminha para dentro de seu espaço transparente sem deixar nele o vestígio da própria imagem – então percebeu o seu mistério. (p.12)

A mãe é, através de seu olhar, o bebê, integrando-o quando ele não pode ainda fazê-lo. Ela é a “isenção de si mesma” para que o bebê possa sê-lo inteiro; ela deve ser aquela que “caminha para dentro de seu espaço transparente sem deixar nele o vestígio da própria imagem” e, assim, ela, com seu olhar, entende o mistério de gerar um espaço de total identificação, a ponto de Winnicott dizer que não existe isso que chamamos de bebê, e sim a díade mãe-bebê. E esta mãe não é sempre uma única coisa ou coisa alguma, ela é aquilo que o bebê necessita que ela seja. Por isso, não existe algo como “espelho”, e sim “espelhos”, um “vazio cristalizado para se ir para sempre em frente sem parar, pois o espelho é o espaço mais fundo que existe”.

O olhar da mãe, como um espelho, é muitos olhares em um só, e também existem muitas mães em uma só, e o bebê irá, aos poucos, podendo caminhar para frente, construindo o olhar necessário e assim constituindo o seu olhar, e percebendo a mãe. Porém, há espelhos maternos bons, ou suficientemente bons, e espelhos maternos que se refletem em humores próprios, não refletindo o bebê e sim a mãe. E o bebê se depara com uma imagem que não entende e é forçado a entender cedo demais. Nessa superfície especular, o bebê vê um “monstrengo”, por não ser nem ele, nem criação dele, e sim a expressão de um outro que ele não consegue “alucinar” como sendo criado por ele, já que é a ele imposto como sendo sua imagem.

Se o bebê tiver tido uma função especular criativa e criadora, ele terá tido tempo de entender tanto o coração materno quanto o seu, e começará a existir como um ser total e em um viver criativo. O bebê que não tiver tal sorte, não saberá existir, porque não terá sequer começado a existir por si só: permanecerá capturado no olhar materno. Este olhar lhe refletirá as necessidades da sua mãe, e ele deverá estar preparado para atendê-las e entendê-las precocemente. Para este

bebê, a agressividade não será expressão de um gesto espontâneo seu; será uma reação a este olhar que não mais o reflete nem o aceita.

Retomando a epígrafe deste item poderíamos dizer que esse bebê, capturado pelo olhar materno, possui em si um teatro dentro de seu olho e que “às vezes, sejam os atores, sejam as cenas e às vezes, sejam imagens, sejam ausências, formam, no Olho, lágrimas”.

### 3.1.3 “Disciplina é liberdade”<sup>15</sup>: confiança, previsibilidade e limite.

Winnicott, conforme já vimos anteriormente, estudando o desenvolvimento emocional da primeira infância, descreve as conquistas que a criança adquire ao longo deste percurso, ao viver um desenvolvimento maturacional que vai da dependência absoluta até rumo a independência, existindo, entre elas, a fase da dependência relativa. Dessa forma, o autor faz uma distinção entre os tipos de dependência: a absoluta, “que está além da capacidade de percepção do lactente”; e a relativa, “dependência da qual o lactente pode tomar conhecimento”. A recompensa de uma dependência absoluta bem manejada é “o desenvolvimento do lactente não ser distorcido”. (Winnicott, 1963f, p.83) O espelho do olhar materno refletiu o bebê e não o humor de sua mãe em relação a ele, conforme vimos anteriormente. A recompensa do estágio da dependência relativa “é que o lactente começa, de certo modo, a se tornar consciente dessa dependência” (Winnicott, 1963f, p.84) A ansiedade que o bebê demonstra quando sua mãe se ausenta por um período superior à capacidade de ele crer na sobrevivência dela é o primeiro sinal que esta criança já reconhece o ambiente e sua dependência em relação a este.

Para descrever este processo de desenvolvimento, Winnicott (1963f) se utiliza da imagem do oleiro e do artista, comparando o fazer destes com o fazer parental e mostra-nos como esses processos são totalmente diversos, já que um artista, quando cria uma obra de arte, ou um oleiro, quando molda um vaso, executam um processo sobre o qual eles têm um controle quase que exato; porém, ao se produzir um bebê existe um início, mas, depois de certo tempo, o controle sobre “esta produção” desaparece e passa a ser de domínio daquele que foi criado. A criatura se revela criador de seu destino:

a mãe e o pai não produzem um bebê como um artista produz um quadro ou o ceramista um pote. Eles iniciam um processo de desenvolvimento que resulta em existir um habitante no corpo da mãe, mais tarde em seus braços, e após no lar proporcionado pelos pais; este habitante se tornará algo que está fora do controle de qualquer um. (p.81)

Na fase da dependência denominada de dependência relativa, a criança já se percebe como uma unidade e já possui um senso de si-mesmo (*self*) integrado, distinto de sua mãe, posto que esta começa a *falhar*, entendendo-se esse falhar como uma desadaptação da mãe ao bebê. Abram (2000) destaca que essa falha é grafada por Winnicott com “f” minúsculo, sendo esta “salutar por tratar-se de um aspecto necessário do desenvolvimento do bebê – necessário por facilitar (inconscientemente) o processo de desilusão que acontece quando a mãe/mulher é a mesma (ou continua a desenvolver e a viver sua vida)”. (p.104) É a partir dessas *falhas benignas* que o bebê começa a permitir que a mãe saiba quais são suas necessidades, enviando a ela um sinal de que é capaz de lidar com a espera e com as conseqüências de seus atos. A mãe, nessa fase, começa a permitir que o bebê pense por si mesmo, e “esta capacidade desenvolvida pelo bebê desobriga a mãe de possuir uma preocupação materna primária; a partir daí ela já é capaz de reaver seu sentimento de *self* e de separar-se de seu bebê”. (Abram, 2000, p.105)

Uma mãe que não consiga de desencaixar de seu bebê, no sentido de “relaxar-e-permitir-que-seu-bebê-cresça” impinge a ele uma parada no seu desenvolvimento, fazendo com que o impulso/ sinal deste, que é voltado para a auto-realização, não se manifeste, e assim o bebê não consegue atingir o estágio de preocupação e a capacidade de usar o espaço transicional. A mãe que não permite a auto-expressão de seu bebê quando ele está já apto a fazê-lo, se apegando ao bebê de forma excessiva, provoca “uma repentina quebra em sua continuidade do ser e instaura a falha com “F” maiúsculo. A etiologia da tendência anti-social origina-se a partir dessa forma de falha ambiental”. (Abram, 2000, p.104)

Portanto, na dependência relativa, o relacionamento mãe-bebê ainda é um relacionamento dual, só que agora ele e a mãe são percebidos de forma separadas, sendo, entretanto, ainda a mãe um misto de objeto subjetivo e objeto real, ou seja,

---

<sup>15</sup> Verso retirado do poema de Renato Russo “Há Tempos”.

a mãe existe, mas não é ainda totalmente existente por direito próprio. Ela está situada na área denominada por Winnicott de espaço transicional.

Este novo espaço, que surge na dependência relativa, marca o aparecimento da primeira possessão não-eu e o espaço da simbolização, mas também marca um paradoxo: o que é criado estava lá para ser encontrado; o objeto transicional lembra a mãe para seu bebê, mas não é a mãe. Dessa forma, o espaço potencial separa o eu e o não-eu, ao mesmo tempo em que os une através da constituição do objeto transicional. Assim, o que se diferencia do objeto subjetivo para o objeto transicional é o fato de ele ser parte concreto e real, e parte subjetivamente concebido.

Quando o bebê é capaz “de sentir o self (e, portanto os outros) como um inteiro, uma coisa com membrana limitadora, e dotado de um interior e um exterior” (Winnicott, 1990, p.87), ele já responde pela totalidade do desenvolvimento que o conduz até este sentimento de ser um. Winnicott (1990) sintetiza este processo por ele denominado de fase “EU SOU” de forma esclarecedora:

Em seguida, desenvolve-se a idéia de um EU e de um não-EU; desenvolve-se a possibilidade de um sentimento de responsabilidade pela experiência instintiva e pelos conteúdos do EU, e um sentimento de independência em relação ao que está fora. Surge um sentido para o termo “relacionamento”, indicando algo que ocorre entre pessoas, o EU, e os objetos. A consequência é o reconhecimento de que há algo equivalente ao EU na mãe, o que implica em senti-la como uma pessoa. (p.88)

Durante o estágio do “eu sou”, vários aspectos foram sendo integrados à personalidade desta criança, “incluindo aí o falso si-mesmo instrumental, o que significa que no EU, da identidade unitária, estão reunidos o verdadeiro e o falso si-mesmo”. (Dias, 2003, p.255) Em “A criança no grupo familiar”, Winnicott (1966b) articula a existência do Eu + Sou à questão da lealdade e deslealdade e, a partir dessa articulação, o autor demonstra como é importante para a criança, que está no processo de constituição e consolidação da idéia de unidade (eu+sou), a existência de um ambiente que não demande dela lealdade em relação aos pais. Poder amar um deles e odiar o outro e vice-versa será denominado por Winnicott, nesse artigo, de lealdades cruzadas, no qual o “jogo familiar é um preparo perfeito para a vida”, já que é a família que “leva a todo tipo de agrupamentos, agrupamentos esses que vão se ampliando até atingir o tamanho da sociedade

local e da sociedade em geral”. (Abram, 2000, p.104) Se a criança foi capaz de vivenciar a dicotomia lealdade/deslealdade em família saberá vivê-la fora dela, já que “toda lealdade envolve alguma coisa de natureza oposta, que se poderia ser chamada de deslealdade”. (Abram, 2000, p.109-110)

Poder ser capaz de afirmar perante alguém “eu sou” é, no olhar de Winnicott (1966b), um ato de coragem por parte da criança, já que estas duas palavras, juntas (eu+sou) são “as mais perigosas e agressivas palavras do mundo” porque pressupõe o repúdio de tudo aquilo que não for eu, pressupõe uma deslealdade com tudo aquilo que não é “eu sou”, sendo isto “uma característica essencial do viver”. (p.110) “A integração do si-mesmo constitui um ato de hostilidade para com o não-eu e traz consigo a expectativa de um ataque”. (Dias, 2003, p.256) Dessa forma, mediante a idéia de um ataque sem aviso por parte deste não-eu, “o novo indivíduo sente-se infinitamente exposto” e “esse momento só pode ser suportado – ou, talvez arriscado – quando há alguém envolvendo a criança com seus braços”. (Winnicott, 1955, p.217)

A imagem que nos é dada por Winnicott em relação a este estágio de dependência relativa é a da personagem de “Alice no país das maravilhas”, o *Humpty-Dumpty*, que está equilibrado em um muro, pronto a tombar deste. Esse equilíbrio instável acontece nesta fase porque a mãe deixou de oferecer à criança seu colo constante. Nesse estágio, o que a criança precisa é de tempo para poder vivenciar todas as novas conquistas e assentá-las em si mesma. Em seu artigo “SUM: Eu Sou”, Winnicott (1968b) fala-nos dessa instabilidade que é manejada pela mãe:

para o bebê, a primeira unidade que surge inclui a mãe. Se tudo corre bem, o bebê chega a perceber a mãe e todos os outros objetos e os vê como não-eu, de tal modo que agora há o eu e o não-eu. (O eu pode incorporar e conter elementos não-eu, etc.) Esse estágio dos primórdios do EU SOU só se instala realmente no *self* do bebê na medida em que o comportamento da figura materna é suficientemente bom – no que diz respeito à adaptação e à desadaptação. Assim, a mãe é, no início, um delírio que o bebê precisa ser capaz de desautorizar, e aí precisa ser substituída pela desconfortável unidade EU SOU, que envolve a perda da segura fusão unitária original “mãe-bebê”. O ego do bebê é forte se houver um suporte do ego materno para fazê-lo forte; do contrário, ele é fraco. (p.49)

Acreditamos que essa longa citação se articule bem com a imagem evocada do *Humpty-Dumpty*. A criança, agora um *self* unitário, se equilibra entre dois momentos, sem tê-los ainda fundidos em si: o momento de estar no colo da mãe e

o momento de estar fora dele. Tal qual esse personagem, a criança está em cima do muro; o muro, para nós, é a mãe que ainda sustenta a criança no tempo e no espaço através de sua presença e cuidados, mas ela não é mais o berço que envolvia o bebê de outrora. Agora ele cresceu e já pode se equilibrar. O muro, no início, é largo o suficiente para dar à criança a estabilidade necessária para ela não cair e se quebrar; depois vai gradativamente se estreitando para que comece a saber se equilibrar no mundo cada vez com maior estabilidade.

Não acreditamos, tal qual como Winnicott, que um dia o ser humano consiga se ver independente do muro. O que se aprende, ao longo da longa fase de dependência relativa, é a confiar no meio porque se aprende a confiar em si mesmo a partir da constância e da previsibilidade materna: aprende-se a ter equilíbrio no desequilíbrio, segurança na insegurança.

A fase do EU SOU é uma conquista no processo de desenvolvimento do bebê, mas não faz, ainda, “do bebê uma pessoa inteira (...), mas é a plataforma, a posição a partir da qual a vida pode ser vivida; (...) é a condição de possibilidade para o próximo estágio, o do concernimento”. (Dias, 2003, p.258)

Já vimos que, para Winnicott (1967a), o processo maturacional impulsiona o bebê a relacionar-se com objetos, mas isso somente ocorre se a mãe souber apresentar a esse bebê o mundo em pequenas doses, em doses que ele possa dar conta de significar: o mundo que tem sentido para o bebê é o mundo por ele concebido de forma criativa e onipotente. É a experiência de onipotência “que constitui o alicerce apropriado para que ele, depois, entre em acordo com o princípio de realidade”. (p.24) Esse acordo é feito de forma lenta, através da constituição de uma área de ilusão, na qual a onipotência vai sendo gradativamente substituída pela criação de símbolos partilhados entre o bebê e a mãe. Esta área começa como um jogo entre a mãe e o bebê, e o lugar que Winnicott dá a esta área é o espaço de um “entre”, uma terceira área, nem interna, nem totalmente externa. Em seu artigo “Saúde e doença: o conceito de indivíduo saudável”, Winnicott (1967a) nos pergunta onde situar essa terceira via, a experiência cultural. Ele nos responde da seguinte forma:

Não acho que possa ser situada na realidade psíquica interna, pois não é um sonho – é parte da realidade compartilhada. Mas não se pode dizer que seja parte dos relacionamentos externos. (...) *Ela se inicia no espaço potencial entre uma criança e a mãe, quando a experiência produziu na criança um alto grau de confiança na*

*mãe, no fato de que ela não vai faltar quando a criança dela tiver necessidade.*  
(p.28, grifo nosso)

A ênfase que queremos dar, a partir desta citação, é na palavra CONFIANÇA. Em torno desta palavra/postura que uma mãe suficientemente boa deve possuir, Winnicott desenvolve toda a fase de dependência relativa, ou seja, a criança somente consegue se ver como um *self* unido, total e também dar à mãe esse *status* porque ele confia nela, e conseqüentemente, mais tarde, confiará no meio que o circunda.

Winnicott (1968a), em seu artigo “A comunicação entre o bebê e a mãe e entre a mãe e o bebê: convergências e divergências”, indaga se “não é verdade que a mãe se comunica com seu bebê”. Essa comunicação se efetua em forma de cuidado (*holding*), e não é, de forma alguma, uma linguagem verbal nesse momento. Winnicott enfatiza a importância de a mãe ser, antes de tudo, humana e não perfeita, porque a perfeição advém da máquina. Qualquer cuidado mecânico e exato, longe de dar ao bebê segurança, daria a ele apatia e desafeto. Ouvirmos a mãe responder ao bebê, nesse momento, é interessante.... “Ela diria: ‘Inspiro confiança – não porque sou uma máquina, mas porque sei o que você necessita: eu cuido e quero lhe fornecer o que você necessita’. A isso chamo amor nesse estágio de seu desenvolvimento”. (p.87) Ao dizer, pelo cuidar humano, *eu amo você e você é importante para mim, por isso estou aqui sempre que você necessita de mim*, a mãe, mesmo falhando no cuidado cotidiano, também tenta, o tempo todo, corrigir suas falhas. “Essas falhas relativas que recebem uma correção imediata, sem sombra de dúvida, somam-se finalmente à comunicação, de tal forma que o bebê venha a conhecer o sucesso. Uma adaptação bem sucedida, portanto, conduz a um sentimento de segurança, a um sentimento de ser amado”. (Winnicott, 1968a, p.87)

Em outro texto, “Segurança”, Winnicott (1960c) aprofunda a importância dessa qualidade do ambiente maternante no qual o bebê e depois a criança estão envolvidos: “a criança que conheceu a segurança desse estágio inicial começa a alimentar a expectativa de que nunca lhe faltarão nem que a abandonarão. Frustrações, bem, sim. Elas são inevitáveis; mais ser abandonada... bem, isto não!”. (p.105) Indo mais longe, o autor enfatiza que o que ocorre com crianças saudáveis é o desenvolvimento de uma crença em si mesmas e nas outras pessoas,

uma crença em algo, “não só algo que é bom, mas algo que é confiável e duradouro, que se recupera depois de ter sido magoado ou de ter consentido que perecesse”. (p.102) Surge, então, dentro delas, um sentimento de segurança e esses controles externos convertem-se mais tarde em autocontrole e, “quando autocontrole é um fato, então a segurança que é imposta é um insulto”. (p.107)

Para Winnicott (1969b) a confiança é construída a partir de outra postura da mãe e do pai frente ao bebê: a PREVISIBILIDADE. Como marca em sua palestra sobre “A construção da confiança”, “os pais, sobretudo a mãe, no começo, têm um trabalho enorme para proteger a criança do que é imprevisível”. (p.148) Proteger do que é imprevisível é dizer “não” ao mundo em redor, e isso ocorre, e necessita ocorrer, na fase de dependência absoluta. Porém, na fase de dependência relativa esse “não” ao mundo passa a ser diminuído e a mãe começa a dizer “não” a seu filho.

Em três palestras intituladas “Dizer ‘não’”, Winnicott (1960e) aborda a questão de como dizer “não” primeiramente ao mundo e depois ao filho é introduzir a ele o princípio de realidade. Porém o autor enfatiza que “não importa que nome que se lhe dê; a mãe com seu marido apresentou gradualmente o bebê à realidade e a realidade ao bebê”. (p.45) Uma dessas formas de apresentação do mundo é fornecida pelo limite da proibição, que instaura a segurança, a confiança e a previsibilidade, desde que a introdução do princípio de realidade não se apresente à criança como uma intrusão, por ser fora do tempo de esta poder compreendê-lo.

A quebra da previsibilidade provoca estresse e este é normalmente causado pela demora da mãe em retornar às solicitações do bebê, demora esta que representa um período de tempo “que é mais extenso do que aquele durante o qual a criança pode manter viva a imagem mental da mãe, ou pode sentir sua presença viva no mundo imaginativo do sonho e do jogo, por vezes chamado ‘a realidade psíquica interior’”. (Winnicott, 1969b, p.149) Seria um “não” dirigido ao filho antes do tempo, quando talvez devesse essa mãe ainda estar dizendo “não” ao mundo mais vezes do que a ele, filho. Dessa quebra de *timing* surge a inconfiabilidade “que rompeu automaticamente a continuidade do processo de desenvolvimento da criança. Depois disso, a criança tem uma lacuna na linha entre o agora e as raízes do passado”. (Winnicott, 1969b, p.149-150) Há necessidade de um recomeço, mas esse resulta em um fracasso estabelecido na

criança em relação ao sentimento de “eu sou, este sou eu, eu existo, sou eu quem ama e odeia, sou eu quem as pessoas vêem em que eu vejo no rosto do outro quando ela vem, ou no espelho. *Os processos de crescimento tornam-se distorcidos porque a integridade da criança foi quebrada*”. (Winnicott, 1969b, p.149-150, grifo nosso)

A partir da questão de dizer “não” ao seu filho, Winnicott (1960e) descreve dois "tipos" de bebês, que podem ser articulados com os outros dois "tipos" anteriormente citados, mas agora vistos sob um outro prisma. Por conseqüência, também descreve duas maneiras destes bebês lidarem com o meio ambiente, determinando, assim, a forma como estes lidarão com o mundo externo posteriormente. Partindo da premissa que a base de *não é sim*, o autor diz-nos que há bebês que são criados na base do *não*, porque talvez “a mãe sinta que a segurança reside unicamente em assinalar inúmeras situações de perigo”. (p.45) Para o autor, essa forma é uma maneira lamentável de a criança travar conhecimento com o mundo. A outra forma de lidar com o meio ambiente seria aquela na qual o mundo em expansão da criança teria “um crescente número de objetos a cujo respeito à mãe pode dizer *sim*”. O desenvolvimento da criança, nesse caso, tem muito mais a ver com que a mãe permite do que com o que ela proíbe. “‘Sim’ forma o background ao qual o ‘não’ é adicionado”. (p.45-46)

Para Winnicott, a dependência relativa possui também, como característica básica, a questão da aquisição da capacidade de reparação do bebê ao dano imaginário que este causa à mãe-ambiente, quando a ela dirige seus impulsos excitados. Ou seja, a criança imagina danificar sua mãe quando dirige a ela suas demandas, imagina que faz um buraco nesta mãe que dela cuida. Quando é capaz de sentir-se como causadora desse dano em quem a alimenta e cuida, a criança atinge a fase do *concern* ou a fase da preocupação, se instalando o compadecimento. Nesta fase o bebê alcança um *status* unitário e assim torna-se consciente de que a mãe-ambiente (mãe dos períodos de tranqüilidade do bebê) e a mãe-objeto (mãe dos períodos de excitação do bebê) são uma só. Como enfatiza Winnicott (1954-55), em “A posição depressiva no desenvolvimento emocional normal”, o bebê “soma um mais um e começa a perceber que a resposta é um, e não dois, ou seja, a criança se torna consciente de que as duas mães existentes em sua fantasia são, na verdade uma só”. (p.362)

Dentro desse novo modo de perceber o mundo/mãe, Winnicott (1954-55), neste mesmo artigo, enfatiza que o papel da mãe é saber aceitar o bom e o ruim que o bebê, ao fim de um dia inteiro, pode doar a ela. “É preciso que ela saiba distinguir entre o que é oferecido como bom e o que é oferecido como ruim. Neste momento, o bebê pela primeira vez dá algo, e sem esse dar não haverá um verdadeiro receber”. (p.365) É a partir da entrega e da troca existentes entre a mãe e seu filho que o bebê poderá vir a unir as duas mães (a tranqüila/ambiente e a agitada/objeto) em sua mente. É isso que se coloca no centro do trabalho de integração.

Outra conquista do bebê, a partir do recebimento de sua doação por parte da mãe, é a transformação da ansiedade em preocupação, chegando-se à fase do concernimento. O bebê começará, então, a se preocupar, caminhando para entender a realidade como algo para além dele ou independente dele. Ao se preocupar pelas conseqüências de seus atos, a criança começa a poder se sentir culpada, havendo desta forma a transformação de parte da agressividade em fenômenos clínicos. Segundo Winnicott (1950-55), “a culpa refere-se ao dano que a criança imagina haver causado à pessoa amada nos momentos do relacionamento excitado”. (p.291) A percepção desta culpa e a possibilidade de poder reparar o ato feito ou construir algo são movimentos que dirigem a agressividade para as funções sociais.

Ainda em relação à função social da agressividade, Winnicott (1950-55) nos diz que “a satisfação do impulso faz com que ela se sinta bem, e isso cria e sustenta a sua confiança em si própria e no que ela poderá esperar da vida; ao mesmo tempo ela terá de reconhecer os seus ataques de cólera ao fim dos quais ela se sente repleta de coisas ruins”. (p.292) Se não houver quem receba esta reparação, a transformação da agressividade em função social se quebra e a agressividade reaparece. Surge aqui o sentimento de abandono e a raiva.

Interessante lembrarmos o que reflete Winnicott sobre este ato de agressividade acolhido, ao comentar que só entenderemos a criação e a reparação do impulso agressivo quando formos capazes de ver primeiro uma criança construindo uma torre para depois entendermos a sua destruição e reconstrução como um ato que cria o mundo. Mas essa criação só terá valor para a criança se nós, adultos, estivermos lá para ver a torre ser construída de novo; senão, o valor da destruição da torre se perde, assim como o valor de sua reconstrução.

Para Winnicott (1950-55), a agressividade pode, portanto, ser raiva, principalmente ou necessariamente, quando ocorre uma frustração. A agressividade raivosa aparece quando a criança, ao tentar reparar seu dano, não consegue fazê-lo por não ter ninguém lá atento para receber tal ato.

Assim, na saúde, indo do não concernimento para o concernimento, há aquisições que fazem do bebê, que por acaso agride, um bebê que agride intencionalmente e este, ao ser capaz de sentir culpa pelo seu ato ou pela fantasia do ato, também é capaz de reparar a agressão feita, transformando a agressividade em uma função social. Na saúde, o bebê se transformará em um indivíduo a partir deste saber lidar com suas forças vitais. Winnicott (1950-55) explicita isso de forma muito clara:

o indivíduo guarda a maldade dentro de si para usá-la contra forças externas que ameaçam o que ele julga valioso. A agressividade além, nesse caso, um valor social. Aqui fica preservada a objetividade e o inimigo pode ser enfrentado com economia de esforços. Trata-se de um inimigo que, para ser atacado, não precisa ser amado. (p.295)

Para que melhor se entenda esses ganhos da criança na fase de dependência relativa, é necessário nos reportarmos à idéia winnicottiana de círculo benigno e o movimento de *feedback* que este instaura.

O processo denominado de círculo benigno por Winnicott (1990) é descrito da seguinte forma em “Natureza Humana”:

Com a mãe (ou mãe substituta) presente e disponível, quer dizer, com o bebê ainda situado num ambiente adequado para bebês, começa lentamente a formar-se um momento de reparação (*mending*), um momento no qual o bebê utiliza a capacidade que vinha desenvolvendo nas últimas horas de contemplação ou digestão. Pode ser que o bebê faça algo, concretamente (um sorriso, ou um gesto espontâneo de amor, ou o oferecimento de um presente – um produto da excreção – como sinal de reparação e restituição). O seio (corpo, mãe) está agora reparado, e o trabalho do dia se completa. Os instintos de amanhã podem ser aguardados com um medo menor. ‘*Sufficient unto the day is the evil thereof*’<sup>16</sup>. (p.91)

O círculo benigno inclui algumas etapas listadas por Winnicott (1958a) em “Psicanálise do sentimento de culpa”, que seriam “(1) experiência instintiva, (2) aceitação de responsabilidade que se chama culpa, (3) uma resolução ou elaboração, e (4) um gesto restitutivo verdadeiro”. (p.27) Em “A posição

---

<sup>16</sup> “A cada dia basta o seu fardo”, Mateus, 6; 34. (N. do T.) (p.91)

depressiva no desenvolvimento emocional normal”, Winnicott (1954-55) amplia esses pontos ao enumerar o que pode ser discernido nesse ciclo:

Um relacionamento entre o bebê e sua mãe complicado pela experiência instintiva; um tênue vislumbre das conseqüências (o buraco); uma elaboração interna, com uma triagem dos resultados da experiência; uma capacidade de dar, devida à separação entre o bom e o ruim internos; reparação. (p.365)

Assim, a característica marcante da teoria do círculo benigno é o ciclo machucar-e-remendar e a repetição deste inúmeras vezes “para que o bebê passe, gradualmente, a acreditar na possibilidade de reparação, no esforço construtivo, e sendo-lhe dadas boas condições de suportar a culpa, torna-se mais livre para o amor instintual”. (Dias, 2003, p.262)

Para Winnicott (1990), é impossível ao ser humano suportar “a destrutividade que está na base dos relacionamentos humanos, ou seja, do amor instintivo, exceto por meio de um desenvolvimento gradual associado às experiências de reparação e restituição”. (p.93) É insuportável para a criança fazer o gesto reparador e não haver ninguém para recebê-lo quando ela se dá conta do “estrago” provocado na mãe que ela ama.

Quando não é dado à criança inúmeras oportunidades de vivenciar este círculo benigno, havendo o seu rompimento, algumas conseqüências graves ocorrem no sentimento de continuidade do ser (*going on being*) e no sentimento de confiança que está sendo consolidado: “a transformação do incompadecimento em concernimento e culpa se desfaz e a agressividade reaparece, às vezes implacável”. (Dias, 2003, p.264) Winnicott (1958a) irá denominar esse processo de “círculo maligno”. (p.27) O autor avalia a questão da quebra do círculo benigno quando ocorre a apresentação do mundo ao bebê através do “não”, ou do medo materno diante desse mundo externo que ele, através do olhar dela, vivencia.

Winnicott (1990) lista quatro conseqüências para a quebra do círculo benigno, com a conseqüente instalação do círculo maligno: “o instinto (ou capacidade de amar) terá que ser inibido; reaparece a dissociação entre o bebê excitado e a mesma pessoa quando tranqüila; o sentimento de tranqüilidade não fica mais ao alcance, e a capacidade para brincar (e trabalhar) construtivamente é perdida”. (p.94)

Para que entendamos cada uma dessas conseqüências dentro do que estamos chamando de “agressividade que cria” temos de aprofundar, dentro da dependência relativa, o espaço que surge neste estágio: o espaço transicional e o aparecimento do objeto transicional já aqui anteriormente delineado.

### 3.1.4 “Uma criança sabe melhor do que ninguém como é ridículo ser sensato o tempo todo”<sup>17</sup>

Entre o subjetivo e aquilo que é objetivamente percebido existe uma terra de ninguém, que na infância é natural, e que é por nós esperada e aceita. (Winnicott, 1990, p.127)

Winnicott (1975b), principalmente em “O brincar e a realidade”, descreve aquilo que ele denomina de área de experimentação, ou espaço de manobra, necessários para que o sujeito humano se constitua enquanto um ser possuidor de um dentro e de um fora inter-relacionados. A importância da existência dessa terceira área é devido ao fato de esta ser uma área que “não é disputada, porque nenhuma reivindicação é feita em seu nome, exceto que ela exista como um lugar de repouso para o indivíduo empenhado na perpétua tarefa humana de manter as realidades interna e externa separadas, ainda que inter-relacionadas”. (p.15) Sua existência dará plasticidade e criatividade ao ser humano e, dentro desse espaço de transição/transposição entre a realidade interna e a realidade compartilhada, existirá um espaço no qual todo ser humano vive grande parte do seu tempo quando está se divertindo, um espaço potencial ou transicional.

A instauração do espaço potencial inicia-se no brincar mãe – bebê, ou seja, na fase da dependência absoluta, mas este ganha um estofado de “realidade”, ao ser preenchido pelos objetos transicionais, na fase de dependência relativa. “Os fenômenos transicionais representam os primeiros estádios do uso da ilusão, sem os quais não existe para o ser humano, significado na idéia de uma relação com um objeto que é por outros percebidos como externo a esse ser”. (Winnicott, 1975b, p.26)

Refletindo sobre a importância da ilusão para o ser humano, em “O destino do objeto transicional”, Winnicott (1959) enfatiza a importância da mãe que

---

<sup>17</sup> Winnicott, W. Conversando com os pais. São Paulo: Martins Fontes, 1999, p. 24.

capacita o bebê a ter a ilusão, como já vimos anteriormente, de que “objetos da realidade externa podem ser reais para ele, isto é, que eles podem ser alucinações, uma vez que são apenas estas que são sentidas como reais. Se se quer que um objeto externo pareça real, então o relacionamento com ele tem de ser o relacionamento que se tem com uma alucinação”. (p.45) Winnicott ainda acrescenta:

O fato é que um objeto externo não tem existência para vocês ou para mim exceto na medida em que vocês ou eu o alucinamos, mas sendo sãos, tomamos o cuidado de não alucinar, exceto quando sabemos o que ver. Naturalmente, quando estamos cansados ou há penumbra, podemos cometer alguns equívocos. (p.45)

Para exemplificar o que ele está chamando de alucinação e da necessidade de esta existir para que possamos entrar em contato com o mundo externo, o autor utiliza-se de uma poesia, de dois *limericks*<sup>18</sup>, um deles de autoria de Ronald Knox, o outro um acréscimo do próprio Winnicott (1959) em resposta ao poeta:

A pedra e a árvore  
Continuam a existir  
Quando não há ninguém no pátio?

E a resposta:

A pedra e a árvore  
Continuam a existir,  
Tal como observadas pelo sinceramente seu... (p.45)

Ousamos acrescentar a esses dois olhares um outro, e dele nos apropriarmos: o olhar de Alberto Caeiro, um dos heterônimos de Fernando Pessoa (1977, p.217-218), que igualmente nos diz,

O que nós vemos das cousas são as cousas.  
Por que veríamos nós uma cousa se houvesse outra?  
Por que é que ver e ouvir seria iludirmo-nos  
Se ver e ouvir são ver e ouvir?

O essencial é saber ver,  
Saber ver sem estar a pensar,  
Saber ver quando se vê,  
E nem pensar quando se vê  
Nem ver quando se pensa.

---

<sup>18</sup> Espécie de verso de cinco linhas com a rima na 1ª, 2ª e 5ª linhas e na 3ª e na 4ª. (N. do R.) (p.45)

*Mas isso (tristes de nós que trazemos a alma vestida!)  
Isso exige um estudo profundo,  
Uma aprendizagem de desaprender  
E uma sequestração na liberdade daquele convento  
De que os poetas dizem que as estrelas são as freiras eternas  
E as flores as penitentes convictas de um só dia,  
Mas onde afinal as estrelas não são senão estrelas  
Nem as flores são flores,  
Sendo por isso que lhes chamamos estrelas e flores.  
(grifo nosso)*

Porém, como afirma Caeiro, nós, seres humanos, temos “a alma vestida” e assim sabemos que entre a pedra e a árvore que lá fora existe, e a pedra e a árvore que dentro de nós subsiste, há uma representação desses objetos e que “vestimos” esses objetos com ilusão, mais tarde com o símbolo e assim, pedra e árvore, para cada ser humano, terá a singularidade que o uso da ilusão possibilitou a nós construir, para depois fazermos “uma aprendizagem de desaprender”, ao sairmos da onipotência e compartilharmos o mundo com os demais seres humanos.

### **3.1.5 Da necessidade de termos um “playground” interno.**

Uma citação de Winnicott (1968a) irá nos guiar numa compreensão mais aprofundada da importância deste terceiro espaço do viver humano.

É preciso dizer que o bebê cria o seio, mas não poderia fazê-lo se a mãe não estivesse ali e naquele momento. O que é comunicado ao bebê é: “Venha ao mundo criativamente. Crie o mundo. É apenas aquilo que você cria que tem significado para você”. Posteriormente é acrescentado: “Você controla o mundo”. A partir desta experiência de onipotência inicial o bebê torna-se capaz de poder experimentar a frustração e até mesmo de um dia chegar ao outro extremo da onipotência, ou seja, de adquirir um sentimento de ser uma gota d’água no oceano, um oceano que já existia antes mesmo dele ser concebido por pais que tinham prazer um com o outro. Não é sendo Deus que os seres humanos adquirem a humildade tão peculiar à individualidade humana? (p.89-90)

Toda experiência de criatividade humana está calcada neste início, já analisado anteriormente, da criatividade primária. Interessante lembrarmos que Winnicott defende a necessidade da existência de uma mãe suficientemente boa para que essa criatividade se instaure e possa ser vivenciada de forma onipotente. Quando o mundo criado é tido como constante e certo para o bebê, ele emite sinais à mãe lhe avisando que agora pode aprender a re-criar o mundo em outras bases. Ele está pronto para “uma aprendizagem de desaprender”. Ele é capaz de

experimentar as “falhas” com “f” minúsculo da mãe, e assim, gradativamente, chegar à realidade compartilhada e descobrir que o mundo externo a ele sempre existiu, mas que *seu mundo* foi ele quem o criou. Continuará sendo “Deus”, com a humildade do humano sabedor de que ele, sem o oceano/mãe, talvez não pudesse continuar a criar-se e a criar o mundo aonde vive. Assim, o que fundamenta o viver criativo é a apercepção criativa que, por sua vez se baseia na experiência de fusão com a mãe, fazendo com que a vida adquira um sentido e uma qualidade.

Para Winnicott, segundo Abram (2000), “viver criativamente”

significava a capacidade paradoxalmente desenvolvida junto aos pais, no início, de não ser morto ou aniquilado sistematicamente pela submissão. Com isso ele queria dizer: ver o mundo com novos olhos o tempo todo. Nada tem a ver com quantas viagens fazemos pelo mundo, e sim com olharmos a mesma rua com novos olhos a cada vez. É uma questão de profundidade. (p.113)

Acreditamos que podemos entender “profundidade” como o percurso que o bebê faz no seu desenvolvimento emocional do objeto subjetivo para o objeto transicional, ou do espaço subjetivo para o espaço transicional e depois para o espaço compartilhado. Na sucessão desses espaços não há substituição de um pelo outro; o que há é o semelhante ao que encontramos na boneca russa, onde uma boneca menor está contida em uma maior e esta em outra e em outra e em outra. Não é o número de bonecas que importa e sim o fato de uma poder estar contida na outra. A boneca total é a soma da inclusão de todas as outras e para além disso. A conquista da transicionalidade traz à criança uma capacidade de “olhar a mesma rua com novos olhos” e assim o seu mundo ganha profundidade e especificidade.

Essa passagem gradativa de ser Deus criador para ser um ser humano que cria, mesmo não sendo um Deus princípio e fim de tudo; do dois-em-um para um-e-outro ou eu/não-eu; da ilusão para a desilusão é feita através do aparecimento da área de transicionalidade, do espaço potencial. Esta passagem é auxiliada pela utilização, por parte do bebê, do objeto transicional. Este objeto, para Winnicott (1975e) é um símbolo da união do bebê e da mãe (ou parte dela), mas também é a marca da transição da mãe de “estar fundida (na mente do bebê) com a criança para ser experimentada como um objeto percebido em vez de concebido”. (p.135) Assim, este uso do objeto transicional simboliza a união de duas coisas que agora estão separadas, o bebê e a mãe e, como bem aponta Abram (2000), “diz respeito

a uma dimensão do viver que não depende nem da realidade interna, nem da realidade externa; mais propriamente, é o espaço em que ambas as realidades se encontram e separam o interior e o exterior”. (p.253)

Para dar uma idéia mais sintética do que seja espaço potencial, pensamos ser útil uma definição do próprio Winnicott (1975f) em “O brincar e a realidade”:

Refiro-me à área hipotética que existe (mas pode não existir) entre o bebê e o objeto (mãe ou parte desta) durante a fase do repúdio do objeto como não-eu, isto é, ao final da fase de fusão com o objeto. De um estado de sentir-se fundido à mãe, o bebê passa para um estágio de separá-la do self, enquanto a mãe diminui o grau de sua adaptação às necessidades do bebê (tanto em consequência de recuperar-se de um alto grau de identificação com ele, quanto devido à sua percepção da nova necessidade do bebê, a necessidade de que ela seja um fenômeno separado). (p.149)

A transicionalidade é, talvez, a originalidade winnicottiana mais marcante e também um dos seus maiores paradoxos. Vista como um período de hesitação, este espaço favorece a emergência de uma criação, uma invenção, um pensamento. Esta possui uma linguagem muda, exatamente por ser um espaço dentro e fora, real e ilusório, entre dois. É o espaço no qual nos descobrimos separados, mas ainda podendo nos imaginar sermos um só por alguns instantes. A transicionalidade é a área de repouso do ser humano, o playground necessário para que possamos lidar com a realidade externa e também com nossa realidade interna.

Green (2003), em “A intuição do negativo em *O brincar e a realidade*”, corroborando com o que já vimos a partir da teoria winnicottiana, recorda-nos que “o espaço transicional não está apenas ‘entre’; é um espaço onde o sujeito futuro está em transição, uma transição em que ele toma posse de um objeto criado na vizinhança de um objeto externo real, antes de alcançá-lo”. (p.72) Acreditamos ser importante essa idéia de *estar em transição* porque, segundo o pensamento de Winnicott, somos seres em marcha, em caminho, não alcançando a independência totalmente, posto que sempre necessitaremos de alguém que nos signifique diante do que vivemos.

Vivemos em um tempo das potencialidades segundo Safra (1999), tempo das experiências que ainda estão por acontecer, mas que podem vir a acontecer porque um caminho já foi trilhado anteriormente. Deixamos de ser “alguém com uma história para ser uma pessoa em história”. (p.67) Nesse *entre* descobrimos

que nosso poder é precário e ilusório, posto que o desejo de sermos um só somente existe em um mundo onipotente. Este é gradualmente desfeito a partir das desilusões que vão sendo permitidas serem vividas pelo desfuncionamento materno às necessidades de seu filho. Encontramos a desilusão depois de um tempo de ilusão e onipotência. Para enfrentarmos esses tempos de desilusões controladas, expostas a nós de forma gradual através da apresentação do mundo pela mãe ainda ajustada, em parte, às nossas necessidades, criamos modos de amortecimento desse choque inevitável entre o de dentro e o de fora.

Como afirma Borges (1997),

é um encontro marcado, ainda que não saibamos de antemão nem onde, nem quando e nem com quem, com o real em si mesmo opaco, resistente ao sentido, impondo-se com incontestável, incontornável, chegando ao sujeito como vindo de fora numa estranheza radical com tudo o que foi vivido, conhecido, pensado, até então. (p.49)

Dessa forma, o paradoxo da transicionalidade aponta para um outro lugar que não mais o da fusão anteriormente vivida na fase de dependência absoluta, e sim para um lugar onde o que impera é a ruptura, a descontinuidade, a lacuna e a diferenciação. É um lugar onde pode a significação do mundo aparecer para o bebê em forma de símbolo, já que a transicionalidade é o espaço da invenção. Graças a essa “ruptura”, continua a haver para o bebê o “viver criativo” postulado por Winnicott como a base da vida, porque o contrário da vida não é a morte e sim a solidão de uma vida sem criatividade.

Ogden (1995) enfatiza que essa individualidade somente surge quando é possível se vivenciar a diferença, já que “não pode haver significado em um campo completamente homogêneo. Não poderia haver sequer o reconhecimento da existência do próprio campo homogêneo, porque não haveria outros termos que não ele próprio para atribuir-lhe tal condição”. (p.82) A transformação da unidade mãe – bebê em mãe – e – bebê acontece ao mesmo tempo em que há a introdução da possibilidade de existência do símbolo no espaço mãe/ bebê e assim,

A unicidade (a mãe – bebê invisível) torna-se uma trindade, uma vez que no momento da diferenciação (dentro da unidade mãe – bebê) não apenas são a mãe e o bebê criados como objetos, além disso, o bebê é criado como sujeito. O bebê como sujeito é o observador de mãe e bebê como objetos (simbólicos), ele é agora o criador e o intérprete de seus símbolos. (p.84)

A criatividade que interessa a Winnicott (1975d) é uma criatividade de proposição universal e que está relacionada ao estar vivo. Esta “relaciona-se com a abordagem do indivíduo à realidade externa”. (p.98) O “viver criativo” pode perder-se, “porque pode desaparecer o sentimento que o indivíduo tem de que a vida é real ou significativa”. (p.101) E esse sentido se perde quando, em algum momento, o ambiente falha uma falha com “F” maiúsculo e o espaço transicional, e conseqüentemente a criatividade aí gestada, também se perde.

Enquanto a criatividade primária é apoiada “pela reação intuitiva da mãe ao desejo do bebê” e é uma experiência privada deste, a aceitação da exterioridade ou da separação do objeto é, nos termos de Modell (1995), apoiada pela aceitação, pela mãe, do *ódio* do bebê. O compartilhamento de realidades criadas só podem aparecer após a sobrevivência à destrutividade. Dessa forma, “o passo evolutivo que nos leva de relacionar-se com um objeto a usarmos um objeto capacita a criatividade primária a ser transformada em uma criatividade comunicada e compartilhada, a aceitação da realidade dos outros”. Ao aceitar a realidade dos outros, o indivíduo torna possível

a partilha e a comunicação daquilo que é criado, em contraste com a apercepção criativa que se destina só ao self; torna possível receber de outros o que é valioso e torna possível a experiência da gratidão. Sem a interação da separação e da união, dá-se o fracasso da criatividade. (Modell, 1995, p.103)

Para Winnicott, em “A localização da experiência cultural” (1975e), o equilíbrio entre a realidade interna e a realidade externa ou mundo compartilhado se efetua na área de transicionalidade, área na qual oscila o que o bebê quer e o que a mãe quer. Esta tensão entre mãe e bebê aqui se dilui, pois é nessa área que guardamos o que encontramos. Winnicott (1975e) deixa muito claro o que ele considera importante de ser entendido em relação à área de transicionalidade, ou espaço potencial, para a subjetivação do ser humano:

- 1) O lugar em que a experiência cultural se localiza está no espaço potencial existente entre o indivíduo e o meio ambiente (originalmente, o objeto). O mesmo se pode dizer do brincar. A experiência criativa começa com o viver criativo, manifestado primeiramente na brincadeira;
- 2) Para todo indivíduo, o uso desse espaço é determinado pelas experiências da vida que se efetua nos estádios primitivos de sua existência;
- 3) Esse espaço potencial encontra-se na interação entre nada haver senão eu e a existência de objetos e fenômenos situados fora do controle onipotente;
- 4) O espaço potencial acontece apenas em relação a um sentimento de confiança por parte do bebê, isto é, confiança relacionada à fidedignidade da figura materna

ou dos elementos ambientais, com a confiança sendo a prova da fidedignidade que se esta introjetando;

5) Esse espaço pode ser visto como sagrado para o indivíduo porque é aí que este experimenta o viver criativo. (p.139/140)

Winnicott estava em sintonia com um aspecto essencial da experiência humana: o viver e a experiência do viver. Viver demasiadamente na concretude da realidade dos fatos não é melhor para o ser humano feliz e razoavelmente adaptado do que viver na fantasia. A vida bem sucedida dá-se entre a realidade e a fantasia, no mundo ilusório ou área de ilusão. Ilusão se origina do latim *ludere*, que significa brincar. Viver é, portanto, estar habitando um espaço que nos permite mesclar nossa vida com fantasia, mesclar nossa vida com o brincar, porque, como nos diz Winnicott sabemos “como é ridículo ser sensato o tempo todo”.

### **3.1.6 Considerações sobre a importância de um “ursinho de pelúcia”**

Winnicott (1975e, p.137) nos indaga: sobre o que versa a vida? Ao responder essa questão filosófica, o autor enfatiza que “não é a satisfação instintual que faz o bebê começar a ser, sentir que a vida é real, achar a vida digna de ser vivida”: ser saudável não é suficiente. Sendo mais enfático, ele nos diz que “quando se fala de um homem, fala-se dele justamente com a soma de suas experiências culturais. O todo forma uma unidade”.

O somatório das experiências somente pode existir, como vimos, se houver a constituição satisfatória de um espaço potencial. Esse espaço potencial é preenchido por experiências através da brincadeira. Brincamos quando temos conosco a certeza de que há alguém que nos sustente no tempo e no espaço, quando adquirimos a capacidade de estar só na presença de alguém, normalmente a mãe. E nesse brincar surge, às vezes, um objeto que Winnicott denomina de objeto transicional e o materializa na imagem do ursinho de pelúcia.

O ursinho, para Goldestein (1997), representa a relação mãe/bebê invertida: o bebê é a mãe com um bebê/ursinho nos braços. Quando capaz de poder adotar um objeto (o bebê adota um objeto para ser um acalmador nos momentos de angústia ou de separação/solidão), este bebê já

interiorizou os dois personagens e os administra; não é mais um bebê que está sozinho, incompleto, desamparado e aterrorizado; é uma mãe que aprendeu a

reconfortar o bebê antes mesmo que ele experimente o terrível sentimento de desamparo.(...) Nesse momento a criança “se entretém consigo mesma”. (...) A criança começa a se estruturar através dos fenômenos transicionais de tal forma que, quando estiver só, sem um objeto externo complementar, permaneça sem sentir-se só, ou seja, sem experimentar o sentimento de fusão anterior a uma vivência de desamparo e de “fim de mundo”, característica dos momentos de ausência sem transicionalidade. (p.137-138)

Assim, o objeto transicional, objeto por excelência do espaço potencial, não é um objeto e sim uma posse do bebê, a primeira posse não-eu que ele cria para si e que faz com que ele consiga lidar com as rupturas na sua onipotência: a mãe existe, não é ele, nem está sempre à sua disposição, mas há algo que a mantém viva em sua memória enquanto ela não volta. Este algo é representado pelo objeto transicional, concreto, real. Podemos vê-lo sendo manuseado pelo bebê, mas ao mesmo tempo este é investido de valores e de significados advindos dos objetos subjetivos que povoavam o mundo do bebê enquanto ele supunha-se criador e criatura. É graças à criação do objeto transicional que há a aceitação, por parte do bebê, das diferenças e das semelhanças.

O bebê está em trânsito, de passagem. O que se contrapõe à realidade é um *sendo*, um nascendo que, estando de passagem, não tem lugar assentado. Desta maneira, o paradoxo da transicionalidade impede “que uma ruptura indesejável e precoce da ilusão se faça e provoque uma lesão no aparelho psíquico”, como bem observa Bittencourt. (1997a, p.111)

É importante marcarmos a existência de um espaço transicional e não a existência efetiva de um objeto para ser denominado de objeto transicional. Winnicott temia, ao falar dos objetos transicionais, listar alguns exemplos para que estes não se tornassem ícones ou marcadores de saúde no bebê ou na criança, e de doença caso não existissem na sua concretude. Entretanto, concordamos com Borges (1997) quando diz que é evidente que “o objeto transicional é um sinal tangível da existência do espaço transicional ainda que esse espaço possa ser habitado por fenômenos transicionais que passam despercebidos aos olhos do observador”. Assim, “não é tanto o objeto que importa, mas o uso do objeto, o modo de usá-lo, pois mais do que defesa contra a angústia dos tempos de desilusão, ele é dotado dessas qualidades de guia tranquilizador”. (p.49)

Em “O brincar e a realidade”, Winnicott (1975b) demarca bem que

não é o objeto, naturalmente, que é transicional. Ele representa a transição do bebê de um estado em que este se encontra fundido com a mãe para um estado em que ele relaciona-se com algo externo e separado. Faz-se frequentemente referência a isso como o ponto em que a criança, pelo crescimento, liberta-se de um tipo narcísico de relação de objeto. (p.30)

O que se altera, na passagem do objeto subjetivo para o objeto transicional não é, portanto, o objeto em si, o ursinho de pelúcia poderia já estar no berço há muito tempo. O que altera é “o sentido de realidade deste objeto, a natureza da relação objetual que se processa no decorrer do processo de amadurecimento”. Por outro lado, é importante ser ressaltado que “o caráter simbólico do objeto transicional depende da vivacidade e da confiabilidade do objeto subjetivo que, por sua vez, depende da permanência e da vitalidade do objeto externo”. (Dias, 2003, p.241)

Abadi (1998a) indaga-se qual objeto teria condições de cumprir a função de transicionalidade. Seguindo o raciocínio winnicottiano, o objeto que poderá cumprir essa função é aquele que consiga ocupar o lugar da mãe sem, contudo, substituí-la totalmente, para que assim a criança possa elaborar a ausência materna com um nível de ansiedade tolerável. Este objeto deve passar a existir na criança como um registro que a acompanhará na ausência materna, mesmo que ela esteja cônica de que este objeto não é de forma alguma sua própria mãe, é somente um símbolo ou uma representação da mesma. É sobre essa base de representação inicial que todos os processos de simbolização se constituirão.

Pensamos ser muito importante marcarmos algumas características apontadas por Winnicott (1959, 1975b) em relação ao objeto transicional porque é a partir delas que podemos refletir sobre o início da simbolização na vida humana:

- o objeto transicional está no lugar do seio, ou do objeto da primeira relação;
- o objeto transicional precede o teste da realidade estabelecido;
- na relação com o objeto transicional, o bebê passa do controle onipotente (mágico) para o controle pela manipulação (envolvendo o erotismo muscular e o prazer de coordenação);
- o objeto transicional jamais está sob o controle mágico, como o objeto interno, nem tampouco fora de controle, como a mãe real;

- após a persistência da inadequação do objeto externo, o objeto interno deixa de ter sentido para o bebê, e então – e somente então – o objeto transicional também fica sem sentido;
- o objeto transicional representa a capacidade da mãe de apresentar o mundo de maneira tal que o bebê, a princípio, não tem de saber que o objeto não é criado por ele.
- o objeto transicional tende a ser relegado ao limbo das coisas semi-esquecidas no fundo das gavetas da cômoda ou na parte de trás do armário de brinquedos. “Os velhos soldados nunca morrem; apenas se desvanecem” – imagem forjada por Winnicott (1959, p.46) para nos lembrar do destino que o objeto transicional possui.

Concluindo, podemos dizer que, ao longo de muitos artigos, Winnicott nos lembra a característica principal do objeto transicional e dos fenômenos transicionais, para além das características já consideradas neste capítulo: um posicionamento intrínseco do meio ambiente/pais frente a este bebê que está *sendo, passando e existindo*, descobrindo-se, a de ser este objeto em si mesmo um paradoxo.

O objeto transicional e os fenômenos transicionais introduzem os seres humanos naquilo que sempre foi importante para eles, ou seja, numa área de experiência neutra *que não será desafiada*. Podemos dizer do objeto transicional que ele é uma questão de entendimento entre nós e o bebê para que jamais seja formulada a questão: “foi você que criou isto ou isto foi apresentado a você do exterior?” O que nos chama a atenção aqui é que nada definitivo é esperado. *A pergunta não deve ser formulada*. (Winnicott, 1975b, p.28, grifo nosso)

Essa colocação de Winnicott nos permite avançar nas considerações sobre o espaço onde a transicionalidade falha, onde o tempo se desarticula, onde talvez o paradoxo tenha sido respondido, e assim, perdido seu sentido – o espaço da agressividade que destrói o mundo já anteriormente existente dentro do indivíduo. Esta se constitui como uma comunicação ao mundo: há uma falta e houve uma falha.

### 3.2.

#### A agressividade que cria uma comunicação ao destruir o mundo.

##### Uma poesia:

Ando à procura de espaço  
para o desenho da vida.  
Em números me embaraço  
e perco sempre a medida.  
Se penso encontrar a saída,  
em vez de abrir um compasso,  
projeto-me num abraço  
e gero uma despedida.

Se volto sobre o meu passo,  
é já distância perdida.

Meu coração, coisa de aço,  
começa a achar um cansaço  
esta procura de espaço  
para o desenho da vida.  
Já por exausta e descrida  
não me animo a um breve traço:  
saudosa do que não faço,  
do que faço, arrependida.  
(*Canção excêntrica*, Cecília Meireles, 1993, p.186-187)

##### Uma cena:

O bebê olha para sua mãe e o que ele vê? Winnicott (1975g) sugere, como vimos anteriormente, que o que o bebê vê é a si mesmo. Mas, e se isso acontecia antes e agora já não mais acontece? O que advém?

##### Outra cena:

“Encontrando-me *no mar*, oriento-me de modo a poder chegar a um porto (numa tempestade, a qualquer porto) e depois, em terra firme, procuro uma casa construída *sobre rocha*, de preferência a areia, e *em* minha própria casa que (como inglês) é o meu castelo, fico *no sétimo céu*”. (Winnicott, 1975f, p.145) Mas se em pleno mar, em uma tempestade, o porto que eu havia tido como encontrável e sabido some e não há mais uma “lanterna dos afogados” e não há mais ninguém esperando por mim, mas eu tinha certeza de que antes havia alguém lá, o que acontece?

Pequenas falhas, um retorno atrasado no *timing* permitido por uma criança para que esta possa conseguir manter a imagem da mãe dentro de seu mundo interno. Como continuar a dar sentido aos símbolos que sustentam esta imagem enquanto um ser confiável e permanente? Estes hiatos criam na criança uma expectativa, depois uma sensação de abandono: como se houvesse havido uma perda de medida, como se seu gesto caísse no vazio. Essa criança passa agora a andar “à procura de espaço para o desenho da vida”, e por vezes sente-se “exausta e descrida” e não se “anime a um breve traço” começando a cansar-se dessa “procura de espaço para o desenho da vida”.

Para Winnicott (1968c), se há uma demora maior do que a suportável para a criança, “a imagem da mãe que o bebê tem dentro de si esmaece e começa a morrer. Quando a mãe volta, ela é outra pessoa. É difícil manter viva a imagem dentro de si”. (p.114) E essa criança sabe que a mãe é quem mudou, não foi ela. Assim, nesse estágio de dependência relativa, a criança já percebe (ou seria melhor dizer apercebe) que a falha não é sua, é do meio que a sustentava e agora não mais o faz. Algo se quebrou, algo está se quebrando. E, nessa hora, talvez, essa criança se veja como o Eu lírico<sup>19</sup> se vê em “Retrato”, poesia de Cecília Meireles (1993) e se pergunte a mesma coisa:

Eu não tinha este rosto de hoje, (...)  
 Eu não tinha este coração  
 que nem se mostra.(...)  
 Eu não dei por esta mudança, (...):  
 - Em que espelho ficou perdida a minha face?  
 (p.112-113)

### **3.2.1 No descompasso do tempo de espera: a agressividade como reação.**

A quebra no tempo de espera, ou seja, a espera maior do que a devida causa na criança o sentimento de desconfiança no meio, e a memória da descontinuidade se marca, se impõe. Winnicott (1968c) enfatiza que uma criança que passa por uma situação de descontinuidade “começa a chorar e nunca mais vai se esquecer disso. A coisa terrível é que nada é esquecido. E então a criança sai pelo mundo sentindo falta de confiança nas coisas”. (p.114) A lembrança desses momentos

onde “as coisas caminham mal” é sempre algo muito doído, porque essas crianças se lembram de que

a continuidade de sua vida foi perturbada (...) e foram acionadas todas as defesas e elas reagiram a isso, e isso é “um acontecimento muito doloroso, algo que elas nunca vão se libertar. E elas tiveram que se haver com isso, e se isso existe no padrão dos cuidados a elas dispensados constrói-se uma falta de confiança no ambiente. (p.114)

Com o descompasso no tempo de espera há a quebra do ciclo benigno, ele se transforma como o próprio Winnicott (1958a) o denomina em ciclo maligno, porque “a fim de ser e de sentir-se sendo, é preciso que o indivíduo seja governado mais pelo fazer por impulso que pelo fazer por reação”. Nesse caso, o que verificamos é “a dissolução da capacidade para o sentimento de culpa e sua substituição pela inibição do instinto ou alguma outra forma de defesa, tal como o *splitting* de objetos bons e maus”. (p.27)

Em “A posição depressiva”, no livro “Natureza Humana”, Winnicott (1990) marca as conseqüências do rompimento do ciclo benigno. Nesse momento queremos enfatizar, mais uma vez, aquelas conseqüências que serão importantes para entendermos a agressividade que surge como reação ao meio que falha: a inibição da capacidade de amar pela perda do sentimento de culpa; a dissociação entre o bebê excitado e a mesma pessoa quando tranqüila; perda do sentimento de tranqüilidade e perda da capacidade para brincar (e trabalhar) construtivamente. É no ponto de perda e recuperação do sentimento de culpa que se pode estudar a tendência anti-social.

Para Winnicott (1990), o comportamento anti-social pode se dividir em dois tipos, segundo a quebra do ciclo benigno, ou seja, a quebra na cadeia machucar-remendar/reparar:

O primeiro é comum e intimamente ligado à rebeldia habitual das crianças sadias. Em termos de comportamento a queixa é a de roubo, mentira, destrutividade e enurese noturna. (p.29)

no segundo,

---

<sup>19</sup> Ao longo de todo o trabalho denominaremos “Eu lírico” ao poeta que fala na poesia analisada. Este “Eu” nada tem a ver com a noção psicanalítica de “eu” ou “ego”, é uma figura de linguagem utilizada pelos teóricos da literatura para denominar quem fala dentro do espaço do poema.

a capacidade de sentimento de culpa foi perdida; encontramos o criminoso envolvido numa tentativa desesperada de se sentir culpado e é improvável que ele alguma vez venha a ter êxito. (p.30)

A perda do sentimento de culpa faz com que se perca também o concernimento. Não há o que ser reparado porque quem deveria estar lá, no momento do gesto reparatório, não estava e não recebeu este gesto. Resta à criança somente a sensação de “machucar”, então ela vai ampliando seu movimento, tentando encontrar um limite, alguém que signifique seu gesto, o acolha e para quem ela possa, mais tarde, oferecer o gesto reparador do dano que ela causou, na sua fantasia, àquela pessoa.

O descompasso entre o tempo de espera do bebê e o tempo de retorno da mãe acarreta, também, a perda do significado do objeto transicional, porque este depende da permanência da imagem interna, subjetiva, da mãe enquanto tal, e também da mãe real sustentando essa imagem interna para poder ter existência. Se a criança perde o objeto transicional pelo descompasso temporal, o resultado é a descrença, a desesperança e o não entendimento do que está ocorrendo em sua volta. Surge o sentimento de perda de algo muito importante, o sentimento da morte de algo que deveria não ter morrido. Esta morte existe porque o objeto ficou, para a criança, destituído de significado.

Em seu artigo “O aprendizado infantil”, Winnicott (1968c) caracteriza uma criança deprivada como aquela que “não experimentou o cuidado pré-verbal, em termos do ‘segurar’ e do manuseio – confiabilidade humana –”. (p.115) Para ele o tratamento dessa criança adviria do “amor, amor em termos de ‘segurar’ e manuseio”. (p.115) Porém ele adverte que a dificuldade em prover esse amor que faltou à criança é que esta criança irá *testar* esse amor, esse “segurar” e esse manuseio pré-verbal. Irá ver se essas pessoas agüentam a sua destrutividade ligada ao amor primitivo: nesse momento, você que acolheu essa criança e começa a amá-la, se verá em apuros porque “de repente, você é roubado, as janelas são quebradas, o gato é torturado, entre outras coisas terríveis”. (p.115) Se você sobrevive a tudo isso, você será amado exatamente por ter sobrevivido. Mas, antes de tudo, existirá a explosão de agressividade. Isso terá de ser suportado.

### 3.2.2 Quando agredir é comunicar: a “explosão” que significa esperança.

Acreditamos que podemos usar uma estrofe de Chico Buarque para refletirmos sobre a questão da agressividade quando não acolhida pelo meio ao qual ela é dirigida, e que, portanto, acaba por tornar-se destrutiva e patológica. Partiremos da música “Até o Fim” para enfatizar os principais fatores constituintes da agressividade não acolhida pelo meio. Diz essa estrofe:

“Quando nasci veio um anjo safado  
o chato de um querubim  
E decretou que eu estava predestinado  
a ser errado assim  
Já de saída a minha estrada entortou  
Mas vou até o fim”.

Essa estrofe coloca-nos, de forma poética, diante da patologia advinda da agressividade que não se constitui em um gesto espontâneo, mas sim em um gesto de reação ao ambiente maternal que falha em relação ao bebê que procura, através de seu movimento, encontrar-se com o outro. Se repararmos bem, podemos destacar a percepção, pela criança, da falha do meio e não sua, criança, no seu relacionamento com a mãe, condição primeira para Winnicott em caracterizar a tendência anti-social: a criança “saber” que a falha é do meio e não sua.

A mãe suficientemente boa, anteriormente assim percebida, falha para além de uma falha benigna, e conseqüentemente se transforma, frente ao olhar da criança pequena, em um “anjo safado”, safado principalmente porque antes não havia falhado, e falha agora (Já de saída minha estrada entortou). E, pior, esta criança entende esta falha como algo de predestinação, ou seja, esta mãe que falhou agora, falhará sempre, daí a estrada desta criança ter se entortado (decretou que eu estava predestinado a ser errado assim). Ela terá agora de lidar, ela mesma, com o ambiente, substituindo esta mãe que falhou, dando conta dessa tarefa a partir dos mecanismos que puder dispor em sua insuficiência ou imaturidade (mas vou até o fim).

É a partir desta falha ambiental que se instaura o que Winnicott denomina de tendência anti-social. O bebê, até um certo ponto, normalmente na fase de dependência absoluta, teve uma mãe que conseguiu “dar conta” de sua tarefa de mãe. Mas depois, quando se espera que esta mesma mãe, que a tudo atende e

entende de seu bebê, comece, naturalmente, a falhar, para que este bebê comece a perceber que ela e ele são pessoas diferentes, ela, por algum motivo, falha mais do que isso, ou, antes disso. Este bebê sente-se invadido pelo meio, porque o percebe de uma só vez, intrusivamente, na sua vida.

Essa falha não consegue ser entendida pelo bebê, que em um primeiro momento, espera a volta da mãe. Se esta não volta como ele espera, ou demora muito a se recuperar para poder reassumir sua função, acontece a sensação de raiva e de abandono: surge a questão que Winnicott denomina de (de)privação. Diante dessa (de)privação<sup>20</sup>, o bebê desenvolve movimentos e atos para avisar a este meio que ele espera o retorno da proteção perdida. Esta espera seria o que Winnicott chama de *esperança* da tendência anti-social, esperança de que o ambiente maternal “acorde” para o que está deixando de fazer, de aturar e sobreviver. Em algum momento, este meio sobreviveu aos ataques desse bebê, e, de repente, do ponto de vista do bebê, ele se esqueceu de sobreviver e o abandonou.

Outeiral (2003) resume, de forma interessante, a questão que agora começamos a analisar:

Ele (Winnicott) considera que se este "gesto agressivo" não encontrar o "objeto" (ou a mãe, ou um limite) que o acolha, esta "falha ambiental" resultará, aí sim, na agressividade se tornando cada vez mais “intensa e destrutiva, conseqüente à frustração”, resultando em violência. Esta compreensão é uma maneira de pensar "limite" como um gesto necessário e imprescindível para evitar a violência e ajudar a criança (e o adolescente) a integrar a agressão em seu desenvolvimento normal. (...) *Quando não encontra o outro, o sujeito tende a aumentar a quantidade dos gestos agressivos na direção desse outro, buscando continência para esse movimento. Se não encontra esse outro (mãe/continente), tornar-se-á então descontrolado, desesperado, desamparado, por fim, violento.* (p.42, grifo nosso)

Algumas reflexões se impõem frente a esta idéia.

Acreditamos que a mudança da agressividade normal para a patológica realmente advém de como o meio não acolhe esta agressividade primária. Porém, podemos aqui ressaltar que, se o bebê não tem seu gesto acolhido, ele não terá, necessariamente, que se tornar “descontrolado, desesperado, desamparado e por

---

<sup>20</sup> Há uma questão de tradução referente à palavra inglesa *deprivation*, que seria em português, (de)privação, palavra esta que não existe ainda no português formal. Segundo Winnicott, a tendência anti-social está ligada à (de)privação quando houve um cuidado materno que, por várias razões, foi perdido. O gesto anti-social significa a esperança de “recuperar” o bom-cuidado-perdido. Já privação é a ausência de cuidado desde o início e resulta em patologias graves.

fim violento”. Ele pode vir a ser isso tudo, ou não. Pensar o gesto não acolhido como uma “predestinação” de ser, de uma única forma superlativa – presente na gradação quase hiperbólica da seqüência proposta (desesperado, desamparado, descontrolado, violento) -, é não dar margem de criação a esse bebê. É vaticinar um “caminho torto”, inevitavelmente.

Portanto, acreditamos, sim, que a questão do limite e da intensificação do agredir, potencialmente criativo, para a agressão violenta e reativa seja um ponto vital para discutirmos agressividade da infância. Porém, em momento algum, acreditamos no vaticínio do “tornar-se-á”: acreditamos mais no “poderá vir a se tornar” como uma possibilidade de leitura dessa questão. Apostamos muito mais no tempo composto do que na assertiva do tempo simples, até porque a agressividade, enquanto conceito e idéia, é composta, nunca simples.

Outra reflexão advém do caminho hiperbólico traçado: o bebê, se não encontra o meio (mãe/continente), poderá vir a se tornar “descontrolado, desesperado, desamparado, por fim, violento”. Qual a relação entre agressividade e violência? Vimos, no capítulo 2, que a agressividade não estaria necessariamente ligada à violência. Mas, quando esta agressividade não tem acolhimento, ela se transforma em destrutividade, podendo chegar à violência. Seria essa gradação sempre possível? Qual a relação entre agressividade não acolhida pelo meio e o ato violento?

Costa (1986) caracteriza a violência como sendo o emprego desejado da agressividade com fins destrutivos e principalmente percebida por quem observa o ato de agressividade, assim como por quem recebe essa agressividade como havendo uma intencionalidade em praticar essa agressão, transformando-a numa ação violenta. Para esse autor, “quando a ação agressiva é pura expressão do instinto ou quando não exprime um desejo de destruição, não é traduzida nem pelo sujeito, nem pelo agente, nem pelo observador como uma ação violenta”. (p.30) Para Bettelheim (1979), somente haveria violência “quando o sujeito que sofre a ação agressiva sente, no agente da ação, um desejo de destruição”. (p.32) Concordamos com esses autores quanto à questão da percepção e significação do ato agressivo para que ele seja realmente visto enquanto destrutivo. No capítulo 4 desenvolveremos mais aprofundadamente essa questão ao detalharmos o que Winnicott define como sendo ato anti-social. Esses autores enfatizam exatamente o que Winnicott defende em sua obra quando nos fala da fase da dependência

absoluta. Para ele, nenhuma mãe perceberia o gesto espontâneo do bebê como um gesto intencional e, portanto, violento a ela. E, se a mãe não percebe esse ato como tal, o bebê não se perceberá como agente violentador. Nesse primeiro momento não há como associar agressividade primária com violência, por não haver intencionalidade no gesto do bebê, este é pura motilidade, pura manifestação do instinto.

Segundo Vilhena (2002), a irracionalidade do comportamento violento se deveria ao fato de que a razão desconhece suas verdadeiras intenções e finalidades. O sujeito violentado sabe que foi submetido a uma coerção e a uma dor desnecessárias ao seu crescimento. O sofrimento que viveu não teve uma contrapartida de aprendizagem, de qualquer gratificação: foi imposto e o reduziu, através do puro medo, a uma criatura fraca, que obedece a outra criatura poderosa, que manda. Podemos assim dizer que a violência detém o poder de excluir do horizonte psíquico o acesso à condição de sujeito.

Vimos, na primeira parte desse capítulo, que o bebê descobre o meio, a partir de sua motilidade e da reação/ resistência que este meio desenvolve a este movimento. A partir desse encontro ou do desencontro motilidade/meio (mãe), Winnicott (1950-55) postula três padrões, correlacionando-os com a questão da saúde e da doença. Seriam eles a descoberta do ambiente pelo próprio bebê a partir de sua crença em ter gerado o ambiente no qual está inserido; a imposição do ambiente por intrusão parcial e a imposição do ambiente por intrusão extrema. Nos dois últimos padrões o que temos é a vivência do mundo somente através da intrusão do mesmo no indivíduo. Assim, esse mesmo indivíduo irá promover a intrusão para poder se sentir real, pois somente quando ele a sofre é que ele encontra a raiz da motilidade. Nesse caso, ao provocar a invasão, esse sujeito cria uma dependência sua em relação ao ambiente hostil, reagindo, na maioria das vezes, ao invés de agir, em relação ao meio ambiente. Não há ação, nem criatividade.

Vamos tentar entender melhor como esta agressividade se transforma em destrutividade, mesmo assim, ainda podendo ser vista como um pedido de ajuda apesar dos transtornos causados e da raiva que gera nas pessoas que sofrem o roubo ou a destruição de algo seu.

Quando o ambiente se impõe ao bebê, este dedica todo o seu esforço vital em reagir a esta intrusão e, a consequência deste esforço em lidar com a intrusão,

quando não deveria percebê-la como existente pela capacidade que teria a “mãe suficientemente boa” de suprir essas falhas ou evitar esta intrusão do meio ao seu bebê, acarreta a não instauração de um Eu. Acabamos por ter um desenvolvimento baseado na experiência da reação à invasão, e o indivíduo que assim passa a existir será chamado de falso, pois a impulsividade pessoal estará ausente, instaurando, o que Winnicott chama de um falso-self.

A imagem que podemos fazer do estado mais comum do funcionamento psíquico de uma criança seria a de uma falta de fusão em algum grau, mas predominando a fusão entre o impulso agressivo e o impulso erótico. Segundo Winnicott (1950-55), “a personalidade compõe-se de três partes: um Eu verdadeiro, com um Eu e um não-Eu claramente constituídos, com uma certa fusão dos elementos agressivo e erótico”. (p.303) Caso haja o não fusionamento entre os elementos agressivos e libidinais, surge, no indivíduo, a sensação de vazio e de irreabilidade. Surge também a necessidade de perseguição para que este possa sentir a realidade externa como algo real, dando a ele, conseqüentemente, sensação de realidade.

No texto “Classificação: existe uma contribuição psicanalítica à classificação psiquiátrica?”, Winnicott (1959-64) discute a questão da saúde ou da doença no que diz respeito à agressividade da criança. Para o autor há uma saúde e não patologia na forma agressiva como a criança lida com a realidade que se impôs muito cedo para ela. Estes quadros, que seriam sua contribuição mais contundente à psiquiatria, - os quadros da tendência anti-social e do falso-self -, seriam “doença” por um lado, mas seriam também sinais de “saúde mental”, de sobrevivência, mesmo que destrutiva, por outro. Paradoxos para serem aceitos, bem nos moldes winnicottianos de conceber saúde e doença.

Nas palavras do próprio Winnicott (1959-64):

O delinqüente é um rapaz ou moça anti-social não tratado. Um rapaz ou uma moça anti-social é uma criança privada de algo. A criança privada de algo é uma criança que teve algo suficientemente bom, e depois não mais o teve, o que quer que seja, tendo havido então suficiente crescimento e organização do indivíduo na ocasião da privação, para essas privações serem percebidas como traumáticas.<sup>21</sup> *Em outras palavras, no psicopata, no delinqüente e na criança anti-social existe lógica na*

---

<sup>21</sup> Em “Privação e Delinqüência”, de DWW, existe problema na tradução da palavra, no qual (de)privação é traduzida igualmente por privação, causando um certo problema de entendimento teórico. Assim quando se lê nesta citação privação em relação à tendência anti-social, deve-se ler (de)privação.

*atitude implícita “o ambiente me deve algo”. (...) A ênfase é na falha ambiental e a patologia por isso está primariamente no ambiente e apenas secundariamente na reação da criança, já que muitas vezes, o fator ambiental não é um trauma isolado, mas um padrão de influências que distorcem; o oposto, de fato, do ambiente favorável que permite a maturação do indivíduo. (p.125-127, grifo nosso)*

Diz Winnicott (1963, In: Abadi, 1998f) “Não é o reconhecimento da própria destrutividade que produz a possibilidade de reparação, mas são as experiências construtivas e criativas que permitem reconhecer a própria destrutividade”. (p.96) A criança ou o adolescente anti-social é aquele que não perdeu os referenciais das experiências construtivas e criativas e usa de sua destrutividade para avisar ao ambiente social que precisa e quer de volta esses referenciais. Assim, serão os diferentes modelos de família e de cultura que originarão a normalidade da agressividade transmutada no aspecto da responsabilidade. Segundo Abadi (1998f), esta seria a palavra que sinonimicamente representaria a capacidade de inquietação. Seria a aceitação e o suportar da agressividade do bebê que geraria um ser integrado e não a incapacidade de aceitar essa agressão como parte constituinte deste bebê.

Winnicott (1939-64) chama de criação sentimentalista esta que nega ao bebê o direito de agredir e nega a agressividade infantil porque o próprio adulto não seria capaz de reconhecer, em si mesmo, a agressividade. Ainda segundo Abadi (1998f) “essas atitudes ‘sentimentais’ geram culpa na criança e a impedem de aceitar a agressão e a sua utilização construtiva”, (p.101) não encontrando, assim, espaço para expressar e reconhecer a agressividade que ela possui e elaborá-la de forma construtiva ou reparatória. “Em seu lugar, pode mostra condutas destrutivas como uma provocação ao meio que parece negar e desconhecer a agressividade”. (p.101)

Seria através do espaço lúdico, o espaço do brincar, que o bebê poderia lidar com a agressividade e conseguir uma integração de seu *self* a partir de uma tarefa criativa e do controle que seu ego passa a exercer sobre os impulsos agressivos. Conforme afirma Winnicott,

finalmente, toda a agressão que não é negada e pela qual é possível aceitar responsabilidade pessoal, pode ser utilizada para fortalecer as tentativas de reparação e restituição. Por trás de todo jogo, de todo trabalho e de toda arte, existe um remorso inconsciente pelo dano realizado na fantasia inconsciente e um desejo inconsciente de começar a arrumar as coisas. (In: Abadi, 1997, p.64)

Desse modo, seria na área do brincar que haveria a possibilidade de se demonstrar sem dano a destrutividade inerente ao ser humano. Como descreve e marca Winnicott, o bebê pode destruir a torre montada com os blocos de armar e, por um segundo, mostrar-nos a satisfação que isso traz a ele, somente porque antes houve a construção desta torre com os mesmos blocos de armar. O homem pode imaginar destruir o mundo em suas pinturas ou romances porque ele sabe que, quando quiser, pode retornar ao mundo real e notar que este ainda está lá, que não sucumbiu à sua agressividade.

Freud (1915), no seu artigo “Reflexões para os tempos de Guerra e Morte: Nossa atitude para com a morte”, fala-nos desse espaço transicional que a arte cria e de como ela nos permite lidar com conteúdos que para nós são ou inconcebíveis ou muito agônicos. Falando da questão da morte, Freud nos permite compreender como, pela arte, podemos viver e re-viver, com segurança, esses sentimentos e decepções que a vida nos impõe:

Ali [no mundo da ficção, na literatura e no teatro] encontraremos pessoas que sabem morrer - que conseguem inclusive matar alguém. Também só ali pode ser preenchida a condição que possibilita a nossa reconciliação com a morte: a saber, que por trás de todas as vicissitudes da vida devemos ainda ser capazes de preservar intacta uma vida, pois é realmente muito triste que tudo na vida deva ser como no jogo de xadrez, onde o movimento em falso pode forçar-nos a desistir dele, com a diferença, porém, de que não podemos começar uma segunda partida, uma revanche. *No domínio da ficção, encontraremos a pluralidade de vidas de que necessitamos. Morremos com o herói com o qual nos identificamos; contudo, sobrevivemos a ele, e estamos prontos a morrer novamente, desde que com a mesma segurança, com outro herói.* (p.301, grifo nosso)

Analisando a situação de violência nos centros urbanos, Vilhena (2002) reflete essa questão do viver e do sobreviver.

No reino da pura força, o que talvez possa ser apreendido como um laço social é o medo da morte, a pura luta para sobreviver – não viver, pois existe uma diferença fundamental. Viver diz respeito ao desejo, enquanto que sobreviver restringe-se à necessidade. Para Winnicott, o oposto à morte não é o estar vivo, e sim ter uma vida criativa. (...) Para Arendt, a violência destrói o poder e destitui e anula o outro, enquanto a agressividade é constitutiva e se inscreve em um processo de subjetivação, uma vez que seu movimento ajuda a organizar o labirinto identificatório de cada sujeito. (p.184)

A diferença entre sobreviver e viver é, para nós, vital para que compreendamos a tendência anti-social como um sinal de esperança e não como somente uma sobrevivência em um ambiente não mais responsivo à criança. Se

houvesse somente a sobrevivência como sina, e não a esperança como destino, essa criança seria triste e morta, posto que não teria a opção de ter uma vida criativa. “Os homens, embora devam morrer, não nascem para morrer, mas para começar”. (Arendt, 1979, In: Vilhena, 2002, p.184) Acreditamos que o ato agressivo seja a tentativa de um re-começo, já que significa uma busca, uma tentativa de encontro para a vida ser digna de ser vivida mais uma vez, mesmo que com marcas.

A agressividade que cria o mundo, e também gera a destrutividade, não pode ser categorizada como saúde e doença e, sim, como um deslizar entre saúde e doença. A agressividade que destrói, destrói dependendo dos olhos de quem a vê. Assim como a agressividade que cria, cria também dependendo do olhar de quem vê criação naquilo que seria somente um movimento a esmo de um bebê. De um descobrir e não descobrir o mundo, surge o bebê-sujeito, rumo à individuação, desde que o objeto sobreviva a seus ataques. Do contrário, a história deste bebê não será por este caminho e sim por outro, no qual a agressividade se tornará, realmente, destrutividade. Será um testar constante à sua existência e à existência do mundo, ameaça ao seu sentimento de ser e existir como “pessoa total” no mundo.

Tal movimento, rumo à esperança frente ao meio ou à saúde apesar de tudo, pode ser expresso em forma de poesia, da mesma forma como iniciamos essa reflexão sobre a agressividade, já que, conforme uma vez, tanto Freud quanto Winnicott, disseram, nada do que já se tenha pensado em nível teórico em psicanálise não terá sido dito, antes e de melhor forma, por um poeta ou por um artista:

É no lodo que o lótus finca raízes,  
é nas águas turvas, pútridas que ele media,  
irresistivelmente atraído por essa luz  
que ele desconhece,  
mas que presente  
e que o estica  
e que o atrai  
e que o levanta  
e o obriga a levantar-se  
e que, de repente, ele encontra  
quando, ao chegar à superfície,  
supera.  
Agora, gloriosa, ele se abre  
Desabrocha-se  
E, cego, ofusca a todos

Com seu indizível esplendor.  
(Leboyer, 1989, p.148-149)

A criança, o bebê, o ser humano enfim, possui em si mesmo a saúde, e até na mais profunda patologia o que temos são *estratégias de sobrevivência*<sup>22</sup> possíveis de lidar com o mundo ou consigo mesmo. Entendemos por “estratégias de sobrevivência” modos de lidar com o que desta criança vivencia, principalmente quando esta deve vivenciar algo para além do que pode suportar ou apreender. Quando esta criança consegue lidar com as adversidades de alguma forma, seja ela a forma que for possível no momento, ela terá desenvolvido o que denominamos, aqui, de “estratégias de sobrevivência”.

O que o ser humano busca é um modo de vida que o faça se “sentir vivo” e “estar bem”. É isto que ele, como o lótus, tenta construir ao longo de sua existência. Seja uma resposta a um ambiente suficientemente bom, ou a um não tão suficientemente bom, ou até mesmo a um ambiente muito ruim, a agressividade da criança será sempre, ao nosso olhar, uma estratégia de sobrevivência possível e viável para ela falar de si mesma. Esta pode ser criadora de vida e de encontro com o mundo, ou criadora de uma “linguagem” que “grita” ao meio que reparem nela, para que ela possa “desabrochar”, talvez, pela primeira vez, mesmo já estando a existir nesse mundo há muito mais tempo.

---

<sup>22</sup> Aqui estamos utilizando uma expressão cunhada por De Leo (1996).



Figura 7



Figura 8

Desde criança ele fora prometido para ser lata.  
Mas era merecido de águas de pedras de árvores de pássaros.  
Por isso quase alcançou ser mago  
(Manoel de Barros, 2002, p. 45)

#### 4. **O comportamento anti-social infantil: outro paradoxo de difícil aceitação**

Winnicott, em suas teorizações paradoxais, postula o comportamento anti-social como um sinal de esperança. De igual forma ele fala de uma agressividade sem cólera e de uma agressividade como criação da mãe e do mundo. Também advoga a questão da existência de um movimento criativo na agressividade que, não acolhida, se amplia em busca do seu acolhimento. Postula que, ter saúde não é propriamente viver, e que viver é ser criativo.

Por que Winnicott trabalha em oxímoros? Analisamos ao longo do capítulo 2, o porquê de ele assim conceber seus conceitos e pressupostos posto que o viver é algo em si mesmo paradoxal. Winnicott procura, o tempo todo em que teoriza, demonstrar o que é que torna a vida mais digna de ser vivida: não o estar somente em um dos patamares do viver e sim deslizar-se de um patamar ao outro, de acordo com o potencial de cada um e de acordo com o meio no qual este ser está inserido.

Também vimos que a agressividade tem em si mesma um movimento natural, e que, em seus primórdios ou início, é somente um movimento. Como enfatiza o próprio Winnicott, em vários momentos de sua obra, o agitar de braços de um feto na barriga é somente um movimento que, por acaso, encontra a barriga ou seu limite e não um soco, assim como o mexer de pernas é somente um movimento instintual e não um chute, não possuem intencionalidade de ato agressivo. Será a mãe, que sendo suficientemente boa – e assim podemos entender o ambiente sendo suficientemente bom também -, que significará este gesto espontâneo do bebê, o lerá como algo criativo ou não, limitando-o.

Quando a leitura que o bebê recebe de seus gestos não é adequada ou a esperada, a reação deste a ela é suprir, com seu intelecto, as funções que falham: ele passa a cuidar da mãe quando não se encontra no reflexo especular da mesma. O não acolhimento do gesto do bebê irá fazê-lo congelar o fato e esperar a hora certa de poder re-vivê-lo, e assim vivê-lo pela primeira vez. O congelamento das

falhas do meio para com o bebê é outra idéia paradoxal de Winnicott. É uma leitura em que é dada ao ambiente que falha, e ao bebê que sofre a falha, a permissão de ter uma nova chance, em um dia em que isso seja possível.

Existem, no conceito de tendência anti-social, dois sentidos inclusos e, certamente, estamos lidando com uma idéia que se afasta, em muito, do que se acredita ser a função e efeito do comportamento anti-social. Os dois sentidos advêm da questão da normalidade desse comportamento, mesmo “dentro dos bons lares” e do sinal de esperança que este comportamento lança ao meio. Aqui reencontramos o paradoxo: o anti-social é normal; o anti-social, incomodando e destruindo, sinaliza esperança e ainda a possibilidade de uma vida criativa, gerando uma comunicação não – verbal através do ato que instaura.

Tentemos entender esses dois momentos paradoxais, se bem que o próprio Winnicott nos avisa que um paradoxo não existe para ser resolvido e sim para ser aceito enquanto tal. Mas acreditamos que tentar, ao menos, entender quais partes paradoxais inovam o que conhecemos como comportamento anti-social irá nos auxiliar a refletir sobre o que está acontecendo, hoje, em nossa sociedade, frente aos comportamentos anti-sociais cada dia mais freqüentes em crianças com idade cada vez menor.

#### 4.1.

#### **Não há espaço para brincadeiras: a tendência anti-social como psicopatologia da transicionalidade**

Começaremos a refletir, aqui, um pouco mais profundamente sobre as conseqüências na falha da aquisição do objeto transicional e do não estabelecimento pleno da área da transicionalidade. Mas, para que essas questões possam ser postas, acreditamos ser necessário analisarmos, primeiro, o que seja o brincar para uma criança e qual a importância deste para a subjetividade da mesma. Faremos o mesmo movimento que até agora fizemos: analisaremos o momento do “se tudo corre bem” para depois refletirmos sobre “se tudo dá errado”.

Até aqui vimos que Winnicott defende a idéia de que a criatividade é a base do estar vivo e do viver a vida de forma digna, entendendo este autor por criatividade algo advindo do experienciar o mundo dentro de um ambiente

suficientemente bom. A intrusão do meio ambiente, fora do tempo certo, no espaço de ilusão de uma criança causa a quebra a sua continuidade de ser. Ela pára de se desenvolver. Poderíamos dizer que ela pararia de brincar na vida.

O espaço da transicionalidade abarca não somente o “brincar, a criatividade e a apreciação artística, o sentimento religioso, mas também o fetichismo, o mentir, o furtar, a origem e perda do sentimento afetivo, o vício em drogas, o talismã dos rituais obsessivos” porque os fenômenos transicionais se tornam difusos, “se espalham por todo o território intermediário entre a ‘realidade psíquica interna’ e o ‘mundo externo’ tal como percebido por duas pessoas em comum’, isto é, por todo o campo cultural”. Assim, quando uma criança é muito perturbada no seu desenvolvimento emocional, “o estado de transição não pode ser fruído, ou ainda, a seqüência dos objetos usados é rompida”. (Winnicott, 1975b, p.18-19)

Mário Quintana (1978) demonstra com clareza o que acontece com um brinquedo, “vestido de ilusão”, quando alguém de fora impinge à criança seu tempo e sua vontade – o brinquedo perde seu significado e “o que advém como reação é uma explosão de agressividade, porque a confiança no meio, combinada com sua fidedignidade, deixam de existir, perdendo-se a auto-realização relaxada”. (Winnicott, 1975f, p.151) A vida vira “uma lata de sardinha”, a emoção e a criação desaparecem.

Vejamos:

Lili vive no mundo do faz-de-conta... Faz de conta que isto é um avião. Zzzzuuuu... Depois aterrissou em piquê e virou trem. Tusc tuctuctuc...Entrou pelo túnel, chispando. Mas debaixo da mesa havia bandidos. Pum! Pum! Pum! O trem descarrilou. E o mocinho? Onde é que está o mocinho? Meu deus! Onde é que está o mocinho? *No auge da confusão levaram Lili para a cama, à força. E o trem ficou tristemente derribado no chão, fazendo de conta que era mesmo uma lata de sardinha.* (Quintana, 1978, p.50, grifo nosso)

Mas, primeiro, vamos entender esse mundo do brincar. Depois analisaremos por que motivo uma criança, que é desapossada, não consegue ter em si esse espaço de brincadeira e de ilusão, somente um espaço de des-ilusionamento, não somente de desilusão. No desilusionamento, enfatizamos a perda do processo que está envolvido, processo marcado no sufixo – mento. Quando uma criança é abruptamente interrompida no seu brincar pela imposição do tempo do outro ou da vontade do outro, o que se perde é não somente o espaço de ilusão; é,

principalmente, o processo que a envolvia e mantinha vivo este espaço. Acreditamos que o neologismo gerado – desilusionamento – marque melhor essa perda do que o substantivo usualmente utilizado para tanto, desilusão. Será essa perda do processo de ilusão que diminuirá o espaço transicional e a criatividade desta criança, restando no chão da sua vida somente a lata de sardinha, sem a possibilidade de ela se transformar, de novo, em trenzinho.

#### **4.1.1 A importância do brincar: porque a vida é árdua e difícil para qualquer pessoa desde o início.**

“privar uma criança de brincar significa privá-la do prazer de viver” (Françoise Dolto)

Em “a criança e seu mundo”, Winnicott (1982e) formula duas perguntas, base de dois artigos seus: O que entendemos por uma criança normal? Por que as crianças brincam? Para dar-nos as respostas, o autor parte da questão da infância e a conceitua como “um processo gradual de formação de uma crença. Crença em pessoas e coisas que é elaborada a pouco e pouco através de inúmeras experiências boas”. Essa crença é construída a partir do confronto que a criança pode fazer com as más experiências que são inevitáveis de acontecerem na vida de qualquer pessoa. “Mau” nesse contexto é “quando a cólera, o ódio e a dúvida surgem”. “Não existe aquilo a que se chama uma vida sem lágrimas, exceto quando há anuência sem espontaneidade”. Dessa forma, é uma das tarefas do ser humano conseguir estabelecer em si um lugar “a partir do qual construa, no eu, uma organização dos impulsos instintivos. Todo ser humano tem de elaborar método pessoal para conviver com esses impulsos num tipo determinado de mundo que lhe foi atribuído, e isso não é fácil”. (p.141-142)

Diante dessa tarefa, Winnicott (1982e) conclui que “a vida é difícil, inerentemente difícil para todo e qualquer ser humano, desde o começo da vida”. (p.144) O viver a vida de forma digna de ser vivida pressupõe uma tarefa complicada para a criança “e nem o mais compreensivo e carinhoso ambiente familiar pode evitar essa dificuldade inerente da vida: a de que o desenvolvimento humano vulgar é árduo”. (p.142) Uma criança normal consegue ter plasticidade diante das adversidades que a vida lhe oferece e consegue utilizar qualquer recurso para se defender da angústia e de conflitos intoleráveis. Essa criança

constituiu uma crença dentro de si advinda, como já vimos no capítulo 3, da confiança, da previsibilidade e da fidedignidade do meio materno. Já uma criança, com dificuldades no seu desenvolvimento emocional, possui “uma limitação e uma rigidez para empregar sintomas e uma relativa carência de relações entre os sintomas e o que se pode esperar como auxílio”. (Winnicott, 1982e, p.143) Esta criança não constituiu em si uma crença e para ela a vida se torna mais difícil de ser vivida.

Luz (1998), em “O espaço potencial”, relaciona a questão da verdade ou do conhecimento com a aquisição da crença (*belief in*) pela criança, enfatizando que aqueles são somente uma especificação desta crença primária e primeira no mundo. Por assim ser crédula, a criança consegue abrir-se para uma comunicação partilhada. Nesse sentido, Winnicott irá caracterizar o espaço potencial como sagrado, posto que nesse espaço de transição entre o incomunicável do si-mesmo e o incomunicável do mundo compartilhado, surge o símbolo e seu uso, tornando possível a comunicação do ser humano entre o que ele sente e o que ele percebe.

Para Winnicott o espaço transicional é visto como sagrado por nele poder estar contigo toda a capacidade do ser humano de simbolizar e de poder ter dentro de si um espaço de manobra e de recolhimento frente as adversidades inerentes à vida. Este também é visto como sagrado já que, igual aos dogmas, não deve ser questionado em sua constituição e essência: “Foi você quem criou isto ou isso foi apresentado a você do exterior?” “É este espaço interno ou externo?”. O espaço transicional pode ser considerado como sagrado já que nele estão contidos os paradoxos centrais da simbolização humana: ele é um espaço potencial, um *playground* interno que une e separa o bebê e sua mãe ao mesmo tempo. Mas, para se conseguir constituir esse espaço sagrado há de se vencer dificuldades inerentes ao viver.

De onde advêm essas dificuldades do viver, pergunta-nos Winnicott (1982e). O autor analisa cada uma das cinco dificuldades que ele considera importante salientar como sendo constituintes principais dessa dificuldade do viver. A dificuldade da vida inicia-se, para uma criança, diante do choque que as duas realidades (interna e externa) causam nela quando esta é capaz de perceber essa diferença. Como nos sublinha Winnicott (1982e), “mesmo a melhor das realidades externas é desanimadora porque não é também imaginária e, embora talvez possa ser manobrada, até certo ponto, não se encontra sob o controle

mágico”. (p.145) Para ele, as explosões coléricas e a gritaria infantil advêm dessa luta entre conciliar o mundo externo e interno. Para enfatizar o quão difícil é entender essa articulação entre o mundo interno e externo, Winnicott constrói uma imagem: “nada poderá ser abandonado que não tenha sido primeiro descoberto e possuído. Quão difícil é para a mãe certificar-se de que cada criança adquiriu, por seu turno, o sentimento de ter conhecido o essencial do amor, antes de lhe pedir que tolere e prossiga com menos que tudo!” (p.145) O “menos que tudo” é a criança ter de abrir mão de sua onipotência e perceber-se como um ser diferenciado de sua mãe, e, portanto, dela dependente. É poder dizer EU SOU, como vimos anteriormente, fase que traz medo e dúvidas quanto à sobrevivência do objeto, já que este é o mesmo que ela ataca e que ela ama. Cabe à mãe, que antes permite ao bebê acreditar tudo poder criar e tudo poder ter no momento em que desejar, a tarefa de mostrar a ele que agora, tendo tido a experiência de ser Deus, tem condições de poder ser humano.

A segunda dificuldade advém da “terrível descoberta” que a criança começa a fazer de que a excitação é acompanhada de pensamentos destrutivos. Diante desses pensamentos, a criança “consolida um sentimento de que nada restará se tudo for destruído; e o que sucederia então – voltaria a fome? Assim, o que fazer?” (Winnicott, 1982e, p.145) As indagações da criança diante da descoberta de seu impulso destrutivo a leva a descobrir as conseqüências do gesto que ela dirige à mãe. Nesse instante de descoberta, surge a preocupação. Cabe, aqui, à mãe sustentar, no tempo, essa angústia da criança, continuar calma e presente.

A terceira dificuldade apresentada por Winnicott diz respeito às relações entre a criança e a mãe, muito breve incluindo, nesse relacionar, o pai. Surge o ciúme infantil em relação ao pai, ou o amor por ele, ou sentimentos mistos. E isso é mais uma complicação para com a qual a criança terá de saber utilizar seus repertórios para lidar com ela. O sentimento de ambivalência se amplia da relação com a mãe para a relação com um terceiro.

A quarta dificuldade é a chegada de novos bebês e a quinta seria o surgimento do mundo interior e pessoal no qual “batalhas são ganhas e perdidas, um mundo de magia que se conserva em equilíbrio oscilante”. (Winnicott, 1982e, p.146) Nesse período a criança é tomada por

toda espécie de pessoas reais e imaginárias, por animais e coisas e por vezes essas pessoas e animais imaginários saltarão para fora, de modo que é preciso fingir que também os vemos, a menos que se queira provocar uma grande confusão, solicitando à criança que se comporte como pessoa crescida, quando ainda é pequena. (Winnicott, 1982e, p.147)

Nesse ponto do listar de dificuldades inerentes à vida, Winnicott (1982e) pára e diz que nos dará uma sugestão amistosa e é essa sugestão que nos introduzirá no aspecto que pretendemos analisar agora – por que as crianças brincam? O autor nos propõe que estimulemos a capacidade de brincar da criança para que ela possa lidar com todas essas dificuldades e não desenvolva nenhum problema grave. Porque para ele, se uma criança brinca imaginativamente, ela será capaz de desenvolver um “modo de vida pessoal e finalmente converter-se num ser humano integral, desejado como tal e favoravelmente acolhido pelo mundo em geral”, mesmo que “urine na cama, gagueje, demonstre explosões de mau humor, ou repetidamente sofra de ataques biliosos ou depressão”. (p.147)

Milner, citada por Winnicott (1975c), descreve o brincar como a apercepção gerando a percepção. Devido ao deslizar entre o subjetivo e o objetivamente percebido, toda brincadeira é precária, e nisso reside sua magia e encanto. Ao brincar, a criança estaria descobrindo o familiar no não familiar, estaria descobrindo, no mundo lá de fora, aquilo que antes foi experimentado em nível corporal, em nível subjetivo. Essa descoberta do familiar no não familiar que o mundo externo representa é a passagem do objeto subjetivamente criado para o objeto transicional, que abre, através do brincar, toda uma extensa área que desune, mas mantém unidas, mãe e criança. Mais tarde, há a percepção dos objetos enquanto tal, mesmo que saibamos que sempre haverá, como já vimos no capítulo 3, um vestir de ilusão na percepção do mundo pelo ser humano. Esse poeta original, criador desse mundo interno, é aquele que é esquecido “pela maioria das pessoas ou permanecem guardados em algum lugar secreto da memória, porque se assemelham muito a visitas de deuses para que sejam mesclados com o pensamento cotidiano”. (p.60)

#### 4.1.2 Por que as crianças brincam?: como mesclar a vida cotidiana de magia.

As crianças brincam.... sempre brincaram.... parece que brincarão sempre. Elas brincam porque gostam de fazer isso; essa atividade lhes dá prazer. A importância do brincar está em alguns aspectos que Winnicott observou necessários de serem aqui vistos para que possamos entender o que ocorre com uma criança quando, podendo brincar, não consegue assim o fazer.

O autor marcará enfaticamente que o brincar

tem um lugar e um tempo. Não é dentro (...). Nem tampouco fora, o que equivale a dizer que não constitui parte do mundo repudiado, do não – eu, aquilo que o indivíduo decidiu identificar (com dificuldade e até sofrimento) como verdadeiramente externo, fora do controle mágico. *Para controlar o que está fora, há que fazer coisas, não simplesmente pensar ou desejar, e fazer coisas toma tempo. Brincar é fazer.* (Winnicott, 1975c, p.63, grifo nosso)

O brincar se estabelece na área de transicionalidade, espaço potencial, espaço lúdico. É visto como área de manobra e de refúgio para descanso. Porém, antes, o brincar aparece como rudimento no comunicar silencioso da relação de mutualidade entre mãe e bebê. Se não há uma criação subjetiva do objeto, ele não pode ser, mais tarde, um objeto objetivamente percebido. Para chegar ao estatuto de existir por direito próprio, este objeto deve sobreviver aos ataques imaginários do bebê a ele, deve ser capaz de suportar todas as projeções que esta criança fizer nele. Quando o objeto sobrevive, surge, como já vimos, a realidade externa e o espaço transicional. Mais tarde, quando este mesmo objeto puder constantemente sobreviver aos ataques da criança, este passará a existir por direito próprio e a realidade se fará presente na vida dela. Winnicott (1975e) irá realçar que o uso do objeto transicional pela criança, a sua primeira possessão não-eu, demonstra “tanto o primeiro uso de um símbolo pela criança quanto a primeira experiência da brincadeira”. (p.134)

O mesmo autor nos alerta para o assustador que pode ser passível de surgir nas brincadeiras e que “os jogos e sua organização devem ser encarados como parte de uma tentativa de prevenir o aspecto assustador do brincar”. (Winnicott, 1975c, p.75) Devido a esse fator, deve sempre haver, por perto de uma criança que brinca, alguém reasssegurador da confiança desta criança no lugar em que ela

está, para que a criança possa mergulhar nesse mundo e retornar, certa de que há alguém lá para ser-lhe continente, se houver necessidade disso.

Winnicott (1975c) ressalta que no brincar, “a criança sem alucinar, põe para fora uma amostra do potencial onírico e vive com essa amostra num ambiente escolhido de fragmentos oriundos da realidade externa”. (p.76) Assim sendo, “o brincar é uma experiência e sempre uma experiência criativa, uma experiência de continuidade espaço-tempo, uma forma básica de viver”. (p.75) Desta forma, será postulado pelo autor que “é no brincar e somente no brincar, que o indivíduo, criança ou adulto, pode ser criativo e utilizar sua personalidade integral: e é somente sendo criativo que o indivíduo descobre o eu (self)”. (p.80)

Na brincadeira, a criança pensa através da função motora, explorando seu esquema corporal, desenvolvendo sua atividade motora e psicomotora, ajudando-a também a lidar com seus sentimentos. Em sua brincadeira a criança transforma em ação seus devaneios e fantasias, usando o brinquedo ou qualquer outro objeto à mão com bastante inventividade e liberdade. Para ela o brincar é uma atividade emocional, variada e rica, constituída de maneira a ser necessária ao seu desenvolvimento. Ela é a expressão infantil mais privilegiada. A brincadeira possibilita à criança ligar as idéias com a função corporal, fazer representações do mundo externo e mais tarde agir sobre ele. O brinquedo é um trabalho de construção e criação, é representação e comunicação.

Acredita-se que a criança desenvolva-se como um “todo”, assim sendo, o afetivo e o cognitivo compõem um processo de síntese de vivências independentes, porém intimamente relacionadas. Segundo Le Boulch (1982),

na medida em que o meio ajuda a criança a afirmar-se como uma unidade afetiva e expressiva, favorece o equilíbrio entre o espontâneo e o controlado, sua motricidade global coordenada à rítmica traduz o bom desenvolvimento de sua função de ajustamento. O jogo da função de ajustamento continua global e desenvolve-se em dois planos. Por um lado, está submetido a uma intencionalidade praxica que permite à criança resolver os problemas motores e, por outro lado, a expressão do corpo traduz as experiências emocionais e afetivas conscientes e inconscientes. (p.85)

Winnicott (1975c) diz que brincar é fazer para que possamos ser. O brinquedo ou o brincar, além do prazer, dá à criança prática em

manipulação de objetos; administração do poder de coordenação, habilidades, julgamentos; controle sobre uma área limitada. Através do brinquedo a criança lida

criativamente com a realidade externa. Ao final, isto produz um viver criativo e conduz à capacidade de sentir-se real e sentir que a vida pode ser usada e enriquecida. *Sem o brinquedo a criança é incapaz de ver criativamente o mundo, e, em consequência disso, é arrojada de volta à submissão e a um senso de futilidade, ou a exploração de satisfações instituais diretas.* (Winnicott, s/d, p.50, grifo nosso)

Quando uma criança brinca, ela substitui a palavra pelo ato concreto do jogo, mas esse jogo fala por si só. As escolhas nos dizem algo do mundo interno dessa criança e de como esta está situada dentro dele ou como está sentindo esse mundo, com que olhos o vê.

O brincar, neste sentido, assume a conotação do desenvolvimento da expressão e da preparação para a vida. Brincando, a criança adquire experiência. “A brincadeira é a prova evidente e constante da capacidade criadora, que quer dizer vivência”,(Winnicott, 1982d, p.163) e essa vivência é uma vivência de desenvolvimento de contatos sociais, já que o brincar fornece uma organização para a iniciação de relações emocionais fora do relacionamento mãe – criança. Surgem os amiguinhos de brincadeiras. Ao brincar, as crianças “fazem amigos e inimigos, ao passo que não lhes é fácil consegui-los fora disso”. (Winnicott, 1982d, p.163) Dolto (1987), em “A criança e o jogo”, enfatiza de igual forma o brincar como uma forma básica do viver. Diz-nos que “brincar é aprender a ser, é aprender a viver tanto sozinho quanto com os outros, trocando brinquedos”. (p.118) Indo além, e corroborando com esse olhar winnicottiano sobre a importância do brincar, a autora nos oferece o que ela denomina de “chave do jogo, de todos os jogos de todos os humanos, e não somente das crianças: *todo jogo é mediador de desejo, traz consigo uma satisfação e permite expressar seu desejo aos outros, em jogos compartilhados*”. (p.113, grifo nosso)

Em seu artigo “Notas sobre o brinquedo”, Winnicott (s/d) define o brincar e o brinquedo como símbolo, podendo a criança expressar seus sentimentos através do uso do brinquedo porque este representa um símbolo de confiança do bebê e da criança pequena na mãe (ou substituto materno). Assim,

Símbolos: Isto representa aquilo. Se *aquilo* é amado, *isto* pode ser usado e fruído; se *aquilo* é odiado, *isto* pode ser derrubado, ferido, morto, etc, e restaurado, e ferido novamente. Isto é: a capacidade de brincar é uma *conquista* no desenvolvimento emocional de toda criança humana. (p.49)

Através da brincadeira, as crianças dão escoamento “ao ódio e à agressão” e para Winnicott (1982d) essa possibilidade é algo vital no brincar infantil, já que

no espaço protegido do brincar a criança percebe e conclui que “os impulsos coléricos ou agressivos podem exprimir-se sem o retorno do ódio e da violência do meio para com ela”. (p.161) O autor enfatiza o quanto devemos não ignorar o cuidado que essa criança está tendo com quem ela ama ao exprimir seus sentimentos agressivos através das brincadeiras em lugar de o fazer em momentos de raiva, porque no espaço lúdico há sempre a possibilidade de reparação, há o doar algo da criança ao meio: é sempre importante que haja alguém para acolher esse gesto. Já na realidade externa, a atuação da agressividade pode levar a uma cadeia de reações nem sempre controláveis e o dano não será imaginário e não poderá ser, necessariamente, reparado.

Também, através das brincadeiras, as crianças “dominam angústias, controlam idéias ou impulsos que conduzem à angústia se não forem dominados”. (Winnicott, 1982d, p.162) Enquanto puderem brincar, as crianças estarão elaborando seus medos e estarão tendo fruição de prazer, e assim podemos pedir a elas que interrompam suas brincadeiras se isso for necessário. Porém, se há um excesso de angústia, o que surge “é um brincar compulsivo, ou a brincadeira repetida, ou uma busca exagerada dos prazeres que pertencem à brincadeira; e se a angústia for muito grande, a brincadeira redonda em pura exploração da gratificação sensual” (p.162) e nesse caso cessa o brincar. “Uma criança com uma cisão de personalidade [como uma criança anti-social], não pode brincar, pelo menos, em formas reconhecíveis, por parte dos outros, como relacionadas com o mundo”. (Winnicott, 1982d, p.164, colchetes nossos)

Luz (1998) descreve o jogo, e nós estenderíamos essa descrição ao brincar, como sendo “ao mesmo tempo, gestualidade inscrita na materialidade que o mundo pode apresentar ou oferecer e simbolização do que nele se ausenta”. (p.166) A criança que não possui em si o espaço no qual possa surgir a criatividade transforma o gesto agressivo em sua única forma de expressão e o jogo num não-símbolo, já que possui em si somente a materialidade do mundo para dar conta. O seu gesto, a sua explosão é o jogo, o jogo do corpo que fala no lugar do símbolo que não pode surgir. O jogo/brincar se esvazia, surge a estereotípiã, o fracasso em jogar um jogo qualquer, a menos que este seja dominado por regras estritas e haja um encarregado de jogos que administre a execução da regra. Nesse momento não há sentido no brincar para essa criança. Há o vazio sem estar cheio, há a separação, que Winnicott postula como sendo

impossível de ser vivida por qualquer ser humano, se presentificando, posto que este não está sendo preenchido pelos objetos, pelos símbolos, pelo jogo: o que há é somente um espaço potencial se despotencializando. Da angústia que surge nesta criança, surge também algo para além, a busca do objeto perdido, a tentativa de ampliar esse espaço de transição para que a passagem do objeto subjetivamente concebido para o objeto objetivamente percebido não seja vista como tão ameaçadora que o melhor seja não brincar jamais.

#### **4.1.3 “Brincar? Qual é a graça de brincar?”: o eclipse da criatividade na tendência anti-social.**

Uma criança, com uma arma na mão, fala ao jornalista na televisão: “brincar? Qual a graça de brincar?”. Tinha 10 anos, já tinha matado, roubado, fazia parte do tráfico. Do rosto nada sabemos, desfigurado por quadradinhos para preservar a criança. Mas quem preserva a infância? Quem preserva o infantil, o brincar, o direito de rir e de não portar uma arma de verdade, sendo esse garoto ainda uma criança? Por que estamos nos acostumando a ver na rua e nos noticiários tantos “capetas em forma de guris”?

No capítulo 3 vimos quais são as conseqüências do surgimento do ciclo maligno em lugar do ciclo benigno: perda da capacidade de amar, que fica inibida; a dissociação, o sentimento de tranqüilidade que desaparece e a capacidade de brincar construtivamente que se perde. Iremos refletir, neste momento, como esse eclipse da capacidade criativa faz com que a criança atue, em atos agressivos e destrutivos, aquilo que ela não tem mais lugar para guardar em si mesma, posto que terá perdido a sua área de manobra, ou espaço de repouso, como Winnicott denomina o espaço transicional.

Goldestein (1997) nos lembra que o objeto transicional “evoca um sentimento do ‘familiar’, tranqüilizador, o reconhecido, o que sustenta uma serena disposição à regressão ao repouso”. (p.144) Igualmente afirma que o estado de intranqüilidade traz para a cena o tema do “estranho”, aludindo a um sentimento de ausência desse clima familiar, de supressão do caseiro, no qual “a intranqüilidade estaria vinculada às vivências primordiais de desunião com a mãe e exposição aos perigos tanáticos do id”. (p.144)

Milner também percebe o espaço transicional como simbólico e transformador do estranho em familiar. Para a autora “a criatividade psíquica é a capacidade para se fazer um símbolo”. (In: Freller, 2001, p.182) Porém, diferente de Goldestein que vê na intranqüilidade as vivências de desunião, Milner, descrevendo um atendimento com um menino,

pode entender as agressões deste como uma forma de tornar familiar aquilo que lhe parecia estranho, de torná-lo maleável para assumir a forma dos objetos de sua necessidade, ou seja, transformá-lo em objeto subjetivo, produto de sua criação. A agressão não representava impulso destrutivo, raivoso, aniquilador, mas era símbolo de criatividade daquele menino, apontava para o seu vir a ser, para o seu desenvolvimento prosseguir. (Freller, 2001, p.194)

Ao lidar com crianças agressivas, teremos que lidar com o “estranho” que as habita, ou com o “estranho” que habita aqueles que sofreram fracassos e alterações neste espaço transicional. E o estranho que lhes habita é advindo da quebra de confiança, de fidedignidade e permanência do meio que os envolve. A consequência dessas quebras é que há um não-desenvolvimento pleno da ilusão e o reconhecimento da realidade compartilhada ou objetiva fica intolerável. Para Winnicott é somente a partir “da criação de um espaço ambíguo entre o dentro e o fora e de uma investidura ilusória do mundo” (Abadi, 1998b, p.33) que se torna possível e tolerável o reconhecimento desta realidade.

Quando a ilusão falha, Winnicott fornece duas possibilidades de solução: em uma haveria o voltar-se para si mesmo, pois a ausência materna é vivida como uma perda total, como uma perda do único objeto que cuidava e atendia o bebê. Assim, origina-se uma fantasia

na qual tanto o reencontro como a substituição parecem impensáveis. O luto instala-se para sempre. Toda vida ficará marcada por uma vivência de perda irreparável e sem esperança. O objeto é vivido como irrecuperável; a separação, como um abismo. (Abadi, 1998b, p.34)

A outra possibilidade é a pessoa “aferrar-se patologicamente a um único objeto que substitui a mãe”, ocorrendo um exagero do uso de um objeto transicional “como parte da negação de que haja ameaça de ele se tornar sem sentido”. (Winnicott, 1975b, p.31) “Não existe processo simbólico. A troca é de um objeto único por outro objeto único; não para elaborar a perda, mas para negá-la”. (Abadi, 1998b, p.34)

A patologização da transicionalidade acontece exatamente quando há uma cronificação no uso do objeto transicional. Esse tipo de uso empobrece a pessoa. “O aparelho psíquico terá dificuldade em construir as representações internas da mãe; a criança e depois o adulto terão uma tendência a buscar objetos concretos dos quais dependerão adictivamente para aplacar o sentimento de vazio e de solidão”. (Abadi, 1998c, p.42)

Uma mãe que é intrusiva e uma mãe que abandona impedem a criação do espaço transicional pela criança. A mãe que abandona é aquela mãe que é plástica demais, aquela que não é continente para a criança, onde esta se sente como que “pendurada, sem suporte, como num espaço ‘ingrúvido” (Abadi, 1998d, p.46) Na falta do espaço potencial, há a substituição deste pelo “vazio angustiante ou pela tendência a ocupá-lo, excessivamente, com atividades e objetos”. (Abadi, 1998d, p.47)

Não se tendo bem estabelecido o espaço transicional, o brincar fica comprometido ou às vezes sequer pode aparecer na vida de uma criança. Quando não é possível brincar, “aparecem a submissão e o sentimento de vazio: a criança se aborrece, se isola ou fica indiferente”. Outra alternativa é haver o estabelecimento de “um tipo de jogo monótono e estereotipado, como defesa contra o risco de descontrolar”. Em um extremo podemos ter a “fuga ao sonho diurno como uma forma de transição fracassada entre a fantasia e o brincar ativo”; e em outro extremo “observamos o aparecimento pulsional, com a excitação em estado puro e a necessidade de descarga motora, como as acrobacias, brincar violento e a destruição de objetos”. Pode haver o surgimento da necessidade de “dominar o outro, impondo as regras e exigindo obediência”; assim como também “a incapacidade de aceitar jogos com regras, devido à inquietação, dispersão ou necessidade de transgredir”. (Abadi, 1998e, p.53)

Para Winnicott (1975c), o fracasso do brincar advém quando o despertar instintual ocorre além de um certo ponto no qual a satisfação fica comprometida, não ocorrendo o natural ponto de saturação, que se refere à capacidade de conter a experiência vivenciada pela criança no brincar. Assim, o clímax ou fracassa, e há “uma sensação de confusão mental e desconforto físico que só o tempo pode corrigir”, ou há “um clímax alternativo, ou seja, na provocação da reação dos pais, ou social, na ira”. (p.77)

Acreditamos que na tendência anti-social o que ocorra seja a procura de um clímax alternativo através da atuação e dos comportamentos de reação que essa criança provoca no ambiente em que está. Na verdade, o que ela faz é incomodar a todos e não se envolver em um processo imaginativo de criação de um espaço lúdico, já que esse espaço é ameaçador para ela. Ela não tem confiança na fidedignidade do meio e por isso testa-o nesses aspectos através da provocação ou do uso do brincar como uma área de contestação, mantendo, assim, o seu direito de incomodá-lo para que este a perceba. Provavelmente essa criança não possui em si a memória de ter podido brincar só na presença de sua mãe com tranqüilidade, tendo sido invadida nesses momentos através de humores maternos ou de demandas que a retiravam de seu estado de concentração enquanto brincava.

Nos seus três artigos sobre o brincar, em “O brincar e a realidade”, Winnicott (1975d) enfatiza que quando advém a ansiedade, a falta de confiança baseada na necessidade de defesa, é neste momento que o brincar se perde. Toda criança que perde a confiança no seu ambiente não “pode viver criativamente e tem dúvidas sobre o valor do viver” (p.102)

Em um artigo sobre “A criança desapossada” Winnicott (1950) enfatiza que as crianças que são “jogadas de um lado para o outro antes de lhes ter sido possível aceitar aquilo que nós, adultos, só aceitamos com enorme dificuldade, que o mundo nunca é como nós o criamos” (p.193), somente pode, diante da privação de objetos transicionais estabelecidos, ter uma saída,

que é a cisão da personalidade, com metade relacionada com um mundo subjetivo e a outra metade reagindo, com complacência, ao mundo objetivo com que entrou em contato. Quando se forma essa cisão e as pontes entre o subjetivo e o objetivo são destruídas, ou nunca chegaram a ser bem construídas, a criança é incapaz de funcionar como um ser humano total. (p.193)

A partir da não construção, ou da construção falha dessas pontes entre o subjetivo e o objetivo, ou seja, a partir das “experiências do viver” ou do lugar onde a brincadeira e a experiência cultural têm uma posição, Winnicott (1975f) descreve dois tipos de bebês, mais duas imagens a se juntarem aos outros “dois tipos de bebês” já citados anteriormente. Vejamos, dentro da questão da transicionalidade, quais dois bebês ele nos apresenta:

- o primeiro bebê tem uma mãe “com trato sensível na ocasião em que a mãe está se separando dele, de modo que a área para a brincadeira é imensa”

(p.150): a sensação de separação fica diluída pelo imenso "playground" construído por mãe e bebê;

- o segundo bebê tem “uma experiência tão infeliz nessa fase de seu desenvolvimento que se lhe dá pouca oportunidade de desenvolver-se, exceto em termos de introversão ou extroversão e o espaço potencial não tem significação porque nunca houve como erigir um sentimento de confiança combinada com fidedignidade, e, portanto não houve uma auto-realização relaxada”. (p.150) Sua brincadeira é pobre e há sempre a angústia da separação pairando no “ar”.

Em “O lugar onde vivemos”, Winnicott (1975f) aponta que “com os seres humanos, não pode haver separação, apenas uma ameaça dela, e essa ameaça é máxima ou minimamente traumática, conforme a experiência das primeiras separações”. (p.150) A criança anti-social vivenciou separações que a marcaram em nível de rompimento e não em nível de um espaço que separava e unia pelos objetos que o iam povoando, preenchendo. Na tendência anti-social a mãe/pai/sociedade não fizeram o seu papel totalmente, havendo uma falha na fidedignidade do meio que sustenta a criança e, com isso, houve uma falha na construção do sentimento de confiança.

A patologia do brincar, ou da transicionalidade, advém principalmente do fator temporal, mais especificamente da falha do tempo de retorno da mãe, já que para que a mãe continue a existir internamente na criança pequenina ou no bebê enquanto imago, esta necessita ser reafirmada pela sua presença real. Caso isso não ocorra no tempo  $x+y$ , há o surgir da aflição no bebê e cessa a capacidade do bebê de utilizar o símbolo de união, ou seja, o objeto transicional. Porém, quando a mãe aparece e acalma seu bebê, esse tempo maior de espera ainda não foi tão excessivo a ponto de alterar a imagem que este bebê possui de sua mãe. Podemos dizer que o bebê não se modificou frente à demora materna.

Se o tempo de espera passa a ser  $x+y+z$ , advém o trauma e o retorno da mãe não corrige o estado alterado do bebê. “O trauma implica que o bebê experimentou uma ruptura na continuidade da vida”,(Winnicott, 1975e, p.136) uma quebra na fidedignidade e na confiança em relação à existência de sua mãe. A mãe que retorna não é a mesma mãe de antes, mudou, e o bebê sente isso como uma “morte” daquela mãe que ele, dentro de si, possuía. Aqui haveria a necessidade de “mimo” por parte da mãe, um cuidar “terapêutico”, que em nada tem a ver com as funções maternas primárias, para que esse bebê pudesse voltar a

vivenciar o ciclo benigno e restabelecer-se. As demandas do bebê para com essa mãe que retorna mudada seriam imensamente intensas e a mãe terá de ser capaz de satisfazer integralmente essa demanda.

A conseqüência de uma separação intolerável é descrita, geralmente, em termos de agressão, raiva, destruição. Para Winnicott, como foi visto anteriormente, o que acontece é um esmaecimento da representação interna, ou como conceitua Green (2003), articulado com as idéias de Winnicott quanto à patologia da transicionalidade, “uma destrutiva alucinação negativa do objeto”. (p.84) Para ambos o que está ocorrendo, na quebra do tempo de retorno da mãe, ou na não disponibilidade dos pais em relação à criança, é uma descatexia ou desinvestimento. Aqui se pode evidenciar, segundo Green (2003), a presença do conceito de negativo no olhar winnicottiano através das duas reações que o bebê pode organizar diante dessa falha:

Uma delas é a sensação da maldade do objeto com toda a agressão incluída no chorar, no gritar, ficando num estado de agitação e perturbação: aqui o negativo é identificado com o mau, como o oposto do positivo, ou seja, o bom. Por outro lado, esta indisponibilidade está relacionada à não presença do objeto. (p.84)

Green (2003) não utiliza a palavra “ausência” em relação à falta do objeto porque, para ele, “na palavra ausência há a esperança de um retorno à presença”; de igual modo não utiliza para a palavra “perda” para o esmaecimento do objeto transicional, “porque isto significaria que esta perda poderia ser pranteada” e a “referência ao negativo aqui é da não-existência, do vazio, do vácuo – em outras palavras, desolação”. (p.84) Em seu raciocínio sobre o pensamento de Winnicott referente à quebra do tempo de espera do bebê em relação à mãe, Green (2003) enfatiza que a contribuição de Winnicott “é mostrar como este negativo, a não-existência, tornar-se-á, num determinado momento, a única coisa real”, e dessa forma

mesmo se o objeto reaparecer, a realidade do objeto está ainda relacionada à sua não-existência. O retorno da presença do objeto não é suficiente para remediar os desastrosos efeitos de sua tão longa ausência. *A não-existência tomou posse da mente, apagando as representações do objeto que precederam sua ausência.* (p.84, grifo nosso)

Como foi visto, a mãe será outra, e o espaço potencial terá sido diminuído ou terá sucumbido a essa demora. No negativo, ou seja, na não existência do

objeto transicional e da transicionalidade, operará a atuação anti-social. Interessante acompanhar o raciocínio winnicottiano sobre essa questão da quebra do tempo e da articulação desta com as vivências anteriores da criança. Para esse autor, na brincadeira, “tudo já foi feito antes, sentido antes, cheirado antes, e onde surgem símbolos específicos da união do bebê e da mãe (objetos transicionais), esses próprios objetos foram adotados, não criados. Assim todo objeto é um objeto descoberto”. (Winnicott, 1975e, p.140) Porém, se a mãe não permite a esse bebê experienciar “tudo antes” para ter em si uma memória corporal, a área em que ele pode brincar ou ter experiências culturais não existirá. Com isso também não existirá nenhuma contribuição que esse bebê acredite poder dar ao meio – o ciclo benigno começa a se transformar em maligno conforme já vimos no capítulo 3. Sem a área de transicionalidade estabelecida, a criança fica “notoriamente inquieta e incapaz de brincar”, pois “o fracasso da fidedignidade ou perda do objeto significa, para a criança, perda da área da brincadeira e perda de um símbolo significativo”, havendo “ausência do uso criativo de objetos ou esse uso é relativamente incerto”. (Winnicott, 1975e, p.141)

O objeto transicional é a primeira possessão não-eu e é também a possibilidade de poder representar a ausência materna através de um símbolo em um *entre*: entre a subjetividade e a objetividade. Esta seria a primeira triangulação que existiria na vida desta criança e uma saída da díade mãe-e-bebê para a idéia de mãe-com-bebê. Bittencourt (1997b) denominará essa primeira relação triádica de “triângulo simples”, uma outra forma de triangulação que não a edípica; ou seja, aquela que se passa no terceiro espaço ou espaço potencial. Caso não aconteça a instauração do espaço do brincar, há conseqüentemente uma diminuição do espaço potencial e da capacidade de simbolização desta criança. Haverá, então, a necessidade de esta criança procurar essa triangulação fora desse espaço transicional: ela o buscará sem a intermediação da criatividade.

Não havendo mais o brincar, o que resta a uma criança quando não há nela a possibilidade de se expressar criativamente no mundo?

O que fazer quando somente resta o medo de não encontrar respostas às suas perguntas de por que tudo mudou de repente, por que o mundo cresceu sem avisarem a ela que esse mundo entraria pela sua vida assim, de uma vez só, já que antes entrava devagar e com cuidado?

Como unir pedaços de vivências que estão ainda marcados em sua memória e às vezes ainda estão presos em um “ursinho de pelúcia” que lembrava a ela sua mãe, um escudo que a protegia do mundo?

Como se reconhecer ou fazer com que voltem a conhecê-la sem ser com uma arma na mão ou gritando e fazendo estardalhaço?

Como recuperar em si o objeto maternante que se perdeu de vista?

#### 4.2.

#### **“Eu te perco; estou triste”: o olhar do desamparo no perder de vista o objeto.**

E agora, que faço eu da vida sem você?  
Você não me ensinou a te esquecer  
Você só me ensinou a te querer  
E te querendo eu vou tentando te encontrar  
Vou me perdendo  
Buscando em outros braços seus abraços  
Perdido no vazio de outros passos  
Do abismo em que você se retirou e me atirou  
e me deixou aqui sozinho.  
(Caetano Veloso / Fernando Mendes)

Conforme foi visto, a criança desapossada, (de)privada é uma criança antes de tudo desesperada e indefesa. Estando na fase que Winnicott denomina de dependência relativa, um caminho foi efetuado por ela em relação a sua integração psicossomática, um *self* se constituiu e ela já percebe a mãe e a si mesma como um ser total. Há entre essa criança e a sua mãe uma relação amorosa intensa, mas não mais de um “apaixonamento”, no qual mãe e filho se confundiriam como sendo um só objeto, um objeto subjetivo, diria-nos Winnicott. A criança, aqui, se situaria na fase do “EU SOU”, fase na qual o bebê tem sua primeira experiência não-eu: ainda não existe o outro como tal, mas já existe algo que pode ser distinguido enquanto não sendo o bebê. Os processos de introjeção e projeção já funcionam de forma a constituir para o bebê uma identificação cruzada, tal qual Winnicott postula, como sendo uma circularidade entre os mecanismos projetivos e introjetivos, havendo a percepção do outro como existente. Surge, nesse espaço, o símbolo e a capacidade de simbolizar. Aqui existe a “realidade externa” sem ser necessariamente uma realidade totalmente comungada pela sociedade. Esta

realidade, denominada de externa nesta fase, é diferente da realidade em si para Winnicott, posto que esta ainda é construída, em parte, pela projeção.

Porém, se algo falha nessa especularidade que cria a circularidade dos mecanismos de projeção e introjeção, instaura-se o desespero e o desamparo. A criança perde o objeto de vista: este, enquanto objeto transicional, vai esvaecendo e perdendo seu significado posto que a mãe não retorna a tempo de re-significar esse objeto como sendo ela mesma. E, conforme busca e não encontra, algo dentro dessa criança vai se perdendo, vai se quebrando. O ato anti-social, além de um gesto de esperança, é também um gesto que marca um desamparo. Instaura-se nesta criança o que Jan Abram (2002) denomina de objeto não-sobrevivente ao invés do objeto sobrevivente.

O objeto sobrevivente “é o objeto necessário de ser construído pelo sujeito para que possa alcançar o status de poder olhar para a vida de forma criativa e objetiva, ou seja, para que possa usar o objeto e ter em si objetos objetivamente percebidos” (Abram, 1999, p.49) Para que surja este objeto sobrevivente, este deve ter sido capaz de resistir às investidas da criança sobre ele, seja de amor ou de ódio. Quando este consegue sobreviver, instaura-se dentro da criança uma idéia de constância e de fidedignidade do objeto e surge o que Abram está denominando de objeto sobrevivente, precursor da existência do objeto objetivamente percebido enquanto tal. Para nós este conceito é próximo ao que Winnicott denomina de objeto transicional, com a vantagem de marcar a necessidade de haver a sobrevivência do mesmo ao manejo da criança sobre ele.

O interessante nesse conceito de Abram para o estudo da tendência anti-social é exatamente a questão de que, quando o objeto subjetivo é abruptamente passado para objeto objetivamente percebido, o sujeito acaba por possuir em si não o objeto sobrevivente, e sim, um objeto não-sobrevivente, que sobrepuja o objeto sobrevivente não desenvolvido ainda ou eclipsado. Em suas palavras:

Objetos subjetivos são nossa fonte para uma vida que continua a se tornar significativa em face à falta de significado. Mas são os detalhes deste caminho, desde ver e ser visto até “tentar não ver o que não é para ser visto”, que envolvem um novo objeto que está sendo formado – o objeto sobrevivente – o mais importante objeto de todos para uma vida ser vivida plenamente. (p.51)

Quando há a quebra abrupta desse estado de onipotência, ainda presente na fase de dependência relativa, quando há a quebra da ilusão na passagem fora de

tempo para a desilusão (ou realidade), há a constituição do desamparo. É como se o objeto falhasse com a criança para além de sua capacidade de absorver essa falha. Assim, o objeto ofusca-o com sua realidade e singularidade, se introduz intrusivamente em um momento ainda não propício para tanto. O que resta à criança, que se vê diante do outro que não mais o cuida ou não mais retorna, é o objeto não sobrevivente. O objeto introduz, no espaço da ilusão, que é o espaço de transicionalidade, a questão do desamparo. O que não era visto, passa a sê-lo. O desamparo que surge, na perda do objeto, advém da consciência repentina que o eu toma de si mesmo como sendo um ser incompleto e também da consciência que este toma do olhar do outro que retrata a si não mais “uma visão de corpo inteiro”, como nos diria Clarice Lispector, mas uma visão do humor materno ou de humores outros que não o dele ou sendo dele.

Cabe, aqui, definirmos melhor o que seja desamparo e perda. Pereira (1999) consegue, em seu livro “Pânico e desamparo”, fazer um percurso histórico da modificação que o termo desamparo sofre ao longo da obra freudiana. Do desamparo motor e físico ao desamparo diante do outro ameaçador e onipotente, Freud constrói uma malha teórica densa e levanta algumas questões necessárias de serem aqui ressaltadas para que possamos entender melhor a questão do desamparo. Segundo Pereira (1999), “O futuro de uma ilusão” constitui, juntamente com “Inibição, sintoma e angústia” e “Mal-estar na civilização”, o núcleo da contribuição freudiana para o problema do desamparo. (p.204) Porém, o histórico do termo desamparo advém do “Projeto para uma psicologia científica”, no qual Freud (1950[1895]) situa o desamparo como uma necessidade da criança frente à sua incapacidade de realizar por si mesma uma ação específica necessária para conter a irrupção de tensões advindas das suas necessidades, obrigando-a a uma abertura dependente ao mundo adulto. Aqui se situa a importância do outro, do adulto como alguém decisivo para a criança se

sentir amada por seus pais, ou seja, que ela corresponda a seus desejos, o que transforma a impotência original do ser humano na fonte primordial de todos os motivos morais. O desamparo psíquico é o relativo do desamparo motor. (In: Pereira, 1999, p.129)

Essa questão de ser amado como algo necessário e vital para o ser humano será retomado por Freud (1926[1925]) em “Inibição, sintoma e angústia”, quando ele sustentará que

sentir-se amado pelo “ser superior” representa, no inconsciente, a proteção contra todas as ameaças. Correlativamente, a perda do amor ou a separação do ser o protetor corresponde ao maior dos perigos: o de ser abandonado a sua própria sorte ante um desamparo sem esperança. (In: Pereira, 1999, p.137)

Em seu artigo “Totem e tabu”, Freud (1913a) não mais mostrará o desamparo humano como uma impotência real diante de suas necessidades e sim diante de uma impossibilidade de defesa frente ao desejo do outro, da violência de um outro, mais forte. “Agora é o outro, o adulto, ocupando uma posição assimétrica e dominante em relação à criança que é capaz de colocá-la na posição do objeto impotente ante seus próprios desejos”. (Pereira, 1999, p.150) Assim, passamos do desamparo real e físico ao desamparo psíquico diante do outro onipotente. Desamparo do eu, frágil ou fragilizado, diante de um outro, forte, ou visto como se assim o fosse.

Interessante, aqui, irmos à etimologia da palavra desamparo não somente em português, assim como também da palavra alemã utilizada por Freud em seus escritos.<sup>23</sup> Desamparo tem seu correspondente em Freud do alemão *Hilflosigkeit*. Amparo vem do radical latino *anteparare*, que significa por algo à frente para proteger. Isto tem um significado importante atualmente em Psicanálise, porque coloca em relevo todo um psiquismo fetal e a formação de um incipiente inconsciente por parte de um feto que, ao nascer, sofre um trauma, que somado a angústias iniciais e uma extrema dependência para suas necessidades fisiológicas e emocionais, estimulam um cuidado, um suporte, uma proteção, um socorro especiais de sua mãe. Em outras palavras, não só a mãe deve “seduzir” a criança a viver, como também ela precisa ser seduzida a cuidar de seu bebê. Desamparo mostra, em sua etimologia, estes dois momentos: da sedução da mãe pelo seu bebê e, ao mesmo tempo, a intensa angústia pelo trauma do nascimento que deixa o bebê bastante desprotegido, fazendo com que esta mãe “adoeça” - Preocupação Materna Primária de Winnicott - e se torne “patológica” por determinado tempo, que seja passional (paixão) com seu recém-nascido, que seria representante do falo, daquilo que lhe falta.

---

<sup>23</sup> A etimologia da palavra paixão e as relações com a psicanálise foram fornecidas a mim em comunicação pessoal pelo Doutor Vilnei Garcia, da SBPPel.

Pereira (1999) enfatiza que “a negatividade escrita no cerne da noção -este los da *Hilf-los-igkei*t - parece comportar uma dimensão potencialmente terrível. A partir desse *los*, dessa falta, essa ausência, todos os perigos se tornaram possíveis”. (p.156) Assoun (1999) enfatiza o trauma escópico que o eclipsar materno constitui quando esta, não mais seduzida pelo bebê, desvia seu olhar deste. “Nesta ocasião o *infans* fica sem voz, medusado pela dor, entre o silêncio, espasmo do soluço, por isso percebemos a instauração do terremoto corporal no qual ele ‘realiza’ a ausência do outro”. (p.63) O caráter doloroso da perda do olhar é retomado por Pereira (1999) quando afirma que “O *hilflosen* é confrontado com sua própria incompletude, então vivenciada como impotência e desamparo. Há aqui um apelo mudo à confiança em completo abandono”. (p.166)

Quando este outro passa a ser visto como diferenciado, não devolvendo ao eu, ainda totalmente identificado com este outro, a imagem especular habitualmente vista pelo eu sobre ele mesmo, quem lhe surge é um estranho. A cena do dueto e da visão única e plena dá lugar à cena do sem voz (afonia) e da dor do olhar. Quando uma voz emudece porque se vai, a outra fica ecoando no vazio. Assoun (1999) constrói uma linda imagem desse descompasso a dois ao estudar a questão da voz da paixão. Diz-nos: “A paixão se inscreve e se vive, com a mesma intensidade, mas segundo duas modalidades fortemente contrastadas, *como se a letra e o ato não ‘rimassem’*”. (p.160, grifo nosso)

Letra e ato, não rimando, geram descompassos. Interessante vermos a partir dessa imagem de Assoun a atualidade não somente de Freud, mas do olhar de Winnicott quanto à relação de objeto e o uso do objeto. Quando há a intrusão, para Winnicott, há a quebra da ilusão, há o descompasso acima dito, “Letra e ato não rimam” de uma forma tal que cabe à criança duas soluções: em uma ela pode se fechar em si mesmo e depois tentar dar conta dessa intrusão fora do tempo dela; na outra ela se fecharia tanto em si mesmo que talvez jamais quisesse achar-se mais uma vez. Se pensarmos sobre a criança anti-social, que se vê abandonada pelo objeto materno, poderemos entender que a perda desse objeto, tão intensamente investido, pode representar para ela algo muito além do suportável, posto que havia um investimento exclusivo nesse objeto.

Em “Psicologia da separação”, Winnicott (1958b) reflete sobre a questão da separação e da não capacidade de um ego imaturo lamentar a perda ou sentir o luto que esta perda necessariamente acarreta. O autor situa a tendência anti-social

entre os extremos das reações muito primitivas à perda e em relação à capacidade de vivenciar o luto. Para ele existem entre essas duas áreas “todos os graus de torturantes falhas de comunicação” e, nessas falhas ou nessa área intermediária, “poderá ser observada clinicamente toda a sintomatologia da tendência anti-social”. (p.141) Essa sintomatologia se apresenta de forma fugaz, temporária, mas positiva enquanto dura, antes que se dê uma regressão para a desesperança. Se há a desesperança, percebe-se também “a anulação do estabelecimento da posição depressiva no desenvolvimento emocional, e o senso de envolvimento acaba por perder-se”. (p.141)

Se há a perda do senso de envolvimento e da capacidade de concernimento, como, de uma hora para outra, pode haver um outro investimento ou uma diversificação deste? Há o colapso do eu, a sensação de desamparo fica insuportável. Resta à criança, diante do vazio que o objeto materno deixa, a dor e a necessidade de “desencaixar-se” daquilo que antes era parte dela, ou ela assim o via. Surge o objeto não-sobrevivente. Constrói-se o objeto confrontado postulado por Khan (1979). Há a perda da criatividade e a atuação passa a ser a forma de comunicação principal desta criança com o mundo que a rodeia. Essa atuação da tendência anti-social marca o desamparo dessa criança frente ao meio que a desapossou. Ela revive, ao perder a sustentação ambiental, o desamparo primordial que Freud (1926, In: Pereira, 1999) postula como sendo uma marca para o *infans*.

O ato substitui a falta de voz que esse desamparo instaura e o ato anti-social é exatamente o ato que dá voz a quem não tem palavras a dizer, porque o espaço simbólico pouco existe: o que há é a concretude da falta de um objeto simbólico. A pergunta que ecoa nesta criança é a mesma que consta na epígrafe inicial, que abriu essa reflexão: “Agora, que faço eu da vida sem você? Você não me ensinou a te esquecer, você só me ensinou a te querer e te querendo eu vou tentando me encontrar” em outros braços, braços que contenham o gesto anteriormente acolhido, agora perdido no vazio em que foi deixado sem resposta.

A escultura de Camille Claudel, “A Suplicante”, imageticamente nos demonstra o desespero da procura de uma criança que antes possuía o que abraçar em um movimento sim-bólico<sup>24</sup>, e, de repente, se vê diante de uma falta

---

<sup>24</sup> Esses termos serão discutidos mais adiante neste capítulo.

sentida por ela como quase que irremediável. Há a súplica a espera de ser ouvida, quem sabe, e a espera de ser preenchido o vazio dos braços a esmo estendidos em um movimento dia-bólico, em espasmo.



Figura 9

#### 4.3.

#### **“Um capeta em forma de guri”: quando agredir é tentar unir pedaços de vida.**

Acreditamos que seja interessante, nesse momento, tentar estabelecer um panorama do que seja tendência anti-social a partir dos textos winnicottianos para que possamos entender o comportamento anti-social como um modo de operar em um ambiente que não está sendo suficientemente bom para a criança. Em nossa opinião, o comportamento anti-social pode ser visto como uma estratégia de sobrevivência possível da criança em um ambiente privador.

A tendência anti-social não seria, segundo Winnicott, uma defesa organizada, e sim uma patologia da transicionalidade porque está relacionada a uma falha ambiental na fase de dependência relativa, fase esta em que a transicionalidade já está se efetuando. O que acontece é que a mãe falha e não volta ao padrão anterior de “benignidade”, e, como não volta, há o esvaecimento de sua lembrança, assim como há o esvaecimento do objeto transicional quando este perde seu vínculo com a mãe pelo abandono desta, conforme já foi visto anteriormente.

Segundo Winnicott (1955), “as crianças incluídas na categoria de desajustadas ou não tiveram objeto transicional, ou o perderam”. Winnicott explica que, para ele, doença significa desajustamento e que

essa palavra desagradável – desajustamento – significa que, em alguma data precoce, o ambiente não se ajustou adequadamente à criança e esta vê-se forçada, portanto, a assumir o trabalho de cobertura e, assim, a perder a identidade pessoal ou então pressionar a sociedade, forçando outra pessoa agir como cobertura, de modo que uma oportunidade possa surgir para um recomeço com a integração pessoal. (p.200)

Interessante tentarmos aprofundar o entendimento de “cobertura” para Winnicott nessa questão. Quando há a intrusão do ambiente maternante na vida do bebê, ele, como já foi visto anteriormente, deixa de possuir o escudo protetor que antes o protegia dos excessos do mundo, seja esse mundo interno ou externo. Para tanto, este bebê tem de dar conta de algo que ele não precisaria dar conta, deve cobrir-se, proteger-se do mundo, e muitas vezes proteger a mãe que deveria estar protegendo-o. Num segundo momento, quando ele acredita que o ambiente pode vir a dar a ele a proteção que antes lhe dava, ele passa a cobrar de alguém, ou de todo o ambiente circundante, que o ature e assim o proteja. Neste segundo momento, nesta segunda chance, pode esse bebê vir a reviver o que Winnicott chamou de deprivação, e assim poderá entrar em contato com a falha do ambiente e re-significá-la. É neste momento de agitação que a cobertura é pedida, que a tolerância é testada e que a criança espera desesperadamente que ela surja ou que a sustente. É no atuar anti-social que surge a possibilidade de haver, mais uma vez, uma abertura para criatividade, senão volta-se a um padrão de desafetação e a esperança e a criatividade se perdem.

Há um estudo de Lili Lobel com adolescentes borderline, no qual ela evidencia o fato de estes adolescentes não terem tido, em sua infância, nenhum objeto transicional. Diz a autora:

no tratamento desses pacientes, gradativamente vamos percebendo o vazio de suas vidas e eles procuram preencher isso com fantasias grandiosas ou alguma ação auto-destrutiva (...) As crianças com transtornos internadas em nossa creche terapêutica não apresentavam uma história onde tivessem se utilizado de um objeto transicional. (1993, p.248)

Winnicott (1961a) marca essa falta de criatividade e a vida cultural escassa como uma das características principais das crianças anti-sociais.

Essa camada que está entre o inconsciente e o consciente é ocupada, nas pessoas normais, por atividades culturais, e a vida cultural do delinqüente é notoriamente escassa, pois não existe liberdade em tal caso, exceto numa fuga para o sonho não recordado ou para a realidade. *Qualquer tentativa de exploração da área intermediária conduz, não para a arte, a religião ou atividades lúdicas, mas para o comportamento anti-social, que é compulsivo e inerentemente desestimulante para o indivíduo*, bem como pernicioso para a sociedade. (p.245, grifo nosso)

O que haveria, no caso dessas crianças, seria a existência do objeto interno confrontado, aquele objeto que representa a colagem de aspectos dissociados do indivíduo, em que o que junta os pedaços seria exatamente o sintoma da tendência anti-social. Este objeto seria montado

a partir de uma "collage" parcial e compensatória de aspectos, "bocados" e pedaços idealizados dos cuidados corporais que receberam de sua mãe (...). O objeto interno confrontado é visto como o contrário do que é o objeto transicional na saúde. Este é freqüentemente representado simbolicamente pelo objeto fetichista, pela situação estereotipada ou pela fantasia repetitiva. (Outeiral, 1999, p.64)

No artigo "Variedades de Psicoterapia", Winnicott (1961a) analisa a doença psicológica a partir da metáfora do telescópio. Para o autor, haveria três telescópios e, ao se olhar a doença psicológica, estaríamos observando-a "através da extremidade errada" (p.240) destes, ou seja, estaríamos observando, distante, o fenômeno "doença". O primeiro telescópio nos mostraria a psicose e a depressão reativa; o segundo telescópio nos mostraria o fracasso nos cuidados com o bebê, podendo-se atribuir "a causa de doença, neste caso, a uma deficiência de criação"; (p.240) o terceiro telescópio desviaria nossa atenção das dificuldades "inerentes à vida para as perturbações de natureza diferente, pois a pessoa é impedida de chegar aos seus próprios problemas por um ressentimento, uma justificada reclamação de que um insulto quase recordado seja reparado". (p.241) Este terceiro telescópio nos mostraria

pacientes intermediários, aqueles indivíduos que começaram suficientemente bem, mas cujo ambiente não os ajudou em algum ponto, ou repetidas vezes, ou durante um longo período de tempo. São crianças, adolescentes ou adultos que poderiam legitimamente afirmar: tudo estava bem até..., a minha vida pessoal só poderá desenvolver-se se o meio reconhecer sua dívida para comigo. (p.240)

Em "A psicoterapia de distúrbios de caráter", Winnicott (1963e) irá ampliar o entendimento desses pacientes intermediários, e caracterizará esses indivíduos

como portadores de distúrbio de caráter. Ao longo desse artigo, o autor estuda a etiologia deste distúrbio e nos demonstra que a característica principal de haver o desenvolvimento de um distúrbio de caráter e não uma psicose seria o fato de que a pessoa possui a percepção de que a falha foi do meio que a desapossou. Interessante acrescentar que, para Winnicott (1963e), há dois fardos que são levados por essas pessoas ao longo de sua vida, fardos esses separados, mas marcantes como origem do distúrbio anti-social que estas apresentam:

Um deles, é claro, é o fardo crescente de um processo maturacional perturbado e, em alguns aspectos, tolhido ou adiado. O outro é a esperança, uma esperança que nunca se extingue por completo, a de que o meio ambiente possa reconhecer e compensar a deficiência específica que provocou o dano. Na grande maioria dos casos, os pais ou a família ou os guardiões da criança reconhecem o “abandono” (tantas vezes inevitável). (p.251)

Quando o meio não corrige sua falha ou paga seu débito,

a criança segue em frente com danos certos, empenhando-se então em organizar as coisas de modo a viver uma vida apesar de seu desenvolvimento ter sido tolhido, e, estar o tempo todo aberta a momentos de esperança, momentos em que parece possível forçar o meio ambiente a efetuar a cura (por conseguinte, atuação [acting-out]). (Winnicott, 1963e, p.251-252)

Portanto, a base da tendência anti-social resulta de uma experiência inicial boa que foi perdida e o aspecto essencial desta é a criança ter alcançado a capacidade de perceber que a causa do desastre foi devida a uma falha do ambiente. Isso provoca a distorção da personalidade e o impulso de buscar a cura numa nova provisão ambiental.

A tendência anti-social está inerentemente ligada à privação. Em outras palavras, um fracasso específico é mais importante do que um fracasso social geral. Para a criança que é o objeto de nosso estudo, pode-se dizer que as coisas iam bem, mas, de repente, começaram a não ir tão bem assim. Ocorre uma modificação que altera a vida inteira da criança, e essa modificação ambiental acontece quando a criança já tem idade suficiente para entender as coisas. (Winnicott, 1960b, p.72)

Ainda no artigo “Variedades de psicoterapias”, Winnicott (1961a) nos fala que a maioria das pessoas pode dizer de seus pais: “eles cometeram erros, frustraram-nos constantemente e coube a eles apresentarem-nos ao Princípio de Realidade, arquiinimigo da espontaneidade, criatividade e do sentido de Real; *MAS, ele realmente nunca nos abandonaram*”. (p.241, grifo nosso) O abandono,

não sofrido pela maioria das pessoas, constitui a base da tendência anti-social. A criança perde de vista o objeto, conforme vimos anteriormente, e passa a buscá-lo no meio que a deixou só e triste. Exatamente porque sofre e se entristece, exatamente porque possui em si o ressentimento e uma justificada reclamação em relação ao meio que a insultou e quase é capaz de recordar-se desse insulto, que Winnicott afirmará que essa criança ainda possui em si uma esperança.

Safra (2004), em *Po-ética na clínica contemporânea*, reflete sobre o comportamento anti-social e ressalta igualmente que o que há, neste caso, é sofrimento e não agonia. Concordamos com Safra quanto à distinção que ele postula quando nos afirma que a pessoa em estado de agonia “se encontra em um estado no qual o gesto e a voz estão encarcerados em uma experiência que coloca o si-mesmo encarcerado em um tempo infinito disruptivo”; (p.109) já a pessoa em sofrimento poderá subordinar “o vivido ao gesto, ao devir e tomar o experienciado como próprio”, (p.109) havendo, portanto, a possibilidade de a memória ser colocada em jogo, já que o acontecimento deixa de estar congelado.

Dessa forma, podemos entender a tendência anti-social é um sinal de SOS (esperança) ao meio que se encontra em débito para com a criança. Para Winnicott ela não é um diagnóstico, podendo ser encontrada tanto em indivíduos normais quanto em neuróticos ou psicóticos. Diz-nos ele sobre esse aspecto da normalidade da tendência anti-social:

Uma criança normal, se tem confiança no pai e na mãe, provoca constantes sobressaltos. No decorrer do tempo, procura exercer o seu poder desunião, de destruição, tenta amedrontar, cansar, desperdiçar, seduzir e apropriar-se das coisas. Tudo o que leva as pessoas aos tribunais (ou aos hospícios, tanto importa para o caso) tem o seu equivalente normal na infância, na relação entre a criança e o seu próprio lar. Se o lar pode suportar com êxito tudo o que a criança fizer para desuni-lo, ela acaba por acalmar-se através de brincadeiras. (p.256-257)

Na tendência anti-social há uma necessidade que se exprime em uma externalidade: a culpa é do ambiente. Caracteriza-se por um elemento que compele o ambiente a tornar-se importante e a atuar. Winnicott (1956) nos alerta que essa atuação, por parte do meio é, geralmente, punitiva e que na verdade o que é necessário não é a punição ao ato anti-social e sim “um reconhecimento pleno e pagamento integral” pelo insulto provocado na pessoa desapossada. Dessa forma, a criança com tendência anti-social sofreu uma privação quando passa a lhe faltar, porque lhe foi retirado, certas características essenciais e boas, vistas

como positivas pela criança, da vida familiar e assim torna-se manifesto, nesta, um “complexo de privação”. (Winnicott, 1956, p.130) O olhar que a teoria winnicottiana lança para a tendência anti-social é de desapossamento, “não uma simples carência”. (Winnicott, 1956, p.131)

Na tendência anti-social há a ausência do sentimento de culpa. A criança anti-social não consegue ter a compreensão de seus atos: ela “se sente louca, porque de dentro dela vem uma compulsão para roubar e destruir”. (Winnicott, 1966a, p.115) E, se o sentimento de culpa de uma criança está “ausente no padrão, então ela não chega a ponto de permitir o impulso. Instala-se, em vez disso, na criança, o medo, e a criança se inibe com relação a todo o sentimento que naturalmente se constrói em torno desse impulso”. (p.114) Falta a essa criança o sentimento de “Meu Deus, como sou horrível!” que Winnicott (1966a) relata em “A ausência de um sentimento de culpa”, porque o que ocorreu com ela

foi uma inconfiabilidade da figura materna que tornou vão o esforço construtivo de modo que o sentimento de culpa fica intolerável e a criança é pressionada a retroceder para a inibição, ou perda do impulso que é, de fato, parte do amor primitivo; e pior, as expectativas iniciais não possibilitaram que o processo inato, no sentido da integração se efetuassem, de modo que *não existe unidade e nem senso de responsabilidade total por coisa alguma*. (p.114-115, grifo nosso)

Diante do medo, como vimos, há a inibição da agressão seguida de seu surgimento a partir de uma “forma de algum tipo oposto”. Winnicott (1939-64) estudará essas manifestações como comportamentos que devem ser vistos como anti-sociais. Acreditamos ser interessante começarmos a entender a atitude anti-social a partir desses comportamentos que não aparecem explicitamente, para depois analisarmos aqueles que explicitamente são denominados de comportamentos anti-sociais, e que marcam as crianças como “capetas em forma de gurus”.

Para Winnicott (1939-64), o primeiro oposto da agressão, que poderia ser visto como uma repressão da agressividade no seu aspecto positivo, seria a “criança tímida”. Esta teria uma tendência em encontrar a sua agressividade em outro lugar que não nela mesma, passando, assim, a ter medo ou apreensão de que essa agressividade, situada no mundo externo, se volte contra ela. Para o autor, algumas dessas crianças “tendem definitivamente a ver seus próprios impulsos agressivos controlados (reprimidos) na agressão de outros, (...) e assim

encontramos crianças que estão sempre na expectativa de perseguição”. (p.98-99) Essas crianças se tornam agressivas por auto-defesa contra ataques imaginários.

O segundo oposto da agressão, de acordo com Winnicott,(1939-64, p.99) seria encontrado nas crianças que mantêm a agressividade dentro delas, tornando-se tensas, excessivamente controladas e sérias. Há um certo grau de inibição “de todos os impulsos e, assim, da capacidade criadora, pois esta está vinculada à irresponsabilidade infantil e à vida sem preocupações”. Essas crianças “gentis” estão sujeitas a terem “surto periódico de sentimentos e conduta agressivos, como uma explosão de raiva, ou uma ação perversa. Tais explosões não têm “valor positivo para ninguém ainda menos para a criança, que mais tarde pode até nem se lembrar do que aconteceu”. Cabe aos pais suportarem esses rompantes, tolerarem ver sua criança tão boazinha transformar-se em um ser jamais visto por eles ou desejado por eles, e esperarem “que, ao crescer, a criança possa desenvolver uma expressão mais significativa de agressão”.

Winnicott nos alerta que os comportamentos anti-sociais perceptíveis pelos pais começam muito cedo a aparecer. São sinais comuns, que passam por normais, e que são os primeiros sinais de (de)privação, como a sofreguidão, com seu correlato oposto, a inibição.

Para Winnicott os atos anti-sociais são atuações que advêm do desenvolvimento emocional falhado da criança a partir da deficiência das provisões maternas relativas à dependência desta em relação a ela. Khan (1979), em “*Intimacy, Complicity and Mutuality in Perversions*”, caracteriza o *acting-out* que os comportamentos anti-sociais representam, como sendo um mecanismo contrafóbico por excelência. Através da atuação, as crianças anti-sociais administram e evitam um colapso total do ego e a irreversível regressão a um estado psicótico. (p.28, versão livre)<sup>25</sup>. Blos (1994), estudando a questão da atuação e a relação desta com a delinqüência, caracteriza-a como “uma forma altamente organizada de comunicação, por meio do sistema de ação”. (p.148) Para o autor, ao utilizar-se da atuação, a criança teria o “sistema simbólico de linguagem e pensamento parcialmente perdido como uma instrumentação

---

<sup>25</sup> “Acting out is inherently a counter-phobic mechanism. (...) Winnicott has offered the concept of antisocial tendency to explain the acting out of development arrest which belongs to deficiency of maternal provisions in the sphere of child’s ego-dependence on her. The pervert through acting out manages to avoid total ego collapse and an irreversible regression to psychotic states”.

expressiva para o pensamento e o sentimento”. Dessa forma a criança emprega “uma modalidade particular de comunicação em código, pela ação” como um esforço “resoluto e propositado de resistir à regressão e impedir uma perda iminente de identidade (desintegração egóica)”. (p.149)

Entendendo-se, então, a atuação como uma forma de comunicação e como uma forma de simbolização, mesmo que imperfeita, Blos (1994) enfatizará a importância da lembrança que essa opção de linguagem carrega em seu bojo. Nesse tipo de atuação há a tentativa de restaurar o sentido de realidade, realidade esta que foi percebida corretamente pela criança e desmentida por seus pais quando eles falham no tempo de resposta às necessidades da mesma, assim como restaurar a percepção temporal perdida igualmente a partir da falha parental. Como bem descreve o autor:

Sabemos que sempre que os pais falsificam por palavras ou atitudes a realidade dos fatos para os quais um dos sentidos da criança era uma testemunha competente, a criança vivencia uma perturbação no seu sentido de realidade. (...) Numa tentativa de restaurar o sentido de realidade, observamos condutas "acting-out" de todos os tipos, freqüentemente de natureza não social ou anti-social. (p.175)

A positividade da atuação para Blos advém de ela poder ser vista

como um regulador de tensão que protege o organismo psíquico contra a ansiedade conflitiva: o conflito é exclusivamente entre o ego e o mundo externo; por outro lado, a atuação a serviço da síntese do ego ou da sua continuidade temporal protege o organismo psíquico contra a ansiedade originada do defeito estrutural ou desintegração. (p.184)

Assim, “os sintomas anti-sociais são como que uma busca, às apalpadelas, por um ambiente sadio, e são sinais de esperança. Não fracassam por serem dirigidos a um objeto errado, mas sim porque a criança não tem consciência do que está acontecendo”. (Winnicott, 1965, p.199)

Para Winnicott (1956) há sempre duas vertentes na tendência anti-social: aquela representada tipicamente pelo roubo, e a outra representada pela destrutividade, mesmo que a ênfase recaia por vezes mais sobre uma do que sobre a outra. Devemos entender que a falha ambiental aconteceu no período em que a criança saiu da dependência absoluta e está na dependência relativa, mas que o comportamento anti-social, representado aqui prototipicamente pelo roubo e pela destrutividade, somente aparece quando esta sente que há esperança em reviver a

situação traumática de (de)privação, logo, aparece muito tempo depois de a falha ter acontecido. Acreditamos que podemos compreender essas falhas como um trauma acumulativo, porque, normalmente, as falhas ambientais não acontecem somente uma vez, são falhas pequenas, que desilusionam o bebê e a criança quanto à constância do meio que o supre. Winnicott (1967b) assim exprime esse momento de esperança:

A criança, sem sabê-lo, espera conseguir levar alguém que a ouça a recordar-se do momento de privação ou da fase em que a privação consolidou-se numa realidade inescapável, a esperança é que o menino ou a menina seja capaz de re-experimentar, na relação com a pessoa que está agindo como psicoterapeuta, o sofrimento que precedeu a reação à privação. (p.77)

Nessa citação de Winnicott temos a questão central do conceito de trauma acumulativo de Khan, que seria a idéia de o trauma acumulativo nunca ser sentido no momento no qual ele acontece e sim *a posteriori*. Para Khan (1963)

o trauma acumulativo resulta das fendas observadas no papel da mãe como escudo protetor durante todo o curso do desenvolvimento da criança, desde a infância até a adolescência – isto é, em todas as áreas de experiência onde a criança precisa da mãe como ego auxiliar para sustentar suas funções do ego, ainda imaturas e instáveis (...) Tais fendas observadas no papel da mãe como escudo protetor só adquirem valor de trauma cumulativamente e retrospectivamente. (p.62-63)

Visto como o instalador de um interjogo entre a criança e a mãe, o trauma acumulativo traz “para a sua esfera de ação todas as novas experiências de desenvolvimento e de relações objetais”. (p.62) Como enfatiza Khan (1963), “um aspecto traiçoeiro do trauma acumulativo é que ele age e se fixa silenciosamente por toda a infância até a adolescência”. (p.73) Ana Freud (1958), citada por Khan (1963), igualmente marca que “algum mal sutil está sendo infligido à criança, e que suas conseqüências se manifestarão em data futura”. (p.75) Dessa forma quando eclode um ato anti-social, este estará denunciando falhas na relação parental, falhas que aparentemente foram sanadas ou resolvidas e que também aparentemente não deixaram marcas. Porém, diante de um fator ansiogênico, a criança faz eclodir o sintoma anti-social. O trauma acumulativo é visto por Khan como “um quarto tipo de colapso parcial do papel da mãe como escudo protetor”. (p.68) Cabe-nos ressaltar mais uma vez que o trauma acumulativo é um colapso parcial, portanto, não gera desintegração e sim condutas anti-sociais como um tipo de resposta ao mesmo. São traumas que acontecem de forma gradual e mais

enfaticamente na fase de desilusionamento, qual seja, a fase de dependência relativa no desenvolvimento da criança.

No roubo, dentro do entendimento winnicottiano, há a procura de algo, em algum lugar, por parte da criança – o que importa não é o objeto que é roubado e sim o que esta criança procura quando rouba, e ela procura sua mãe, sobre a qual ela se sente no direito de usar. Se há o fracasso em achar o objeto (e normalmente há esse fracasso, porque não é o objeto em si que é importante, ainda), essa criança irá procurá-lo em outro lugar, quando tem esperança. Scarpati e Soublate (1996) pergunta-nos: o que perde uma criança quando perde o objeto transicional? Em seu artigo “Deprivação” a autora esclarece que “o roubo também é um ato que reafirma o axioma: há objeto. Isto é a esperança”. (p.113, versão livre)<sup>26</sup> Dessa forma o que importa é a busca do objeto, mas tem de haver o objeto a ser procurado, ou seja, tem de haver ainda algum registro desse objeto no mundo interno da criança, e este, normalmente, é a mãe que estaria simbolizada, como já vimos anteriormente, no objeto transicional. Ao roubar, a criança busca o amor, “mas é impotente para consegui-lo”: “para ser digna do amor, ela deve obter algo de alguma parte fora de si mesmo”. (Winnicott, 1939-64, p.90) É como se a reserva de amor dessas crianças estivessem projetadas no outro que tanto buscam, e se esse sentimento tão necessário se encontra fora, ela o pega, sentindo-se no direito de o pegar: foi dela, e dela foi retirado.

A imagem winnicottiana para o roubo como um direito da criança desapossada é o “roubo de açúcar”. Ao roubar “açúcar” essa criança estaria procurando a boa mãe, “de quem ela tem o direito de tirar toda a doçura que houver”. A partir da imagem da doçura, Winnicott (1946) nos falará da doçura própria da criança, posto que a mãe que ela procura é a mãe que ela própria inventou no período de dependência absoluta, a partir de sua própria capacidade para amar, a partir de “sua própria criatividade primária seja ela qual for”.(p.122) Depois ela a manteve viva em si através do seu “ursinho de pelúcia”, que por motivos alheios a ela perdeu essa doçura que o impregnava. Nesta doçura procurada há também a busca do pai, “que protegerá a mãe de seus ataques contra ela, ataques realizados no exercício de amor primitivo”.(p.122) Talvez, aqui, possamos ampliar a imagem winnicottiana do açúcar para balas e doces subtraídos

---

<sup>26</sup> “El robo también es un acto que reafirma el axioma: hay objeto. Esto es la esperanza”.

e percebermos que para ter-se a bala há de se retirar o papel que a envolve. No roubo, a criança procura basicamente o amor materno sentido como perdido, mas também procura o invólucro que sustenta e protege essa bala/objeto, no caso o papel paterno.

Interessante também refletirmos que uma criança, se busca a bala, o açúcar, ela, ao encontrá-la, certamente jogará o papel fora, no sentido de que este é importante porque protegeu a bala até aquele momento, momento no qual ela a encontra. A partir daí o papel não mais tem importância, é jogado fora, e a bala é chupada, consumida, ingerida para fazer parte dela, criança. Porém, muitas vezes, a criança acha a bala, mas guarda o papel. Não o joga fora, e assim podemos entender que a criança que busca a mãe principalmente, não deixa de estar procurando o pai, às vezes mais certa de que precisa dos dois, outras sem saber que o procura, mas com certeza esse pai esteve sempre presente no imaginário da mãe. Green (2003) enfatiza a importância do terceiro na questão da constituição da díade mãe-bebê quando ele diz que a mãe sustenta o bebê, mas somente pode sustentá-lo porque está sendo sustentada pelo pai. Enfim, acreditamos que ao roubar, a criança solicita não somente os seus direitos sobre o colo materno, mas inclusive a proteção do pai a esta mãe e a ela também em um outro momento.

Na destrutividade há a busca da estabilidade ambiental que suporte o embate dos atos com o meio. A criança busca uma atitude humana confiável; busca uma moldura cada vez mais ampla. Como nos aponta Winnicott (1956):

É possível discernir uma série – o corpo da mãe, os braços da mãe, a relação parental, o lar, a família (incluindo primos e parentes próximos), a escola, a localidade com suas delegacias policiais, o país com suas leis.(p.132)

Aqui temos o entrelaçar da tendência anti-social e a questão das funções parentais. Diz-nos Winnicott (1963e)

Por trás do desajustamento de uma criança está sempre um fracasso do meio ambiente em ajustar-se às necessidades absolutas da criança numa época de relativa dependência. (*Tal fracasso é, inicialmente, uma deficiência de criação.*) Depois, pode-se acrescentar um fracasso da família em curar os efeitos dessas deficiências; e poder-se-á ainda acrescentar o fracasso da sociedade, quando esta toma o lugar da família.(p.252, grifo nosso)

Para Winnicott (1963d) o roubar está relacionado à interação com a mãe, ao desempenho de sua função materna primária, ao fato de ela exercer um *holding*

que teria falhado. “Aqui a criança está procurando a capacidade de encontrar e não buscando o objeto”.(p.74) No roubar, a criança estaria apresentando exigências “quanto ao tempo, interesse, dinheiro, etc de pessoas (manifestando-se no recurso ao roubo)”.(Winnicott, 1963e, p.252) Esse tipo de exigência se relaciona ao *holding*, ao suporte materno ao bebê, já que o que a criança exige, em forma de roubo, é a disponibilidade da mãe (exigência no tempo) e a sintonia desta com o bebê em forma de um “adoecimento sadio” (preocupação).

Já a destrutividade estaria relacionada à interação com o pai. A função paterna, em Winnicott, é ser o ambiente indestrutível, aquele que sustenta a mãe, que sustenta o bebê. Por isso Winnicott nos diz que este aspecto da tendência anti-social está relacionado não com todas as crianças em geral, como o aspecto do roubo em si, mas ao menino e ao menino que existe na menina. O que a criança busca são limites. Ela está esperando “daquele grau de força, organização e ‘retorno’ estruturais que é essencial para que a criança possa descansar, relaxar, desintegrar, sentir-se segura (manifestado pela destruição que provoca administração forte)”.(Winnicott, 1963e, p.252)

Quando ela descobre que é seguro ter sentimentos agressivos e ser agressivo por causa do quadro de referência que passa a ter, dado pelo pai, ela integra os impulsos amorosos e destrutivos. “Por trás de tudo está a confiança que a criança tem na relação dos pais; a família é uma empresa que continua funcionando”. (Winnicott, 1967b, p.74) Caso esta família (mãe/pai) não funcione, “em vez de a esperança levar a um sinal de SOS em termos do roubo, ela conduz a um sinal de SOS em termos de uma explosão de agressão”.(Winnicott, 1967b, p.75)

Acreditamos que seja necessário, aqui, refletirmos sobre o significado *da fuga, da punição e da moral*, já que um ataque de agressividade traz consigo um sinal de SOS, mas necessariamente traz, também, uma reação do meio em relação a esse gesto anti-social, e às vezes uma reação por parte do indivíduo anti-social. E o que vemos, como norma, é a aplicação de punições à criança que rouba, que briga, que grita, que destrói. Em “Moral e educação”, Winnicott (1963b) enfatiza que a moral como um código imposto de fora é algo do falso-self, que leva à submissão e à obediência sem um senso interno de valor. A moral que traz significado para o ser humano é uma moral que é desenvolvida a partir da sobrevivência da mãe aos ataques do bebê. A mãe desenvolve a moral inata do bebê quando lhe diz “tu estás bem vivo aí e eu te agüento”.(Freller, 2001, p.226)

Assim, a moral para Winnicott advém não da lei ou da proibição, segundo Loparic, pois a restrição é criada pelo bebê a partir da sobrevivência da mãe aos seus ataques nos momentos excitados. “A mãe que proíbe é intrusiva, está moralizando e submetendo”.(In: Freller, 2001, p.227) A restrição, em forma de limites, é o limite criado. Dessa forma,

ao encontrar no mundo leis que não preservam a ética do ser e são anti-humanas, o indivíduo transgredir, pois encontra uma lei externa a si próprio, que não foi criada por ele. A transgressão é a forma que encontra para afirmar uma dignidade frente a uma situação que esgarça a sua humanidade. Winnicott mostrou que, em alguns casos, a única possibilidade de o indivíduo tentar estabelecer uma identidade, geralmente sem conseguir, é através da violência.(p.227)

Ao transgredir, a criança encontra o limite e muitas vezes a punição para seus atos quando estes não são lidos a partir do olhar de re-significação para o mesmo, conforme já assinalamos anteriormente. Em “Comentários sobre o *‘Report of The Committee on Punishment in Prisons and Borstals’*”, Winnicott (1961b) fala-nos sobre a punição para as crianças anti-sociais. Neste artigo, o autor ressalta o quanto ele, sendo psicanalista, está propenso a encarar “cada delinqüente como uma pessoa doente e sofrida, embora seu sofrimento nem sempre seja evidente”.(p.207) Winnicott não minimiza a situação de quem transgredir as normas sociais, ele é claro quando afirma que, quando um delinqüente comete um crime, é justo que a comunidade deva reagir, de algum modo, “à soma total de delitos cometidos contra ela durante um certo período de tempo”.(p.207) É-nos impossível fugir da questão de que a lei expressa uma vingança inconsciente da sociedade, já que não se tem como esquecer que não há somente um indivíduo doente e sim, também, uma sociedade ferida, pedindo reparação. Aqui há a necessidade de a sociedade “ser vingada, não por qualquer crime em particular, mas pela criminalidade em geral”.(p.208)

Porém, este autor afirma que o maior medo que existe entre as crianças e futuros adultos anti-sociais e delinqüentes é o medo da loucura “que está sempre presente e que a disposição anti-social constitui, em seu todo, uma defesa complexa contra delírios e manias de perseguição, alucinações e uma desintegração sem esperança de recuperação”.(Winnicott, 1961b, p.210) Essa falta de esperança é algo pior do que a infelicidade e, dessa forma,

poderíamos sentir-nos satisfeitos quando uma criança anti-social, ou um adulto, conseguisse atingir o estágio de infelicidade. Nesse ponto existe esperança e também existe a possibilidade de proporcionar ajuda. *O anti-social endurecido tem que se defender até da esperança, porque sabe, por experiência, que a dor de perder repetidamente a esperança é insuportável.* (Winnicott, 1961b, p.210, grifo nosso)

Nesse momento, Winnicott (1961b) nos fala da questão da disciplina e nos avisa que a disciplina militar do tipo nazista, com a qual se consegue manter tudo limpo e tranqüilo a partir da humilhação e da opressão, fará com que as crianças anti-sociais não tenham tempo para pensar e nem para crescer. A outra alternativa, mesmo que mais chocante, seria a de permitir que “os meninos cheguem ao fundo do abismo do desespero, que é o cerne da doença deles, mas pode significar o início do crescimento de cada um”, (p.211) pois quando os meninos chegam a poder ser sinceros e terem uma aparência de vagabundos, “o futuro já não é inteiramente obscuro e nem o prognóstico totalmente inviável”.(p.211) Fica aqui a pergunta: e a sociedade, como fica, se permite a essas crianças irem até o “fundo do abismo do desespero”? Teria a sociedade condições de suportar esse desespero? Seria a utopia winnicottiana de permitir ao delinqüente chegar ao fundo do seu abismo algo exequível em nossa sociedade?

Em reportagem sobre jovens infratores, o jornal O Globo, de 11 de junho de 2004, apresenta fotos e texto que consideramos marcantes. Sob o título “Uma dura lição: pais de classe média da zona sul levam os filhos para conhecer a realidade dos abrigos para menores infratores”, os depoimentos apresentados nos levam a pensar sobre essa questão da disciplina do tipo nazista e do quanto o crescimento de cada um pode estar sendo comprometido, já que a disciplina nesse local advém da submissão e do medo e não é, na verdade, disciplina e sim humilhação, que degrada o indivíduo. Perguntamo-nos: o que é disciplina; o que é autoridade; o que é lei, hoje em dia, em nossa sociedade?

No internato, um jovem, em seu primeiro dia, é levantado, para o café da manhã, de seu “beliche de cimento forrado com um cobertor depois que um dos agentes jogou nele um balde de água fria”.(p.17) Mais a frente há o relato da diretora desse instituto para a qual “a disciplina rigorosa, à base do ‘sim senhor’, além da rigidez nos horários, faz com que mantenha as rédeas dos 220 internos – ela costuma dizer que é mãe de duas filhas e de 220 filhos. (...). Nos dois anos à frente da instituição, não houve nenhuma rebelião”. Durante a visita dos

repórteres, eles constataram que, “durante o jantar de 120 adolescentes, todos comiam em silêncio. Ao fim da refeição, o interno é obrigado a catar as migalhas que tenham deixado cair, por a cabeça na mesa e aguardar a hora de retirar o prato e deixar refeitório”.

A imagem colocada como primeira capa do jornal fala por si só.



Figura 10

Cabe aqui lembrarmos que Winnicott enfatiza, como já foi visto anteriormente, que à criança anti-social, devem-se impingir limites rígidos e severos, mas juntamente com a descoberta, por parte dessas crianças do pai amoroso, mesmo que severo, senão a imposição da moral e das normas será entendida como um insulto ao *self* dessa criança. Levar adolescentes para visitar esses outros adolescentes como se eles estivessem em uma vitrine, ou submeter esses jovens a essa exposição, para além das demais intrusões que eles estão submetidos é, no nosso ver, algo aviltante, e desnecessário. O sofrimento que eles impingem à sociedade e a eles próprios já é por deveras pesado, como diria-nos Winnicott.

Outro assunto que Winnicott (1961b) aborda no artigo “Comentários sobre o ‘*Report of The Committee on Punishment in Prisons and Borstals*’”, é a questão das fugas. Muitas crianças anti-sociais fogem. Fogem de casa, fogem da escola, fogem dos lares nos quais foram alocadas. Mas o autor marca enfaticamente que essas crianças

não fogem simplesmente porque são covardes ou porque o sistema pelo qual são dirigidas é errado. Com frequência, a fuga tem características positivas e representa uma confiança crescente em que encontraram um lugar que as acolheria de volta, de braços abertos, mesmo depois de terem fugido.(p.211)

Ou seja, as crianças fogem porque voltaram a confiar no meio que antes as tinha feito perder a confiança e a fidedignidade. Saem da passividade para a atuação, e assim demonstram, incomodando, que acreditam que se esconderão, mas que serão achadas, porque como o próprio Winnicott já enfatizou, é uma maravilha nos escondermos, mas um horror não sermos encontrados. Essas crianças brincam de “esconde-esconde” com a vida para ver se esta ainda vale a pena ser validada e vivida.

Outras tantas vezes a criança foge porque constrói em si uma crença que o lar que antes havia suportado suas investidas ainda pode, assim, suportá-las. Elas constroem uma fantasia que o lar que as abandonou não fez isso e, para tanto, elas precisam retornar a ele e confirmar se seu sonho é realidade. Quando, desiludidas, retornam à casa, cabe àqueles que dela cuidam tratarem-nas com brandura, porque estão tristes, decepcionadas e necessitam de afeição.

Não adianta, em todas essas situações, uma punição. Porque o “indivíduo está doente, não está em estado de extrair qualquer benefício da punição e, de fato, o mais provável é que desenvolva tendências patológicas, masoquistas ou outras, para enfrentar a punição quando esta ocorrer”.(Winnicott, 1961b, p.212) A punição somente possui algum valor quando

traz à vida uma figura paterna forte, amada e confiável, a um indivíduo que perdeu exatamente isso. Pode-se afirmar que toda e qualquer outra punição consiste simplesmente numa expressão cega da vingança inconsciente da sociedade.(p.213)

Na teoria winnicottiana sobre tendência anti-social há uma “gradação” entre a tendência anti-social vista como normal, aquela que se encontra até nos “bons lares”, e a delinqüência; assim como há uma gradação entre a agressividade normal, a destrutividade e a violência. Quando a criança passa a roubar fora de casa, ela estaria ainda em busca da “mãe”, mas o fará

com um maior sentido de frustração e precisando cada vez mais, ao mesmo tempo, de encontrar a autoridade paterna que possa por, e de fato ponha, um limite ao efeito positivo de seu comportamento impulsivo e à concretização de idéias que

assaltam a criança quando se encontra num estado de excitação.(Winnicott, 1982b, p.258)

Aqui ela já busca, além da “mãe”, o “pai” na forma da lei que a barre em sua compulsividade, um pai rigoroso, mas também carinhoso, em “primeiro lugar severo e forte”, porque “só quando a figura paterna, severa e forte, está em evidência é que a criança recupera seus primitivos impulsos amorosos, seu sentimento de culpa e seu desejo de corrigir-se”.(Winnicott, 1982b, p.258) Caso isso não aconteça, a articulação entre a mãe buscada pelo colo e o pai buscado pelo limite dos braços que a contenham em seus impulsos agressivos dirigidos ao ambiente, a criança delinqüente se tornará cada vez mais “inibida no amor e, por consequência, cada vez mais deprimida e despersonalizada, acabando finalmente, por ser incapaz de sentir a realidade das coisas, exceto a realidade pela violência”. (Winnicott, 1982b, p.258)

Winnicott (1946) descreverá a delinqüência como ainda indicativa de alguma esperança subjacente, mas também dirá que “a maioria dos delinqüentes são, em certa medida, doentes”.(p.122) O autor justifica o uso da palavra “doente” e a vê como apropriada para essas crianças pelo fato de que “em muitos casos, o sentimento de segurança não chegou à vida da criança a tempo de ser incorporado às suas crenças. Enquanto está sob forte controle, uma criança anti-social pode parecer muito bem; mas se lhe for dada liberdade, ela não tardará em sentir a ameaça de loucura”.(p.122) Elas não tiveram a oportunidade de criar um bom “ambiente interno” e “necessitam de um absoluto controle externo se quiserem ser felizes e capazes de brincar ou trabalhar”.(p.123)

O delinqüente difere da criança com tendência anti-social porque, na delinqüência, já haveria defesas anti-sociais constituídas e organizadas, com ganhos secundários, que dificultariam a criança entrar em contato com seu desilusionamento inicial. Somente nos estágios iniciais é que a criança anti-social sabe que é alguém que necessita de ajuda e sente, realmente, necessidade de chegar às raízes da perturbação que causa no lugar onde se encontra alojada. Conforme Winnicott, (1963c)

os exemplos mais sérios de desapontar a criança (falha do ego auxiliar), contudo, dão à criança uma tendência anti-social e levam ao distúrbio de caráter e à delinqüência. Quando as defesas se tornaram enrijecidas e a desilusão é completa, a criança que foi afetada deste modo está destinada a ser um psicopata, especializado

em violência, roubo, ou em ambos; e a perícia que vai em um ato anti-social provê um ganho secundário, resultando que a criança perde o impulso de se tornar normal.(p.204)

Se articularmos a idéia de gradação da tendência anti-social até a delinqüência com o que Rassial (1999) nos fala sobre a etimologia da palavra delinqüente, assim como articularmos esses com a etimologia da palavra destruição, podemos ter uma abrangência maior da distância que há entre o comportamento anti-social – que reclama por direitos perdidos, mas consegue ser “curado” e “tratado” dentro do lar –, e a delinqüência. Nesta há ainda um reclame por direitos perdidos, mas em nível muito maior de desespero e solidão, posto que esta criança terá procurado o limite para o seu gesto agressivo e não terá encontrado nem o corpo da mãe, nem em seus braços, nem no relacionamento dos pais, nem no lar, nem na família, nem na escola, mas às vezes somente no bairro com sua delegacia, os limites para esse gesto e, talvez, assim, alguma significação para ele. Da mesma forma, a agressividade, que era motilidade e gesto espontâneo, transmudou em agressividade com intencionalidade e em destrutividade e violência por falta de acolhimento. Cabe aqui a imagem da pedra nas águas de um lago, os círculos que ela provoca só param quando atingem a margem, ou seja, seu limite. Há, entretanto, às vezes, o nunca encontrar dos limites.

Destrutividade vem do latim *des-structo*, sendo *structo*, estrutura. O prefixo *des* - coloca em evidência o desmontar da estrutura. Já delinqüente, segundo Rassial (1999), é:

alguém que delinqüe, que faz falta ao “linqüe”, mas também àquilo que o “linqüe”. A etimologia da palavra é interessante de – *linquere*. *Linquere* é deixar algo, ou alguém, no seu lugar e o de marca a separação, o destacamento. O delinqüente é contra a natureza própria das coisas, de retornar ao seu lugar (Aristóteles) – aquele que desaloja: que desaloja as coisas, que desaloja de seu lugar, do lugar que lhe é atribuído pela sociedade.(p.55)

A imagem do desalojamento, daquele que busca um lugar que um dia foi seu, mas não o lugar antigo, e sim o lugar que por direito seria seu e que não poderia ter “sumido” sem conseqüências; aquele que questiona o lugar no qual foi posto pelo ambiente que deixou de olhá-lo antes do tempo certo ou previsto cria um movimento que Boff (1998) irá denominar de movimento complexo ao

descrever os dois movimentos constituidores da realidade: o movimento simbólico e o movimento diabólico.

Partindo da etimologia das palavras simbólico/símbolo e de diabólico, Boff (1998) evidencia que as duas palavras possuem em si o significado de lançar, só que na primeira haveria o lançar (bállein) junto (syn), de “tal forma que elas [as realidades] permaneçam juntas” (p.11), re-unindo e congregando diversas forças em um único movimento. Na segunda, o lançar estaria coadunado com o “lançar para longe”, de forma desagregadora, sem direção, sendo o oposto de sim-bólico, já que este movimento “desconcerta, desune, separa e opõe”.(p.12) Mesmo sendo um movimento o oposto do outro, estes não se anulam, convivendo em “equilíbrios difíceis, dando dinamismo à vida”.(p.13) “O simbólico se refaz e se reestrutura continuamente na medida em que se confronta, integra e eleva a níveis mais altos o dia-bólico que carrega dentro de si”.(p.18/19)

Poderíamos, aqui, ver a tendência anti-social, e no seu extremo a delinqüência, como um movimento dentro de outro movimento, o de vida, já que o comportamento anti-social é entendido por Winnicott como um sinal de esperança se ele for acolhido pelo ambiente a tempo. Essa esperança é um movimento intrínseco à vida que procura ser vivida dignamente de alguma forma: é o dia-bólico buscando o sim-bólico que se perdeu, mas que continua ainda sendo lembrado; ou o sim-bólico buscando re-integrar o movimento desagregador a partir do limite paterno e do colo materno.

Dentro dessa imagem de desintegração e integração, parte de um único movimento, podemos entender como o comportamento anti-social, que questiona, pela atuação, um direito a um lugar, o colo e atenção da mãe, e um limite e significação para os seus atos na figura do pai, pode, caso não seja atendido, aumentar a sua área de ação e passar a ser destrutivo, principalmente dia-bólico. Winnicott diz que mede o grau de saúde submersa na tendência anti-social pelo incômodo que ela causa no ambiente. A destrutividade seria a forma mais desesperada de tentar chamar atenção para si mesmo que uma criança poderia lançar mão: ela estaria denunciando a quebra na estrutura, teria se tornado, segundo o próprio Winnicott, um delinqüente, ou seja, aquele que desaloja as coisas, que se desaloja de seu lugar, do lugar que lhe é atribuído pela sociedade – no caso a falta total de lugar. Estaria apelando um grito de socorro para as

estruturas mais vastas da sociedade, que seriam as leis do país, e procurando o limite nas barras de uma prisão.

Em “o infrator delinqüente e habitual”, Winnicott (1960b) caracteriza o delinqüente como um “revolucionário em potencial, e que numa guerra estará na sua melhor forma. Numa guerra ele ganha condecorações, e na paz ele talvez consiga sublimar suas dificuldades no ato perfeitamente social da atividade revolucionária”.(p.69) Neste caso, não teríamos delinqüentes e sim revolucionários, o que ao nosso ver seria outra questão. O difícil, acreditamos, é termos esse potencial dirigido para atitudes que sejam produtivas, ou socialmente aceitáveis. A sociedade, como o próprio Winnicott afirma, quer o crime a ela imposto, cobrado. Ela o quer não em relação a um criminoso ou a um ato delinqüencial, mas em relação a todos os atos criminosos ou delinqüenciais.

Ao ver o delinqüente como um “arquiquerelante”, como um indivíduo que “sempre tem uma idéia de como as coisas deveriam ser” em nível ideal, ele nos delinea pessoas que, quando não atendidas em sua onipotência, reagem também onipotentemente, de forma agressiva e sem limites. Como nos diz o próprio Winnicott (1960b), as pessoas que o delinqüente idealiza, “logo deixam de atingir este padrão”, mas enquanto as pessoas cumprem o *script* previsto pelo delinqüente, este será a “pessoa mais deliciosa (...), durante o período em que ele nos idealiza, antes de o decepcionarmos”.(p.69)

Para Winnicott (1960b) o problema do delinqüente típico e habitual é que ele espera que “você fique feliz por ser roubado, que você queira ser esvaziado por ele, que você adore as suas confusões e esteja sempre presente para controlar sua demonstração de força, a fim de que ele não precise proteger-se ou proteger os outros”.(p.69) O delinqüente espera que você o ame acima de tudo do que ele possa vir a fazer. Ele espera que você sobreviva a seus ataques e às suas demonstrações de raiva. É como se você fosse um objeto subjetivo, que tivesse que, em um processo de construção de confiança, se transformar em um objeto transicional para depois poder surgir como uma pessoa com direito pleno de existir independente dele. Mas em suas atitudes anti-sociais, “ele ainda está buscando pela mãe ideal do período inicial da vida, que ele nunca encontrou. Mas ele acredita nela, este é o problema”.(p.69) Como ele acredita nessa mãe idealizada, totalmente subjetiva e onipotente, ele a buscará, mas não a encontrará em nenhuma das pessoas nas quais projetará seus “sonhos”, e assim se

desilusionará e a reação será uma explosão de raiva pela revivência da dor de não achar o colo buscado.

Transcrevemos aqui uma extensa citação de Winnicott (1967c) sobre como este vê a delinqüência em sua relação com a tendência anti-social porque se trata de um depoimento dele ao final de sua vida, quando ele reavalia todo o seu trabalho até aquele ponto em que estava:

Acho que foi uma contribuição muito importante, desde meu ponto de partida em que subitamente, em uma palestra, descobri-me dizendo que o ato anti-social delinqüente pertence ao momento de esperança. *De maneira que então tive de inventar a expressão “tendência anti-social”, para reuni-la com a criança que furta um tostão do bolso de alguém ou que tira alguns bolinhos, a que tem perfeito direito, da despensa. Quis unir isso com as tendências que podem conduzir à delinqüência. Nesta última, que não significa nada definido, os lucros secundários tornaram-se mais importantes que a causa original, que se perdeu.* Meu material clínico, porém, trouxe-me ao fato de que o que existe por trás da tendência anti-social em qualquer família, normal ou não, é a privação, e o resultado da privação é a calma, a desesperança, a depressão de algum tipo, ou qualquer outra defesa de vulto. Mas à medida que a esperança começa a aparecer, então a criança estende a mão para ela, tentando recuperar, por sobre a área de privação, o objeto perdido. Trata-se de algo importante, e a vida foi diferente para mim após isso, porque agora sabia o que fazer com os meus amigos que me estavam trazendo suas crianças por estas apresentarem uma tendência anti-social em um lar perfeitamente bom. *Descobri que antes de os lucros secundários aparecerem, isto não é algo difícil de tratar, mas sim fácil, ainda que não em todos os casos.* Acho que foi uma contribuição. Não conheço ninguém que estivesse realmente fazendo isso então, e, se houvesse, gostaria de saber.(p.439, grifos nossos)

Interessante a questão que Winnicott coloca sobre o ciclo da tendência anti-social, que de certa forma resume o que até neste momento estivemos estruturando como panorama desta: primeiro há a falha do ambiente, quando a criança já pode ter noção de que a falha se situa no ambiente e não nela. Esta falha se congela porque a criança viveu uma ansiedade impensável, algo que ela não conseguiria dar conta naquela época. Depois vem a fase da neutralidade, quando tudo vai bem porque, como diz Winnicott (1967b), uma criança somente pode ficar quieta quando tudo começa a não ficar bem, “fica concordando com tudo, pelo fato de que uma criança não pode fazer nada mais além de concordar”.(p.72) Quando esta criança percebe, no meio, algum lanceio de esperança para ela, no sentido de ser acolhida, ela começa a testar esse meio e a incomodar. Esta criança “começa a sentir um impulso de voltar para antes do momento da privação, e assim desfazer o medo da *ansiedade impensável ou da confusão que existiam antes que se organizasse o estado neutro.* (...) *a criança torna-se difícil*”.(p.73)

A descrição que Winnicott (1963b) faz dessa criança que fica difícil é interessante pela gradação que ele constrói, num paradoxo que desfaz a hipérbole construída para ela. Essa criança é uma criança “carente<sup>27</sup>, que afora isso é desgraçada, desesperada e inofensiva”.(p.97) No afixo – des – que sonoramente liga desgraçada a desesperada marca-se a deprivação, já que para essa criança seu mundo perdeu a graça e com isso adveio o desespero que a leva a atuar no meio. Mas, ao invés de marcar essa passagem ao ato como algo temeroso ao ambiente, Winnicott (1963b) marca esse meio deprivador como a causa desse ciclo de perdas e dores, ao caracterizar essa criança como inofensiva: ofensivo foi o meio ambiente que falhou com ela. Sabendo disso, essa criança busca o que lhe falta, e nessa busca retrata-se a esperança de ser achada pelo meio mais uma vez e assim “superar um vazio”, vazio que “se origina de uma dissolução de continuidade da provisão ambiental, experimentada em um estágio de dependência relativa”.(p.97)

Bauman (1999), descrevendo o contexto da sociedade contemporânea, demonstra como, diante da excessiva plasticidade do meio social, alguns comportamentos se desarticulam ou ganham outro significado. Um deles é a questão do “ser gentil”. Retomamos, aqui, essa imagem porque acreditamos que o que uma criança com tendência anti-social vivencia é exatamente um ambiente no qual ela não encontra mais referenciais identitários significativos suficientemente consistentes. Dessa forma, algo se impõe a ela independente do que ela gostaria de viver ou ter de dar conta, na maioria das vezes. Diante disso, como antes já nos havia alertado Winnicott, essa criança fica quieta, ou nos termos baumanianos, ficaria “gentil”, porque essa gentileza seria a única garantia de reciprocidade do meio para com ela, ou seja, diante do que ela não controla, mas tem de lidar com, a criança aguarda que o outro a veja de alguma forma, sem constrangê-la mais uma vez ao medo de tudo perder ou de nada entender. Ser gentil corresponderia ao “ficar quieto” do ciclo anti-social, à resignação da situação, já que naquele momento a criança nada pode fazer em relação ao outro deprivador.

Acreditamos ser interessante dar voz a Bauman (1999), complementando o olhar winnicottiano sobre o ciclo da tendência anti-social:

---

<sup>27</sup> “Carente”, na tradução da obra de Winnicott, está ligado à idéia de de-privação e não de privação. Criança carente significa, nesse caso, aquela que teve algo e perdeu e não aquela que jamais teve.

“Ser gentil” e a tolerância que isso representa como símbolo de comportamento e linguagem podem muito bem significar a mera indiferença e a despreocupação que resultam da resignação (isto é, da *sina*, não do *destino*): O Outro não irá embora e não vai ser como eu, mas eu não tenho meios (pelo menos no momento ou no futuro previsível) de forçá-lo a ir-se ou mudar. Como estamos condenados a dividir o espaço e o tempo, vamos tornar a nossa coexistência suportável e um pouco menos perigosa. *Sendo gentil, eu atraio gentileza. Espero que a minha oferta de reciprocidade seja aceita: tal esperança é minha única arma. Ser gentil é apenas uma maneira de manter o perigo a distância: como a antiga ânsia de proselitismo, é resultado do medo.*(p.248, grifo nosso)

A lição que essas crianças têm de aprender é que existe uma fantasia de destruição que é diferente da realidade: elas precisam ficar muito agressivas e repararem que o meio continua lá, intacto, que o meio sobrevive aos ataques delas. Elas não puderam aprender isso quando eram bebês, precisam vivenciar, experienciar agora para poder incluir essas vivências de agressividade, culpa e reparação em seu mundo interno. Como coloca claramente Winnicott, ao longo de toda a sua obra, não existe mundo interno sem o experienciar da vida. A significação da vida depende do experienciar, inicialmente através dos cuidados maternos primários, do mundo. São os gestos, colo e olhos da mãe que mostram ao bebê o quanto o mundo é seguro ou o quanto ele, bebê, está seguro neste mundo por ter nela, mãe, um lugar de referência. Se isso não foi vivido plenamente, terá de ser vivido para poder ser significado pela criança. Caso isso não ocorra, não haverá o contato com o estado de (de)privação e não se conseguirá fazer com que a criança lance olhar e braços por cima do vazio que ficou da experiência que falhou e ficou congelada. Ela não conseguirá se lembrar do período anterior à (de)privação para resgatar, assim, a mãe que ainda não falhava tanto.

Se roubar e destruir significam para a criança um pedido de “me olhem de novo”, “cuidem de mim”, é muito importante que entendamos que esses atos não são voluntários ou pensados racionalmente, ou seja, essas crianças que quebram carteiras, que rasgam livros, que tiram moedas das bolsas de suas mães, que levam para casa, sem querer, a lapiseira do amigo da escola, elas não sabem por que motivo agem assim. Não adianta perguntarmos a elas, incessantemente, por que agem dessa forma ou repetirmos máximas morais do quanto roubar ou destruir algo alheio não é bom ou é errado. Qualquer explicação que essas crianças nos derem diante de um interrogatório feito para apurarem-se os fatos ou os motivos

levarão a estórias inventadas porque, o que a elas é perguntado, elas nunca saberão responder de fato. Surge, nessas crianças, a mentira, e aquelas viram, além de “baderneiras”, ou “ladras”, mentirosas.

Segundo o próprio Winnicott (1982c)

uma criança não pode dar a razão real, porque a ignora e o resultado poderá ser que, em vez de sentir uma culpa quase insuportável, em consequência de ser mal compreendida e censurada, sua pessoa se divida em duas partes, uma terrivelmente severa e outra possuída por impulsos maléficos. A criança, então, deixa de sentir-se culpada, mas em vez disso, transforma-se no que as pessoas chamarão de mentirosa.(p.187-188)

Freud também assinala a importância de se entender a mentira como uma defesa da criança pequena à demanda que o adulto faz a ela. Diz-nos Freud (1913b) que as crianças pequenas contam mentiras ao imitarem as mentiras ditas por adultos, mas que há mentiras contadas

por crianças bem-educadas que possuem significação especial e deveriam fazer que os seus responsáveis refletissem de preferência a ficarem zangados. Estas mentiras ocorrem sob a influência de sentimentos excessivos de amor e se tornam momentosas quando conduzem a uma má compreensão entre a criança e a pessoa que ela ama.(p.331)

O significado da mentira para as crianças anti-sociais é esta ser a tentativa de dar ao adulto uma explicação que a criança não encontra em si mesma, mas ela tenta se explicar e aí inventa uma estória, e depois outra e outra, enquanto for obrigada a falar do que não sabe e enquanto temer muito as consequências de não saber explicar com exatidão o que fez. Ela acredita no que fala porque o que ela fala é aquilo que ela consegue encontrar como resposta ao ato feito. Não importa se roubou ou destruiu algo, logo para ela a mentira é verdade, a verdade de que ela nada sabe, ela é ingênua nessa questão. A mentira somente ocupa o lugar da verdade que os adultos não enxergam: que ela não sabe por que fez o que fez.

Scarpati e Soublate (1996) nos recordam que a criança,

ao negar o acontecimento sucedido, este afirma algo que é certo para ele como uma totalidade: o aspecto do *self* que cometeu o ato não faz parte da personalidade total. Aqui atuou uma dissociação. Aquele que conduz o interrogatório fala a uma parte do *self* da criança que esta desconhece, desintegração parcial que esse interrogatório pode fazer com que apareça em direção a uma integração na área intelectual: *agora a criança admite sua culpa, porém não a sente*. Que a criança admita sua culpa pode ser uma ambição da sociedade enraivecida pelo ato

delituoso. Porém não há nenhum valor se quisermos ajudar àquele que é suspeito. (p.114, grifo nosso, versão livre)<sup>28</sup>

Interessante aqui retomarmos o conceito de objeto confrontado anteriormente visto como o objeto predominantemente presente nas crianças com atos anti-sociais. Na dissociação de sentimentos e de percepções, o que impera é exatamente essa colagem de bocados, uma bricolagem de aspectos que não são lembrados pela criança, ou que são lembrados em determinadas ocasiões. Acreditamos que no objeto confrontado esteja a tentativa da criança de lidar com o movimento dia-bólico que impera em seus atos, uma tentativa de dar um arcabouço simbólico que está esvaecendo rápido e perdendo o sentido de existir.

Safra (2004), refletindo sobre as situações que um bebê encontra no seu berço ao nascer, metáfora para como o ambiente acolhe a vinda desta criança no mundo, descreve três situações: a situação de missão, a situação de enigma e a situação da questão. Interessa-nos, aqui, pensarmos sobre a situação de enigma que um bebê encontra em seu berço porque vemos nesta o mesmo movimento diabólico acima descrito e também o objeto confrontado khaniano. Para este autor, um enigma

implica em um atordoamento enlouquecedor originário que coloca o bebê em uma suspensão de si, em uma origem que se inicia num estado de perplexidade. O enigma é aquilo que não pode ser formulado e, desse modo, não pode ser destinado. Assim sendo, a situação enigmática suspende a possibilidade de um devir. Tudo o que não pode ser formulado, também não pode ser destinado, e, por isso mesmo, não pode ser dito ou pensado.(p.106)

Das três formas de enigma apresentadas ao bebê, importa-nos àquela na qual este encontra em seu berço “a apresentação de um mundo que não vai ao encontro daquilo que o bebê carrega como pressentimento do humano”.(p.107) O que advém, nesse tipo de experiência, é o susto, o horror e o adquirir de uma lucidez precoce insuportável, posto que adquiridos pelo negativo e o que surge para essa criança é um conhecimento “sem rosto, sem palavra e sem continência”.(p.107)

---

<sup>28</sup> Winnicott viene a decir “este niño no miente”. Al negar el conocimiento de lo sucedido, el niño afirma algo que es cierto para él como totalidad: el aspecto del *self* que el niño desconoce, desintegración parcial que esse interrogatório puede empujar hacia una integración en el área intelectual: ahora el niño admite su culpa, pero no la siente. Que admita la culpa puede ser una ambición de la sociedad danada por el acto delictivo. Pero no tiene valor alguno si se trata de ayudar al sospechoso.

A criança anti-social reivindica o pagamento pelo seu abandono, mas essa reivindicação é inconsciente: ela, na verdade, não sabe o que faz ou porquê motivo faz seus gestos agressivos. Ela parte de uma perplexidade. Algo falta a ela que antes lá havia, e, muitas vezes, continua existindo, mas sem seu significado original, este se esvaneceu na quebra do tempo de espera pelo retorno certo da mãe – ela não veio. Postula-se, nesse momento, um enigma, já que o que foi sentido por essa criança não pode ser falado por ela: o pressentimento humano existente se quebra e algo maior se impõe ao bebê antes do tempo. “Suspende-se a possibilidade de um devir”.(Safra, 2004, p.107)

Interessante vermos o movimento que Safra nos delineia, ao dizer que “tudo que não pode ser formulado não pode ser destinado e, por isso mesmo, não pode ser dito ou pensado”.(p.106) Winnicott entende o ato anti-social como um apelo ao ambiente para que ele reconheça um débito seu para com a criança. Mas ele também marca que esse apelo é um apelo fadado ao fracasso porque a busca é simbólica. Se pararmos para analisar o que nos “fala” o ato anti-social, ele nos aponta exatamente para aquilo que não pode ser falado, simbolizado, sendo, portanto, atuado e gestualizado em movimentos cada vez mais amplos, saindo do círculo familiar até atingir os limites da sociedade. Quando o comportamento anti-social pode ser falado, ou ele passa a permitir que a criança alcance o momento de desapossamento original, descongela-se a situação anteriormente existente e o comportamento destrutivo fala por si; depois a criança fala por ela mesma, sem necessidade do mesmo para tanto. Desaparece a necessidade da concretude do ato. Nesse momento, talvez se desfça o enigma para esta criança porque ela pode destiná-lo a quem de direito pode respondê-lo: aquele que quebrou a confiança desta criança em seu ambiente primitivo.

A concretude do objeto confrontado aparece na dissociação da realidade vivida por essas crianças. Às vezes tão dóceis, às vezes tão enfurecidas, e na maioria das vezes indefesas, imagem winnicottiana para aqueles que tanto nos assustam no nosso dia-a-dia. Nessas horas pensamos, como sociedade ferida a reclamar nossos direitos, em punições como limites, como barreiras morais que explicariam a essas crianças o caminho correto a ser seguido.

Winnicott, mais uma vez, consegue nos mostrar a sua sensibilidade clínica quanto a essa questão ao explicar, em uma palestra, o quanto é ineficiente, porque nada resolve, interrogatório ou punições exageradas a essas crianças difíceis. Já

vimos anteriormente que punir em excesso nos caso de comportamento anti-social em nada adianta, posto que estes somente fariam sentido se, juntamente com a punição, houvesse o aparecimento, e nós diríamos re-aparecimento, do pai como limite, forte e amoroso como ele mesmo o caracteriza. O autor nos alerta que o sofrimento impingido a essas crianças, e também aos pais, diga-se de passagem, porque os pais também sofrem nisso tudo, é desnecessário e que o sofrimento “essencial é deveras suficiente”.

Esse “deveras suficiente”, para nós, é entendido como se já fosse suficiente o conflito e transtorno que uma criança em atitudes anti-sociais acarreta a si mesma e ao lugar no qual se encontra. Conforme vimos, o grau de esperança é medido pelo quanto a criança consegue mobilizar no lar, na rua, na escola. Com essa esperança vem junto, em movimento simbólico e diabólico, o sofrimento. E enquanto houver sofrimento perceptível pela criança e pelos pais, ou ambiente no qual ela está imersa, haverá saúde e possibilidade de re-vivência do desapossamento original. “Onde há sofrimento, a ajuda se faz possível”. (Scarpati e Soublate, 1996, p.114, versão livre)

Aqui podemos nos lembrar dos versos de Gilberto Gil para ilustrarmos, poeticamente, a função da mentira para essas crianças que roubam e destroem. Ela se chama “Copo vazio”.

É sempre bom lembrar  
Que um copo vazio  
Está cheio de ar

É sempre bom lembrar  
Que o ar sombrio de um rosto  
Está cheio de um ar vazio  
Vazio daquilo que no ar do copo  
Ocupa um lugar

É sempre bom lembrar  
Guardar de cor  
Que o ar vazio de um rosto sombrio  
Está cheio de dor

É sempre bom lembrar  
Que um copo vazio  
Está cheio de ar

Que o ar no copo  
Ocupa o lugar do vinho

Que o vinho ocupa o lugar da dor  
 Que a dor ocupa a metade da verdade  
 a verdadeira natureza interior  
 Uma metade cheia  
 Uma metade vazia  
 Uma metade tristeza  
 Uma metade alegria (...)

A mentira ocupa o lugar do vazio, daquilo que a criança não sabe; o ato de roubar e o ato de destruir ocupam o lugar do desilusionamento por parte dessa criança em relação ao meio que deveria ter cuidado dela de forma correta e não fez isso; o desilusionamento ocupa o lugar daquilo que jamais deveria ter falhado: a função materna primária, ou seja, a mãe, ela não poderia ter falhado tanto, não naquela hora, não naquele tempo, não naquele momento... A criança desilusionada é metade tristeza, metade alegria; a “metade tristeza” sai em busca da parte perdida, e por isso incomoda.

Winnicott (1946) não vê muita saída para a delinquência, enquanto acredita e vê saída para a tendência anti-social. Para ele a ajuda deve vir cedo para essas crianças, em forma de um ambiente físico estável, senão essas mesmas crianças “nos obrigarão mais tarde a fornecer-lhes estabilidade sob forma de um reformatório ou, como último recurso, das quatro paredes de uma cela de prisão”. (p.125)

#### **4.3.1 “Polícia, quem precisa de polícia?”: o fracasso do pacto social.**

Renato Russo e Flávio Lemos, na música “Veraneio vascaína”, delineiam um panorama sombrio das atitudes anti-sociais, em parte diferente da positividade revolucionária winnicottiana antes discutida, quando nos oferecem a seguinte imagem:

Porque pobre quando nasce com instinto assassino  
 Sabe o que vai ser quando crescer desde menino  
 Ladrão para roubar ou marginal para matar  
 "Papai, eu quero ser policial quando eu crescer"

Se eles vêm com fogo em cima é melhor sair da frente  
 tanto faz, ninguém se importa se você é inocente  
 Com uma arma na mão eu boto fogo no país  
 E não vai ter problema, eu sei, estou do lado da lei.

Interessante analisarmos as metáforas escolhidas pelo poeta para caracterizar aqueles que estão fora da lei, para depois refletirmos sobre o que seja Lei de uma forma mais específica. O ato anti-social é visto, aqui, pelo prisma do pobre, do desvalido, daquele que, não tendo opção, acaba sendo cooptado para o crime. Mostrando as duas faces da Lei (e para nós há uma terceira, necessária de existir, para que as demais aconteçam, a Lei primordial, conforme enfatiza Pellegrino (1987)), Renato Russo e Flávio Lemos dão ao pobre não somente um “instinto assassino”, como também estar ou não do lado da Lei, só que estar fora da Lei é ser marginal, criminoso; estar com a Lei é ser policial. Ironicamente, o poeta iguala a lei marginal à lei policial e a força dessa comparação advém dos versos que se sobrepõem: “Ladrão para roubar ou marginal para matar” e “Papai, eu quero ser policial quando eu crescer”. O mesmo pobre, que sabe o que vai ser desde menino, opta por um crime às avessas: ser policial para não ter problemas se matar ou roubar, já que “estou do lado da lei”. Aqui a lei não interdita: ela é fajuta e impotente como nos afirma Pellegrino (1987):

uma lei que não seja temida – que não tenha potência de interdição e de punição – é uma lei fajuta, impotente. No entanto; o temor à lei, sendo necessário, é absolutamente insuficiente para fundar a relação do ser humano com a lei. Uma lei que se imponha apenas pelo temor é uma lei perversa, espúria; lei do cão. Só o amor e a liberdade, subordinando e transfigurando o temor, vão permitir uma verdadeira, positiva, - e produtiva – relação com a lei.(p.198)

Se cruzarmos as imagens de Renato Russo e Flávio Lemos com conceito de lei que Pellegrino desenvolve em seu artigo, veremos que o que a criança anti-social busca com seus atos é a lei subordinada ao amor, mas que o amor buscado (quando ainda é buscado) é o amor materno, amor fundante, que se perdeu em algum lugar do seu passado. O temor à lei, somente enquanto temor, leva-nos aos becos sombrios da violência, porque não há um outro propósito no ato cometido para além do infligir dor, coagir pelo medo: perdeu-se a busca do amor primitivo; perdeu-se a esperança do gesto anti-social ser acolhido e significado pelo ambiente. Mas, juntamente à perda do amor, o que o anti-social, o infrator e o delinqüente buscam é também a coesão social perdida. Mais uma vez Pellegrino demarca essa questão de forma interessante. Diz-nos este autor que, da mesma forma que a lei primordial, edípica, é uma via de mão dupla – a criança abre mão de alguma coisa, mas recebe algo por essa perda, ganhando o direito de ter todas

as escolhas que não sejam incestuosas – o pacto social, advindo desta, deve ter igualmente mão dupla. Portanto, “a Lei existe não para humilhar e degradar o desejo, mas para estruturá-lo, integrando-o no circuito do intercâmbio social”. (Pellegrino, 1987, p.199)

Porém, se nesse intercâmbio o que se instaura é uma via de mão única, na qual o sujeito perde ao ser desrespeitado e aviltado em seus direitos sociais, o que pode ocorrer é o rompimento desse pacto, implicando essa ruptura em gravíssimas conseqüências. Portanto,

a sociedade só pode ser preservada – e respeitada – pelo trabalhador na medida em que o respeita e o preserva. Se o trabalhador for desprezado e agredido pela sociedade, tenderá a desprezá-la e agredi-la, até a um ponto de ruptura. (...) A má integração da Lei da Cultura, por conflitos familiares não resolvidos, pode gerar conduta anti-social, *mas uma patologia social pode também ameaçar – ou mesmo quebrar – o pacto com a Lei do Pai.* (Pellegrino, 1987, p.202, grifo do autor)

Se substituirmos “trabalhador” por “juventude”, entenderemos que a destrutividade e a violência que hoje habitam o nosso cotidiano advém não somente de uma falha na família ou na criação dessas crianças, mas também em uma falha dessa sociedade em acolher o jovem na sua procura de dignidade e respeito. Como marca Winnicott, quando o lar falha, a criança se torna incomodativa e irá incomodar a todos para além do círculo familiar, e esse *além* é a própria sociedade. Mas se essa sociedade somente cobra e pune, não dando nada em troca ou quebrando o esperado como retorno ao investimento desse jovem na mesma, o que aparece como conseqüência é a delinqüência social. “Tudo aquilo que ficou reprimido – ou suprimido – em nome do pacto com o pai, vem à tona, sob a forma de conduta delinqüente e anti-social” porque quando se rompe o pacto social “em virtude de sociopatia grave – como é o caso brasileiro - pode implicar a ruptura ao nível inconsciente, com o pacto edípico”.(Pellegrino, 1987, p.203)

Gerando uma imagem forte em uma época já um pouco distante da nossa, Pellegrino (1987) é atual ao denunciar a realidade brasileira como uma realidade sociopata grave. “Existe, em nosso país, uma guerra civil crônica, sob a forma de assaltos, roubos, assassinatos, estupros – e outras gentilezas do gênero”.(p.203)

Essa guerra civil crônica constrói para o jovem e para a criança um contexto difícil de poder acolhê-los em seus movimentos de crescimento, e ainda mais de acolhê-los quando não têm um lar que os sustente. A falência social, juntamente

com a falência dos modelos familiares modernos, cria uma zona de turbulência para além da turbulência que essas crianças e jovens vivem no seu dia-a-dia. Quando procuram o que lhes falta em casa, a rua, a sociedade não os acolhe: rompe-se o pacto social.

Indo mais longe, o mesmo autor denuncia que “o pobre absoluto não tem por que manter o pacto social com uma sociedade que o reduz a condição de detrito, ao mesmo tempo em que, em seus estratos dirigentes, se entrega à corrupção e ao deboche impune”.(p.204) Hoje em dia, acrescentaríamos, a essa afirmação do autor, a assertiva de que não somente o pobre absoluto não tem por que manter o pacto social, assim também não têm por que mantê-lo as crianças e os jovens não tão pobres e às vezes abonados, já que a sociedade contemporânea vive a era da fluidez de instituições, sentimentos e limites. Não somente ao pobre a sociedade pactua algo unilateral; assim também o faz a todos os jovens que, olhando para o futuro, não vêem futuro, mesmo que tenham acreditado que haveria um se estudassem, se trabalhassem – um dia, esses preceitos já foram valores instituídos e certos, hoje não mais. Não há emprego, não há estudo que os habilite para o mundo real do consumo e da acirrada disputa por um lugar sequer ao sol, mas pelo menos longe da fome ou do desabrigo. Esses jovens têm de agir por si mesmos.

Como aponta Calligaris,

muitas vezes a filiação e a cidadania só podem ser conquistadas pelo sujeito através dos seus atos. Estes seriam necessariamente marginais (seja marginalidade da polícia ou do ladrão), fora da lei, pois estariam respondendo a uma ausência de lei simbólica, procurando encontrá-la, suscitá-la e de certa forma fundá-la. (In: Vilhena, 1993, p.6)

Assim, quando os laços sociais oferecidos são inconsistentes, cabe ao ato ser aquele que dá significado simbólico, ato esse que é efetuado para que ganhe, em sua feitura e ação, algum efeito: que algum valor lhe seja dado, marcando um lugar a essa criança ou a esse jovem. O ato delinqüente é uma busca de filiação, de reconhecimento que fracassa, pois a busca em questão é por um objeto simbólico. É necessário deixar claro que a incidência da delinqüência não se dá exclusivamente em relação às classes desfavorecidas social ou economicamente.

Interessante reforçarmos o que já dissemos acima, que não é somente o pobre absoluto que não tem por que motivo manter o pacto social, mas também os

que estão totalmente dentro do contexto sócio-econômico, que tudo têm, que não precisam se preocupar em ter nada, igualmente se encontram à margem, são igualmente *borderes*. A pobreza que constrói o delinqüente é a pobreza simbólica, é o vazio de sentidos e aquele que tudo possui, nada tem de pedir, reclamar ou buscar: o extremo dos laços sociais se juntam, tanto o *tudo* quando o *nada* impossibilitam o sujeito de encontrar uma significação que dê sentido à sua vida.

A essa imagem delineada, outra se soma quando Pellegrino (1987) afirma que “é mais honrado – e menos perverso – ser delinqüente fora da lei, do que sê-lo em nome da lei, acobertado e protegido por ela”.(p.204) Infelizmente, se olharmos hoje nossa sociedade brasileira, o que vemos não é a existência de uma honra em ser delinqüente por romper as leis vigentes que oprimem o indivíduo, e sim delinqüentes não somente fora da lei mas também aqueles que usam a lei a seu favor, para ganhar vantagens, para extorquir o outro: são os delinqüentes por dentro da lei, desta lei espúria e fajuta que Pellegrino denuncia como existente em nosso país. Talvez o que aconteça seja exatamente o oposto: não há mais honra. Retomando Renato Russo e Flávio Lemos: “Com uma arma na mão eu boto fogo no país / E não vai ter problema, eu sei, estou do lado da lei”.

Perguntamo-nos nesse momento: Que país é esse? Vilhena (1993) delinea a face do Brasil:

No Brasil a lei jamais serviu para inibir a ação dos governantes ou a prática da violência ilegal. Como aponta Schmitter (1988), “não existe no mundo país com instituições democráticas que viole tanto as suas próprias leis quanto o Brasil”.(p.5)

Como vimos até agora, quando as leis deixam de representar os interesses públicos, elas passam a não mais exercer o poder de conter ou tolher a prática da violência privada. Bignotto (In: Vilhena, 1993) analisa essa anomia, afirmando que essa situação leva os cidadãos “a buscarem apenas seu próprio bem, sem se preocupar com o destino da polis” (p.5), estando aberto dessa forma o caminho para a tirania e para o terror. Alerta-nos Vilhena (1993) que o medo tem “como função retirar do sujeito sua honra e sua dignidade, este o transforma em um pastiche de ser humano cuja única alternativa é obedecer”.(p.5) Nesses casos, o que ocorre é a submissão do sujeito. Na indeterminação dos limites, há o rompimento daquilo que é público e do que é privado, misturando-se “as

diagramações do indivíduo e do social, estabelecendo relações de poder perversas, na medida em que o indivíduo tem valor não pelo que é, mas pelo que tem”.(p.4)

Agora outra questão se impõe: Quem é o delinqüente nesse Brasil anômico?

#### **4.3.2 Menor não é criança: a quem chamamos de anti-sociais.**

O termo *menor* é associado com freqüência às crianças anti-sociais. Não os chamamos de crianças, são menores de rua, meninos de rua, pivetes, ou simplesmente menor. O que era adjetivo em sua função morfológica na língua portuguesa foi sendo substantivado e passou a significar um lugar, um lugar onde o infantil não tem espaço, posto que a população não os vê enquanto portadores da infância ou do mito da infância criada pela nossa sociedade, e sim portadores da marca do descaminho.

Segundo Takeuti (2002), o termo *menor* “teria a sua origem no final do século XIX e menor seria não o ‘filho de família’ sujeito à autoridade paterna, ou mesmo o órfão devidamente tutelado, e sim *a criança ou o adolescente abandonado tanto material como moralmente*”.(p.176) Frente a esses menores, não vistos como crianças, a sociedade reage com duas atitudes antagônicas segundo essa mesma autora: ou de maneira hostil – deveriam todos ser mortos ou trancafiados em reformatórios –, ou de modo oscilante entre um discurso criminalista e um discurso que os vitimiza. No discurso criminalista, visa-se à inibição ou à repressão; no discurso vitimizante, visa-se o assistencialismo, a proteção e o amparo. Porém, os dois discursos acabam se igualando no efeito avassalador sobre essas crianças, já que as destituem do seu lugar de sujeito. Nesses discursos, teríamos o que Winnicott denomina de *discurso sentimentalista*, que esconde um ódio recalcado ou inconsciente, que um dia ou outro emerge. Não há cuidado no assistencialismo praticado para com esses menores, há descuido que se traduz exatamente pelo não reconhecimento de um lugar social para eles, reduzidos a serem “menor infrator” ou “delinqüente-mirim”. (Takeuti, 2002, p.182)

Interessante a diferença que Takeuti (2002) assinala, citando Foucault, entre infrator e delinqüente, posto que, no imaginário popular, esses dois estatutos de ser menor ou menino de rua, marginal ou ladrão se igualam e se confundem:

O delinqüente se distingue do infrator pelo fato de não ser tanto o seu ato quanto sua vida o que mais o caracteriza (...) O delinqüente se distingue também do infrator pelo fato de não somente ser o autor de seu ato (...), mas também de *estar amarrado a seu delito por um feixe de fios complexos* (instintos, pulsões, tendências, temperamento). (Foucault, In: Takeuti, 2002, p.183, grifo nosso)

Ou seja, ser delinqüente não é ser necessariamente infrator e a recíproca é igualmente verdadeira. O delinqüente e a criança anti-social se caracterizam pela sua vida ou pela falha de sustentação (*holding*) das figuras materna e paterna em sua vida, conforme já vimos anteriormente. O delito praticado por essas crianças e adolescentes está, como bem marca Foucault e Winnicott, amarrado por um feixe de fios complexos. Acreditamos que essa distinção é importante para o entendimento da atuação anti-social, ela busca, como já afirmamos anteriormente, uma significação para seu ato, ela busca um lugar que lhe foi retirado. Na pura infração, esse pedido de socorro não está presente necessariamente.

Ainda seguindo o pensamento de Takeuti (2002), a autora cunha o conceito de juventude clivada e de objetos-espelho para entendermos os atos anti-sociais. Esses dois conceitos são úteis para entendermos as difíceis imbricações entre a fratura do pacto social e a fratura do pacto edípico que ocorre no processo de delinqüência dessas crianças.

Diz-nos Takeuti (2002) que há, no Brasil, os que nascem com futuro e os que nascem sem futuro e, diante desse antagonismo, postula a tese da clivagem do objeto no Brasil, produzida particularmente no universo da infância e da juventude desde o início da edificação da sociedade brasileira. O que ocorre é que se constrói, com facilidade, no âmbito brasileiro, a esquizofrenização da juventude e da infância, clivada entre o bem e o mal. Apesar de longa, acreditamos que a explicação de Takeuti (2002) seja importante de ser reproduzida:

Dividida entre o bem e o mal (...), entre o bom-ser juvenil e o mal-ser juvenil, como se cada um desses aspectos pudesse existir separadamente. Ou seja, de um lado, o corpo de uma juventude e infância depositário da bondade, beleza, pureza, ordem, êxito, esperança e vida. Do outro, o de uma juventude e infância depositário da maldade, feiúra, impureza, desordem, fracasso, desesperança e morte. Está contida nessa separação a idéia de que o primeiro corpo, em nome do amor, rege-se pelas regras, interditos sociais, disciplina, ordem, harmonia e equilíbrio, a fim mesmo de evitar o caos. Enquanto que o segundo, em nome da indiferença (e ódio!), rege-se pela permissividade, pela promiscuidade, indisciplina, desordem, desarmonia, e desequilíbrio, deixando-os face ao pulsional, ao caos, ou colapso psíquico.(p.200)

Indo além dessa descrição da clivagem juvenil, esta autora enfatiza que, para além da diferença de campos sociais, essa esquizofrenização remete-nos para campos simbólicos bem específicos, prevalecendo a idéia de não união entre eles. Cria-se uma especificidade de olhar e de lugar para essas crianças: ou são boas, ou são más. Às boas, aplicam-se as regras e a disciplina; às más ou aos que restam para fora desse lugar social privilegiado, aplica-se o que a autora chamará, a partir de Nietzsche, o princípio de Dionísio, “qual seja, o caos, a transgressão e a confusão (mistura) no qual se franqueiam atos socialmente condenáveis: drogar-se, roubar, estuprar e matar”.(p.201)

Diante dessa clivagem ou fratura construída pela nossa sociedade para entender ou lidar com as crianças anti-sociais, Takeuti (2002) propõe, como hipótese, a idéia de que esses jovens e crianças são objetos-espelho,

ou seja, eles se constituem em um revelador de algo que diz respeito menos a eles próprios do que à própria sociedade. Isso quer dizer que a existência desses jovens, *relegados* ou *proscritos* socialmente, está *espelhando algo* de e para a própria sociedade.(p.201, grifo da autora)

Essas crianças e jovens revelam algo que não está funcionando na esfera social, algo que está escapando a seu controle. A presença dessas crianças na rua, no espaço público, aponta

os furos por onde extravasam as contradições sociais, mas sobretudo revelam a faceta cruel da sociedade. Eles incomodam e agredem publicamente com suas existências, não só porque estão nas ruas interpelando os transeuntes e impondo-se como “pedintes”, “vendedores ambulantes”, “assaltantes”, “ninfetas libidinosas” ou “vândalos”, mas porque eles estão falando de algo mais profundo da estrutura social.(Takeuti, 2002, p.203)

O que eles denunciam, através de sua presença no espaço público, é a falência da autoridade, aqui entendida em termos de limites ao indivíduo social, quase sempre ausente. “Nada os impede, senão a própria morte, de ir para além dos interditos sociais ou chegar ao colapso psíquico”.(Takeuti, 2002, p.203) O desafeto sobre esse tipo de criança, que incomoda para além das paredes de seu lar, é decorrente do fato de eles desvelarem o fracasso da modernidade. Não há “igualdade, liberdade e fraternidade”, e, muito menos, “ordem e progresso”. Não há perfeita integração social. Essas crianças incomodam porque revelam o que não queremos ver: “que existe uma defasagem considerável entre a realidade tal

qual a sociedade gostaria que fosse e como ela é efetivamente”.(Takeuti, 2002, p.207)

Em uma análise ácida da sociedade contemporânea, Takeuti (2002) nos demonstra como esta gera, nessas crianças e adolescentes, a síndrome do fracasso próprio. Se eles não dão certo, de certo a culpa é deles e de suas famílias, não da sociedade como um todo. Vistos como “portadores de deficiência – seja de ordem física, racial, moral e/ou psicológica, mesmo quando todos sabem que a inserção social não é uma condição para todos na sociedade atual, nem mesmo para os que possuem um capital *cultural, econômico, social, afetivo e simbólico*”, esses jovens são levados a introjetar “significações imaginárias sociais em que o ‘mal’ e o ‘pior’ se encontram neles”, jamais na sociedade ou na “boa sociedade”.(p.256)

Costa (1986) afirma categoricamente, se coadunando às teses de Winnicott até agora estudadas, que “a delinqüência é uma trincheira contra a perda do sentido da realidade ou, o que é mais grave, contra o avanço da própria morte”.(p.102) Para este autor, o que as crianças anti-sociais exigem, em sua atuação tão desarticuladora do espaço social, não é somente tentar extrair do mundo gratificações imediatas e sim o direito de se manifestar “por um caminho ‘ilegal’, a crença na lei e nos seus direitos a uma vida psíquica fora da psicose”.(p.102)

Diante dessa sociedade que unilateralmente rompe o pacto social, diante de uma lei que não possui em si além do rigor o amor conjugado a ela, e sim o ódio que termina reforçando ainda mais a desesperança dessas crianças-menores-pivetes-de-rua, podemos nos perguntar quem anda necessitando de “polícia”, dentro da imagem winnicottiana de ser o delinqüente aquele que busca no extremo social o seu limite. Se a polícia ou a autoridade social inexistente ou é fraca ou é espúria, quem precisaria ser preso e quem precisaria ser barrado?

Uma música, “Polícia”, gravada pelo Titãs, caracteriza bem essa questão de quem precisa de limites ou se esses limites são realmente exercidos por quem de direito social deveria exercê-los. Diz-nos o poeta, em imagens bastante fortes e ácidas:

Dizem que ela existe pra ajudar  
Dizem que ela existe pra proteger  
Eu sei que ela pode te parar  
Eu sei que ela pode te prender

Polícia! Para quem precisa?  
Polícia! Para quem precisa de polícia?

Dizem pra você obedecer  
Dizem pra você responder  
Dizem pra você cooperar  
Dizem pra você respeitar

Essa música, juntamente com *Veraneio Vascaína*, marca bem o que estamos discutindo até o presente momento: aquela polícia que deveria nos proteger nos mete medo, nos descaracteriza, nos enquadra dentro de um padrão social ditado por ela. Indagamos mais uma vez: quem é o delinquente? Quem possui comportamentos anti-sociais? Quem ocupa o lugar da Lei? Contra quem se revoltar? A quem denunciar pelos abusos ou pela não proteção?

Através do contraste entre os tempos verbais, percebemos essa questão de “a quem endereçar nosso protesto”. *Dizem*, verbo de sujeito indeterminado, contrasta-se com o *sei*, verbo que marca o sujeito do discurso em primeira pessoa do singular. Diante do sujeito indeterminado, que me diz o que devo fazer, eu sei que devo ouvi-lo e obedecer, porque senão a polícia, que nesse poema possui gênero e número (ela), pode me prender e me parar. Assim, melhor eu acreditar no que me dizem e obedecer, senão ela irá dizer-me o que já sei: devo cooperar, responder e respeitar. O problema está no fato de que esta polícia ou esta lei não me respeita. Fica patente, aqui, a unilateralidade do pacto social discutido por Pellegrino (1987).

Diante da anomia da sociedade brasileira, já há muito denunciada em prosa e verso, percebemos que a malha social não se sustenta e nem nos sustenta. Não são os sujeitos que estão em crise por causa da fragilidade das instituições, mas estas últimas que estão em crise por que necessitam para sobreviver, de um sujeito que se esgotou.

Para nós, a criança anti-social denuncia um fracasso deste pacto social, denuncia igualmente que, no fracasso do processo de vida desta criança, algo ainda se mantém vivo e latente, latejante: ela ainda espera que a entendam e que a signifiquem em um lugar seu, de direito. Por isso, acreditamos que, no fundo do ato anti-social, o que existe é uma resistência a uma situação limite.

Para nós a sociedade é a delinqüente e essas crianças são somente “o outro lado do espelho”<sup>29</sup> que, quando visto de frente nos petrifica, nos medusa de culpa. Somos nós, no nosso silêncio conivente, que acabamos por perpetuar essa esquizofrenização social, essa clivagem entre o “bom menino” e o “mau menino”. Achamos que em nós está o *bem* e neles o *mal*. É mais fácil assim pensarmos, a culpa talvez seja menor dessa forma. Essas crianças são crianças sobreviventes ..... não somente a elas mesmas e a seus medos e fantasmas, mas, e principalmente, à fratura social contemporânea.

#### 4.4. “Partir-se sem quebrar”: a capacidade resiliente da criança anti-social<sup>30</sup>

Equilíbrio não significa evitar conflitos; supõe a força para atravessar emoções penosas e poder lidar com elas. (Melanie Klein)

O apelo da tendência anti-social evidencia uma capacidade que certas crianças têm de lidar com os infortúnios do ambiente no qual elas estão expostas. Epstein (2002) intitula seu livro de “Partir-se sem quebrar”. Lançando mão dessa metáfora, ousamos dar um passo para além de Winnicott e sua visão de esperança no ato anti-social para entendermos essas condutas, seja do roubo, da agressividade ou da mentira, assim como outros atos cotidianos que, como vimos, já demarcam uma reivindicação de direitos por parte do bebê para com sua mãe, e mais tarde para com seu pai, como sendo uma estratégia de “partir-se sem quebrar”. Trazemos à cena um conceito da física, a resiliência, estudado por Maia e Garcia (2003) como um conceito pertinente para descrever a forma como certas crianças lidam com as adversidades que o meio impõe a elas, muitas vezes cedo demais.

Resiliência, segundo Celia (1997a), é a capacidade que tem um corpo de resilir, ou seja, de ter flexibilidade, pois quando submetido a uma ou várias forças

---

<sup>29</sup> Essa expressão foi retirada do livro de TAKEUTI, Norma Missae, *No outro lado do espelho: a fratura social e as pulsões juvenis*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2002.

<sup>30</sup> Parte desse item foi publicado por Maia, Maria Vitória e Garcia, Isadora Severo In: Revista Universitas: Ciências da Saúde, volume 1, número 2, Brasília/2003, sob o título “É sempre bom lembrar que um copo vazio está cheio de ar: resiliência e o pensamento winnicottiano”. p.261-276

energéticas, sofre a ação do mesmo e, após cessada a força, reage voltando ao seu estado de normalidade. Esse termo traz consigo, outro, o de fadiga de materiais. Ou seja, todo material possui essa plasticidade/elasticidade, mas se isto for a ele impingido por muitas vezes, este mesmo material, antes capaz de suportar mudanças, entra em fadiga por estar no limite da resiliência e se rompe.

A resiliência pode ser entendida como a capacidade dos indivíduos de superar os fatores de risco aos quais são expostos, desenvolvendo comportamentos adaptativos e adequados. Crianças resilientes são aquelas que não apenas evitam os efeitos negativos associados aos fatores de risco, mas conseguem desenvolver, muitas vezes, competências social, acadêmica e vocacional. Intrinsecamente, essas crianças apresentam um temperamento mais flexível, senso de que são capazes de conseguir modificar em parte seu ambiente e acreditam que as novas situações ou mudanças representam uma oportunidade para melhorarem e se adaptarem, ao invés de perderem a esperança e expectativa. Ser resiliente envolve, também, e principalmente enfrentar dor, sofrimento e lançar mão de esforço pessoal. (Celia, 1997b; Fuentes, 1998) Lembremos mais uma vez que se há sofrimento há, para Winnicott, ainda saúde nas crianças anti-sociais.

Pensamos ser importante ressaltar que a resiliência não é uma característica individual que está a serviço de uma força mágica, estática, nem mesmo equivale a uma invulnerabilidade absoluta. A resiliência pode ser efetiva em uma determinada situação e ambiente, e, em outras vezes, mostrar-se deficitária; pode ser vista como algo de uma potencialidade “momentânea”, que se não aproveitada, ou principalmente não sustentada pelo meio, pode-se perder enquanto potencial de sobrevivência caso advenha “a fadiga” da tentativa de não ter seu apelo atendido pelo meio que privou o sujeito de algo importante a ele (o que daria como consequência a tendência anti-social), ou caso haja a necessidade de se proteger tanto deste meio intrusivo, perdendo-se, mais uma vez por “fadiga”, a espontaneidade de ser (o que daria como padrão não um falso-self protetor e sim o patológico).

Em seu artigo “A criatividade e suas origens”, Winnicott (1975d) analisa situações onde a criatividade deveria ter sido totalmente sufocada, ou assim era o correto ser pensado. Porém, ele afirma que isso é incorrer em um erro.

Acreditamos que Winnicott postula, aqui, a capacidade resiliente do ser humano, que ele denominará de esperança:

Mas se tomamos conhecimento de indivíduos dominados no lar, prisioneiros, ou mortos em campos de concentração, ou vítima de perseguição de um regime político cruel, supomos, antes de mais nada que somente algumas dessas vítimas permaneceram criativas. *Estas naturalmente, são aquelas que sofrem. Parece, a princípio, que todos os outros que existem (e não vivem) nessas comunidades patológicas abandonaram a esperança, deixaram de sofrer e perderam a característica que os torna humanos, de modo a não mais perceberem o mundo de maneira criativa.*(p.99, grifo nosso)

As crianças que vivenciam fatores de risco em seu ambiente e desenvolvem distúrbios evolutivos, problemas de conduta e/ou desequilíbrio emocional são chamadas vulneráveis, mas ainda possuidoras dessa esperança e de perceberem de alguma forma o mundo de maneira criativa. A vulnerabilidade aumenta a probabilidade de um resultado negativo na presença de risco, impedindo o processo de resiliência. Koller (1999) compara o desenvolvimento de uma criança ao de uma planta. Utilizando-se de uma metáfora, diz que a criança é como uma semente, que lançada à terra, pode transformar-se em uma planta saudável. No entanto, necessita de cuidados para crescer, pois é um ser biológico que vive em um ambiente ecológico e complexo. Portanto, numa abordagem ecológica do desenvolvimento, ainda que vulnerável e lançada a uma terra árida, se encontrar algum auxílio, poderá ser uma sementinha que irá se desenvolver.

A metáfora construída por Koller, além da idéia de plasticidade expressada por Célia (1997b) e Fuentes (1998), podem ser articulada à poesia de Leboyer (1989), apresentada no final do capítulo 3, como uma imagem poética do movimento no qual a agressividade da criança anti-social não pode ser categorizada como saúde e doença e, sim, como um deslizar entre saúde e doença. O olhar que vê o gesto anti-social e o acolhe pode ser a luz que faz com que o lótus/criança, queira, mesmo tendo fincado suas raízes nas “águas pútridas”, se esticar, se levantar e encontrar a superfície, desabrochando-se.

Outro olhar que acreditamos ser pertinente articular ao conceito de resiliência da criança anti-social, é o de Melanie Klein, especificamente em seu artigo “Sobre a saúde mental”.(1960) Neste artigo a autora define o que seja saúde mental:

Uma pessoa mentalmente sadia pode dar-se conta de sua necessidade de ver toda situação desagradável sob uma luz mais agradável e pode corrigir sua tendência a embelezá-la. Desse modo, ela fica menos exposta à experiência dolorosa da idealização se romper e as ansiedades persecutória e depressiva tomarem o controle, *da mesma forma que se torna mais apta a lidar com as experiências dolorosas que provêm do mundo externo.*(p.312, grifo nosso)

Para esta autora, a base de uma saúde mental é ter se podido constituir uma “personalidade bem integrada”, contendo elementos com os quais é possível fazer o correlato com o que entendemos ser resiliência: “maturidade emocional, força de caráter, capacidade de lidar com emoções conflitantes, equilíbrio entre a vida interna e a adaptação à realidade e uma bem-sucedida fusão das diferentes partes da personalidade em um todo”.(Klein, 1960, p.306) O que consideramos interessante no texto kleiniano é o marcar como fundante da personalidade bem integrada as primeiras relações do bebê com sua mãe, ou seja, uma personalidade bem integrada advém do início da vida do bebê. Aqui, Klein e Winnicott estão em consonância.

De certa forma, o caminho traçado pela autora neste artigo corresponde a uma tentativa de responder a um questionamento nosso: qual experiência o bebê vivencia em seu desenvolvimento emocional para que se consolide, posteriormente, a capacidade de resiliência? A evolução da vida psíquica do bebê é marcada pelos mecanismos de introjeção e projeção. Desde o início, o ego introjeta objetos bons e maus e, tendo, o seio da mãe como protótipo de ambos, ele é bom quando oferece à criança o que ela quer, e é mau quando nega. Se os aspectos bons da mãe introjetada são sentidos como predominantes, deixando pouco espaço para os aspectos frustradores, essa mãe internalizada se torna um alicerce para a força de caráter, pois o ego pode desenvolver suas potencialidades sobre tal base. Conforme as considerações de Klein, se a mãe puder ser mantida como alguém que guia e protege, ao contrário de alguém que domina, a paz interior torna-se possível. Mais uma vez, Klein e Winnicott se articulam.

Interessante marcarmos que essa “paz interior” que torna possível ser vivida pelo bebê não é advinda de um mundo perfeito. Como nos afirma Klein (1960), “não é necessariamente um mundo perfeito que esse bebê percebe, mas certamente é um mundo que vale mais a pena, uma vez que a sua situação interna é de maior felicidade”.(p.307) Ter podido reter em si objetos bons que façam

existir uma situação interna de maior felicidade, em nossa opinião, é possuir uma capacidade resiliente diante das adversidades.

Um segundo aspecto descrito por Klein nesse mesmo artigo ratifica a aproximação de resiliência com seu conceito de saúde mental: a questão que a autora descreve como “uma capacidade maior para amar”. Algumas crianças, desde o início, têm uma capacidade de amar maior que outras – o que está ligado a um ego mais forte –, e possuem uma vida de fantasia mais rica, permitindo com que interesses e dons se desenvolvam. Desta forma, a autora afirma que “é possível encontrar crianças que em circunstâncias favoráveis não adquirem o equilíbrio que toma como base da saúde mental, ao passo que, algumas vezes, crianças em condições desfavoráveis são capazes disso”.(p.311) A essas crianças daríamos o *status* de resiliente.

Da mesma forma como encontramos no conceito de resiliência a questão do equilíbrio preservado como uma capacidade de sobrevivência nas adversidades, Klein também aponta para o equilíbrio como uma característica da saúde mental, ressaltando que este permite a adaptação ao mundo externo sem que as emoções e pensamentos sofram um retraimento. Equilíbrio, segundo a autora, não significa evitar conflitos; supõe a força para atravessar emoções penosas e poder lidar com elas.

Fica evidente a partir da descrição de Klein (1960) que

saúde mental não é compatível com superficialidade, isso porque superficialidade se liga a negação do conflito interno e das dificuldades externas. Lançar mão em excesso da negação se deve a não ser o ego forte o suficiente para lidar com a dor.(p.308)

A criança que vive situações adversas para o seu desenvolvimento, mas ainda assim mostra uma capacidade de se adaptar à realidade que lhe é apresentada, é, por nós, considerada resiliente, e assim o é, pois conserva sua saúde mental preservada de alguma forma e também conserva em si a capacidade para sofrer e lidar com o sofrimento. Como vimos anteriormente, para Winnicott, uma criança que pode ser capaz de lidar com o sofrimento, mesmo que apresente alguns distúrbios como enurese, ataques de raiva, roubo ou mentira, estará ainda apresentando uma capacidade de recuperar-se dos traumas sofridos durante o seu desenvolvimento emocional.

Dessa forma, a criança resiliente é aquela que não usou da cisão esquizofrênica para se manter viva, nem sequer tentou o suicídio. A criança resiliente mantém dentro de si a potencialidade do verdadeiro *self*. Algo se quebrou, algo está se quebrando, mas também algo se mantém. Essa idéia de algo ainda estar lá, mesmo que escondido, nos faz articular a resiliência, ou a capacidade resiliente, à questão da potencialidade de sobrevivência de uma criança através da tendência anti-social, que para Winnicott é um sinal de esperança no descabimento exacerbado, às vezes, de um ato de destruição. Apelo subjetivo dirigido à sociedade por essas crianças que tiveram uma perda de provisão ambiental depois de terem tido algo como um ambiente facilitador no início de suas vidas. Elas continuam a poder se expressar, nem que seja através do gesto agressivo como a única maneira de se comunicar com o meio.

Khan (1963), ao postular seu conceito de trauma acumulativo, entende que este levaria a criança a desenvolver uma “resistência” aos pequenos traumas sofridos ao longo da infância até o período da adolescência. Vemos nesse conceito algo de resiliência. A resistência ao trauma é, de certa forma, um meio de se sobreviver às adversidades impostas à criança. Como nos esclarece o autor,

embora o ego infantil seja fraco, vulnerável e extremamente dependente da mãe no seu papel de escudo protetor, a criança dispõe também de uma grande e inerente adaptabilidade e potencialidade (força). Pode não só recuperar-se – e realmente se recupera – das fendas do escudo protetor, mas consegue usar tais invasões e tensões como “alimento” para seu crescimento e reestruturação. É importante lembrar que embora o ego possa sobreviver e superar essas tensões, aproveitá-las para finalidades válidas, conseguir calar o trauma cumulativo, deixando-o em suspenso, e alcançar um funcionamento normal, eficiente e praticamente sadio, pode acontecer também que, no futuro, entre em colapso em consequência de forte tensão e crise.(p.72-73, grifo nosso)

Nessa longa citação, acreditamos ficar evidente que a resistência do ego da criança às invasões constantes, mesmo que pequenas, pode ser vista como resiliência e resistência dessa criança frente às adversidades do meio. Na fase de dependência relativa, a criança sabe a quem cobrar o débito: ao ambiente, ao lar, aos pais. Mas de igual forma, nessa citação, fica ainda mais claro que a criança resiliente tem algo em si que pode se quebrar: o ponto de fratura da capacidade resiliente. Há um limite de se suportar as adversidades e, mesmo que a criança aparentemente se desenvolva bem, há um trabalho a ser feito e um ônus a ser cobrado a quem desapossou essa criança antes do tempo correto para que ela

pudesse dar, efetivamente, conta do desilusionamento. Caso haja uma tensão maior do que a já suportada pela criança, ela partirá, e eclodirá o sintoma anti-social a cobrar do ambiente aquilo que ela espera, e por isso tem esperança, receber de volta.

“Um copo vazio está cheio de ar”, nos alertava o poeta. Uma criança que agride está cheia de raiva, mas também sobrevivendo a um vazio, “vazio daquilo que no ar do copo ocupa um lugar”, o vazio do olhar materno. Como na caixa de Pandora, no fundo da atitude anti-social há a esperança que insiste em se manter ali, pronta talvez para se expressar, se permitirem assim o fazer. “A dor ocupa a metade da verdade”, a outra, nós acreditamos ser a resiliência dessas crianças, que não as faz optar pelo caminho talvez mais fácil e sim pelo mais doído, mas certamente mais real e dentro “da verdadeira natureza interior”. A agressividade não enche o copo inteiro. Aqui está a resiliência: o que os sustenta e não deixa o copo encher-se de dor e ódio somente.

Como nos diz Galeano (2003),

cada pessoa brilha com luz própria entre todas as outras. Não existem duas fogueiras iguais. Existem fogueiras grandes e fogueiras pequenas e fogueiras de todas as cores. Existe gente de fogo sereno, que nem percebe o vento, e gente de fogo louco, que enchem o ar de chispas. Alguns fogos, fogos bobos, não alumiam nem queimam; mas outros incendeiam a vida com tanta vontade que é impossível olhar para eles sem pestanejar, e quem chegar perto pega fogo.(p.13)

Crianças anti-sociais resilientes parecem ter a “luz própria” de que Galeano nos fala. Elas conseguiram conservar mais no seu interior algo de bom, ao contrário de outras. Elas conseguiram guardar em si parte do fogo que queima, que instaura a vida e que a mantém. São crianças que nos marcam com sua capacidade, seja de incomodar o meio, seja de chamar nossa atenção para eles, seja por simplesmente estarem vivos e sofrendo. Há os que sobrevivem às adversidades sem comprometer sua saúde mental e há os que sucumbem...

Retornando uma pergunta feita por Winnicott (1960b, p.70), já por nós colocada em outro momento, o capítulo 2, sobre a questão da agressividade da criança: “Pode alguém comer seu próprio bolo e continuar a possuí-lo?” Acreditamos que a resposta, mais uma vez, dependa do ambiente que esta pessoa tiver encontrado ao longo de sua vida, principalmente no início desta.

Se a criança tiver tido um ambiente facilitador, esta criança poderá exercer a sua agressividade, vivenciá-la e sobreviver a ela, integrando-se com um ser total. Aqui ela teria podido comer o bolo (mãe) e continuar a possuí-lo (a mãe sobreviveu a todos os seus ataques e foi internalizada como objeto total).

Se o ambiente não tiver sido propício nem facilitador, muito pelo contrário, tiver sido intrusivo e ameaçador, a criança terá muito medo de “ter comido o bolo” e, de certo, o “vomitará” em seguida, sem vivenciá-lo como seu porque acreditará que o destruiu quando o comeu ou tentou comê-lo. Mas se Winnicott está certo (e na nossa opinião ele está), esta criança continuará a procurar bolos até encontrar um que resista a seus ataques e ela possa comê-lo e internalizá-lo como sendo seu, e assim ela terá comido o bolo e continuará a tê-lo. Aqui Eros e Tanatos estarão unidos e a agressividade se transformará em algo criativo e criador de vida e não de uma casca, eco vazio de um ambiente que a criança tenta em vão se ajustar e agradar sem nunca conseguir, ou a atuar sua agressividade em forma de destrutividade.

#### **4.5. Verdades, mentiras e verossimilhança: Pinóquio como personagem da vida.**

Ninguém é o que parece  
ou o que aparece.  
O essencial não há quem enxergue.  
Todo mundo é só a ponta  
do seu iceberg.  
(Luis Fernando Veríssimo)

Acreditamos que o espaço da análise não se restrinja somente ao espaço de um *setting* ou do fazer analítico enquanto prática efetiva e concreta, com um sujeito real. Muito antes da Psicanálise havia o artista que, de certa forma, analisava o mundo e criava, imaginariamente “casos” para que a sociedade, através deles, se visse ou se achasse e se entendesse.

Assim, existir nesta tese um estudo de um caso literário talvez demonstre uma das facetas do fazer analítico: o ver, através da arte, a vida, a vida criativa, aquela que vale a pena ser vivida, segundo Winnicott, e aquela que pode ser a

todos entregue e esquadrihada, posto hipotética, mas marcadamente presente e individual.

Analisaremos Pinóquio e, através de uma estória, contaremos a história de tantas das crianças que são atendidas nos consultórios de muitos psicanalista, com as mesmas queixas, com os mesmos medos, com os mesmos sintomas.

Que da arte surjam caminhos para se entender o humano, já que esta é expressão daquele.

#### **4.5.1 Pinóquio: “humanizando marionetes”<sup>31</sup> – uma aventura em busca de ser.**

Antes de iniciarmos, é importante esclarecer que o Pinóquio com o qual iremos trabalhar é o personagem do livro de Collodi (2002), e não o Pinóquio de Walt Disney. Schirmbeck e Arruda (2003) marcam essa diferença da seguinte forma:

Cabe esclarecer ao leitor que existem várias versões da história do Pinóquio e que estamos nos detendo na original de Carlo Collodi, o que difere, por exemplo, da versão de Walt Disney sob vários aspectos. Nesta, o que caracteriza a história é a mentira, o nariz que cresce e uma fada bondosa, que podemos pensar como representante da figura materna, pois é quem dá vida ao boneco, bem como o grilo falante que o alerta dos perigos do mundo. Já na original, a história é mais densa e sofrida, e onde não tem ninguém que o proteja, pelo contrário é Pinóquio quem tem que proteger a si próprio e ao pai. É um menino que não pode ser menino.(p.1)

O livro original pode ser visto como que composto por duas partes: na primeira parte há o Pinóquio infantil e onipotente, no qual nem ele se importa com a sociedade, e nem ela para com ele. Na segunda parte há o Pinóquio marginal, à margem da sociedade, tentando fazer um movimento de encontro com o outro através de seus atos anti-sociais, mas a sociedade não se importa com ele mais uma vez: surge o Pinóquio desamparado e em solidão.

Pinóquio é uma marionete que queria muito virar “menino de verdade”, mas que quase acaba virando um burrico por nunca querer ir à escola ou seguir os conselhos dos adultos. Uma marionete quase menino, metade madeira e metade humana por ser capaz de ter sentimentos humanos e vida própria, que mente e tem seu nariz a denunciá-lo. Quantos caminhos esse boneco não é obrigado a percorrer

---

<sup>31</sup> “Humanizando marionetes” é o nome de um texto escrito por Gilberto Safra para o IV encontro com Sara Pain, ocorrido em maio de 2003, em São Paulo.

para conseguir virar humano ao final? Pinóquio mente tão sinceramente que a mentira, para ele, é parte de sua verdade e às vezes sua verdade inteira.

Qual Pinóquio iremos tentar entender, ao colocá-lo como personagem de uma situação na qual certamente já vivemos em algum momento de nossas vidas, ao colocarmos esse personagem como um cliente que nos chega para uma consulta? Há tantos pinóquios no Pinóquio! Há o Pinóquio mentiroso, o Pinóquio abandonado, o Pinóquio desobediente, o Pinóquio desamparado, o Pinóquio ingênuo, o Pinóquio endiabrado e infantil como todas as crianças são quando podem somente se preocupar em brincar, o Pinóquio exemplo nos estudos tentando virar menino de verdade a partir da regra social imposta a ele seja pela Fada Azul, seja pelo Grilo Falante ou pelos inúmeros animais que na estória original, aparecem para lhe ensinar o que seria o “bom caminho”. Escolhemos, para análise “clínica” três Pinóquios que podem se fundir em um só: *o Pinóquio bagunheiro, o Pinóquio mentiroso e o Pinóquio desamparado.*

Pinóquio, em qualquer situação que esteja, é uma marionete. Alguém que deveria ser uma corruptela de gente, guiado por gente através de fios, para que, representando o humano, mostrasse-nos o quanto temos de virtudes e de defeitos e, principalmente, fazer-nos rir durante o percurso da peça que encenasse. Pinóquio é motivo de riso para todos os que o vêem, arremedo de gente sem o ser. “Gente humana” porque sente, chora, grita, sofre, mas marionete, porque em tudo faz exagerado, caricatura do humano que poderá um dia vir a ser se a Fada assim o permitir, se ele for um bom menino. Logo, Pinóquio é em si mesmo uma mentira, nem marionete real, nem menino verdadeiro. A mentira é a verdade de Pinóquio, que habita um não espaço.

O que é ser um “bom menino” para um pedaço de madeira entalhado? Pinóquio não sabe o que seja isso, e assim tenta, de todas as maneiras, copiar o “ser bom menino” e erra, e, ao errar por desconhecimento, acaba se distanciando do que seja “ser um bom menino”. Surge aqui o *Pinóquio bagunheiro*, aquele que não irá à escola, aquele que preferirá o País do brinquedo a esta, aquele que fugirá de casa, aquele que se desviará do tal famoso “bom caminho” traçado para ele. Mas Pinóquio sempre tentará retornar para casa e retornar para o “bom caminho” para o qual sempre o enviam e o indicam ser o caminho mais normal para se tornar um humano de verdade. Aqui temos algo ambíguo: o bom caminho dos humanos é um caminho de verdade ou de mentira? Para uma criança que não

constituiu como seu um código de valores e moral inatos, tal qual postula Winnicott, como pode, sem se submeter, escolher um caminho de vida?

Pinóquio, apesar de bagunceiro, tem bom coração. Há nele algo do bom menino que ele quer ser. Ele somente se perde nos descaminhos do mundo, por não ter tido tempo de aprender ou de viver no mundo em que querem que ele viva: um mundo cheio de ladrões, cheio de trapaças, cheio de maldades. A virtude, no mundo do Pinóquio, não existe. No enredo do livro de Collodi temos raposa e gato malandros, temos donos de parques maldosos, temos polícias corruptas e taberneiros estelionatários, temos mentirosos profissionais. Como pode Pinóquio aprender a ser um bom menino se não há, para ele, modelos constantes de “virtude”, de ser “bom menino”?

Tavares (2002) cita a falsidade da verdade ou do verdadeiro em Pinóquio. Diz-nos que

o verdadeiro, até os bons e os justos são falsos e monstruosos, em seu desejo de domar o outro pelos artifícios da imposição (como a Fada e o Golfinho, Gepetto e o Imperador), das promessas ilusórias, as mais cavernosas possíveis. Nesse caso até o Gato e a Raposa parecem mais honestos e ingênuos em sua mania de ludibriar os outros para sobreviver. “Se você for um menino bonzinho, estudioso e obediente eu o transformo em humano”, dispara a “boa” e “protetora” Fada com seu aspecto de bruxa enfeitiçadora, a entidade milenar que ao longo do livro se metamorfoseia em tudo o quanto exige a lenda e a fábula — de Menina Morta, a Pombo, a Moça Bondosa, Cão ou pássaros que povoam o universo de Pinóquio.(p.3)

Desviando-se do “ser um bom menino”, Pinóquio também acaba tendo que se explicar em seus atos com a Fada Azul, ou com Gepetto, seu suposto pai por tê-lo talhado na madeira, ou com o Grilo Falante. Mas o que perguntam a Pinóquio ele não sabe responder porque não possui em si mesmo vivência do mundo em que vive: aí ele mente, e ao mentir seu nariz cresce e o denuncia na mentira. Mas quem realmente mente a Pinóquio? Acreditamos que seja o mundo adulto! E aqui surge o *Pinóquio desamparado*, talvez o mais sozinho das marionetes, porque ele não é irmão de fato de seus irmãos de madeira. Ele não possui cordas, possui vontade própria; ele é capaz de realmente ter sentimentos humanos como saudades e dor; mas ele não é humano, ele é articulado, ele é de madeira. Não possui cabelos para arrancar se assim o quiser em sua dor. Ele é desajeitado para os padrões humanos; ele não nasceu como os humanos, ele não possui pai nem

mãe! Ele não possui o “outro” que nos transforma em seres humanos porque ele não tem origem, não tem família, não tem, no fundo, quem se importe com ele.

Safra (1999) reflete que “um corpo não transfigurado pela presença de outros é corpo-coisa, e não encontra meios de perceber subjetivamente a vida no mundo. Assim, ocupar um lugar no mundo é ocupar um lugar na vida do outro”.(p.47) Para que um corpo seja transfigurado,

a mãe, ao se colocar no lugar onde o bebê, com sua ação cria, permite que o self da criança aconteça. Ela dá campo para que o querer do bebê surja como função de alguém existente. A ação que não cria a mãe, encontra o nada e devolve um arremedo de querer: a teimosia enlouquecida que encapsula o oco.(p.92)

“A teimosia enlouquecida que encapsula o oco” dá aparência de verdade ao que é mentira. Pinóquio é um corpo-coisa porque ele não teve ainda, na primeira parte do livro de Collodi, o corpo transfigurado pela presença de outros.

Na segunda parte do livro de Collodi, Pinóquio já demonstra ter atingido a fase do EU SOU e, assim, já ter atingido a capacidade de concernimento. Exatamente por já possuir preocupação com seus atos, vemos Pinóquio, aqui, como uma criança em estágio de desenvolvimento de dependência relativa. De certa forma, mesmo não tendo mãe, ele possuiu em Gepetto um pai-mãe, seja porque o criou, seja porque é com ele com quem Pinóquio mora e vive. Diante desse olhar podemos analisar as atitudes de Pinóquio como de uma criança anti-social.

Vejam: desde que surge, ou nasce, Pinóquio causa transtornos: chuta a canela de Gepetto, rouba-lhe a peruca, corre em desabalada carreira pela vila toda forçando o pai a correr, sem poder, atrás dele. Assim, o pai que deveria contê-lo, não o consegue fazer e quem acaba tendo que cuidar da Fada Azul, de mantê-la viva, de salvar o pai da barriga do Tubarão e sobreviver a todas as provas pelas quais terá de passar até chegar a alcançar o *status* de “ser menino de verdade” é o Pinóquio sozinho. Não há quem ampare Pinóquio nas suas aventuras, aventuras essas que podem bem ser vistas como desventuras e desencontros. No fundo Pinóquio procura apoio e companhia, alguém que seja o outro a cuidar dele para ele poder parar de se preocupar com a noite e com a chuva e com os trovões e com a comida. Se Gepetto não o contém, assim também não o contém a polícia, nem a prisão. Pinóquio irá ter de aprender com a vida, passando pela morte algumas vezes, seja no Carvalho Velho, seja na frigideira do pescador, seja no ser

engolido pelo Tubarão, seja no quase afogamento, o limite para poder ter direito a virar um “menino de verdade” e ter carinho e proteção como todo menino deve ter. Ele terá de nascer realmente, de não mais precisar da mentira para ter uma verdade a ser falada. Ele não será mais uma mentira, ele será verdadeiro, verossímil e, portanto, real.

Safra (1999) pontua uma questão interessante que se articula em Pinóquio. Diz-nos que o indivíduo, quando utiliza para se comunicar com o mundo os chamados comportamentos destrutivos, “faz o possível e o impossível para afetar alguém e inserir-se no mundo dos homens”. Assim, “muitos comportamentos chamados destrutivos assinalam que o indivíduo jamais teve o encontro humano necessitado. São situações em que o ser humano vive em solidão absoluta, em um estado de sofrimento sem fim, pois nessas áreas de experiências, não há para ele tempo ou espaço”.(p.136) Pinóquio é emblemático, simbólico de muitas dessas situações. O Pinóquio bagunceiro e criador de confusões tenta, na verdade, uma resposta do meio, busca criar para si um tempo e um espaço sentido como perdidos; tenta sair de sua solidão e ter alguém que, ao olhá-lo como ele realmente é (um bom menino), o faça se transformar em um.

Tavares (2002) analisa Pinóquio da seguinte forma, que imaginamos se articular com o que estamos tentando montar da significação de Pinóquio no que diz respeito aos atos anti-sociais em uma criança:

Pinóquio é o símbolo máximo da solidão humana. Quando Gepetto o criou, estava recriando o filho que não teve e, como bom taumaturgo, jamais se aprofundou na compreensão das razões da própria criatura. Interessava a ele, em seu desejo de pai, a educação de uma imagem que refletisse a própria história ou a história da infância perdida na cidade pobre e falsa do País dos Brinquedos. Enquanto Pinóquio reduz o símbolo do filho pródigo a uma exaustiva e eterna fuga, Gepetto, o seu criador, simboliza a rigidez fugaz de uma sociedade injusta e sem identidade coletiva. Ele quer recuperar a própria obra, mas em sua busca agônica e infinda de se sentir “pai”, ele se sente engolfado pela natureza (o terrível Tubarão) impiedosa do destino itinerante da condição humana.(p.2)

Acreditamos que podemos lançar mão de um poeta que, em suas poesias, tratava sempre da angústia do não ser, do estar no meio de, de não ter se completado nunca como sujeito. Pinóquio é um *quase* como vimos, quase menino, quase marionete, quase correto, quase bonzinho e basicamente, sempre solitário. Ouçamos as vozes das musas, aquelas que, filhas de Mnemosine, deusa da memória, trazem à vida aquilo que está na mãe guardado, através da voz de um

“aedo” ou poeta. Mais uma “mentira” trazendo à luz uma “verdade”, em um espaço de verossimilhança...

Um pouco mais de sol - eu era brasa.  
Um pouco mais de azul - eu era além.  
Pra atingir, faltou-me um golpe de asa...  
Se ao menos eu permanecesse alguém... (...)

Quase o amor, quase o triunfo e a chama,  
Quase o princípio e o fim - quase a expansão...  
Mas na minh'alma tudo se derrama...  
Entanto nada foi só ilusão!

De tudo houve um começo...e tudo errou...  
- Ai a dor de ser-quase, dor sem fim...-  
Eu falhei-me entre os mais, falhei em mim,  
Asa que se enlaçou mas não voou...

Momentos de alma que desbaratei...  
Templos aonde nunca pus um altar...  
Rios que perdi sem os levar ao mar...  
Ânsias que foram mas não fixei...(...)

Num ímpeto difuso de quebranto,  
Tudo encetei e nada possuí...  
Hoje, de mim, só resta o desencanto  
Das coisas que beijei mas não vivi...(...)

(Mario de Sá-Carneiro, 1913, p.49)

Quem de nós nunca se sentiu assim? Quem nunca se sentiu alguém do que deveria executar? Quem nunca olhou para si mesmo e perguntou se eu tivesse tido um pouco mais de..., eu teria conseguido? Quem nunca acreditou que tudo encetei, mas nada possuiu? Quem de nós nunca se sentiu um Pinóquio, seja porque mentiu, seja porque se viu sozinho ou solitário diante da vida, que, de repente, se torna pesada demais para ser levada em nossos ombros? Como diria outro poeta mais moderno: “eu sentia o peso do mundo em minhas costas”. Pinóquio sentia o peso do mundo em suas costas e por isso se valia da mentira, das brigas, das fugas, da desobediência para poder preencher o vazio do que sentia, da falta de informações, a procura sempre de alguma coisa ou de alguém que cuidasse dele.

A mentira, assim como todos os demais atos anti-sociais acima descritos, ganham, nesse Pinóquio de Collodi, não um cunho de desvio da moral ou da falta arbitrária com a verdade, ou de destrutividade sem sofrimento e, portanto uma

quase delinqüência, e sim uma tentativa desesperada de um quase menino de viver uma quase vida humana, tendo que carregar consigo a responsabilidade de viver em um mundo que não conhece e de se responsabilizar por adultos que deveriam cuidar dele, e não o inverso. A mentira de Pinóquio é consequência de seu não conhecimento do mundo e seu abandono. Para esta criança faltou aquilo que nunca deveria ter faltado: proteção, afeto e limites.

A última imagem do livro de Collodi é o menino Pinóquio, por fim um menino de verdade, e uma marionete sem vida, largada, desconjuntada, em um baú e em uma cadeira.

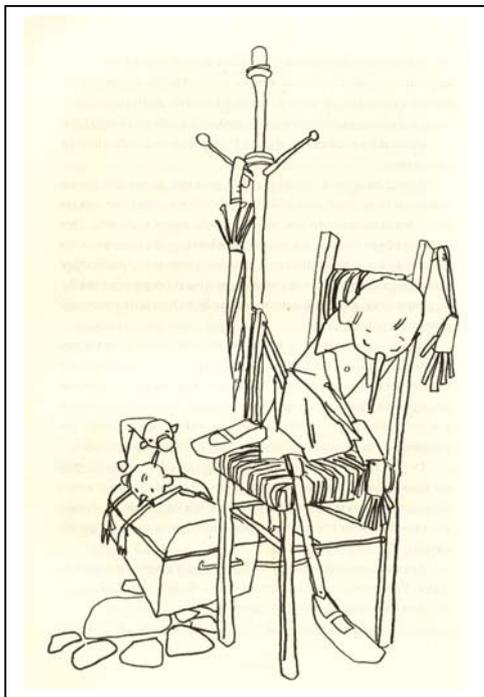


Figura 11

- E o velho Pinóquio de madeira onde será que se escondeu?

- Olhe ele lá – respondeu Geppeto. E indicou-lhe uma grande marionete encostada numa cadeira, com a cabeça virada para um lado, os braços pendentes e as pernas atravessadas e meio dobradas, de um jeito que parecia milagre que continuasse de pé.

Pinóquio virou-se para olhá-la. E depois de tê-la olhado por um tempo, disse de si para si com grande complacência:

- Como eu era engraçado quando era uma marionete! E como estou contente agora que me tornei um bom menino!... (Collodi, 2002, p.191)

O diálogo final do livro marca, além da imagem em si a ele articulada, uma outra imagem já analisada e montada ao longo dos capítulos desta tese. Que da imagem e do diálogo surja o significado do ato anti-social em uma criança.

Acreditamos que as crianças anti-sociais são Pinóquios ou são um *quase*. Estavam em um processo de desenvolvimento que se estanca, que se congela, que deixa marcas a serem significadas num depois. Suas atuações, caricaturadas nas inúmeras desventuras "pinoquianas", marcam uma tentativa de diálogo com o meio que as desconhece ou que não paga o ônus por ter falhado para com elas. Da imagem e do diálogo vemos que, para a criança anti-social, fica sempre um resto com o qual ela terá de lidar ao longo de sua vida. Pode-se “curar” a tendência anti-social através de um meio amoroso e firme, mas acreditamos que essas crianças

sempre terão em si essa marionete, registrada em seu psiquismo. Elas sabem que sobreviveram às adversidades da vida a elas impostas, mas elas não esquecem. Como nos fala o próprio Winnicott, são crianças antes de tudo solitárias e infelizes, que estão feridas, à procura de cuidados, e elas sabem que se forem cuidadas, sobreviverão. E, quando podem se ver como uma criança de verdade, ou seja, com seus direitos de brincar e ser irresponsável garantidos, elas deixam de serem guiadas por fios de marionetes, ou deixam de atuar no meio, e ficam contentes, mas não esquecem o que passaram. Como já nos alertou Winnicott anteriormente: a coisa terrível é que nada é esquecido. Isto é um acontecimento muito doloroso, algo que elas nunca vão se libertar.



Figura 12

Ocupar-se de si mesmo, é ilusão cômica de nosso tempo.  
Ocupar-se dos outros, é sua ilusão trágica.  
(Jean Baudrillard, 1990, p.49)

**5.****“Quando achávamos que sabíamos todas as respostas, mudaram-se as perguntas”: as funções parentais e a infância em eclipse**

Pensar o tema da agressividade da infância na contemporaneidade implica em se pensar mais a fundo algumas questões que delineamos ao longo dos capítulos anteriores. Para que entendamos como os limites e as demarcações de papéis se liquefizeram, ou foram se transformando em algo mutável ou mutante, devemos iniciar nossa reflexão sobre o que era a infância e naquilo que ela hoje representa, assim como delinear qual era e qual é hoje o papel sócio-psíquico dos pais.

Antigamente achávamos que tínhamos respostas exatas a certas condutas e a certos papéis. Diante da mudança dos tempos, a sensação que temos é que mudaram as perguntas a nós dirigidas e nossas repostas não mais se coadunam com o que nos perguntam.

O que é infância? Existe ainda a infância? O que é ser criança? O que é ser pai e ser mãe? Qual o papel ou a função dos pais na contemporaneidade?

Partimos do pressuposto que se a adolescência sombreia a infância encurtando-a ou modificando-a, e igualmente sombreia ou se estende até a adultez, o que acabamos por ter de refletir, na questão do que seja ser criança ou ser adulto/pai-mãe, é o adolecimento desses dois espaços e, assim, a criação de um modo adolescente de ser que comprime a infância e cerceia o adulto.

Tanto a infância, enquanto espaço e conceito, quanto a adolescência, ou o processo de adolecimento, são inventados. Lazzance (In: Rodovalho, 1999, p.234) afirma que “a juventude é um fenômeno essencialmente histórico. Ela muda de lugar, de cor, de tamanho, de idade, de humor, de roupa, de linguagem, a ponto de podermos dizer que ela não existe a não ser quando é inventada”. De igual forma, Costa (1999) e Ariès (1981) nos clarificam o quanto a infância também é um processo de invenção de um espaço.

Da criação de um papel e lugar, seja o da infância, o do adolescente ou o do adulto, à desconstrução desses lugares na contemporaneidade, o que se impõe é quanto essa desconstrução ou essa mutação de papéis e lugares não estariam gerando uma nova forma de subjetivação da criança dentro desse contexto. Pergunta e resposta não mais se articulam com tanta clareza, advindo, no lugar da certeza, seja do papel a cumprir e desempenhar ou do lugar a ocupar, a ambigüidade e o não-lugar na maioria das vezes. Tendo em vista a historicização desses processos, o que entendemos afinal por contemporaneidade?

### 5.1.

#### **Delineando um contexto histórico para contemporaneidade.**

“Sou templo prestes a ruir sem deus  
Estátua falsa ainda erguida ao ar...”  
(Mario de Sá Carneiro)

Devemos, diante do contexto atual, delimitar o que seja contemporaneidade ou, como outros autores denominam igual período, a pós-modernidade. Por que é importante tal delimitação? Acreditamos que muito do que se vivencia a partir dos atos anti-sociais das crianças e dos adolescentes advém da questão do contexto no qual essas crianças estão imersas, e esse contexto é necessariamente, como vimos, o contexto familiar, mas não se reduz a ele. É também o contexto social e histórico no qual essa família está submersa, muito mais do que imersa.

Em seus livros *Modernidade e ambivalência* e *Modernidade líquida*, Bauman (1999 e 2001) faz um recorte da passagem do pensar e viver modernos para o pensar e viver pós-modernos (como o autor prefere denominar a contemporaneidade). Para este autor, a modernidade continha em si a tentativa de ordenar, classificar e denominar/ dominar o mundo, onde cada ato nomeador dividiria o mundo em dois: “entidades que respondem ao nome e todo o resto que não”.(Bauman, 1999, p.11) Retirava-se do contexto qualquer possibilidade de ambigüidade, sendo que esta era vista como uma desordem e a instauração necessária do caos caso viesse a aparecer enquanto matriz de pensamento ou de questionamento.

Assim sendo, cunharam-se verdades absolutas, certezas dogmáticas e, ao recortarem-se problemas e darem a eles soluções, tinha-se a sensação de que se

dominava a natureza e esses próprios problemas, já que “um mundo que se desintegra numa pletora de problemas é um mundo governável”.(Bauman, 1999, p.20) Dessa forma, a certeza de como agir era parte inerente desse contexto, já que em um mundo no qual a ordem é o paradigma “‘a gente sabe como ir adiante’ (ou, o que vem a dar no mesmo, um mundo no qual sabemos como descobrir – com toda a certeza – de que modo prosseguir)...”.(Bauman, 1999, p.10)

Ao contrastar a modernidade com a pós-modernidade, Bauman (1999 e 2001) nos demarca em que lugar se fratura essa certeza moderna, exatamente na ambigüidade e na ambivalência que apareciam como um refúgio desta. É essa ambigüidade que será a marca e o chão da pós-modernidade e instaurará a idéia do líquido, do maleável e do individual. Dessa forma, é “inteiramente diferente viver com a consciência pós-moderna de que não há nenhuma saída certa para a incerteza. O desconforto que tal consciência produz é a fonte de mal-estares especificamente pós-modernos: o mal estar pela condição repleta de ambivalência (...)”.(p.250) A consciência social se torna algo despreocupado já que existem sempre muitas versões para um mesmo fato ou situação; e esses fatos-história necessitam sempre de serem re-contados repetidamente, “a cada vez perdendo algo e acrescentando algo às versões anteriores. (...)”.(p.259)

Nosso mundo é retratado por Maffesoli (In: Bauman, 1999) como uma sociedade neotribal. O interessante deste conceito é a questão da particularização das opiniões e das atitudes ou funções sociais, espaço onde a tradição não faz sentido de existir face à volatilidade dos conceitos e do individualismo da percepção do mundo e de suas funções sociais.

As tribos do mundo contemporâneo são formadas pela multiplicidade de atos individuais de auto-identificação. (...) O mais comum é as “tribos” serem desatentas com a adesão, e a própria adesão é fraca. (...) As tribos “existem” apenas por decisões individuais de ostentar os traços simbólicos da fidelidade tribal. Desaparecem assim que as decisões são revogadas ou assim que sua determinação desaparece. (...) As neotribos são, em outras palavras, os veículos (e sedimentos imaginários) da autodefinição individual. Os esforços de autoconstrução as geram; a inevitável inconclusividade e frustração desses esforços levam ao seu desmantelamento e substituição. Sua existência é transitória, em fluxo contínuo. Inflamam mais a imaginação e atraem a lealdade mais ardente quando ainda residem no reino da esperança.(p.263-264)

A tradição aparece, nessas “tribos” que compõem a sociedade, como algo mágico, esquecendo-se, entretanto, que tradição está intrinsecamente ligada a uma

repetição e uma manutenção, uma recapitulação, a uma herança, “que aparece, se aparece, apenas no fim, nunca no começo do acordo”.(Bauman, 1999, p.265) Dentro da não existência real de uma tradição, em um mundo fluido e individual, a contemporaneidade se constrói em cima de uma imagem e não de uma realidade. Há uma imagem a ser consumida, imagem a ser aceita como sendo a minha imagem e, portanto, não mais importando se a imagem do outro faz sentido ou se articula à minha. Dessa forma, as funções sociais também se liquefazem, se esvaziam de um sentido comum, posto que comunitário. Qualquer opção ou conduta é uma “escolha individual” e “livre” de um segmento que não deve ser questionado por mim por sua escolha de vida ou de conduta, “uma parte legítima da estimulante diversidade do mundo”. “A sociedade pós-moderna revelou-se uma máquina quase perfeita de tradução – uma máquina que interpreta qualquer questão social existente ou provável como questão privada”.(p.276)

Ao transformar a questão social em uma questão individual, a pós-modernidade acaba por criar uma sociedade dos excluídos, repetindo a mesma catalogação e ordenação do tempo moderno, só que às avessas, posto que privilegia, aparentemente, a liberdade de escolha e a ambivalência como referenciais. Mas, como Bauman (1999) bem nos demonstra, essa tolerância não leva à solidariedade, ela fragmenta, em vez de unir. E dessa forma essa mesma tolerância

serve bem à separação comunitária e à redução dos laços sociais a um verniz superficial. Ela sobrevive enquanto continua a ser vivida no mundo aéreo do jogo simbólico da representação e não transborda para o reino da coexistência diária graças ao expediente da segregação territorial e funcional.(p.292)

A redução dos laços sociais e a questão da fluidez da sociedade em seus padrões, a partir da perda da tradição como algo que deve ser rememorado através de uma história sempre re-contada e mantida, é mais intensamente trabalhada por Bauman (2001) em *Modernidade líquida*. Marca da sociedade contemporânea, a fluidez faz com que os “padrões, códigos e regras a que podíamos nos conformar, que podíamos, selecionar como pontos estáveis de orientação e, pelos quais podíamos nos deixar depois guiar, estão cada vez mais em falta”, (p.14) e assim a individualidade passa a ser a marca e a sina dessa nossa cultura e época.

Somos uma “versão individualizada e privatizada da modernidade”, onde “o peso da trama dos padrões e a responsabilidade pelo fracasso caem principalmente

sobre os ombros dos indivíduos”. Chegamos, segundo o autor, à “liquefação dos padrões de dependência e interação”, onde a forma não se mantém. “Os sólidos são moldados para sempre. Manter os fluidos em uma forma requer muita atenção, vigilância constante e esforço perpétuo”.(Bauman, 2001, p.14-15)

A família não mais é sólida como padrão, como referência ou tradição. Tornou-se líquida ou está se liquefazendo. Há uma des-substancialização dos papéis parentais. Zizek (2003) acrescenta à idéia de fluidez baumaniana a idéia de perda de substância da contemporaneidade. A desrealização do real, o seu esvaziamento enquanto tal é mostrado de forma irônica a partir dos produtos que parecem, mas não são, assim como poderíamos dizer que nossa sociedade parece ser algo e no fundo não o é.

Hoje encontramos no mercado uma serie de produtos desprovidos de suas propriedades malignas: café sem cafeína, creme de leite sem gordura, cerveja sem álcool... (...). A Realidade Virtual simplesmente generaliza esse processo de oferecer um produto esvaziado de sua substância: *oferece a própria realidade esvaziada de sua substância*, do núcleo duro e resistente do Real – assim como o café descafeinado tem o aroma e o gosto do café de verdade sem ser o café de verdade, *a Realidade Virtual é sentida como a realidade sem o ser. Mas o que acontece no final desse processo de virtualização é que começamos a sentir a própria “realidade real” como uma entidade virtual.*(p.24-25, grifo nosso)

Diante dessa realidade esvaziada de sua substância podemos acrescentar às suas características ser “a modernidade ‘fluida’ uma época do desencajamento, da fuga fácil e da perseguição inútil”, (Bauman, 2001, p.140) diferente do que o autor denomina de “modernidade sólida”, que seria uma era de engajamento mútuo. Não há mais engajamentos mútuos e sim uma individualização do viver. Tenta-se montar uma identidade a partir de padrões fragmentados, sem consistência, quase que virtuais, já que passageiros: a vida passou a ter um estofado quebradiço, sendo que a “busca da identidade é a busca incessante de deter ou tornar mais lento o fluxo, de solidificar o fluido, de dar forma ao disforme”.(Bauman, 2001, p.97) A imagem criada pelo autor para caracterizar o que seja identidade, ou identidades como ele mesmo denomina, é a de crostas de lava de vulcão, “que vez por outra endurecem sobre a lava vulcânica e que se confundem e dissolvem novamente antes de se ter tempo de esfriar e fixar-se”.(Bauman, 2001, p.97)

Essa imagem evidencia a questão da temporalidade na pós-modernidade. O tempo é o instantâneo e esse tempo “muda radicalmente a modalidade do convívio humano – e mais conspícuamente o modo como os humanos cuidam (ou não

cuidam, se for o caso) de seus afazeres coletivos”.(Bauman, 2001, p.147) As bases coletivas que atam “seus membros a uma história conjunta, ao costume, linguagem e escola, ficam mais esgarçados a cada ano que passa”. Esse esgarçamento social cria outra imagem, a de que, “no estágio líquido da modernidade” aquilo que une os membros de uma comunidade seja algo que deva ter zíperes, já que na sociedade contemporânea, os papéis sociais e as identidades “podem ser usados pela manhã e despídos à noite (ou vice-versa)”.(Bauman, 2001, p.194) Assim, “a casa familiar, outrora envolta seguramente por uma densa rede de hábitos rotinizados e expectativas costumeiras, teve as proteções desmanteladas e está inteiramente à mercê das marés que açoitam o resto da vida”.(Bauman, 2001, p.197)

Não pretendemos aqui fazer a apologia do sólido e a crucificação do líquido e sim marcar que tanto só o sólido como somente o líquido trazem questões para o ser humano de como lidar com o mundo no qual está inserido. Da mesma forma que a fluidez acarreta desdobramentos não conhecidos, assim também a era sólida trouxe como desdobramentos as grandes guerras e as grandes neuroses.

Porém, diante deste cenário contemporâneo perguntamos: Que mundo é esse que os pais podem apresentar à criança? Que criança é essa que esses pais têm como seus filhos e dentro de suas casas?

## 5.2.

### **A infância não é um lugar para a criança.**

Formamos em nosso imaginário a idéia de que infância é um período idílico, sem problemas, período no qual brincar é diversão ou passatempo. Ser criança é, em nossas lembranças, um tempo de riso, parecendo, quase sempre, que as mágoas, as dores ou os dissabores somem... Não ficam registrados. Porém, se pararmos para estudar quando, historicamente, surge o conceito de infância, iremos perceber que este não é um lugar para essa criança criada para nosso prazer. Como nos mostrou Winnicott, a vida é difícil desde o início e há muitas razões para assim ser. Do processo de integração, personalização surge um indivíduo integrado e total, mas há um preço para que isso ocorra em seu curso normal: o preço da perda da onipotência, o do reconhecimento do sofrimento do

outro e da própria pessoa. Mas se tudo corre bem, e na maioria das vezes Winnicott nos mostra que sim, essas dificuldades inerentes ao viver se integram à nossa vida e “esquecemos” dos percalços passados.

Mas, não somente para a psicanálise, a infância não é um lugar de paraíso para a criança utópica do adulto. A infância não é lugar para a criança desde que começou a existir historicamente. Da sua invenção até hoje, a infância passou de ser o lugar que significaria inocência e um lugar protegido a ser um lugar desprotegido e muitas vezes perigoso para o ser criança...

Os célebres versos de Casimiro de Abreu, hoje, ecoam como utopia perdida do paraíso, que certamente jamais foi vivido por alguém, sendo somente uma metáfora de um sentimento oceânico. Vivemos, hoje, sua desconstrução, ou estamos construindo uma outra utopia. Não teríamos como recitar: “Ai que saudades que eu tenho da minha infância querida, de um tempo que não volta mais”. Os tempos estão em mudança ou de mudança e é sobre essa fluidez que iremos refletir agora.

### **5.2.1 A infância inventada: o construir de um paraíso.**

A infância não “existia” enquanto categoria social e histórica antes dos meados do século XII. Não havia lugar para a infância neste mundo, já que esta não figura em nenhum registro da época.

Essa não representação da infância e do seu não reconhecimento perpassa pela questão da temporalidade e pelo ordenamento lógico que se dava ao ser que vivia e crescia em sociedade:

Costa (1999) evidencia a questão do papel da criança estar fusionado, quase que prisioneiro a um papel social: o de ser filho. Coloca-nos que toda a imagem de fragilidade que a criança hoje em dia suscita, presente inclusive nos verbetes etimológicos, é algo recente, pois “a família colonial ignorava-a ou subestimava-a”, e assim, “nem sempre o neném foi ‘majestade’ na família, pois durante muito tempo seu trono foi ocupado pelo pai”.(p.155)

Somente a partir do século XVII, cabe à sociedade reconhecer a existência de uma infância, anteriormente confundida ou diluída na sociedade adulta, e dar a ela uma sentimentalidade. Em torno do século XVIII, surge o conceito de criança como um indivíduo em desenvolvimento e com necessidades específicas. A

representação que a estética dará a essa infância, no Romantismo alemão – e conseqüentemente à criança –, será desta representar o paraíso perdido dos homens, a época para a qual todos gostariam de voltar diante do caos da industrialização que a tudo e a todos ameaça e oprime. Surge a infância utópica, perpetuada nas artes como espaço do ingênuo e do intocável. Cria-se um mito e a “sacralização” da infância.

À infância adita-se o significado de incapacidade e de fragilidade, e a criança continua não tendo seu direito de ser um ser social, posto que, embora considerada, não lhe é atribuída responsabilidade sobre seus atos, e assim, não tem a liberdade de ser. À criança vão-se somando significados e a partir deles vão se delineando os lugares sociais possíveis de esta infância e de esta criança habitar. Infância e criança são, portanto, construções sociais e lingüísticas.

Esse percurso histórico, delineado por Ariès (1981) e Costa (1999), fica bem evidente se recorrermos à etimologia das palavras infância e criança. Se nos remetermos ao Dicionário Etimológico de Antenor Nascentes (1966) e ao Novo Dicionário da Língua Portuguesa, de Aurélio Buarque de Holanda (1979), vamos encontrar que o termo infância, de origem latina *infans*, *infantis*, reporta àqueles que não falam, ou seja, aqueles que não teriam voz, ou desejo, ou importância. A palavra *infantia* significa a falta de eloqüência, dificuldade em explicar-se, e infância se diz do período de crescimento do ser humano que vai do nascimento até a puberdade, meninice, mas também, ingenuidade, simplicidade.

Para o verbete criança, de origem latina, *creantia*, encontramos: ser humano de pouca idade, menino ou menina, párvulo; também pessoa ingênua, infantil. Interessante acrescentar aqui que, se formos ao verbete *párvulo* encontraremos: do latim *parvulu*, pequenino, que na sua forma adjetiva significaria além de pequenino, idiota, tolo, parvo. Se continuarmos a “brincar de perseguir” os sinônimos que o dicionário nos dá, encontraremos para *parvo*: pequeno, limitado, apoucado.

Jogando com as derivações das palavras na língua portuguesa, podemos ir para além de infância e criança, e nos remetermos a infantil e criancice, que acabam por sintetizar, em parte, os significados já encontrados. Infantil significa próprio da infância, ingênuo, tolo. Para criancice temos: a ação ou procedimento de criança, assim como leviandade, imprudência, imperfeição e irreflexão.

Diante de tantos significantes e significados, podemos compreender qual espaço foi construído para a criança e para a infância: um espaço do não saber, posto ingênuo, simples e também o espaço do limitado. Abre-se, aqui, o espaço educacional, no qual caberia ao adulto moldar este ser que nada sabe, ensinar a ele o mundo, dar-lhes diretrizes, legislar sobre sua conduta já que a ação infantil, a criançice, seria uma ação imprudente, imperfeita e irrefletida, cabendo ao adulto reformá-la, moldá-la conforme os costumes e leis vigentes.

Nesse ponto, surge a criança do saber científico, do educador, do religioso, do médico. A criança e a infância são o espaço de estudo de todos aqueles que se acham no direito de dizer algo sobre alguém que está se formando ou que está em imperfeição. E para a imperfeição, todos têm algo a dizer ou a fazer.

### **5.2.2 O desinventar da infância: a família e a criança não são mais as mesmas?**

A infância e a criança, sendo construções, modificam-se de acordo com o lugar e época em que estão inseridas. Se antes o lugar da criança era “lugar algum”, por não ser esta uma fase ou uma preocupação social, depois, passou a ser “o lugar do não saber”, espaço da inocência e da irreflexão. Hoje em dia, a infância e a criança habitam um outro lugar e, assim o significado dessas palavras também se modificam, sem, contudo, perder algo do que já designaram.

Em décadas anteriores a criança (como nas sociedades primitivas), após breves rituais de iniciação, se tornava um adulto. Hoje, a adolescência se alonga cada vez mais, e a infância se encurta, como se o período de latência sombreasse a infância. O que ocorre, hoje em dia, é um fenômeno denominado de adultescência, termo que designa o ideal de ser adolescente para sempre, com adultos tendo condutas adolescentes e faltando padrões adultos para os “verdadeiros” adolescentes se identificarem e também as crianças.

Se pararmos para pensar, tratamos, hoje, a infância como tratavam-na antes do século XII, em que esta era somente uma passagem do não apto ao apto. Ao acharmos que a criança pode “se virar” sozinha no mundo, damos a ela obrigações de adolescentes, adolecentificamos a infância e isso traz conseqüências sérias à constituição deste sujeito que é a criança. Falham, aqui, as funções parentais de *holding*, de limites intransponíveis: seja da mãe em estabelecer um ambiente

suficientemente bom a essa criança para que ela possa ir descobrindo o meio a seu tempo, seja em ambiente indestrutível, estabelecido pelo pai e pelo seu lugar como aquele que sustenta a mãe e limita a relação dessa criança com a mesma.

Sem essas funções sendo exercidas de forma suficientemente boa, a criança acaba por perder seus referenciais identificatórios. Vemos, então, surgir uma família adolescente, sem um papel que caiba à criança e um outro papel aos adultos: os papéis ou aparecem invertidos, ou aparecem diluídos. Desinventamos a infância em prol de algo que, se pararmos para analisar, não sabemos bem o que seja, nem o que trará como conseqüências futuras.

O lugar da infância, na contemporaneidade é aquele onde a criança não pode ser “criança” e vive, precocemente, uma eterna adolescência. É como se à criança estivéssemos imputando obrigações e valores muito cedo, e com isso estaríamos vivenciando uma diluição da infância como um espaço social que foi adquirido ao longo de alguns séculos.

Garcia (1999), em seu artigo “A dor do adolecer”, aprofunda o que os termos ‘adulescência’ e ‘aborrescência’ trazem no seu bojo ou no não dito do seu uso. Esses neologismos fariam de uma dor, ou seja, da dor da impossibilidade “de se atingir a maturidade psíquica como um ser acabado, cristalizando-se em um Ideal”.(p.163)

Costa Lins (1999), em “A adolescência prolongada: característica da pós-modernidade?”, alarga esse questionamento que o termo ‘adulescência’ suscita, quando reafirma o quão difícil se torna, hoje em dia, a despedida da adolescência, já que tudo “que parece bom e interessante está na adolescência”, sendo que a sociedade

não oferece ao jovem atrativos para que alcance a maturidade, não lhe mostra uma vida adulta estimulante e interessante o suficiente para seu ingresso nela: pelo contrário, tudo parece retê-lo nesta adolescência. Cria-se o mito da felicidade na adolescência, da beleza, das realizações, numa escalada tal que é praticamente impossível se tentar caminhar para uma outra etapa, deixando-se para trás estes maravilhosos trunfos.(p.190)

A maneira de ser adolescente passou a ser o norte de toda uma faixa de adultos, perdendo-se, assim, toda uma caracterização das pessoas neste segmento da vida. Assim, percebemos que além do desinventar da infância, há o desinventar da adulez enquanto lugar de fato dos adultos. Todos querem ser adolescentes e,

dessa forma, acaba não havendo papéis identificatórios para esses adolescentes, assim como para as crianças. Indo além, Costa Lins (1999) caracteriza a contemporaneidade, ou pós-modernidade conforme ele mesmo a intitula, como sendo uma época marcada pelo “companheirismo”, que impediria o surgir dessa identificação necessária ao adolescente para se tornar um adulto. Não se percebe com facilidade a diferença entre o jovem e os seus pais, uma vez que

estes buscam a eterna juventude e se fixaram em padrões de comportamento adolescente, seja no que diz respeito a modismos, preferências, como também principalmente na falta do exercício da autoridade sobre estes seus filhos que necessitam ainda de um encaminhamento e orientação para a vida. São todos colegas, não são pais – integrantes de um imenso grupo sem fronteiras, buscando os mesmos pontos de realização imediata.(p.191)

O sujeito adolescente olha para o sujeito “adulto” e encontra uma imitação do seu estilo de vida (jeito de vestir, de comer, de relacionar-se com o sexo oposto), deparando-se “com um adulto fragilizado, muitas vezes aberto para ouvir, receptivo para receber, mas indeciso na hora de contribuir e opinar”.(Costa Lins, 1999, p.172) Esse sujeito adolescente, perplexificado, volta-se para trás e percebe sua infância já distante, posto que a ele inculcaram padrões adolescentes cedo demais ou obrigações cedo demais. Tão sem lugar quanto a criança, se encontra em uma encruzilhada na qual não consegue decidir que caminho tomar. Então, simplesmente fica no mesmo lugar.

Caberia, aqui, apontarmos a questão que surge diante do desinventar da infância e da manutenção da adolescência como paradigma de modelo de comportamento ao mundo adulto: o desfundamento, tanto dessa criança quanto desse adulto e desse adolescente. Lewkowicz (2003) relaciona o desfundamento ou desraizamento da infância à falha ou ao desamparo das instituições sociais vigentes em relação às crianças. Segundo o autor, se não há instituição que sustente “o ser social, talvez tenhamos de pensar de outra forma tanto a infância quanto a estrutura que a sustenta”, pois diante do “desfundamento das instituições, o amparo perde essa qualidade institucional, e assim teremos de pensá-la de outro modo, sem um fundo institucional já dado”.(p.3, versão livre)<sup>32</sup>

---

<sup>32</sup> “La relación de amparo es histórica. Quiero decir que la relación de amparo desde la que pensamos el desamparo es esta configuración burguesa en la que hay una institución que es la familia en la que se acoge al recién nacido en su desamparo primordial. El amparo transcurre en el seno de una institución de amparo; el desamparado, en una institución de amparo, recibe el

Vilhena (1998) pergunta-nos, em relação a esta questão, algo que bem se articula com o que estamos tentando delinear: onde foram parar as nossas estruturas sociais que, antes, sustentavam toda uma evolução bio-psico-social da criança?

Com esse cenário social, podemos, aqui, pensar qual o papel da criança atualmente. Esperamos que nossos filhos sejam a nossa "imagem de felicidade" ou imagem de nossa necessidade. Mas o que seria felicidade para a contemporaneidade? Não acreditamos que precisemos ir tão longe nas nossas divagações. Felicidade, enquanto representação de um ideal esperado, sempre será um ideal esperado. Se o que esperamos de nossos filhos é que sejam nossos parceiros, como poderemos estar querendo que eles nos vejam como modelos identificatórios fundados a partir de uma ordem geracional, detentores de limites a lhes serem dados? Se, com parceiros, fazemos grupos, bandos, nos igualamos, como, depois cobrarmos dessas crianças respeito e obediência em moldes "modernos", não em moldes "contemporâneos"? Queremos o passado que nos tranquilize da transgressão, mas queremos o presente que nos dê apenas o prazer de ter, nos filhos, amigos... Porque para os pais atuais

a dita autoridade passa a ser vivida como autoritarismo, como uma ameaça a esta felicidade desejada a este amor tão propalado. Aos pais, como aponta Lasch (1997), caberia cada vez mais apenas a tarefa amorosa, sendo delegada a outras instâncias públicas a tarefa educativa. (Vilhena, 1998, p.72)

Calligaris (1996c) cria uma imagem forte para representar esse amor narcísico dos pais para com seus filhos: à criança caberia ser o espelho da perfeição. "A criança seria a caricatura da felicidade impossível" dos adultos. Este amor parental impõe condições e, dessa forma, o amor não é mais incondicional. Assim "a criança que, por razões reais não corresponder aos nossos devaneios não é mais nada".(p.220) Reiterando esse "nada" ao qual a criança é remetida ao não devolver ao adulto uma imagem de sua perfeição, Calligaris (1996b) continua a montar um mosaico que revela uma face não muito comum dos adultos, pais, para com seus filhos:

---

amparo. La matriz desde la que pensamos el amparo es institucional. Recalco esto porque estamos atravesando una época de desfondamiento de las instituciones, y en esta época de desfondamiento de las instituciones el amparo pierde esa cualidad institucional; tendremos que empezar a pensarlo de otro modo, sin fondo institucional ya dado". (Lewkowicz, 2003, p.3)

Trata-se de ocultar, de esquecer algo que faz parte de nós. O quê? Que as crianças não são mais estereótipo dominante da busca da felicidade. Fazer a felicidade de filhos e filhas, ou mesmo simplesmente planejar em vê-los ou vê-las felizes um dia, não é, como já foi, em nossa cultura, o que nos faz sonhar. Assim como criar crianças não é mais uma razão de ser. Preferimos e procuramos estereótipos de felicidade para nós mesmos, imagens adultas de satisfação.(p.231)

Continua, o mesmo autor, a montar o cenário contemporâneo da infância: a atitude dos pais, hoje, é de perplexidade frente ao que devem executar enquanto pais. Em uma imagem final, igualmente forte, Calligaris (1996b) denuncia: “a mão que segura o berço não sabe mais ninar, mas tampouco se autoriza soltá-lo, e acaba assim sacudindo a tal ponto, que às vezes o neném cai no chão”.(p.232)

Essa “mão” narcísica tenta segurar na infância aquilo que considera essencial para sua permanência no papel e lugar que lhes assegure gozo e não muita responsabilidade. A não muita responsabilidade faz com que essa mão continue a balançar o berço, é o balançar que importa e não o quê ou quem dentro dele está. E o neném que às vezes cai no chão é esse outro que somente lhe interessa enquanto for especularmente sua própria face. Se demandar outro papel ou outra questão a essa mão que balança o berço da infância, a resposta certamente virá rápida: será o não reconhecimento desse pedido ou dessa demanda – o bebê, assim, é sacudido e cai no chão, mas o que importa, talvez, seja que o berço continue a ser balançado.

Tais constatações evidenciam a desconstrução de dois espaços: o da infância e o de ser criança. Acreditamos que uma das conseqüências mais gritantes dessa nova configuração familiar seja a questão do abandono, da negligência e da falha da função parental, no sentido de os adultos estarem abdicando do seu lugar, e tirando a criança do seu.

Diante do quadro delineado, perguntamos: como re-instaurar o “playground winnicottiano”, ou seja, esses espaços de compartilhamento, de convivência e solidariedade no cenário desértico de valores éticos e de respeito pela alteridade que a contemporaneidade nos apresenta? Mesmo que a realidade se imponha da forma sombria descrita, há sempre uma saída criativa para o ser humano. Devemos acreditar necessariamente que essa realidade, a nós descrita e imposta como sendo o cenário único da contemporaneidade, é algo flexível e viável de ser

visto por outros vieses que não somente o anúncio do apocalipse. Afinal, quem se importa?

Winnicott postula e defende a voz da esperança no ato agressivo destrutivo, porque nele está implícito um pedido de socorro ao meio social e a esperança de que este meio reconheça esse grito, esse gesto simbólico e o acolha. Mesmo que este cenário desértico seja algo indiscutível, está aí no nosso dia-a-dia, também estão no nosso dia-a-dia outras experiências que nos falam de uma outra maneira de ser com o outro, nosso semelhante. Como nos diz o autor, em “Tudo começa em casa”, “a esmagadora maioria dos bebês do mundo, nos milhares de anos, tem tido uma maternagem satisfatória; se assim não fosse, o mundo estaria mais cheio de loucos do que de pessoas sãs – e isso não acontece”.(1968c, p.113)

É nesta voz de esperança que apostamos, diante do SOS da atitude anti-social. A criança responde a essa excessiva demanda de obrigações, que fogem ao seu entendimento, através de estratégias de sobrevivência, sendo a agressividade uma delas. A agressividade seria, dessa forma, uma criação da criança frente ao meio que a impinge a agir sobre o que lhe demandam, e não somente um ato treloucado de revolta. Seria uma comunicação através do gesto, por vezes descontrolado, mas que busca um interlocutor perdido, mas ainda imaginariamente para ela, encontrável.

### 5.3.

#### **Quando agredir é fazer-se ouvir na incomunicabilidade do mundo contemporâneo.**

Para Winnicott, a dissolução de continuidade da provisão ambiental é representada pela família que falha. Em todos os artigos em que estuda a tendência anti-social, ele postula que o tratamento para ela não é a psicoterapia somente, mas, e principalmente, um ambiente externo coeso e firme, um “pai” e uma “mãe” que sustentem um sistema que funcione, que contenha a criança, que sobreviva aos ataques desta quando ela acreditar no meio e puder agredir para testá-lo.

Para Winnicott (1945, p.54), o lar é o espaço que dá à criança substância e “é a partir das coisas aparentemente pequenas que ocorrem no lar e em torno dele que a criança tece tudo o que uma imaginação fértil pode tecer. (...) O mundo será

mais importante e satisfatório se for crescendo, para cada indivíduo da porta de casa, ou do quintal dos fundos”. Para o autor lar é “o quarto – ou quartos – que ficou associado na mente da criança ao pai e à mãe, às outras crianças, e ao gato. E há a prateleira ou o armário onde são guardados os brinquedos”. Nesse lar interior, construído pela criança, está a segurança de esta poder transgredir e voltar, porque algo de bom é reasssegurado dentro dela e fora dela, pela constância dos pais reais.

Em “De novo em casa”, o autor advoga o direito de as crianças tirarem férias do auto-controle, quando esse foi vivido por estas de forma artificial e excessiva durante anos. O autor ainda enfatiza que “para que uma criança possa descobrir a parte mais profunda de sua natureza, alguém terá de ser desafiado e até por vezes, detestado; e quem, senão os próprios pais, poderá ser detestado sem haver o perigo de um rompimento completo do relacionamento?” (1945, p.56)

Winnicott (1957, p.60) defende a idéia de que “o modo pelo qual organizamos nossas famílias demonstra, na prática, o que é a nossa cultura, assim como uma imagem do rosto é suficiente para retratar o indivíduo”. Também nos dirá que “a família nunca deixa de ser importante e é responsável por muitas de nossas viagens”. O que achamos interessante na metáfora “viagem” winnicottiana é o fato de ele passar das viagens físicas, ou seja, deslocamentos por outros lugares que nos distanciam de nossa casa de origem, para viagens que somente nos permitimos fazer porque em ambos os casos podemos “viajar periodicamente para casa para renovar o contato com a família”. A partir das metáforas das viagens, sejam internas, quando o bebê vai da dependência absoluta para a relativa rumando para a independência, sejam as físicas, de afastamento real do lar, Winnicott desenvolve a idéia dos círculos concêntricos. É importante entendermos esse conceito de socialização, para que possamos compreender a atitude anti-social como uma busca legítima de um círculo mais amplo que a contenha, já que a família, nesse caso, não consegue fazê-lo.

Diz-nos Winnicott (1960d), em “Família e maturidade emocional”:

Quando examinamos esse fenômeno evolutivo que se inicia com o cuidado materno e prolonga-se até o interesse da família pelos filhos adolescentes, não podemos deixar de notar a necessidade humana de ter um círculo cada vez mais largo proporcionando cuidado ao indivíduo, bem como a necessidade que o indivíduo tem de inserir-se num contexto que possa, de tempos em tempos, aceitar uma contribuição sua nascida de um impulso de criatividade ou generosidade.

*Todos esses círculos, por largos e vastos que sejam, identificam-se ao colo, aos braços e aos cuidados da mãe. (p.131, grifo nosso)*

A partir dessa imagem de círculos que se englobam, Winnicott (1960d) estuda a questão da rebeldia. Na rebeldia, o indivíduo

rompe o círculo imediato que o envolve e dá segurança. Mas duas coisas são necessárias para que esse rompimento seja vantajoso. O indivíduo precisa inserir-se num círculo mais amplo que esteja pronto a aceitá-lo, o que equivale a dizer que ele tem necessidade de retornar à situação rompida. *Na prática a criança precisa sair do colo da mãe, mas não daí para o espaço sideral; esse afastamento deve dar-se em direção a uma área maior, mas ainda sujeita a controle. (p.132, grifo nosso)*

Acreditamos que, na tendência anti-social, o que acontece é que, de repente, a criança se vê "lançada no espaço sideral", e começa a procurar o limite para esse espaço tão amplo que ela não tem ainda capacidade para entender e principalmente significar internamente. À rebeldia, Winnicott (1960d) irá articular a idéia, já desenvolvida anteriormente, de fuga. Para ele, cada uma das quebras dos círculos estritos para círculos sociais mais amplos seria uma representação de

uma fuga de casa; mas ao mesmo tempo, todos simbolizam esse lar que foi deixado para trás e, na fantasia, destruído. Quando tudo corre bem, a criança continua sendo capaz de voltar para casa apesar da rebeldia inerente ao ir embora. (...) É muito difícil para a criança elaborar os conflitos inerentes ao sair e voltar sem um apoio satisfatório da família.(p.132)

Em outro artigo "Alojamentos para crianças na guerra e na paz", Winnicott (1948) continua a falar da importância do lar para as crianças, só que agora para crianças que desenvolveram atitudes anti-sociais. Em tempos de paz, essas crianças podem ser classificadas em duas amplas categorias: "crianças cujos lares não existem ou cujos pais não conseguem estabelecer uma base para o desenvolvimento delas, e crianças que têm um lar, mas, nele, há um pai ou uma mãe mentalmente doente". Esses dois tipos de lares frustrarão a criança antes do tempo certo e o que elas precisarão enquanto terapêutica, será uma "estabilidade ambiental, cuidados individuais e continuidade de cuidados".(p.78)

Segundo Winnicott, para lidar com a agressividade excessiva, ou quando a maneira de lidar com o mundo de forma cruel e destrutiva ameaça ser dominante à forma amorosa, "o indivíduo tem de fazer alguma coisa para salvar-se, e uma das coisas que ele faz é pôr para fora de seu íntimo, dramatizar exteriormente o

mundo interior, representar ele próprio o papel destrutivo e provocar seu controle por uma autoridade externa”.(1939-64, p.93) Winnicott nos alerta que essas crianças possuem o controle externo como necessidade de não enlouquecimento, ou um controle da agressão orientada pelo medo. Nela, a versão dramatizada de um mundo interno é terrível demais, e portanto elas provocam o meio para que este funcione onde elas não conseguem funcionar. Aqui os adultos são de vital importância. Diz-nos que “é tarefa do adulto impedir que essa agressão fuja ao controle, proporcionando uma autoridade confiante, dentro de cujos limites um certo grau de maldade pode ser dramatizado e usufruído sem perigo”. Assim, também é tarefa vital dos adultos e dos professores dessas crianças o cuidar para que elas “nunca se vejam diante de uma autoridade tão fraca a ponto de ficarem livres de qualquer controle ou, por medo assumirem elas próprias a autoridade”. (1939-64, p.95) Quando estas assumem a responsabilidade por si mesmas, quando não têm ainda condições para tanto, desenvolvem uma moralidade cruel e tirânica.

Uma pergunta é feita por Winnicott em “Alguns aspectos psicológicos da delinqüência infantil” que acreditamos, diante do já exposto, ser pertinente também aqui: “o que acontece se o lar faltar à criança antes de ela ter adquirido uma idéia de um quadro de referência como parte de sua própria natureza?” (1946, p.121) Se os pais não sobrevivem ao ato de transgressão da criança, ela também não sobrevive enquanto um ser real e total. Ela passa a ser espelho desses pais. Talvez aí esteja a questão da agressividade como uma resposta dessas crianças a esta falta de pais, de bordas que fazem o limite. Elas gritam, berram, esperneiam para testarem até onde seus pais irão ouvi-las atormentarem-nos sem nada fazerem. Dialogando com Winnicott, Khel (2001) nos afirma que essas crianças pedem a risca de giz, que está custando a aparecer no chão da família contemporânea:

Eles querem que a gente seja [careta]. Careta não quer dizer, necessariamente, opressivo, mas é dizer assim: “meu lugar é diferente do seu”. (...) *Família cria um setting, que dá uma borda até para o cara tentar transgredir para lá e para cá, mas ele enxerga mais ou menos onde está a borda. Pode não ser o paredão da família patriarcal do século XIX felizmente, mas é uma borda de giz, que seja, como o cara que passa o pé na risca e fala: daqui não passa. Essa borda é até abstrata, mas a gente tem de criar isso porque é isso que vai dar liberdade para o cara. A ausência de borda não dá liberdade, dá confusão. (...) Sem setting não se produz.*(p.53-54, grifo nosso)

Quando Khel enfatiza que a família cria um *setting* e que sem este a borda ou o limite não se produzem, percebemos o quanto está se tornando difícil haver a legitimidade das funções paterna e materna nos dias de hoje.. Então, o que legitima a autoridade paterna e materna nessa situação atual? Segundo Khel (2001), seria os pais serem capazes de

dizer: “eu quis ter você, eu achei que tinha condições, e agora eu vou levar isso até um ponto onde eu ache que você vai sozinho”. É só isso que legitima, atualmente: é o seu desejo de fazer crescer aquele ser humano da melhor maneira possível. E você vai e erra, evidentemente, o seu narcisismo tem que agüentar isso, senão você não sustenta nada.(p.59-60)

Conforme refletimos anteriormente, os pais, ao estarem identificados com seus filhos adolescentes, acabam não se sentindo autorizados a serem pais, no sentido de construir, no *setting* familiar, uma verticalização de autoridade. Desta forma, eles acabam por criar uma negligência no ato de criar seus filhos e de gerar os padrões de como lidar com este quando não se sentem autores de um fazer e de um dizer significado socialmente. Aqui falha a função materna primária e a função paterna de ser o ambiente indestrutível, aquele que dá “moldura” a um “quadro” que está se constituindo enquanto tal.

Costa (2000, p.15) demarca bem essa falha quando caracteriza a figura paterna como “só uma alegoria congelada do que foi o pai do nosso pai ou o pai da tradição cristã e ocidental”. Também assinala que, em nome de uma horizontalização de papéis entre os adultos e as crianças e os adolescentes, poderemos “vir a excluir, de forma paranóica, as pequenas diferenças ou nivelar por baixo a amoralidade, ao inibir ou eliminar as tentativas de experiências éticas singulares”. Acreditamos que reproduzir neste momento a reflexão de Khel (2001) sobre esta situação em muito nos esclarecerá sobre como esta questão está diretamente ligada à agressividade como uma resposta de saúde da criança frente à situação imagética da estrutura familiar na contemporaneidade:

Estou me referindo a uma espécie de irresponsabilidade que não é aquela de quem não se importa, de quem renuncia a cuidar da criança, mas o efeito é muito parecido. É o efeito de um abandono, porque a criança passa a ser o critério do adulto: ele só faz o que ela “consente”. *É um abandono de responsabilidade e de autoridade (...)*. Quando um pai diz: “eu não admito que você fale assim comigo” (com palavrões e insultos, por exemplo), ele não precisa explicar, ameaçar ou justificar sua posição; ele “não admite”, do alto de seu lugar de adulto encarregado daquela criança, e ponto. Ele está dizendo: “eu cuido de você, eu escolhi este encargo e me responsabilizo por ele, eu posso errar aqui e ali, mas eu não vou te

abandonar”. *Porque o abandono das crianças mimadas de hoje, das crianças “de família” e não das crianças de rua, é o abandono moral.*(p.38, grifo nosso)

Ao pararmos para analisar a agressividade da infância, essa agressividade que Winnicott denomina de normal e criativa, podendo vir a ser, em outro extremo, patológica e destrutiva, vemos que esta circula pela falha nas funções materna primária e paterna; circula pela falta dessas “experiências éticas singulares” a partir do companheirismo propagado entre pais e filhos.

Como vimos acima, a criança está tendo que assumir, muito cedo, a responsabilidade pelos seus atos, entendendo-se, aqui, responsabilidade como sendo um se responsabilizar-se infantil e onipotente. O que ocorre pela falta de alguém que deveria estar lá, suficientemente forte, para conter a intrusão do meio e não está, ou está fragilizado, com medo de ser ou fazer o que tem de ser feito. Os pais da contemporaneidade são retrato de pais com receio de serem pais. Retrato do lugar que resta vazio, a ser preenchido por algo ou alguém que está fora da família, seja virtualmente, pelos heróis da televisão, pelos colegas virtuais na Internet, ou pelos heróis que a sociedade a eles apresentam como tais – traficantes e policiais, ou para a classe mais favorecida, aqueles que se deram “bem”. Assim sendo, perpetua-se a onipotência e o narcisismo infantil e não se instaura o princípio da realidade de forma efetiva nesta infância. Esta responde ao adulto como tendo outro ideal de ego, posto que esses pais não poderiam ocupar esse lugar e papel.

Para além dessas questões, Lewkowicz (2003) analisa, ainda, o quadro da contemporaneidade frente à questão do amparo institucional à mãe e à criança que, minimamente, esclarece a fluidez de papéis acima discutidos. Toda a discussão deste autor perpassa pela articulação entre saber instituído e saber suposto, diferença que marca como uma mãe sabe lidar com seu filho, posto que teria padrões de resguardo institucional para tanto, e como uma mãe perde esse parâmetro, quando passa a ter de construir sempre os padrões ou a continência social a ela dada cada vez que tenta exercer seu papel.

Uma mãe pode ser suficientemente boa em um reino suficientemente sólido porém se o reino deixa de ser suficientemente sólido, se é um reino de incertezas, a prática de ser criança tem de possuir algo de profético se se quer estabilizar-se em base a predições. Porque as certezas sobre o porvir – e não do porvir distante, mas sim o porvir imediato, é dizer, se é que vem esta noite é seu pai, ou outro, sou eu ou outra

– se desarticularam os regimes de repetição capazes de produzir estas estabilidades requeridas para que o saber possa supor.(Lewkowicz, 2003, p.5, versão livre)<sup>33</sup>

Na verdade, Lewkowicz utiliza o conceito winnicotiano de mãe suficientemente boa para referir-se às instituições sociais. Condiciona a existência de uma mãe suficientemente boa a certa responsabilidade jurídico-institucional e a uma série de técnicas para ampará-la. Porém, se esse amparo não acontece, o que ocorre não é o desamparo, no ver deste autor, e sim o desfundamento de um saber instituído. Nesse desfundamento há a necessidade de se pensar continuamente cada detalhe, “pois nada do que foi pensado de antemão tem chance nem garantia de vigência”.(p.4, versão livre)<sup>34</sup>

Frente a esse quadro de despossessão, Lewkowicz (2003) demarca a existência de uma forma de violência muito particular, ao tratarmos o despossuído como desamparado. Ao se supor haver instituições que dêem conta dessa despossessão quando, no máximo, dariam conta do desamparo, já que para isto essas instituições foram forjadas, o que ocorre é uma despossessão de pensamento e uma violência a estes despossuídos. O que era sólido não mais o é da forma como era antigamente. Essa contingência perpétua desfunda as instituições. O vínculo, ou vínculos que aprendemos que existem, e que são pré-supostos, deveriam ser somente supostos, porque também nada garante a existência dos mesmos. Devemos “construir” nossas “mães” institucionais e devemos construir constantemente os vínculos sociais que nos sustentam e nos fundam enquanto sujeitos.

Se o pacto social não se estabelece e se fortalece, como a criança poderia ser limitada em seu desejo onipotente? Abdicar de ser Deus e adquirir a humildade inerente à individualidade humana?

Considerando o papel estruturante da lei para a cena social e a demarcação de um lugar para o sujeito, é fundamental que esta a lei tenha valor e para tal é

---

<sup>33</sup> Una madre puede ser suficientemente buena en un reino suficientemente sólido; pero si el reino deja de ser suficientemente sólido, si es un reino de incertidumbre, la práctica de crianza tiene que tener algo de profético si quiere estabilizarse en base a predicciones. Porque las certezas sobre el porvenir –y no del porvenir lejano, el porvenir inmediato, es decir, si el que viene esta noche es tu padre u otro, soy yo u otra – se han licuado; se han desarticulado los regímenes de repetición capaces de producir estas estabilidades requeridas para que el saber pueda suponer. (Lewkowicz, 2003, p.5)

<sup>34</sup> transitamos una situación inédita, hay que pensar cada detalle cada vez, pues nada de lo pensado de antemano tiene chance ni garantía de vigencia. (Lewkowicz, 2003, p.4)

preciso que ela seja justa, a todos se aplique e a todos represente. A lei existe não para humilhar e degradar o desejo, mas para estruturá-lo, integrando-o no circuito do intercâmbio social. Do contrário, o que observaremos é que, ao invés do respeito e obediência, teremos cada um fundando a própria lei. Cada um querendo ser sua própria origem e, nesses casos, a violência explode os limites do humano. (Vilhena e De Leo, 2000) Este não seria o cenário propício para a constituição deste sujeito narcísico tão preconizado pelos tempos contemporâneos?

É igualmente importante nos perguntarmos: qual lei os pais instauram para a criança se a elas estão tão fusionados?

Será que a não explicitação da lei ou a ambigüidade da lei não seria uma das causas de a criança necessitar se expressar pela atuação e não a palavra, acabando por usar da destrutividade como, talvez, a única via possível de comunicação com o outro, na sua busca por direitos sentidos como perdidos?

Marin (2002), assim como Arendt (2001), Amaral (2001) e Prata (2002) igualmente indagam qual seria a leitura que poderíamos fazer desses atos violentos, anti-sociais na contemporaneidade. Interessante levantarmos alguns dos motivos que esses autores demarcam como resposta a esse comportamento disruptivo na juventude, hoje por nós também percebido como existente na infância. Para todos eles, a questão da falta de lugar da lei, da referência, da ordem seria uma dessas razões. Enfaticamente aparece como motivo o narcisismo da contemporaneidade, onde *ter* é algo mais importante do que *ser*, como causa basal do esfacelamento da idéia moderna de família e dos laços vinculares entres os membros desta. Surge, no horizonte de nossa sociedade, a auto-suficiência, que, segundo Marin (2002), viria proteger o homem contemporâneo “do incômodo do inferno que são os outros”.(p.53)

Porém, se os sujeitos, para Calligaris (1996a) não só preexistem ao tecido de relações, mas são efeitos delas, quando estes, em sua busca de auto-suficiência, buscam uma proteção “para o incômodo do inferno que são os outros”, perde-se a idéia de pertencimento e de filiação, assim como os lugares determinados pela instauração da ordem geracional. Estas categorias, consolidadas pelo pacto edípico, fornecem ao sujeito os referentes simbólicos nos quais este se constitui e se organiza entre os seus semelhantes. Este é o pacto social do qual nos fala Pelegrino. Sem ele, os filhos desse social encontram-se perturbados, muitas vezes em uma procura desesperada de uma referência que os proporcione um sentimento

de pertencimento, de inclusão Reserva-se a estes sujeitos um destino de sofrimento e loucura, um destino onde a morte (real ou psíquica) pelo uso e abuso da violência e da destrutividade fará o laço no que a sociedade, por outros meios, não está conseguindo ligar.

Retomemos, mais uma vez, a imagem do berço, do bebê e da mão que o balança construída por Calligaris. A "mão que balança o berço" pode ser vista como sendo a mão desses pais adolescentes que, ao invés de conter, acolher e aceitar o gesto espontâneo do bebê, "retaliam" esse bebê no sentido de haver o fracasso das funções parentais para com ele; no sentido de não conseguir se efetivar e se efetuar a continência do gesto a eles dirigido. O outro é visto como um incômodo muitas vezes como já nos afirmou Marin. Ao não haver o acolhimento do gesto espontâneo, o que ocorre é a quebra do ciclo benigno necessário ao bebê para que este possa se constituir enquanto um ser integrado e alcançar a fase do concernimento.

Como foi visto anteriormente, o ciclo "retaliar-e-reparar" o dano feito aos pais, repetitivamente experimentado, instaura, no bebê, a confiança no mundo e em si mesmo. Se os pais não acolhem esse gesto de reparação, eles geram um berço instável em seu balançar. O bebê não se sente equilibrado, desequilibra-se e cai no chão.

Se o berço balança demais e sem ritmo ou sem ser em um ritmo com um tempo já esperado, o que esse bebê vivencia é uma realidade tão mutável que ele não pode constituir para si o que seja o berço e a mão que o balança. Nesse momento ele grita, berra, chora e esperneia. O bebê fica difícil como diria Winnicott. Surge, como igualmente vimos, o ciclo maligno, a ausência de *concern*, a inibição da capacidade de amar e a perda da capacidade de brincar. A área de transicionalidade diminui diante da incapacidade de comunicação entre pais e filhos na contemporaneidade. O que vemos surgir são berços balançados com força demais ou berços não sendo balançados. Nas duas condições o que temos são filhos em negligência e abandono, filhos em desamparo dentro de um berço quase que "mecânico" no sentido de muitas vezes haver *handling*, ou seja, cuidados físicos, mas não *holding*, ou seja, investimento nesta criança, contenção e preocupação para com ela.

A tendência anti-social aparece, dentro dessa metáfora do berço a ser balançado com um bebê dentro dele, como o chocalho do bebê por ele utilizado.

Em um primeiro momento o chocalho faz parte do brincar. Ele está lá e o seu movimento causa prazer e espanto ao bebê. Diverte e encanta os adultos que vêem este bebê podendo rir e brincar. Porém, como já estudamos, caso o brincar ou o espaço do brincar comecem a ser diminuídos, o chocalho deixará de ser um brinquedo e passará a ser “somente um chocalho” no sentido de algo só serve somente para fazer som. Perde este chocalho-brinquedo sua simbolização.

É exatamente este momento que queremos marcar. Quando os pais, por estarem adolescentificados, não conseguem exercer seu papel, muita coisa não se constitui nem se institui, ou se institui precariamente nesta criança, como o espaço transicional. O que acontece, de ambos os lados, ou seja, do lado desses pais e desse bebê, não é a superposição de uma área de brincar entre eles, e sim um hiato. Os pais adolescentes “retaliam” esse bebê ou essa criança que os incomoda, eles não toleram o choro, o barulho, o tempo que esses bebês demandam deles.

O bebê transforma, então, o brincar em um protesto, em uma reivindicação pelos direitos perdidos: o de ser bebê, o de ser criança. Assim, o chocalho do bebê, metaforicamente, para nós, aparece como uma forma ruidosa de chamar atenção, seja para o excesso do balançar, seja para o não balançar do berço. O chocalho começa a sonorizar, devagarzinho, o incômodo deste bebê dentro desse berço chamado contemporaneidade. Aos poucos, se este chamado não gera um retorno de um olhar ou de uma atenção, um riso ou um acolhimento deste movimento, ele passa a ser chacoalhado mais fortemente: o barulho aumenta e incomoda mais. Se, mesmo assim, os pais não aparecem, este chocalho será varejado para fora do berço. Poderá cair de volta no rosto do bebê ou poderá cair para fora do berço, machucando quem se lembrou, talvez, de olhar para dentro deste berço. Nesse momento, a agressividade raivosa, se acolhida e significada, trará a possibilidade de o ritmo voltar a existir, de o berço não ser balançado com tanta força: a confiança e a crença no mundo externo, para além do berço, ressurgirá; a previsibilidade tanto do ritmo quanto da mão que balança o berço voltará.

Se retomarmos a imagem de Ercília, delineada no início de nosso percurso nesta tese, perceberemos, aqui, o quanto os postes ercilianos não conseguem mais, muitas vezes, dar conta desses fios a eles atados. Quando os postes-pais somente se ajustam aos seus fio-filhos, o que temos é o gerar de uma horizontalidade entre fios e postes: ambos estariam estendidos no chão de Ercília, não havendo tensão

nem no fio, nem no poste que deveria reter, conter e sustentar os fios. Surgem os filhos-crianças-*flicts*, aqueles que têm como função denunciar a mudança de tensão, de a-tenção para com eles. Muda-se a cor do mundo e acreditamos que essa mudança esteja sendo marcada pelos atos anti-sociais.

Carlos Drummond de Andrade, escrevendo sobre a personagem “Flicts”, diz-nos que o mundo são cores, que a vida são igualmente cores e que a cor “mais do que um fenômeno visual, é um estado de ser, e é a própria imagem”. As cores tecidas, escolhidas e encontradas ao longo desta tese tanto para as crianças com tendência anti-social, como para os pais dessas crianças, como para as instituições que deveriam sustentar essas crianças e esses pais são cores que às vezes empalidecem, que às vezes chocam, que às vezes desaparecem ou geram uma outra cor, como a cor “Flicts”. Quando uma nova cor surge, ela causa espanto. E gera a necessidade de se pensar o que fazer diante dela e com ela. Revela-se, nesse momento, “aquilo em torno do qual os símbolos circulam, voejam, volitam, esvoaçam – fly, flit, fling – no desejo de encarnar-se”. Revela-se a necessidade de se captar o coração da cor e esta, segundo o poeta, se capta não através dos símbolos necessariamente, e sim através do sentir e do experienciar a vida de forma com-partilhada.



Figura 13

A maior riqueza do homem é a sua incompletude.  
Nesse ponto sou abastado.  
Palavras que me aceitam como sou – eu não aceito. (...)  
Perdoai.  
Mas eu preciso ser Outros.  
Eu penso renovar o homem usando borboletas.  
(Manoel de Barros, 2002, p. 79)

## 6. Conclusão “Lutar, quando é fácil ceder”.<sup>35</sup>

Entre muitos estudiosos há uma certa tendência a achar que a teoria nos afasta da realidade, ou nos coloca diante da realidade sob um prisma que, nem sempre, consegue dar conta da mesma. Winnicott refletiu sobre a tendência anti-social nos tempos da Segunda Guerra e muitos alegam que esse distanciamento, por vezes, pede uma revisão ou uma complementação de olhar e, principalmente, um olhar crítico para aquilo que optamos seguir como teoria e postura.

Realmente, já se passaram mais de 50 anos entre a evacuação de Londres e os dias atuais, porém ousamos afirmar que a guerra existe hoje em dia e ela não é invisível e é tão devastadora quanto à dos tempos winnicottianos. Nem das bombas ou dos tiros estamos imunes e, muitas vezes, nos vemos tendo medo e optando ou por não sair, ou por não viver dignamente, ou por desmantelarmos famílias para protegermos as crianças. São pais que não voltam para casa, são filhos que vão para o subúrbio, são famílias inteiras indo morar em outros lugares para poder sobreviver ao estado de anomia no qual vivemos. Enganam-se os que pensam estar a salvo mesmo dentro das cidadelas dos condomínios fechados!!

Nosso trabalho refletiu sobre um tema desde sempre atual, a agressividade, em uma faceta não tão bem vista ou bem-vinda, a agressividade da infância, e, tal qual em um quadro, para que haja um recorte, há a necessidade de uma moldura: a nossa foi este momento contemporâneo, tão fragmentário e fluido quanto à de um quadro cubista.

Picasso, em seu jogo de cores, mesclando o claro e o escuro, desmontando formas e as deformando, recorta e expõe a dor da violência sem contorno e sem limites tendo como base a luta em Guernica. Rostos deformados em dor, em grito de apelo, a dor marcada no rosto, no pasmo e nas mãos estendidas, nos corpos caídos, nos pedaços de corpos espalhados pelo chão. O medo marca os olhares. O grito ecoa das bocas abertas em espasmo...

---

<sup>35</sup> Verso da música “Sonho Impossível” de Chico Buarque.



Figura 14

Olhando para esse quadro, diante do que hoje vivemos no dia-a-dia das nossas cidades, poderíamos dizer, que Guernica é aqui, com a diferença que em Guernica havia uma guerra de fato acontecendo e motivos que a eclodiram. Perguntamo-nos: há aqui, no Brasil, nas grandes metrópolis, em particular no Rio de Janeiro, algum significado para esse estado de barbárie com o qual convivemos diariamente?

Tomemos, então, apenas como ilustração, manchetes de jornais em três momentos distintos - do final dos anos 70, do fim do século XX e dos dias atuais para tentarmos marcar no espaço desta tese o quanto o fenômeno anti-social independe do tempo histórico no qual esteja inserido, assim como independe, conforme já nos afirmou Winnicott anteriormente, do *status* social:

### Dezembro de 2004

Um casal de turistas alemão protestou contra o que lhes pareceu uma brutalidade: policiais arrastando uma menina de 6 anos que estava vendendo doces enquanto seu pai vendia amendoim.

### Janeiro de 1999

Pancadaria, tiros e pânico marcaram a madrugada de ontem na cervejaria Dado Bier, na Barra da Tijuca. Dois estudantes foram baleados por um estagiário do Desipe, que tentou escapar para o estacionamento, mas foi preso por seguranças.

### **Dezembro de 1998**

Menor de 16 anos foi assassinado com um tiro na boca ao tentar roubar um casal que namorava na Praia do Leblon, de madrugada. A polícia suspeita que o assassino, foragido, seja um policial.

(Segundo o avô)  
"Joel sempre achou que viver na rua era melhor, tendo saído de casa aos 9 anos. Quando procurado pela assistente social, disse: "Não sou rico mas sou cristão e lá em casa o Joel sempre teve o que comer, sempre teve uma televisão para assistir (...). Geralmente as assistentes acham

que a gente é que não que ficar com os filhos ou netos. Mas em 80% das vezes, eles é que acham melhor viver na rua. Joel passou três meses em casa, freqüentando uma escola em Quintino. Mas foi só. Sumiu de novo, voltou para a Central do Brasil e logo depois chegou um telegrama dizendo que ele estava preso no Instituto Padre Severino. Devia ter uns 13 anos. Nós o trouxemos de volta e ele sumiu 15 dias depois. Hoje, recebemos a notícia da morte. Eu sabia que esse seria o fim dele.

### **Abril de 1997**

Cinco rapazes, adolescentes, em Brasília, atearam fogo em um "suposto mendigo", mais tarde identificado como índio Galdino. Os rapazes colocaram uma mistura de material inflamável sobre o índio que dormia e nele atearam fogo. O índio

Acordou com o corpo em chamas e gritou por socorro, sendo levado ao hospital com graves queimaduras.. No dia seguinte, veio a falecer. Os rapazes, reconhecidos e presos, apresentaram como justificativa, os seguintes argumentos: "não sabíamos que era um índio" e "pensamos que fosse um mendigo".

### **Dezembro de 1998**

Z., 14 anos, franzino aluno de um tradicional colégio católico da Zona Sul do Rio, estava no recreio, 2 meses atrás, quando um colega mais velho que ele sequer conhecia, deu-lhe um forte esbarrão. Z. reclamou, e o valentão voltou pra brigar. Meu filho é ensinado a não reagir nestas situações, mas o menino assim mesmo deu-lhe um tapa na cara quebrou um de seus dedos conta a mãe de Z. O menino foi suspenso, mas ouvi da direção do colégio que bater na cara é um ato normal de auto-afirmação.

Esses fatos, certamente violentos e cruéis, parecem não ser mais marcados por uma exceção que nos assombra e sim algo que está se transformando em norma. O que se lê nos jornais e se assiste nos jornais na TV não são fatos que só

acontecem com as classes dos excluídos, ainda que estes sejam, certamente, os que mais são atingidos.

Iberê Camargo, no quadro “No vento e na terra”, demonstra, a partir de um jogo de cores pastéis e fechadas, que pesam além da imagem em si mesma, a solidão da infância. Crianças jogadas ao chão e sem brinquedos ou sendo seus brinquedos o próprio sofrer do outro marcam imagetivamente o quanto a inconseqüência de atos cruéis pode acarretar à sociedade: o declínio da infância e a falência do brincar

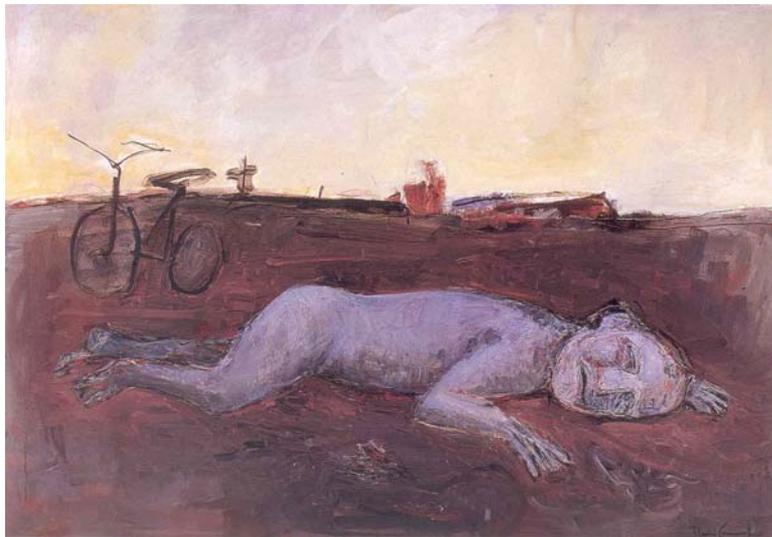


Figura 15

Diante do que vivemos nos dias atuais, perguntamo-nos: O que leva hoje em dia tolerarmos a exceção que virou regra? Como entender tamanha barbaridade vinda tanto de “meninos de família” como de meninos de rua, de pivetes?

Analisando o que as manchetes diariamente nos expõem, podemos destacar alguns pontos até aqui trabalhados: a questão da destituição da função parental, a questão da falência das instituições sociais e as conseqüências que isso acarreta – o surgimento da tendência anti-social como uma forma de dar conta de perguntas que anteriormente possuíam previsibilidade de resposta: estas podiam variar o tom, mas não toda a música, não todas as notas.

Cazuza há muito convocava o Brasil a mostrar “a sua cara”; talvez o que estejamos tentando aqui fazer seja exatamente refletir sobre as diversas faces do Brasil e também tentando ver “quem paga pra gente ficar assim”.

Fica evidente que os atos anti-sociais não dependem de classe. Não somente meninos de rua cometem atos anti-sociais; os meninos de classe abastada também

o fazem e com igual periculosidade. Isto fica nítido lendo-se as reportagens dos jornais, diariamente, nos quais nos vemos diante de cenas que chocam, independente de ser o jovem branco ou negro, rico ou pobre. Porém, igualmente nos marca a questão de ser o destino do menino ou do jovem pobre morrer na rua, enquanto os demais, os não-pivetes ou os não-meninos-de-rua, terem seus atos explicados como acidentais ou por estarem em grupos belicosos. Assim, *gangue* é o nome dado a um grupamento de menores de rua; *turma*, a um agrupamento de jovens de classe média. *Menor* é a criança pobre e favelada; *estudante*, *rapazes*, *jovens e meninos* são os nomes dados aos que estão em outra camada social. Isso reafirma o que anteriormente assinalamos: menor não é criança.

As frases dos jovens brasilienses retratam algo do descabido, no qual o brincar perde seu sentido lúdico e passa a denotar um sentido sádico. Os disparos em colégio particular são sempre acidentais; no morro ou na rua com certeza, quase nunca...

Outro fato é a questão anteriormente analisada sobre Lei: quem mata os meninos de rua é quem deveria proteger a sociedade e não assassiná-la – a polícia. Quem abusa do direito de portar arma e atirar, não medindo as conseqüências do disparo, é o funcionário do órgão que deveria saber onde e quando usar uma arma. A instituição não protege o cidadão.

Enfim, as matérias dos jornais reafirmam o que vimos ao longo desta tese e talvez nos demonstrem em que lugar estamos, ou qual seja atualmente a “cara” do Brasil nesse cenário.

Perguntamo-nos quais registros de estratégias de sobrevivência esses jovens e crianças, que foram estudados por nós ao longo de nossa tese, possuem? Em que lugar eles cabem dentro do mapeamento de nossas cidades, das nossas megalópoles? As manchetes e reportagens há muito nos mostram que não há um lugar exato, concreto, para eles: não é o morro, não é a favela, são também os lugares chiques e ricos, os condomínios fechados e os shoppings. Igualmente podemos afirmar que essas crianças não encontram na escola ou em casa o seu lugar, por isso são anti-sociais ou delinqüentes, porque incomodam os que o rodeiam, removem o que as incomoda e, desse modo, não fazem vínculo, não permanecem no mesmo lugar.

Vimos que a agressividade transmutada em destrutividade é um apelo de significação simbólica, um apelo de socorro à sociedade por aquilo que ela deixou

de fornecer ao indivíduo, mas que antes era fornecido a ele em forma de segurança, confiança e fidedignidade. Esse processo de invisibilidade social é caracterizado pelo isolamento, pela solidão que é fruto da falta de confiança, confiança essa que nunca se deu entre ele e o outro, pois nunca foi possível o encontro, o reconhecimento de si no outro, da elucidação verbal dos conflitos, da ação solidária e compartilhada. Isso não é só com a classe dos excluídos. Como assinalamos anteriormente, igualmente os meninos de classe abastada são afetados por esse processo social de desterritorialização ou de falta de lugar, com a diferença de que eles estão enclausurados nos grandes condomínios fechados, também esvaziados em suas possibilidades de ação e de reconhecimento social, de modo que ambos, pobres ou ricos, buscam afirmar-se de forma destrutiva e excludente no espaço urbano, seja atraindo atenção pelo medo, seja pela perplexidade que causam.

Acreditamos que a destrutividade vista hoje em dia na cidade do Rio de Janeiro, mas não somente nela, advenha dessa invisibilidade social que essas crianças e jovens vivenciam. O território como uma construção social é o lugar onde o sujeito produz a sua subjetividade. Aqueles que não conseguem possuir, em si e fora de si, um território acabam utilizando a destrutividade como uma forma de sobrevivência e de inscrição no social que o inviabiliza, tentativa de possuir alguma visibilidade e endosso social, nem que seja pelo medo causado ou pelo excesso de atuações.

Afirmamos que o que falta a essas crianças anti-sociais, e provavelmente às também não anti-sociais explícitas, é o direito de ser um cidadão. Cabe aqui utilizarmos a imagem poética para dar voz ao desejo dessas crianças, caso elas pudessem retratar em palavras o que retratam pela destruição, pela violência e pelo medo.

É...

A gente quer valer o nosso amor,  
A gente quer valer nosso suor,  
A gente quer valer o nosso humor,  
A gente quer do bom e do melhor,  
A gente quer carinho e atenção,  
A gente quer calor no coração,  
A gente quer suar mas de prazer,  
A gente quer é ter muita saúde,  
A gente quer viver a liberdade,  
A gente quer viver felicidade. (...)

É...

A gente quer viver pleno direito,  
 A gente quer viver todo respeito,  
 A gente quer viver uma nação,  
 A gente quer é ser um cidadão,  
 A gente quer viver uma nação!(Gonzaguinha)

No “É” omitido dos versos escritos está a força do mesmo: a constatação de que “é.... existe desejo, existe crença, existem planos... mas...”.

Na omissão poética, elíptica desse verbo temos a possibilidade transformada em condicional, no sentido de que há a vontade, mas não a consecução da mesma. Na repetição do “a gente quer” marca-se o desejo dessas crianças – elas querem, querem muito ser algo ou fazer-se valer como algo para além do distúrbio que causam ou do horror que inspiram.

Ao repetir, enfaticamente, o “a gente quer” o “Eu lírico”, identificado com a voz dessa gente, marca o desejo não cumprido. Por haver ainda desejo, acreditamos que essas crianças possuem ainda saídas e nela apostamos.

### **“Rios sem discurso”: Esperança só por um fio**

O que essas crianças esperam da sociedade na qual elas estão imersas?

O que elas esperam delas mesmas?

Vimos, ao longo da tese, que essas crianças anti-sociais podem ser vistas como crianças resilientes, elas resistem, sobrevivem a situações que muitas outras não sobrevivem. Elas não psicotizam, elas não se suicidam, elas incomodam e gritam, e causam dor e medo, provavelmente na igual dimensão que os sentem.

Winnicott postula que na tendência anti-social existe um pedido de socorro e principalmente de esperança dessa criança em encontrar, no meio ambiente, aquilo que foi dela retirado indevidamente, do ponto de vista da criança, às vezes não do ponto de vista do adulto que dela cuidou ou da sociedade que a circunda. O autor também marca enfaticamente que essas crianças precisam de um ambiente severo e forte, mas, e principalmente, amoroso.

Quanto à esperança daqueles que assumem cuidar dessas crianças, desde o próprio lar até a sociedade, Winnicott é bem claro ao marcar que somente haverá sucesso nesse acolhimento se quem os assumir sobreviver às investidas destrutivas e desarmônicas que eles demandarão. Lembra-nos também que

somente aquelas crianças e jovens que não perderam a capacidade de sofrer, de sentir psicologicamente a situação de desapossamento que viveram, podem ser ajudadas, podem ter uma saída do beco no qual a vida os levou.

Acreditamos que atualmente vivemos um momento de impasse para esse acolhimento e cuidado para com esses meninos e jovens. A sociedade, perplexa, quer os danos cobrados a quem de direito, só que essa mesma sociedade, num jogo unilateral perverso, esquece que há uma cobrança também do outro lado, seja do muro, seja do gueto, seja das grades de um condomínio: com os atos anti-sociais, essas crianças cobram a parte que lhe cabe nesse latifúndio chamado vida. Esses jovens, sem um referencial familiar que os sustente, buscam na sociedade, na rua, aquilo que não encontram em casa, mas, em seu gesto de procura, o que encontram é o vazio, a falta de lugar, a falta de limites igual ou pior que a de casa, uma lei do cão, ou uma rua sem lei, assim como uma escola sem lei, assim como um bairro, uma cidade sem lei.

Porém, igual à esperança dessas crianças na sociedade, postulamos haver saídas, que, hoje em dia, talvez sejam ainda individuais, ou advindas de trabalhos comunitários que não ressoam em todo país. Essa criatividade do ser humano para encontrar soluções saem, nesses projetos e tentativas, da mera utopia para a realidade.

Como nos metaforiza Herbert Vianna, em “Lanterna dos afogados”, “há uma luz no túnel / Dos desesperados/ Há um cais de porto/ Pra quem precisa chegar”: há um “cais do porto” para essas crianças e jovens. Que seja nas casas onde Winnicott trabalhou e estudou a tendência anti-social, que seja nos trabalhos voluntários feitos nas universidades nos serviços de atendimento psicológico, que seja nos trabalhos em comunidade ou nos atendimentos nos consultórios particulares.

O importante é que acreditemos que há formas de saída do impasse no qual estamos diante da agressividade crescente por parte dessas crianças e adolescentes; o importante é que não esqueçamos que essas crianças e jovens, que sofreram um desapossamento, podem se curar, se curam dele, mas não se esquecem das marcas que sofreram. Essas marcas ficam. No momento atual, diante de parâmetros ainda mutantes e mutáveis em nível social, talvez ainda estejamos dentro de uma grande fluidez, mas pensamos que, tal qual uma vara, que curvada para um lado, ao ser largada, vai para o oposto, poderá haver um

momento em que essa sociedade sentirá que é preciso voltar a parâmetros menos mutantes, para depois chegar a paradigmas que dêem conta dessa nova sociedade e dessas novas formas de subjetivação que estão surgindo dentro desse cenário contemporâneo. Acreditamos que há esperança, mesmo que seja por um fio, mas há.

A poesia “Rios sem discursos”, de João Cabral de Melo Neto introduziu a imagem dessas crianças anti-sociais, ou *Flicts*. Voltamos a ela para reatarmos as pontas desta tese.

A poesia instaura um espaço de simbolismos através das metáforas utilizadas. Rios sem discurso, no percurso desta tese, representou as crianças com tendência anti-social, por elas possuírem de um leito/rio não saberem utilizá-lo da melhor forma ou da forma como fazia quando estando a correr em seu leito originário.

Esta poesia possui dois momentos, marcados por dois blocos de 12 versos e um espaço em branco que os separa. Igualmente o ciclo da tendência anti-social possui dois momentos separados pelo tempo que a criança necessita para sair de um estado e acreditar que pode modificar o meio ambiente para que este o acolha de novo.

Quando um rio corta, corta-se de vez  
o discurso-rio de água que ele fazia;  
cortado, a água se quebra em pedaços,  
em poços de água, em água parálitica.  
Em situação de poço, a água equivale  
a uma palavra em situação dicionária:  
isolada, estanque no poço dela mesma,  
e porque assim estanque, estancada;  
e mais: porque assim estancada, muda,  
e muda porque com nenhuma comunica,  
porque cortou-se a sintaxe desse rio,  
o fio de água por que ele discorria.

O curso de um rio, seu discurso-rio,  
chega raramente a se reatar de vez;  
um rio precisa de muito fio de água  
para refazer o fio antigo que o fez.  
Salvo a grandiloquência de uma cheia  
lhe impondo interina outra linguagem,  
um rio precisa de muita água em fios  
para que todos os poços se enfrasem:  
se reatando, de um para outro poço,  
em frases curtas, então frase e frase,  
até a sentença-rio do discurso único  
em que se tem voz a seca ele combate.

Na primeira estrofe desta poesia há igualmente a articulação de duas imagens.

Quando um rio corta, corta-se de vez  
o discurso-rio de água que ele fazia;  
cortado, a água se quebra em pedaços  
em poços de água, em água parálitica.

Os quatro primeiros versos constroem o momento do discurso-rio que existia cristalino e que se quebra e se parte. Interessante observarmos a polissemia do verbo *cortar*, utilizado também de forma reflexiva (*cortar-se*). Este uso das duas formas, quase que uma em seguida da outra, gera a idéia de que o rio que possuía um percurso teve este percurso interrompido e, assim, cortou-se, desviou-se. Este desvio é algo marcante e de difícil retorno (*corta-se de vez*). O advérbio de modo (*de vez*) marca a impossibilidade de retorno do rio ao seu discurso anterior.

Se analisarmos a metáfora *rio* ou *discurso rio* como as crianças que podem brincar, veremos nessas crianças um movimento: elas são o rio e elas cortam ou fundam o seu caminho. É o brincar que instaura a possibilidade de simbolização e de criação e partilhamento do mundo. O entrefrasear do rio advém da possibilidade de este ter seu curso-rio mantido.

Mas, se este “é cortado”, ele perde sua característica principal, que é levar, de um ponto a outro, uma comunicação (*corta-se de vez*).

A água que se quebra em pedaços são as crianças que estudamos nesta tese. Nelas não há a fluidez do brincar e do viver, há poços/crianças.

O segundo movimento desta primeira estrofe é aquele que, em gradação, quase que em uma hipérbole por consequência dos encaixes metafóricos escolhidos, caracteriza essas crianças-rio sem discurso: isolada, estanque, muda:

*isolada*, estanque no poço dela mesma,  
e porque assim estanque, *estancada*;  
e mais: porque assim estancada, *muda*,  
e muda porque com nenhuma comunica  
porque *cortou-se a sintaxe desse rio*,  
o fio de água por que ele discorria

Da gradação e da imbricação entre as situações do rio que se quebra, uma segunda imagem emerge: essas crianças perderam sua sintaxe, sua estrutura, sua crença no relacionamento com o mundo. Quebrou-se a confiança e a fidedignidade deste meio que a acolhia. Elas são rios, rios sem discursos, mas ainda rios, fios de água que mantêm em si sua característica básica: são crianças e querem voltar a sê-las plenamente.

Nesta primeira estrofe, onde o quebrar de um ritmo e de uma voz quando ritmo e voz havia, pode ser vista como sendo a primeira fase da tendência anti-

social: a fase na qual a criança fica quieta porque perdeu o que possuía anteriormente na sua vida.

Na segunda estrofe desta poesia temos outro movimento que se abre: houve um corte. Diz-nos o poeta que há um fardo e um fado para essas crianças-rio - voltar a confiar no curso do rio e voltar a ter seu leito de volta:

O curso de um rio, seu discurso-rio,  
chega raramente a se reatar de vez;

Vimos que as crianças anti-sociais se recuperam, mas não se esquecem das marcas que tiveram de suportar ao longo de seu desapossamento. As marcas ficam, não somem, mas elas, por as possuírem, esperam que se reconheça que não foram elas que quiseram ter seu curso cortado.

Mas enuncia-se uma saída possível para essa quebra do discurso-rio proposta pelo poeta:

um rio precisa de muito fio de água  
para refazer o fio antigo que o fez.

Nesse “muito fio de água” poderíamos ver o segundo momento da tendência anti-social: a esperança de ser atendida em sua necessidade de água para poder voltar a ter um curso e um discurso-rio. Esta esperança é marcada pelo eu lírico na imagem que ele cria ao nos mostrar como esse rio em poços, agora, poderia voltar a ser um rio: não será de uma só vez que o discurso voltará a discorrer na sintaxe desse rio, já que,

um rio precisa de muita água em fios  
para que todos os poços se enfrasem

Essas crianças-rios com seus cursos partidos precisam de uma “cheia grandiloqüente” que faça com que seus cursos voltem a existir. Para que se reate o curso do “discurso-rio” dessas crianças, há a necessidade da “grandiloqüência de uma cheia” lhe “impondo interina outra linguagem”, linguagem que extravase o que foi estancado

Salvo a grandiloqüência de uma cheia  
lhe impondo interina outra linguagem  
se reatando, de um para outro poço

A agressividade pode ser vista, talvez, como essa interina linguagem, que daria voz aos “poços mudos” dessas crianças. Também podemos ver a “cheia” como um ambiente que suporta essa agressividade, reatando “poços”, fases congeladas na vida dessas crianças, permitindo que elas se expressem da forma que podem se expressar.

Então, como nos fala João Cabral de Melo Neto, “frases curtas” virariam “frases”, e “frases” com “frases”, “sentenças”, até que haveria o “combate da seca”, da falta de amor e limite percebidos como perdidos pela criança, e o “curso do rio-discurso” reataria de novo, mais uma vez... Essas crianças voltariam a ser “a sentença-rio do discurso único”, teriam voz e não mais precisariam atuar no lugar de falar, passariam a ter um território, um lugar de pertencimento, como um rio que possui o seu leito; sairiam da mudez e da invisibilidade, existiriam como cidadãos.

O importante é que acreditemos nessa cheia, ou como nos disse um dia um desses meninos: “o importante é chegar vivo no final do jogo da vida”. Chegar vivo... de forma digna, acrescentaríamos.

## 7. Referências Bibliográficas

- Abadi, Sônia (1997) Sem morrer nem vingar-se (sobre os destinos da agressividade) In: Outeiral, José e Abadi, Sônia (coord.) (1997) *Donald Winnicott na América Latina: Teoria e clínica psicanalítica*. Rio de Janeiro: Revinter, 212 p., p.57-64.
- \_\_\_\_\_ (1998a) Transições – o modelo terapêutico de D.W. Winnicott. São Paulo: Casa do Psicólogo, 233 p.
- \_\_\_\_\_ (1998b) A Ilusão. In: Abadi, 1998a, p.29-35.
- \_\_\_\_\_ (1998c) O objeto transicional. In: Abadi, 1998a, p.37-44.
- \_\_\_\_\_ (1998d) O espaço transicional. In: Abadi, 1998a, p.45-48.
- \_\_\_\_\_ (1998e) O jogo. In: Abadi, 1998a, p.49-55.
- \_\_\_\_\_ (1998f) O desenvolvimento da agressão. In: Abadi, 1998a, p.91-103.
- \_\_\_\_\_ (1998g) A tendência anti-social. In: Abadi, 1998a, p.151-160.
- Abram, Jan (1999) O objeto sobrevivente. *Ceapia*, Porto Alegre, número 13, novembro de 2002, p.49-59.
- \_\_\_\_\_ (2000) *A linguagem de Winnicott: dicionário das palavras e expressões utilizadas por Donald W. Winnicott*. Rio de Janeiro: Revinter, 305 p.
- Amaral, Mônica Guimarães Teixeira do (2001) Adolescentes sem limite ou funcionamentos-limite diante de uma existência que exige a demissão do sujeito? *Revista Brasileira de Psicanálise*. São Paulo, 2001, volume 35, número 4, p.1001-1021.
- Arendt, Hannah (2001) *Sobre a violência*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 3ª ed., 114 p.
- Ariès, Philippe (1981) *História social da criança e da família*. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 280 p.
- Assoun, Paul-Laurent (1999) *O olhar e a voz: lições psicanalíticas sobre o olhar e a voz*. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 208 p.
- Barone, Karina Codeço (2004) *Realidade e luto: um estudo da transicionalidade*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 128 p.
- Barros, Manoel de (2002) *Retrato do artista quando coisa*. São Paulo: Record, 3ª ed., 81 p.
- Baudrillard, Jean (1990) *Cool Memories II crônicas 1987 – 1990*, São Paulo: Estação Liberdade.
- Bauman, Zygmunt (1999) *Modernidade e ambivalência*. Rio de Janeiro: Zahar, 334 p.

- \_\_\_\_\_ (2001) *Modernidade líquida*. Rio de Janeiro: Zahar, 258 p.
- Bégoin, Jean (1993) Significação e interpretação da destrutividade na vida psíquica da criança. *Revista brasileira de psicanálise*. São Paulo, volume 27, número 3, p.521-536.
- Belmont, Sérgio A. (2004) O Self em diáspora: considerações sobre tendência anti-social na contemporaneidade. In: *Anais do XIII Encontro Latino-Americano sobre o pensamento de Donald Winnicott*. Porto Alegre, 2004, 718 p., p.435-458.
- Bettelheim, Bruno (1979) *Feridas simbólicas*. Lisboa: Moraes Editores, 152 p.
- Bezerra Jr, Benilton (1994) Descentramento e sujeito - versões da revolução copernicana de Freud In: Costa, Jurandir Freire *Redescrições da Psicanálise: ensaios pragmáticos*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994, 234 p., p.119-167.
- \_\_\_\_\_ (2001) O lugar do corpo na experiência do sentido: uma perspectiva pragmática In: Bezerra Jr, Benilton *Corpo, afeto, linguagem: a questão do sentido hoje*. Rio de Janeiro: Contra-capá, 2001, 378 p., p.13-42.
- Bittencourt, Anna-Maria de Lemos (1997a) Brincar e a área de ilusão. In: Podkameni, Ângela Baraf e Guimarães, Marco Antonio Chagas (org). *Winnicott: 100 anos de um analista criativo*. Rio de Janeiro: NAU, 128 p., p.105-114.
- \_\_\_\_\_ (1997b) O complexo triângulo simples em Winnicott: o brincar e a realidade. In: Abadi, Sonia e Outeiral, José (coord). *Donald Winnicott na América Latina: teoria e clínica psicanalítica*. Rio de Janeiro: Revinter, 212 p., p.43-50.
- Blos, Peter (1994) *Adolescência: uma interpretação psicanalítica*. São Paulo: Martins Fontes, 260 p.
- Boff, Leonardo (1998) *O despertar da águia: o dia-bólico e o sim-bólico na construção da realidade*. Petrópolis: Rio de Janeiro: Vozes, 174 p.
- Borges, Sherrine Maria Njaine (1997) Paradoxo da transicionalidade. In: Podkameni, Ângela Baraf e Guimarães, Marco Antonio Chagas (org). (1997) *Winnicott: 100 anos de um analista criativo*. Rio de Janeiro: NAU, 128 p., p.45-52.
- Buarque de Holanda Ferreira, Aurélio (1979) *Novo dicionário Aurélio*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1500 p.
- Calligaris, Contardo (1996a) *Crônicas do individualismo cotidiano*. São Paulo: Ática, 264 p.
- \_\_\_\_\_ (1996b) A mão que segura o berço. In: Calligaris, 1996a, p.229-232.
- \_\_\_\_\_ (1996c) Essas crianças que amamos demais. In: Calligaris, 1996a, p.215-221.
- Calvino, Ítalo (2003) *As cidades invisíveis*. São Paulo: Companhia das Letras, 150p.
- Canetti, E. (1945) A província do homem. In: Baralli, Etori e Pisinacchiatti, Sérgio (2002) *Dicionário das citações*. Martins Fontes: São Paulo.

- Celia, S. (1997a) Promoção da saúde e resiliência. In: Fichtner, N. (org.) *Prevenção, Diagnóstico e Tratamento dos Transtornos Mentais da Infância e da Adolescência: um enfoque desenvolvimental*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997, p.21-25.
- \_\_\_\_ (1997b) Grupos comunitários. In: Zimerman, D., Osório, L. C. *Como Trabalhamos com Grupos*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997, p.101-105.
- Ciurana, Emilio Roger (2003) Complexidade: Elementos para uma definição. In: Carvalho, Edgar de Assis e Mendonça, Terezinha (2003) *Ensaio de Complexidade 2*. Porto Alegre: Sulina, 312 p, p.48-63.
- Clancier, Anne e Kalmanovitch, Jeannine (1987) *Winnicott and Paradox: from birth to creation*. New York: Tavistock, 174 p.
- Collodi, Carlo (2002) *As aventuras de Pinóquio*. São Paulo: Companhia das Letrinhas, 191 p.
- Comparato, Maria Cecília M. (2001) *A criança na contemporaneidade e a psicanálise. Família e sociedade: diálogos interdisciplinares*. São Paulo: Casa do Psicólogo, Vol.I., 181 p.
- Costa, Jurandir Freire (1986) *Violência e psicanálise*. Rio de Janeiro: Graal.
- \_\_\_\_ (1999) *Ordem Médica e Norma Familiar*. Rio de Janeiro: Graal, 282 p.
- \_\_\_\_ (2000) *Playdoier* pelos irmãos. In: Khel, Maria Rita *Função Fraternal*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2000, 244 p., p.7-30.
- Costa Lins, Maria Judith Sucupira. (1999) A adolescência prolongada: característica da pós-modernidade? In: *O adolescente e a modernidade. Congresso Internacional de psicanálise e suas conexões*. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 2000, Tomo III, 282 p., p.187-194.
- De Leo, Aline (1996) Saúde e diversidade: um novo paradigma. In: Mourthé, A. e Santos, A.D.L.M. *Boletim Científico*. Rio de Janeiro: Instituto Philippe Pinel, nº 4, 1996.
- Dias, Elsa Oliveira (2003) *A teoria do amadurecimento de D. W. Winnicott*. Rio de Janeiro: Imago, 340 p.
- Dolto, Françoise (1987) A criança e o jogo. In: Dolto, Françoise *As etapas decisivas da infância*. São Paulo: Martins Fontes, 1999, 288 p., p.109-118.
- Epstein, Mark (2002) *Partir-se sem quebrar: psicoterapia, meditação e totalidade*. Rio de Janeiro: Gryphus, 192 p.
- Freller, Cíntia Copit (2001) *História de indisciplina escolar: o trabalho de um psicólogo numa perspectiva winnicottiana*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 252 p.
- Freud, Sigmund (1980) *Edição Standard Brasileira das Obras psicológicas completas de Sigmund Freud [E.S.B.]* Rio de Janeiro: Imago, 24 vol.
- \_\_\_\_ (1913a) Totem e Tabu. In: Freud, 1980, Vol. XIII, 278 p., p.21-192.
- \_\_\_\_ (1913b) Duas mentiras contadas por crianças. In: Freud, 1980, Vol. XII, 406 p., p.327-334.

- \_\_\_\_\_ (1915) Reflexões para tempos de guerra e morte. A desilusão da guerra. In: Freud, 1980, Vol. XIV, 396 p., p.285-316.
- \_\_\_\_\_ (1927) O futuro de uma ilusão. In: Freud, 1980, Vol. XXI, 300 p., p.13-63.
- \_\_\_\_\_ (1930[1929]) O mal-estar na civilização In: Freud, 1980, Vol. XXI, 300 p., p.67-148.
- \_\_\_\_\_ (1933[1932]) Por que a guerra? (Einstein e Freud) In: Freud, 1980, Vol. XXII, 284 p., p.191-208.
- Fuentes, L. B. et alli. (1998) *El abuso sexual en niños e juvenes*. Caracas: Ediluc.
- Galeano, Eduardo (2003) *O livro dos abraços*. Porto Alegre: LePM, 11.ed., 272p.
- Garcia, Arlete (1999) A dor do adolecer. In: *O adolescente e a modernidade. Congresso Internacional de psicanálise e suas conexões*, Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 2000, Tomo III, 282 p., p.157-163.
- Goldestein, Raquel (1997) O objeto transicional de Winnicott: uma categoria objetual na teoria e na clínica? In: Outeiral, José e Abadi, Sônia (coord.) *Donald Winnicott na América Latina: Teoria e clínica psicanalítica*. Rio de Janeiro: Revinter, 1997, 212 p., p.117-148.
- Green, André (2003) *André Green e a Fundação Squiggle*. São Paulo: Roca, 94 p.
- Jakobson, Roman (1969) *Linguística e comunicação*. São Paulo: Cultrix.
- Khan, M. Masud R. (1957) Introdução de M. Masud R. Khan. In: Winnicott, 2000, p.11-54.
- \_\_\_\_\_ (1963) O conceito de trauma cumulativo. In: Khan, Massud *Psicanálise: teoria, técnica e casos clínicos*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1984, 408 p., p.57-76.
- \_\_\_\_\_ (1979) Intimacy, complicity and mutuality in perversions. In: Khan, Massud *Alienation in perversions*. London: Maresfield Library, 1989, 245 p., p.18-30.
- Khel, Maria Rita (2001) Lugares do feminino e do masculino na família. In: Comparato, 2001, I, p.29-38.
- Klein, Melanie (1960) Sobre a saúde mental. In: Klein, Melanie (1991) *Inveja e Gratidão*. Rio de Janeiro: Imago, 398 p., p.305-312.
- Koller, S. (1999) Violência Doméstica: uma visão ecológica. In: Amencar (Org.) *Violência Doméstica*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1999, p.32-42
- Le Boulch (1982) *Educação psicomotora*. Porto Alegre: Artes Médicas, 356 p.
- Leboyer, Frédérick (1989) *Shantala massagem para bebês: uma arte tradicional*. Rio de Janeiro: Ground, 156 p.
- Lewkowicz, Ignácio (2003) *Historización de la institución materna Violencia y desamparo* (mimeo).
- Lispector, Clarice (1999a) *A descoberta do mundo*. Rio de Janeiro: Rocco, 478 p.
- \_\_\_\_\_ (1999b) *Para não esquecer*. Rio de Janeiro: Rocco, 126 p.

- Lobel, Lili (1993) Um estudo dos objetos transicionais no começo da história de vida dos adolescentes borderline. In: Outeiral, José (org) *O Adolescente Borderline*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1993, 306 p., p.246-260.
- Luz, Rogério (1998) O espaço potencial. In: Lins, Maria Ivone Accioly e Luz, Rogério (1998) *D.W. Winnicott: experiência clínica e experiência estética*. Rio de Janeiro: Revinter, 262 p., p.157-169.
- Maia, Maria Vitória Mamede (2001) “Pode alguém comer seu próprio bolo e continuar a possuí-lo?” Um ensaio sobre a agressividade da criança a partir do olhar de Winnicott. *Revista Universitas Psicologia*, Centro de Ensino Uniceub, Brasília, DF. 126p., p.98-110
- \_\_\_\_\_ (2003) Eles não sabem explicar: reflexões sobre a mentira infantil In: Costa, Ileno I. et alii (org) *Ética, linguagem e sofrimento: VI conferência internacional sobre filosofia, psiquiatria e psicologia (trabalhos completos)*, ABRAFIPP/UNB: Brasília, 2003. p 85-94.
- \_\_\_\_\_ (2004) Comunicação e não-comunicação: um estudo da linguagem não-verbal em Winnicott. *Revista Brasileira de Psicanálise* São Paulo volume 36, número 1, 248p, p 85-93.
- Maia, Maria Vitória Mamede e Garcia, Isadora Severo (2003) “É sempre bom lembrar que um copo vazio está cheio de ar”: resiliência e o pensamento winnicottiano. In: *Revista Universitas: Ciências da Saúde*, volume 1, número 2, Brasília, 2003,381p., p.261-276.
- Mamede-Neves, Maria Aparecida (1977) *O conceito de sublimação na teoria psicanalítica*. Rio de Janeiro: Rio, 116 p.
- Marin, Isabel da Silva Kahn (2002) *Violências*. São Paulo: Escuta/Fapesp, 202 p.
- Meireles, Cecília (1993) *Poesia completa*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1470p.
- Melo Neto, João Cabral (1997) *Poesias Completas: A educação pela pedra e depois*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 386 p.
- Modell, Arnold H. (1995) As raízes da criatividade e o uso do objeto. In: Giovacchini, Peter L. *Táticas e técnicas psicanalíticas: D.W. Winnicott* Porto Alegre: Artes Médicas, 1995, 218 p., p.96-106.
- Mora, J. F. (1982) *Dicionário de Filosofia*. Madrid: Alianza.
- More, B. e Fure, B. (1992) *Termos e conceitos psicanalíticos*. Porto Alegre: Artes Médicas.
- Nascentes, Antenor (1966) *Dicionário etimológico resumido*. Rio de Janeiro: MEC.
- Ogden, Thomas H. (1995) Sobre o espaço potencial. In: Giovacchini, Peter L. *Táticas e técnicas psicanalíticas: D.W. Winnicott*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995, 218 p., p.79-95.
- Outeiral, José (1999) Sobre a Idéia de Perversão em Masud Khan. In: Outeiral, José *Meros ensaios: escritos psicanalíticos*. Rio de Janeiro: Revinter, 1999, 156 p., p.61-69.
- \_\_\_\_\_ (2003) *O Mal-Estar na Escola*. Rio de Janeiro: Revinter, 102 p.

- Pellanda, Nize Maria Campos e Pellanda, Luiz Ernesto Cabral (1996) Enquanto dialogamos o cosmos altera a idéia de si próprio. In: Pellanda, N.M.C. e Pellanda, L.E.C. *Psicanálise Hoje: uma revolução do olhar*. Rio de Janeiro: Vozes, 1996, 734 p., p.13-19.
- Pellegrino, Hélio (1987) Pacto edípico e pacto social. In: Py, Luiz Alberto et alli *Grupo sobre grupo*. Rio de Janeiro: Rocco, 1987, 206 p, p.195-205.
- Pereira, Mario Eduardo Costa (1999) *Pânico e Desamparo*. São Paulo: Escuta, 394 p.
- Pessoa, Fernando (1977) *Obra Poética*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 842 p.
- Prata, Maria Regina. (2002) Pulsão de morte e transgressão da ordem; violência e atualidade. In: Plastino, Carlos Alberto (org) *Transgressões*. Rio de Janeiro: Contra-Capa, 2002, 256 p., p.127-134.
- Prigogine, Ilya (2003) Criatividade da natureza, criatividade humana. In: Carvalho, Edgar de Assis e Mendonça, Terezinha *Ensaio de Complexidade 2*. Porto Alegre: Sulina, 2003, 312 p., p.21-26.
- Prochet, Neyza (2004) *O bebê e a água do banho*. (cópia mimeo)
- Quintana, Mário (1978) *Prosa e Verso*. Rio de Janeiro: Globo, 152 p.
- Rassial, Jean-Jacques (1999) Da delinqüência. In: Rassial, Jean-Jacques *O adolescente e o psicanalista*. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 1999, 216 p., p.53-84.
- Ridley, Matt (2000) *As origens da virtude: um estudo biológico da solidariedade*. Rio de Janeiro: Record, 332 p.
- Rodmann, Robert (1999) O gesto espontâneo. In: Catafesta, Ivonise Fernandes da Motta (org.) *Um dia na Universidade dialogando com Winnicott, Klein e Lacan sobre a criança e o adolescente*. São Bernardo do Campo, SP: UMESP – Curso de Pós-graduação em Psicologia da Saúde, 1999, 178 p., p.63-76.
- Rodvalho, Joselita (1999) Delinqüência e depressão na adolescência: uma reflexão sobre o enlace e o desenlace social. In: *O adolescente e a modernidade. Congresso Internacional de psicanálise e suas conexões*. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 2000, Tomo II, 286 p., p.232-241.
- Sá-Carneiro, Mário de (1913) Quase. In: Sá-Carneiro, Mário de *Poesia*. São Paulo: Iluminuras, 1995, 246 p., p.49-50.
- Safra, Gilberto (1999) *A face estética do self – Teoria e clínica*. São Paulo: Unimarco, 168 p.
- \_\_\_\_\_ (2004) *Pó-ética na clínica contemporânea*. Aparecida, São Paulo: Idéias e Letras, 160 p.
- Scarpati, Marta e Soublate, Susana (1996) Deprivación In: Grego, Beatriz *Lecturas de Winnicott*. Buenos Aires: Lugar Editorial, 1996, 148 p., p.107-116.
- Schirmbeck, Cristiane e Arruda, Rosistela Cesarotto (2003) *Pinóquio: o boneco que vir(á) ser humano?* (cópia mimeo)

- Souza, E. L. A (s/d) *A eloquência da agressividade e o silêncio da violência*. (cópia mimeo)
- Takeuti, Norma Missae (2002) *No outro lado do espelho: a fratura social e as pulsões juvenis*. Rio de Janeiro: Relume Dumará. Natal-RN: Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 346 p.
- Tavares, Carlos (2002) *Fábula desnuda*. (cópia mimeo).
- Vilhena, Junia de (1993) Violência e subjetivação: alguns pressupostos para uma discussão acerca da cidadania na prática clínica. In: *Cadernos do SPA*. Rio de Janeiro: Puc-Rio, 1993.
- \_\_\_\_\_ (1998) A família morreu... Viva a família. In: *Interações. Estudos e Pesquisa em Psicologia*. São Paulo: Unimarco, V. III, n.6, p.65-78.
- \_\_\_\_\_ (2002) A Arquitetura da violência: reflexões acerca da violência e do poder na cultura. In: *Cadernos de Psicanálise*. Rio de Janeiro, SPCRJ, Vol.18, N.21, 2002, p.181-200.
- Vilhena, Junia de e De Leo, Aline (2000) Quem cala consente. A cultura da violência e a ética da psicanálise. In: *Psyche. Revista de Estudos Psicanalíticos*. Vol. IV, n. 5, São Paulo: Unimarco, 2000, p.157-182.
- Winnicott, Clare (org) (1994) *Explorações psicanalíticas: D.W. Winnicott*. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 460 p.
- Winnicott, D. W. (s/d) Notas sobre o brincar. In: Winnicott, Clare (org.), 1994, p.49-52.
- \_\_\_\_\_ (1939-64) Agressão e suas raízes. In: Winnicott, 1987, p.89-103.
- \_\_\_\_\_ (1945) De novo em casa. In: Winnicott, 1987, p.53-57.
- \_\_\_\_\_ (1946) Alguns aspectos psicológicos da delinquência juvenil. In: Winnicott, 1987, p.119-125.
- \_\_\_\_\_ (1948) Alojamentos para crianças em tempo de guerra e em tempo de paz. In: Winnicott, 1987, p.77-81.
- \_\_\_\_\_ (1950) A criança desapossada e como pode ser compensada pela falta de vida familiar. In: Winnicott, 1987, p.179-194.
- \_\_\_\_\_ (1950-55) A agressividade em relação ao desenvolvimento emocional. In: Winnicott, 2000, p.288-304.
- \_\_\_\_\_ (1954-55) A Posição Depressiva no Desenvolvimento Emocional Normal. In: Winnicott, 2000, p.355-373.
- \_\_\_\_\_ (1955) Influências de grupo e a criança desajustada: o aspecto escolar. In: Winnicott, 1987, p.195-204.
- \_\_\_\_\_ (1956) A tendência anti-social. In: Winnicott, 1987, p.127-138.
- \_\_\_\_\_ (1957) Fatores de integração e desintegração na vida familiar. In: Winnicott, 2001, p.59-72.
- \_\_\_\_\_ (1958a) Psicanálise do sentimento de culpa. In: Winnicott, 1983, p.19-30.
- \_\_\_\_\_ (1958b) A psicologia da separação. In: Winnicott, 1987, p.139-142.

- \_\_\_\_\_ (1959) O destino do Objeto Transicional. In: Winnicott, Clare (org.), 1994, p.44-48.
- \_\_\_\_\_ (1959-64) Classificação: existe uma contribuição psicanalítica à classificação psiquiátrica? In: Winnicott, 1983, p.114-127.
- \_\_\_\_\_ (1960a) Distorção do ego em termos de falso e verdadeiro *self*. In: Winnicott, 1983, p.128-139.
- \_\_\_\_\_ (1960b) Agressão, culpa e reparação. In: Winnicott, 1996, p.63-70.
- \_\_\_\_\_ (1960c) Segurança. In: Winnicott, 1999, p.101-107.
- \_\_\_\_\_ (1960d) Família e maturidade emocional. In: Winnicott, 2001, p.129-138.
- \_\_\_\_\_ (1960e) Dizer “Não”. In: Winnicott, 1999, p.27-48.
- \_\_\_\_\_ (1961a) Variedades de psicoterapia. In: Winnicott, 1987, p.237-246.
- \_\_\_\_\_ (1961b) Comentários sobre o “Report of The Committee on Punishment in Prisons and Borstals”. In: Winnicott, 1987, p.207-213.
- \_\_\_\_\_ (1963a) Comunicação e falta de comunicação levando ao estudo de certos opostos. In: Winnicott, 1983, p.163-174.
- \_\_\_\_\_ (1963b) Moral e educação. In: Winnicott, 1983, p.88-98.
- \_\_\_\_\_ (1963c) Os doentes mentais na prática clínica. In: Winnicott, 1983, p.196-206.
- \_\_\_\_\_ (1963d) O desenvolvimento da capacidade de se preocupar. In: Winnicott, 1983, p.70-78.
- \_\_\_\_\_ (1963e) A Psicoterapia dos distúrbios de caráter. In: Winnicott, 1987, p.247-260.
- \_\_\_\_\_ (1963f) Da dependência à independência no desenvolvimento do indivíduo. In: Winnicott, 1983, p.79-87.
- \_\_\_\_\_ (1965) Sobre a criança carente e de como ela pode ser compensada pela perda da vida familiar. In: Winnicott, D. W. *A família e o desenvolvimento individual*. São Paulo: Martins Fontes, 2001, 247 p, p 193-212.
- \_\_\_\_\_ (1966a) A ausência de um sentimento de culpa. In: Winnicott, 1987, p.111-117.
- \_\_\_\_\_ (1966b) A criança no grupo familiar. In: Winnicott, 1996, p.101-110.
- \_\_\_\_\_ (1967a) O conceito de indivíduo saudável. In: Winnicott, 1996, p.17-30.
- \_\_\_\_\_ (1967b) A delinqüência como sinal de esperança. In: Winnicott, 1996, p.71-78.
- \_\_\_\_\_ (1967c) Pós-Escrito: D.W.W. sobre D.W.W. In: Winnicott, Clare (org.), 1994, p.433-443.
- \_\_\_\_\_ (1968a) A comunicação entre o bebê e a mãe e entre a mãe e o bebê: convergências e divergências. In: Winnicott, D. W. *Os bebês e suas mães*. São Paulo: Martins Fontes, 1994, 98 p., p.79-92.
- \_\_\_\_\_ (1968b) *Sum*: Eu sou. In: Winnicott, 1996, p.43-50.
- \_\_\_\_\_ (1968c) O aprendizado infantil. In: Winnicott, 1996, p.111-116.

- \_\_\_\_\_ (1968d) Sobre “O Uso de um Objeto”. O Uso da Palavra *Uso*. In: Winnicott, Clare (org.), 1994, p.181-182.
- \_\_\_\_\_ (1969a) Sobre “O Uso de um Objeto”. O uso de um objeto no contexto de *Moisés e o Monoteísmo*. In: Winnicott, Clare (org.), 1994, p.187-191.
- \_\_\_\_\_ (1969b) A construção da confiança. In: Winnicott, 1999, p.139-152.
- \_\_\_\_\_ (1970) Individuação. In: Winnicott, Clare (org.), 1994, p.219-222.
- \_\_\_\_\_ (1975a) *O brincar e a realidade*. Rio de Janeiro, RJ: Imago, 208 p.
- \_\_\_\_\_ (1975b) Objetos transicionais e fenômenos transicionais. In: Winnicott, 1975a, p.13-44.
- \_\_\_\_\_ (1975c) O brincar: uma exposição teórica. In: Winnicott, 1975a, p.59-78.
- \_\_\_\_\_ (1975d) A criatividade e suas origens. In: Winnicott, 1975a, p.95-120.
- \_\_\_\_\_ (1975e) A localização da experiência cultural. In: Winnicott, 1975a, p.133-144.
- \_\_\_\_\_ (1975f) O lugar em que vivemos. In: Winnicott, 1975a, p.145-152.
- \_\_\_\_\_ (1975g) O papel de espelho da mãe e da família no desenvolvimento infantil. In: Winnicott, 1975a, p.153-162.
- \_\_\_\_\_ (1982a) A criança e seu mundo. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 270 p.
- \_\_\_\_\_ (1982b) Aspectos da delinquência juvenil. In: Winnicott, 1982a, p.256-261.
- \_\_\_\_\_ (1982c) Roubar e dizer mentiras. In: Winnicott, 1982a, p.183-188.
- \_\_\_\_\_ (1982d) Por que as crianças brincam. In: Winnicott, 1982a, p.161-165.
- \_\_\_\_\_ (1982e) O que entendemos por uma criança normal? In: Winnicott, 1982a, p.140-147.
- \_\_\_\_\_ (1983) *O Ambiente e os Processos de Maturação: estudos sobre a teoria do desenvolvimento emocional*. Porto Alegre: Artes médicas, 268 p.
- \_\_\_\_\_ (1987) *Privação e delinquência*. São Paulo: Martins Fontes, 290 p.
- \_\_\_\_\_ (1990) *Natureza humana*. São Paulo: Martins Fontes, 222 p.
- \_\_\_\_\_ (1996) *Tudo começa em casa*. São Paulo: Martins Fontes, 211 p.
- \_\_\_\_\_ (1999) *Conversando com os pais*. São Paulo: Martins Fontes, 152 p.
- \_\_\_\_\_ (2000) *Da pediatria à psicanálise: obras escolhidas*. Rio de Janeiro: Imago, 456 p.
- Zimmerman, David (2001) *Vocabulário contemporâneo de psicanálise*. Artes Médicas: Porto Alegre.
- Ziraldó (2002) *Flicts*. São Paulo: Melhoramentos.
- Zizec, Slavoj (2003) *Bem-vindo ao deserto do Real! Cinco ensaios sobre o 11 de setembro e datas relacionadas*. São Paulo: Boitempo.